



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**HANNA TAMIRES GOMES CORRÊA LEÃO
TEIXEIRA**

**CRIANÇA COM AUTONOMIA É MAIS PROTEGIDA:
práxis freireana a partir da educação infantil para
prevenção à violência sexual**

Belém-Pará
2024

Hanna Tamires Gomes Corrêa Leão Teixeira

**CRIANÇA COM AUTONOMIA É MAIS PROTEGIDA:
práxis freireana a partir da educação infantil para
prevenção à violência sexual**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará como requisito avaliativo parcial para obtenção do Título de Doutor em Educação. **Linha de Pesquisa:** Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Ivanilde Apoluceno de Oliveira

Belém
2024

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) de acordo com o ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado do Pará
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

T266c Teixeira, Hanna Tamires Gomes Corrêa Leão

Criança com autonomia é mais protegida: práxis freireana a partir da Educação infantil para prevenção à violência sexual / Hanna Tamires Gomes Corrêa Leão Teixeira. — Belém, 2024.
214f.

Orientadora: Profa. Dr. Ivanilde Apoluceno deOliveira
Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Campus I - Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE), 2024.

1. Paulo freire. 2. Educação infantil. 3. Crianças. 4. Abuso sexual. 5. Pedagogia de prevenção. I. Título.

CDD 22.ed. 372.21

Hanna Tamires Gomes Corrêa Leão Teixeira

CRIANÇA COM AUTONOMIA É MAIS PROTEGIDA:

Práxis freireana a partir da educação infantil para prevenção à violência sexual

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará como requisito avaliativo parcial para obtenção do título de doutor em educação.

Área de concentração: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora

____ - Orientadora

Prof^a. Ivanilde Apoluceno de Oliveira

Dr^a. em Educação- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e UNAM-UAM – México
Universidade do Estado do Pará

____ -Examinadora externa

Prof^a. Angela do Céu Ubaiera Brito

Dr^a. em Educação – Universidade de São Paulo
Universidade do Estado do Pará

____ -Examinadora externa

Prof^a. Edite Maria da Silva de Faria

Dr^a. em Educação - Universidade do Estado da Bahia
Universidade do Estado da Bahia

____ - Examinador Interno

Prof. Sérgio Roberto Moraes Corrêa

Dr em Ciências Sociais -Universidade Federal de Campina Grande
Universidade do Estado do Pará

____ - Examinadora Interna

Prof.^a. Tânia Regina Lobato dos Santos

Dr^a em Educação- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade do Estado do Pará

À Antonella e Maria Valentina, geradas e sonhadas por mim no mesmo momento em que gerava e sonhava com essa tese e de forma alguma foram dificuldade, pelo contrário, foram força, vida e ânimo em lutar por um mundo onde crianças são protegidas. As amo e as protegerei com todo coração eternamente, filhas.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus bondoso que, em toda sua escritura, se preocupa com os pequeninos e diz que deles é o reino dos céus. A esse Deus que nunca desamparou nenhuma dessas crianças e plantou no meu coração e no coração de tantos outros educadores e profissionais o desejo e potencialidade de ser rede de proteção. Obrigada, Senhor, pelo seu infinito amor!

Aos meus pais, Valter e Tina, que me permitiram sonhar, os quais passaram dias e noites calejando suas mãos para que eu tivesse oportunidades improváveis para nossa realidade vinda da periferia. Jamais permitiram que eu me rotulasse ou me limitasse, sempre enxergaram graça em mim, muito maior do que eu mesmo poderei ver. Quero sempre honrar a forma como vocês me veem e a mulher que me criaram para ser, rodeada de um amor imenso e de coragem em qualquer situação.

Ao meu companheiro, meu amor, Felipe, incansável em me dar todo suporte, tempo e muita leveza para que esse nosso projeto se tornasse realidade. Tudo com você é melhor e mais feliz. Você é inspiração em se importar com o direito, o bem-estar e a proteção de todas as crianças e adolescentes ao nosso redor.

Às minhas filhas, Antonella e Maria, que são a melhor parte de mim. Ser a morada de vocês durante o período de escrita desse texto foi uma grande dádiva! Me encheram de sonhos, de esperança e de utopia. Que vocês vivam movidas pela luta por um mundo melhor e pela proteção dos que precisam.

Aos meus irmãos e sobrinhas Lanna, Herbert, Herbely, Analice, Eva e Helena, vocês tornaram esses anos de escrita mais cheios de riso e de suporte sempre que necessário, contem com o meu amor e dedicação sempre.

À minha orientadora, Ivanilde Apoluceno de Oliveira, que sempre constrange a todos com tanta amorosidade e conhecimento em uma pessoa só! A senhora é uma grande inspiração e nos deixa muitos legados de como ser mais gente e do privilégio que é conviver com uma intelectual movida por desafios como a senhora. Gratidão imensa por todos os apontamentos necessários à vivência dessa pesquisa.

Às professoras e ao professor componentes dessa banca avaliadora: Angela do Céu Ubaiara Brito, Edite Maria da Silva de Faria, Tânia Regina Lobato dos Santos e Sérgio Roberto Moraes Corrêa os quais com muita gentileza e amorosidade

freireana escolhem dedicar seu tempo e se juntam à essa pesquisa na busca de melhorá-la.

Gratidão gigantesca aos participantes colaboradores da pesquisa, não só por terem estado comigo nessa caminhada da tese, mas pelo trabalho diário que desenvolvem pelos bebês e crianças da educação infantil de Belém, às vezes sem o devido reconhecimento ou apoio, porém, sempre tendo as crianças como suas prioridades e dedicaram um tempo das suas vidas para nos ajudar a traçar mais formas de proteger nossas crianças.

Aos meus queridos que atuaram como auxiliares de pesquisa, Amanda Guedes, Camila Santa Brígida, Emily dos Santos, Flávia Araújo, Inezita Silva e Welton Bandeira, esse trabalho não seria possível sem as mãos e o coração de vocês, de serem constantes em tornar todo esse sonho realidade.

Às amigas que são irmãs, Ana Karina e Elisama, sempre atentas a me ouvir nesse processo de doutoramento e com constantes palavras de encorajamento. À amiga e revisora Sabrina Arrais, intencional em me ajudar nesse processo. Que paz há em poder sempre contar com vocês!

À Universidade Federal do Amapá, meus colegas e alunos do colegiado de Pedagogia de Santana, os quais sempre foram prontos em me ajudar nessa trajetória, em trocar inspirações e aspirações a respeito da minha temática de pesquisa.

Ao PPGED-UEPA pela formação e pelas trocas com professores, técnicos e colegas, um programa que merece reconhecimento por trabalhar com tamanha diversidade e com pesquisas engajadas na transformação da realidade social.

Quem espera na pura espera, vive um tempo de espera vã. Por
isso, enquanto te espero, trabalharei os campos e conversarei
com os homens. Suarei meu corpo, que o sol queimará;
minhas mãos ficarão calejadas; meus pés aprenderão o
mistério dos caminhos; meus ouvidos ouvirão mais; meus olhos
verão o que antes não viam, enquanto esperarei por ti. Não te
esperarei na pura espera, porque o meu tempo de espera é um
tempo de quefazer.

Paulo Freire

TEIXEIRA, H. T. G. C. L. Criança com autonomia é mais protegida: práxis freireana a partir da educação infantil para prevenção à violência sexual.

RESUMO

A presente Tese, vinculada à linha de Saberes e Educação na Amazônia, do PPGED/UEPA, visa desenvolver com educadoras e educadores da educação infantil uma práxis pedagógica freireana de prevenção à violência sexual contra crianças. Parte do problema: como o pensamento educacional de Paulo Freire contribui para reflexões-ações de educação infantil preventivas à violência sexual contra crianças? Esse crime contra a infância é praticado principalmente em casa, logo, é crucial que a escola assuma protagonismo em saber proteger crianças. Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) revelam que a maioria dos casos acontece enquanto as crianças e adolescentes estão no Ensino Fundamental. Assim, para haver uma efetiva prevenção, a Educação Infantil é o contexto mais indicado. A metodologia da pesquisa constitui uma pesquisa-ação colaborativa (Ibiapina, 2008); de tipo participante (Brandão, 2003, 2006); com abordagem qualitativa (Gatti, 2002, 2010); tecendo aproximações com a dialética materialista de Marx (2008, 1979) e suas contribuições às pesquisas em educação (Gadotti, 1997). Os seus procedimentos são diagnose dos saberes prévios das professoras e professores a respeito do tema; e círculos de cultura em formato de oficinas, dando condições para que os sujeitos possam identificar situações de risco, indícios de violência, estratégias de prevenção, tal como a criação de planos de ação a partir de Paulo Freire, que contribui com sua pedagogia da autonomia e do diálogo. Os principais temas que constituem o referencial bibliográfico perpassam pela problematização da erotização infantil (Kilbourne; Levin, 2009); Ser criança a partir de Arroyo (2007), Campos (2019) e Santos *et al* (2022); educação e ética (Oliveira, 2006) educação sexual (Figueiró, 2018, 2010); violência (Dussel, 1993); violência sexual (Sanderson, 2005); o papel da escola no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (Rovinski; Pelisoli, 2019). Além desses autores e autoras, Freire (2020, 2015a, 2015c, 1993, 1992) está de forma transversal a contribuir em diferentes partes da Tese, apontando como resultado seu potencial epistemológico e metodológico para a elaboração de uma pedagogia de prevenção fundamentada em autonomia, diálogo, dizer sua palavra, escuta, humanização, violência e sexualidade.

Palavras-chave: Paulo Freire; educação infantil; crianças; abuso sexual; pedagogia de prevenção.

RESUMEN

Esta tesis, vinculada a la línea de Saberes y Educación en la Amazonía, del PPGED/UEPA, tiene como objetivo desarrollar con educadores y educadoras de la educación infantil una praxis pedagógica freireana de prevención de la violencia sexual contra los niños. Parte del problema: ¿Cómo contribuye el pensamiento educativo de Paulo Freire a reflexiones-acciones de educación infantil preventivas a la violencia sexual contra los niños? Este crimen contra la infancia se practica principalmente en casa, por lo que es crucial que la escuela asuma el protagonismo en saber proteger a los niños. Los datos del Anuario Brasileño de Seguridad Pública (2022) revelan que la mayoría de los casos ocurren mientras los niños y adolescentes están en la Enseñanza Fundamental. Así, para que haya una prevención efectiva, la Educación Infantil es el contexto más indicado. La metodología de la investigación constituye una investigación-acción colaborativa (Ibiapina, 2008); de tipo participante (Brandão, 2003, 2006); con un enfoque cualitativo (Gatti, 2002, 2010); tejiendo aproximaciones con la dialéctica materialista de Marx (2008, 1979) y sus contribuciones a las investigaciones en educación (Gadotti, 1997). Sus procedimientos son diagnóstico de los conocimientos previos de los maestros y maestras sobre el tema; y círculos de cultura en formato de talleres dando condiciones para que los sujetos puedan identificar situaciones de riesgo, indicios de violencia, estrategias de prevención, así como la creación de planes de acción a partir de Paulo Freire, quien contribuye con su pedagogía de la autonomía y del diálogo. Los principales temas que constituyen el marco bibliográfico pasan por la problematización de la erotización infantil (Kilbourne; Levin, 2009); Ser niño a partir de Arroyo (2007), Campos (2019) y Santos et al (2022); educación y ética (Oliveira, 2006), educación sexual (Figueiró, 2018, 2010); violencia (Dussel, 1993); violencia sexual (Sanderson, 2005); el papel de la escuela en el Sistema de Garantía de Derechos del Niño y del Adolescente (Rovinski; Pelisoli, 2019). Además de estos autores y autoras, Freire (2020, 2015a, 2015c, 1993, 1992) contribuye de forma transversal en diferentes partes de la tesis, señalando como resultado su potencial epistemológico y metodológico para la elaboración de una pedagogía de prevención fundamentada en autonomía, diálogo, decir su palabra, escucha, humanización, violencia y sexualidad.

Palabras clave: Paulo Freire; educación infantil; niños; abuso sexual; pedagogía de prevención.

ABSTRACT

This thesis, linked to the line of Knowledge and Education in the Amazon, of the PPGED/UEPA, aims to develop with early childhood educators a Freirean pedagogical praxis for the prevention of sexual violence against children. It starts from the problem: how does Paulo Freire's educational thought contribute to reflections-actions of early childhood education preventive of sexual violence against children? This crime against childhood is mainly practiced at home, so it is crucial that the school takes the lead in knowing how to protect children. Data from the Brazilian Public Security Yearbook (2022) reveal that most cases occur while children and adolescents are in elementary school. Thus, for there to be effective prevention, Early Childhood Education is the most suitable context. The research methodology constitutes a collaborative action-research (Ibiapina, 2008); participatory type (Brandão, 2003, 2006); with a qualitative approach (Gatti, 2002, 2010); weaving approximations with Marx's materialist dialectic (2008, 1979) and its contributions to educational research (Gadotti, 1997). Its procedures are a diagnosis of teachers' prior knowledge on the subject; and culture circles in the format of workshops, creating conditions for the subjects to identify risk situations, signs of violence, prevention strategies, as well as the creation of action plans based on Paulo Freire, who contributes with his pedagogy of autonomy and dialogue. The main themes that constitute the bibliographic framework include the problematization of infant eroticization (Kilbourne; Levin, 2009); Being a child from Arroyo (2007), Campos (2019) and Santos et al (2022); education and ethics (Oliveira, 2006); sex education (Figueiró, 2018, 2010); violence (Dussel, 1993); sexual violence (Sanderson, 2005); the role of the school in the Child and Adolescent Rights Guarantee System (Rovinski; Pelisoli, 2019). In addition to these authors, Freire (2020, 2015a, 2015c, 1993, 1992) contributes transversally in different parts of the thesis, highlighting as a result its epistemological and methodological potential for the development of a pedagogy of prevention based on autonomy, dialogue, saying one's word, listening, humanization, violence, and sexuality.

Keywords: Paulo Freire; early childhood education; children; sexual abuse; prevention pedagogy.

LISTA DE SIGLAS

CEP- Comitê de Ética em Pesquisa

COMDAC/Belém -Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes

DABEL- Distrito Administrativo de Belém

DABEN- Distrito Administrativo do Benguí

DAENT- Distrito Administrativo do Entroncamento

DAGUA- Distrito Administrativo do Guamá

DAICO- Distrito Administrativo de Icoaraci

DAMOS- Distrito Administrativos de Mosqueiro

DAOUT- Distrito Administrativo de Outeiro

DASAC- Distrito Administrativo da Sacramenta

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EMEI- Escolas Municipais de Educação Infantil

GETEFF- Grupo de Estudos e Trabalhos em Educação Freireana e Filosofia

NEP - Núcleo de Educação Popular Paulo Freire

SEMEC- Secretaria Municipal de Educação

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TJPA- Tribunal de Justiça do Estado do Pará

UEI- Unidades de Educação Infantil

UP- Unidades Pedagógicas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Evento do GETEFF no auditório Paulo Freire da UEPA	28
Figura 2: Turma de Filosofia com crianças com o mastro de fitas	28
Figura 3: círculo de cultura da pesquisa de campo	78
Figura 4: kit de participantes colaboradores	79
Figura 5: livros utilizados como recursos durante os círculos	80
Figura 6: Educação sexual é conhecimento	114
Figura 7: educação sexual e rede de proteção	115
Figura 8: educação sexual é cuidar	116
Figura 9: educação sexual como um alerta	117
Figura 10: educação sexual e sinais de segurança	119
Figura 11: álbum seriado para formação de professores.....	173
Figura 12: roda de conversa	175
Figura 13: reunião com responsáveis pelos bebês do berçário II	177
Figura 14: roda de conversa de responsáveis com conselho tutelar	178
Figura 15: caminhada 18 de maio do relatório 12.....	179
Figura 16: caminhada de prevenção e combate ao abuso e violência sexual contra crianças, relatório15	180
Figura 17: semáforo do corpo, relatório 12	182
Figura 18: semáforo do corpo, relatório 12	183
Figura 19: semáforo do corpo, relatório 16	184
Figura 20: semáforo do corpo, relatório 19	184
Figura 21: semáforo do corpo, relatório 18	185
Figura 22: luva musical, relatório 16	187
Figura 23: luva musical, relatório 18	187
Figura 24: leitura Pipo e Fifi, relatório 12	188
Figura 25: casa como símbolo lúdico, relatório 19.....	189
Figura 26: apresentação de música de proteção, relatório 16	190
Figura 27: atividade de pessoa de confiança, relatório 12.....	192
Figura 28: história na lata	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: gráfico do número de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo ano de notificação. Brasil, 2015-2021.....	31
Tabela 2: gráfico relação entre vítima e autor.....	31
Tabela 3: gráfico com faixa etária das crianças e adolescentes vítimas de estupro de vulnerável (até 13 anos), por sexo Brasil, 2021	32
Tabela 4: Reportagens sobre violência sexual contra crianças e adolescentes	34
Tabela 5: chave de busca para o estado do conhecimento.....	42
Tabela 6: diretórios e levantamentos.....	42
Tabela 7: Teses e Dissertações sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil.....	43
Tabela 8: ano de defesa das Teses e Dissertações	46
Tabela 9: distribuição dos trabalhos por Programas de Pós-Graduação em Educação	47
Tabela 10: sujeitos das Teses e Dissertações.....	53
Tabela 11: sexo dos participantes da pesquisa	67
Tabela 12: idades dos participantes da pesquisa	67
Tabela 13: tempo de atuação dos participantes da pesquisa.....	67
Tabela 14: área de atuação dos participantes da pesquisa.....	68
Tabela 15: dados dos participantes da pesquisa.....	69
Tabela 16: regiões do estado e os dados referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes.....	70
Tabela 17: escolas participantes	72
Tabela 18: gráfico com distritos das escolas participantes da pesquisa.....	73
Tabela 19: Dados do levantamento documental.....	75
Tabela 20: infográfico da escuta especializada	83
Tabela 21: dados do boletim de análise do Ministério da Saúde baseado no Sistema Nacional de Agravos e Notificações – SINAN sobre violência sexual contra crianças e adolescentes de 2011 a 2017	95
Tabela 22: Resumo do Desenvolvimento e do comportamento sexual em crianças em idade pré-escolar (0-4 anos)	104
Tabela 23: Resumo do Desenvolvimento e do comportamento sexual em crianças em idade escolar (5-12 anos)	105

Tabela 24: gráfico a temática sexualidade já chegou a sua sala de aula? ...	113
Tabela 25: rede metodológica freireana de prevenção à violência sexual....	153
Tabela 26: infográfico de rede temática freireana de prevenção à violência sexual.....	171

Sumário

1 PRIMEIRAS INSPIRAÇÕES E ASPIRAÇÕES	19
1.1 Porquês da pesquisa.....	23
1.2 Objeto e problemática de estudo.....	39
2 CORPORIFICAÇÃO METODOLÓGICA DA TESE: O ESCRITO E O PROCESSO DE ESCRITA.....	42
2.1. Estado de conhecimento. O que as pesquisas dizem sobre violência sexual contra crianças?	42
2.1.1 Pesquisas encontradas	43
2.1.2 Categorização das pesquisas	47
2.1.3 Educação e prevenção à violência sexual: um campo em construção	54
2.2. Caracterização da pesquisa	55
2.2.1 participantes da pesquisa	65
2.2.2. O lócus da investigação	69
2.2.3. Os procedimentos metodológicos.....	74
3 INFÂNCIA E EDUCAÇÃO SEXUAL.....	89
3.1 Ser criança: um sujeito que tem direito à proteção integral.....	89
3.2 Educação sexual/ educação em sexualidade com crianças: necessidade ética e social	97
4 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: CONHECER PARA COMBATER	121
4.1. Como a vítima criança pode ser afetada.....	127
4.2. Sinais de alerta e suspeita de abuso sexual	131
4.3 Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente	137
4.4 Escuta especializada.....	141
4.5 notificação de suspeita de violência sexual	144
5 PAULO FREIRE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS	149
5.1 Papel da escola freireana: educadoras e educadores na prevenção e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.....	149

5.2 Contribuições metodológicas freireanas	152
5.3 Contribuições epistemológicas freireanas	160
6 PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL: AÇÕES FORMATIVAS E COLABORATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE BELÉM.....	172
6.1 ações de prevenção com educadores e servidores	172
6.2 ações de prevenção com a família e com a comunidade.....	176
6.3 ações de prevenção com as crianças	181
7 CONSIDERAÇÕES PARA NÃO FINALIZAR.....	194
Referências	200
APÊNDICES	208
ANEXOS	211

Perda Súbita

Menina que cresceu
Perdeu sua infância e nobreza
Acusada por um país
Porque perdeu sua inocência
Nem short curto nem batom
Sem chance de amar
Sem nunca ter boneca no seu tom
Sem chance de brincar
Brincadeira que se perde com a dor
E com abuso do uso de seu pudor
Pensando no amor que vou lhes dar
Sem ao menos te revelar
Tal revelação
Que jamais passaria na televisão
Agressor que corre
Com medo da prisão
País que aplaude o agressor
Que nem mesmo tenta curar sua dor
A vítima que teme relevar
Para seus pais não deixarem de amar
Ameaçada para não contar
A vítima começa se calar
Pois ninguém pode desconfiar
Parece não ter como escapar
Se alguém te fez sofrer
Não fique com isso somente para você
Fale com alguém que confia
Esse vai saber o que fazer.
(Sales; Nascimento, 2020, p. 63)

1 PRIMEIRAS INSPIRAÇÕES E ASPIRAÇÕES

Falar sobre violência é sempre doloroso, e de violência sexual, que é praticada contra crianças, tem um pesar ainda maior. Todavia, temas dolorosos não deveriam ser mudos, pelo contrário, há necessidade de serem debatidos, denunciados e enfrentados, a fim de que dores, ao invés de se perpetuarem como um eco silencioso, gerem palavras de luta e de libertação.

Desse modo, a presente tese se origina como uma aspiração da existência de práxis de pedagogia da prevenção e como uma inspiração no pensamento libertador freireano. Partimos da afirmação de que a violência sexual contra crianças e adolescentes viola a possibilidade e o direito de ser mais. “Ser mais” (Freire, 2015, p.30) é a vocação de constituir-se humano inteiramente, sem pedaços quebrados. A temática atravessa a educação de inúmeras formas, a mais importante delas é que crianças e adolescentes passam grande parte de sua vida na escola, a qual precisa assumir protagonismo na prevenção e enfrentamento dessa violência, que recorrentemente ocorre em casa. Além disso, é uma temática cara à educação humanizadora, que visa formar seus alunos por inteiro, preocupando-se com sua individualidade, dores, sensibilidade e segurança.

Arroyo (2007) em sua obra “Imagens Quebradas” convoca educadoras e educadores a entender os educandos em sua realidade, sem imagens essencializadas e perfeitas da infância. Suas imagens foram quebradas pela concretude da vida, não há em sala de aula somente crianças que idealizamos, com infâncias felizes e seguras. Assim, torna-se urgente que novas imagens da pedagogia sejam traçadas, pois a forma com que educandos são vistos muda a forma com que a educação e o trabalho docente são feitos. Nas palavras do autor:

Idealizamos a infância e sua educação. As metáforas de beleza, flor, bondade e generosidade nos parecem por séculos as mais apropriadas. É compreensível que agora nos estranhemos: não vivemos mais cercados pela beleza nem pela bondade. As escolas deixaram de ser jardins de infância e nós deixamos de ser jardineiros. A realidade social e moral da infância-adolescência tenciona nossas metáforas. Revela contradições incômodas (Arroyo, 2007, p. 37).

Porém, as contradições e mazelas com as quais nos deparamos pelos corredores das escolas não imobilizam educadores. Conhecer a realidade conflituosa pode ser um incentivo, ao invés de um desânimo, pode ser resolução ao invés de imobilização. Quanto mais a infância é atingida há mais educadores em prol dela,

novas pedagogias são traçadas pela sensibilização, não uma sensibilização romântica, às vezes pode ser de espanto ou de incômodo, mas a sensibilização tem movido a pedagogia; sem ela, há somente didática.

A sensibilidade para com a realidade da infância sempre foi a grande inspiração para redefinir a pedagogia. Neste momento, quanto mais a história social da infância e as condições de ser criança ou adolescente se deterioram, maior poderá ser o espanto e a sensibilidade profissional daqueles que dela cuidam por ofício. Quanto mais a infância é golpeada pela sem-razão, maiores os cuidados a que tem direito, Maior a razão com que dela deveremos aproximar-nos para entendê-la e acompanhá-la. (Arroyo, 2007, p. 18).

Essa sensibilização ao tema faz com que ele seja traçado a partir de uma ótica inteira do ser humano e da interação deles, não somente a partir dos intelectuais da academia, mas tecida a partir dos profissionais que fazem o chão da escola, educadoras e educadores constituídos por aspirações, histórias, medos, poesias e lutas. Nessa tessitura conjunta que a sensibilização pode causar, há grande validade, como pontua Brandão (2003, p.88):

Estou convencido de que os momentos mais férteis e os grandes saltos de qualidade que vemos acontecendo nas diversas experiências de pesquisa em educação, sobre a educação, para a educação e através da educação resulta de um aprendizado de alternativas de pensar e de investigar provenientes de outros campos das ciências humanas de algum modo sempre relacionados com a educação. Provenientes também de outros diferentes campos da criação de pensamentos e de imagens a respeito da vida e da pessoa humana, da sociedade e da cultura; de cada uma delas e das muitas maneiras como elas interagem e entrecem juntas o tecido de algo a que nós damos o nome de educação.

Um fator que contribuiu para essa construção de pesquisa a várias mãos e sensibilidades é o lugar de onde ela parte, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, da linha de Saberes Culturais e Educação na Amazônia, programa conhecido por sua pedagogia do sensível e por trilhar, com os pés no chão, caminhos outros de pesquisa, para além do imposto pela ciência moderna e que não tenta se encobrir em um discurso de falsa neutralidade, assumindo a politicidade de suas ações e intenções.

A sensibilização frente à triste realidade de milhares de crianças vítimas de violência sexual em Belém do Pará junto com os arcabouços metodológicos, teóricos e humanizadores de Paulo Freire podem produzir uma pedagogia da prevenção. Freire (2015) é basilar a essa pesquisa com uma sensibilização que age em prol da proteção à infância e convida educadoras e educadores a criarem uma pedagogia da prevenção à violência sexual com crianças e adolescentes.

Paulo Freire é um exemplo de como um educador sensibilizado com a realidade e com as dores de seus educandos pode criar novas pedagogias que extrapolam didatismos e de fato mudam a vida de seus educandos. Todavia, esse Freire não teve a presunção de ter seu pensamento cristalizado, pelo contrário, propôs que, a partir dele, novas pedagogias fossem reinventadas, como afirmou Freire (et al., 2018, p. 27): “se você me seguir, você me destrói. O melhor caminho para você me entender é me reinventar, e não tentar se adaptar a mim”.

Freire (2015a, p.58) parte da denúncia de uma Pedagogia do Oprimido, a opressão surge a partir de um processo de violência, esses oprimidos são os “esfarrapados do mundo”: toda pessoa que tem sua vocação de ser mais negada, tal como as crianças vítimas de violência sexual, que têm seus corpos e seus seres negados e marcados a vida toda e, muitas vezes, não são vistas pela sociedade.

Dentre as suas obras, há destaque à Pedagogia do Oprimido (2015a), a qual apresenta críticas que se aplicam aos programas de prevenção à violência sexual que trabalham exclusivamente com cartilhas para crianças e adolescentes e com palestras para professores, sem considerar a realidade local, os saberes, as vozes e as dores que os sujeitos possuem. Além disso, esta obra propõe uma pedagogia dialógica a partir dos sujeitos, fator relevante para a denúncia de casos de violência.

Apesar de Freire (2015a) não ter se debruçado a discutir sobre violência sexual, o autor propõe a ousadia de enfrentar problemas naturalizados e/ou desafiadores demais, que parecem intransponíveis. Propõe também desmascarar discursos ideológicos conservadores, idealistas e maniqueístas de mundo. Essa coragem epistemológica e política de Freire (2003, p. 37-8) não surgiu somente em gabinetes, mas teve origem a partir da sua vivência de outras dores, como salienta em Cartas a Cristina:

as dificuldades que enfrentei, com minha família na infância e na adolescência, forjaram em mim, ao contrário de uma postura acomodada diante do desafio, uma abertura curiosa e esperançosa diante do mundo. Jamais me senti inclinado, mesmo quando me era impossível compreender a origem de nossas dificuldades, a pensar que a vida era assim mesma, que o melhor a fazer diante dos obstáculos seriam simplesmente aceitá-los como eram. Pelo contrário, em tenra idade, já pensava que o mundo teria de ser mudado. Que havia algo errado no mundo que não podia nem devia continuar.

Assim, junto com a denúncia de opressão, Freire (2015b, p. 11) aponta uma alternativa, uma Pedagogia da Esperança, por meio da qual seres humanos têm a possibilidade histórica de mudar a realidade, “pois ela implica uma denúncia das

injustiças sociais e das opressões que se perpetuam ao longo da história. E ao mesmo tempo anuncia a capacidade humana de desfatalizar esta situação perversa e construir um futuro eticamente mais justo”.

Freire (2015c) construiu uma Pedagogia da Autonomia, contra todo fatalismo e comodismo neoliberal que naturaliza opressões, pedagogia essa capaz de desnaturalizar a violência sexual na visão dos professores e de ensinar crianças oprimidas a reconhecerem seus direitos de dizerem suas palavras, o que pode ser fundamental para uma educação da prevenção.

Uma educação de prevenção freireana também exige uma Pedagogia da Indignação (2015d, p. 36), uma existência que não é neutra, “não estou no mundo para a ele me adaptar, mas para transformá-lo”, transformação a qual perpassa a dimensão da utopia, da materialidade e da cientificidade. A indignação com a situação de violência vivida por crianças pode e deve gerar mudança, pois a existência humana, tal como a docência, é um estar sendo, é um projeto em andamento que ainda possui chances de enfrentar essa mazela social.

Dentre tantas outras contribuições do pensamento freireano para uma educação de prevenção, as quais ainda serão apontadas no decorrer da tese, é importante destacar a Pedagogia da Solidariedade (Freire, 2018). Uma cidade voltada para prevenção à violência sexual contra crianças só é possível por meio de solidariedade, pois, apesar das diferentes histórias de vida diversas pessoas podem atuar como protetoras, para Freire (2018, p. 109) “criar solidariedade entre aqueles que são diferentes, mas têm, de alguma forma, o mesmo tipo de sonho, implica admitir diferentes entendimentos do perfil do sonho”.

Nesse sentido, espera-se que esse texto seja lido não somente com pesar, franzir de testa ou repulsa ao tema, mas que seja lido como sensibilização, estar sendo e possibilidade de prevenir que, ao menos, uma criança não sofra violência sexual ou que, ao menos, uma criança perceba que sofre e tenha uma pessoa qualificada na escola a quem recorrer para que a denúncia seja feita e haja esperança de libertação dessa opressão. Pesquisa e ciência também podem ocorrer como busca do estabelecimento da paz, como pontua Brandão (2003, p. 20):

Por menor e mais limitado que seja qualquer trabalho de interação entre pessoas, por meio do saber e da atividade social que como sentido e significado ele deve orientar, tal ofício do conhecimento não deve aspirar nada menos do que a somar-se a todo fluxo de estabelecimento do bem e da paz, também por meio do saber da ciência.

Além do mais, esta Tese é um convite à criação de pedagogias de prevenção feitas por educadoras e educadores com inspiração em Paulo Freire. Esse intelectual, conhecido mundialmente por uma pedagogia da autonomia, nos convida a uma pedagogia da prevenção, uma sensibilização esperançosa que não é piegas ou vazia, não é “espera na pura espera”, mas é uma esperança que age de forma qualificada.

Assim, para haver uma pedagogia freireana da prevenção os profissionais devem ser esperançosos e conhecer sobre sexualidade e infância; educação sexual; violência sexual infantil; desenvolvimento infantil e neurociência; Sistema de Garantias de Direitos e notificação de suspeitas; escuta especializada e devem construir encontros pedagógicos com linguagem adequada a cada etapa da infância.

1.1 Porquês da pesquisa

Essa investigação se junta à luta por uma infância com direitos, proteção, dignidade e autonomia, em que, dentre cem formas de ser criança nenhuma seja com violência. Considera-se o papel dos profissionais da educação no enfrentamento desse problema social, que é de responsabilidade de todos.

A **motivação** para a realização da investigação é entrelaçada por âmbito pessoal, social e acadêmico. De maneira **pessoal**, “a mente e o coração do cientista pensam e sentem ideias e emoções pessoais e aprendidas”, principalmente em uma pesquisa no campo da sexualidade é impossível não mencionar como esse tema perpassa meus aprendizados, meus afetos e meu corpo.

Constituir-me educadora freireana atenta à necessidade de desenvolvimento do ser mais não ocorreu somente no ensino superior, teve início desde as inquietações ainda na infância e adolescência sobre pessoas que tinham sua humanidade e infância roubadas.

A existência em bairro periférico e em escola pública colocou-me frente a frente com crianças que enfrentavam incontáveis violências: tenho palpável a memória de colegas de escola, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que vieram do interior morar na capital com promessas de estudos, mas que eram forçadas a trabalhar; memórias de colegas em situação de fome, desesperados pelo macarrão com sardinha da escola; colegas que desde tenra idade eram envolvidos com o crime; colegas adultizadas que achavam comum os “tios” mais velhos demonstrarem interesses românticos a elas; dezenas de colegas que engravidavam e casavam;

crianças essas que passavam longas temporadas distantes da escola até chegarem ao ponto de a abandonarem.

Porém, assim como existiam profissionais desatentos à realidade dessas crianças, que eram rápidos em constrangê-las em sala de aula por suas ausências ou dificuldades, havia também professoras e professores atentos à formação desses seres humanos para além do mundo das letras, profissionais que percebiam que a educação não é fragmentada, mas que perpassa a inteireza do ser. Recordo de uma professora de português: Professora Alice. Ela não se importava em dar uma pausa nas aulas de gramática para dialogar sobre assuntos que constituíam as conversas informais dos corredores da escola, afirmava que criança não namora, não engravida e tem um futuro repleto de possibilidades pela frente, apresentava figuras paraenses, que assim como nós, saíram das periferias de Belém e tornaram-se escritores, compositores, intelectuais.

Com o exemplo da professora Alice e com a vivência na periferia, minha docência foi se constituindo juntamente com sensibilidade às dores reais que constituem os discentes que fazem a sala de aula e compreensão de incompletude da educação, compreensão de que apesar do meu não lugar em certas dores, há possibilidade inenarrável na educação de formar e informar sujeitos.

Além das experiências enquanto criança da escola pública, destaco a experiência enquanto criança de família só de mulheres, com bisavó e avó assumindo a centralidade da família e educando as filhas e netas a partir de suas dores reais. Não havia dificuldade para essas mulheres da casa falarem sobre sexualidade, eram muito à frente do seu tempo, tiveram que criar seus filhos sozinhas e enquanto saíam para trabalhar os deixavam com instruções precisas sobre a sua segurança, instruções essas que passaram de geração em geração. Era quase um mantra, todas as vezes em que elas não estariam próximas das meninas deixavam a ordem: “Ninguém pode tocar nas suas partes íntimas! Se alguém tentar tocar em você pode sair correndo”.

Confesso que pelo tabu em falar de partes do corpo eu não entendia o porquê de todas às vezes elas repetirem isso. Chegava a não gostar: “lá vem a vovó falar de bumbum de novo!”, eu pensava. Até que em determinado dia, ao brincar na casa de um vizinho muito próximo da família, ele propôs com muita ludicidade que brincássemos de fazer cócegas nas partes íntimas. Imediatamente lembrei da fala da minha avó e sai correndo, nunca mais voltei ali. Assim, uma orientação simples e uma

educação sexual mínima puderam me livrar de um abuso sexual, que poderia ter me deixado mazelas pelo resto da vida.

Trazer à tona essa memória destrava no mais íntimo de mim a Hanna criança, que graças a uma educação sexual minúscula conseguiu proteger a si mesma de uma violência sexual, porém, como a educação foi mínima minha avó não completou a instrução básica em uma pedagogia da prevenção: o diálogo. Tudo deve ser dito. Toda tentativa de violência vivenciada pela criança deve ser contada a um adulto de confiança.

Como isso não ocorreu comigo, apesar de eu ter fugido, o abusador conseguiu atacar outras crianças ao nosso redor e só foi preso no ano de 2020, décadas depois. A dúvida da Hanna criança que ainda habita meu interior é: quantas outras crianças a quem minha fala sobre esse homem poderia ter livrado? Assim, essa pesquisa se posiciona também como um grito mudo que faz as pazes com a minha infância, reconhecendo que eu, enquanto criança, não tive condições de salvar outras crianças. Mas eu, enquanto adulta, profissional da educação em parceria com outros profissionais posso liberar esse grito que foi mudo por tanto tempo e ajudar no processo de consolidação de uma pedagogia freireana da prevenção.

Após essa situação vivenciada na infância, foi e é recorrente participar de rodas de conversas informais com mulheres de diferentes idades as quais informam que sofreram violência sexual enquanto ainda eram crianças e só identificaram que eram violências ou tentativas de violências ao se tornarem adultas, porque enquanto crianças não sabiam do que se tratava, nem todas tinham uma avó como a minha, nem todas tiveram acesso à informações básicas sobre limites e proteção do seu corpo, nem todas tiveram uma família que entendesse situações de risco, nem todas tiveram condições de correr de uma situação dessa, informações que poderiam tê-las livrado ou que poderiam tê-las ajudado a identificar situações de abuso para que não continuassem a ocorrer.

Obviamente que informações podem ajudar, mas a culpa nunca é da criança ou dos pais, a culpa pertence unicamente ao abusador. Todavia, pais e profissionais informados podem minimizar as situações que ocorrem dentro dos lares das crianças vítimas de abuso sexual.

Além dessas conversas informais, ao realizar trabalho voluntário com um grupo sobre sexualidade- liderado pelo filósofo e teólogo David Riker e pela psicóloga e professora Brena Riker, grupo no qual ofertava cursos de educação sexual para pais,

mães e responsáveis sobre quando e como falar de sexualidade com crianças- foi possível identificar o abuso sexual como um problema alarmante e velado, do qual pouco se fala, todavia, quando se fala, torna-se possível salvar crianças e adolescentes de maus-tratos como esses, os quais interferem em todo seu desenvolvimento. Conforme Santos (2018, p. 19) “o abuso sexual rompe com estruturas internas e externas, individuais e coletivas, essenciais para o desenvolvimento e bem-estar do sujeito”.

Durante as vivências formais na academia, também foi possível analisar a necessidade/possibilidade de uma pedagogia da prevenção ao abuso sexual. Nas pesquisas ao longo da graduação e do mestrado, verifiquei que crianças sofrem diversas violências e que a educação popular possui um potencial gigante em enfrentar essas violências.

Por meio de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso e de Iniciação Científica no campo da educação popular, orientados pela Dra. Ivanilde Apoluceno de Oliveira, publicado em 2018 (Oliveira; Teixeira; Santos, 2018), foi possível realizar investigação-ação de educação sexual freireana e intercultural com crianças do primeiro e do segundo ano do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais, experiência na qual foram trabalhadas questões como afeto, violência contra mulher, prevenção à violência sexual, entre outros temas. Nessa pesquisa, mesmo que a temática da sexualidade fosse presente no cotidiano das falas das crianças uma das professoras investigadas afirmava que não precisava abordar sexualidade em sala porque suas crianças eram muito pequenas, pensamento que ainda se mantém nas escolas quando compreendem sexualidade como sexo e não como uma dimensão de relacionamentos da existência humana.

Durante pesquisa na graduação, ficou evidente a possibilidade da sexualidade como um tema gerador a ser desenvolvido com crianças, a compreender a sexualidade como uma importante dimensão humana de desenvolvimento de afeto e do próprio ser:

Vale ressaltar que as crianças em diversas situações do cotidiano são protegidas de sua própria subjetividade, por serem consideradas “imaturas”. Até que cheguem à fase adulta, portanto, evita-se falar sobre determinadas questões, inclusive pronunciar as palavras, mantendo-as sob a ilusão da inexistência da sexualidade na infância e, principalmente, tratando como patologias qualquer manifestação que evidencie inadequação entre as identidades de gênero e sexualidade tidas como legítimas e que as induzem a concepções equivocada, mas que podem ser problematizadas e reconstruídas por meio de práticas pedagógicas críticas. Por isso, aponta-se a importância em se tratar a educação sexual desde a infância, pois esta fase

é base das relações interpessoais e interculturais, sendo assim, uma “porta” facilitadora para relações de respeito (Oliveira; Teixeira; Santos, 2018, p. 11).

Obviamente a educação sexual com crianças não perpassa a dimensão do erótico, mas sim a formação da sua subjetividade com temáticas e linguajar próprios a cada faixa etária. Abordagens como essa além de auxiliarem crianças a lidarem consigo e com os outros, preparam-nas para serem autônomas e identificarem qualquer forma de violência direcionada a elas.

Durante as especializações em Gestão Educacional e em Docência no Ensino Superior, pude investigar o quão professoras e professores da Educação Básica possuem potencial de intervir na formação de indivíduos e o quanto a formação de professores é um processo permanente, podendo ocorrer dentro e fora do Ensino Superior. Tendo isso em vista, ainda que as pesquisas detalhadas no estado do conhecimento na segunda seção demonstrem que os professores não tenham formação em educação sexual para construir uma práxis de prevenção ao abuso sexual, essa formação ainda pode ocorrer em tempo de serviço quando houver uma gestão que a incentive.

Já durante a pesquisa de Mestrado (Teixeira, 2020), orientada pela Dra. Ivanilde Apoluceno de Oliveira, a educação popular freireana desenvolvida pelo Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP-UEPA) com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos foi investigada, a dar evidência à potência de enfrentamento às opressões e ao desenvolvimento de liberdade e respeito aos sujeitos. A pesquisa demonstrou que, independente da faixa etária existem dimensões de relacionamento da sexualidade humana que sempre atravessam a educação e quando tratadas com rigor profissional auxiliam na formação de alunos e alunas. Logo, essa educação freireana transformadora não se apequena diante de temas complexos e desafiadores, tais como racismo, discriminação de pessoa com deficiência e educação sexual.

Nessa pesquisa e durante minha vivência no NEP-UEPA foi identificado que atuações freireanas são potentes com quaisquer crianças e quaisquer temáticas: sejam de escolas públicas, dos Sem Terrinhas, indígenas, dentre outras. Dou destaque para o trabalho que tenho desenvolvido com o Grupo de Estudos e Trabalhos em Educação Freireana e Filosofia (GETEFF-NEP-UEPA) desde o ano de 2016.

O GETEFF/NEP funciona por meio de formações, reuniões de planejamento, organização de eventos e encontros educativos em sala de aula do ensino fundamental I (fotos a baixo). Todas as publicações, aulas, matérias, livros e eventos criados e realizados pelo GETEFF/NEP se dão a partir do contato com os educandos. (Teixeira, 2020, p. 152).

Por meio desse Grupo, o pensamento freireano tem nos ajudado a trabalhar as relações dos educandos com eles próprios, com os outros e com o mundo. Temas filosóficos sobre ontologia, antropologia, ética, estética, lógica, política e teoria do conhecimento são trabalhados de maneira lúdica e complexa ao mesmo tempo, transformando a realidade das crianças que tem participado das ações do grupo. A seguir, foto das crianças em evento protagonizado por elas na Universidade do Estado do Pará (figura 1) e foto de atividade realizada em sala de aula sobre perspectiva de vida (figura 2).

Figura 1- Evento do GETEFF no auditório Paulo Freire da UEPA



Fonte: Site da UEPA, 2016

Figura 2: Turma de Filosofia com crianças em atividade com o mastro de fitas



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2019

Essa vivência com crianças demonstrou o potencial de compreensão que elas possuem, até mesmo temas como a lógica aristotélica elas apresentaram facilidade em compreender e representar. Temas como o respeito ao outro tornaram-se um

pouco mais desafiadores em serem discutidos e vivenciados, porém, o foram. Assim, a sexualidade também é uma temática possível com crianças de diferentes níveis de ensino.

A experiência de Iniciação científica, monitoria docente, grupo de pesquisa, grupo de extensão, Trabalho de Conclusão de Curso e Dissertação de mestrado foram orientadas a partir da educação freireana pela professora Dra. Ivanilde Apoluceno, o que justifica um pouco da ousadia/utopia do presente tema. Na educação popular freireana e Oliveireana não há temas que não podem ser tratados, não há mazelas abstratas, não há “não”. Todo problema intransponível é visto como um desafio, como uma situação limite e com uma perspectiva muito existencialista e materialista, de *estar sendo*, do caminho que se faz caminhando, das transformações que são feitas em conexão com outras pessoas.

Além disso, trabalhei com crianças da Educação Infantil, com a aprovação e trabalho como técnica pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Belém, no qual ficou evidente que, desde pequenas as crianças já necessitam aprender sobre sexualidade, pois estão aprendendo a separar o eu do outro, possuem seus amigos preferidos, e estão aprendendo a não bater no colega, ou seja, a sexualidade enquanto relação humana e enquanto afeto, já se faz presente.

Essa experiência ocorreu durante um mandato que dizia adotar diretrizes freireanas, o que suscitou a curiosidade de analisar como Paulo Freire pode ser e tem sido utilizado na educação humanizadora na cidade de Belém. Nessa vivência, foi comum educadoras e educadores mencionarem que já se depararam com suspeita de casos de violência. Assim, cabe identificar como tem sido feita a formação desses profissionais para lidarem com essas situações em sala de aula e orientarem e protegerem seus educandos.

A respeito da formação de professores, tenho tido a experiência como docente do ensino superior, inicialmente, em uma faculdade privada de Belém-PA, nos cursos de Pedagogia, Serviço Social e Direito e, atualmente, como professora efetiva da Universidade Federal do Amapá, o que também tem contribuído para pensar a rede interinstitucional de prevenção à violência sexual contra crianças. Em diferentes disciplinas, a temática da proteção da infância tem despertado interesse de graduandas e graduandos. Todavia, durante a minha graduação, o tema só foi mencionado uma vez, em uma disciplina eletiva. Na experiência como docente, tem

sido possível promover debates, reflexões e ações mais intencionais a respeito da temática.

A atenção sobre a prevenção e sobre as graves consequências da violência sexual surge de maneira natural em debates sobre o desenvolvimento da infância e em preocupações despertadas na realização de estágios, em ambientes escolares e não escolares. A temática tem tido destaque a cada 18 de maio, dia nacional do combate ao abuso e violência sexual, com ações com crianças que visitam a faculdade e com palestras com representantes de segurança e políticas públicas na cidade, mostrando que é possível formar profissionais atentos à prevenção, mas que é necessária uma formação mais sistêmica.

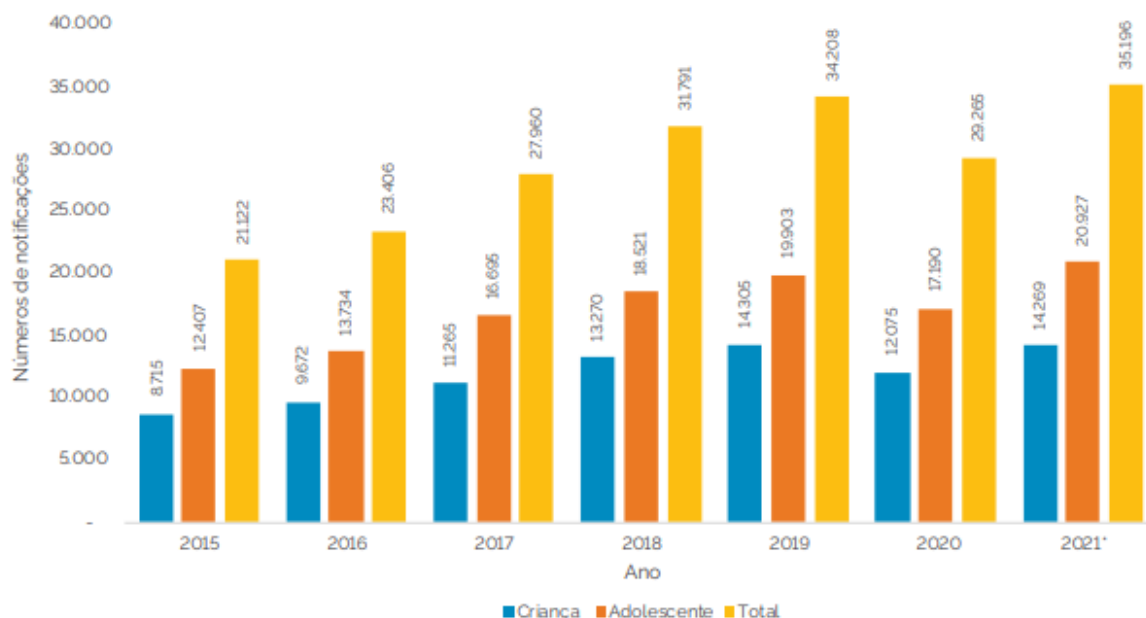
No âmbito **social** há destaque para o campo no qual a pesquisa se situa: o campo da educação. A pesquisa em educação “é francamente social, no ser também pedagógica, pois ela deve servir à multiplicação de equipes, de grupos, de comunidades sociais e de suas redes cada vez mais alargadas e abrangentes de pessoas reflexivas” (Brandão, 2003, p. 27).

Assim, urge a necessidade de pesquisar sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, formas de combatê-la e, principalmente, de preveni-la. Essa deveria ser uma pauta comum entre os profissionais da educação do estado do Pará, devido aos números constantes de violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará e ao papel protetor dos profissionais da educação, como demonstram os dados do Disk 100 e do Estatuto da Criança e do adolescente.

O relatório (Brasil, 2020) do Disk 100 (Disk Direitos Humanos), disponibilizado em 2020 com dados de 2019, registrou 633 casos no estado do Pará, e 17.029 casos de denúncia desse tipo de violência no Brasil, dos quais 45% ocorreram na casa da própria vítima e, em 40% dos casos, foram cometidos por pais e padrastos. Diante disso, é crucial que outros setores da sociedade estejam atentos aos sinais de crianças violentadas e atentos a ensiná-las a se proteger e reconhecer toques afetivos saudáveis e toques violentos.

Já os dados disponibilizados em 2023 pelo boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, que versa sobre “Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021” (Brasil, 2023), apontaram que o último ano analisado -2021- teve o maior número de registros, alcançando a marca de 35.196 casos. A tabela 1, disponibilizada pelo boletim demonstra o número crescente de casos:

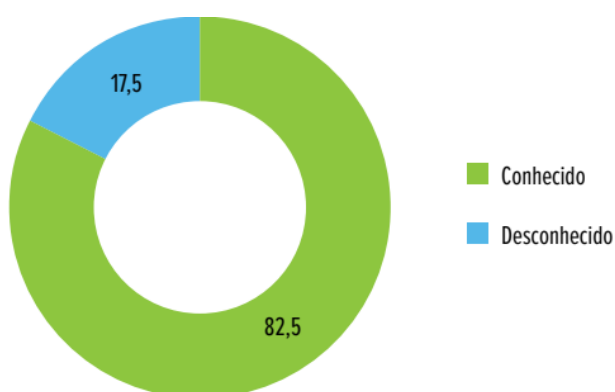
Tabela 1: gráfico do número de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo ano de notificação. Brasil, 2015-2021



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan, 2022)

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Brasil, 2022), afirma que 82,5% dos casos de abuso ocorrem por pessoas conhecidas das vítimas (tabela 2), ou seja, acontecem nos ambientes frequentados por essas crianças e poderiam ser prevenidos caso as crianças conhecessem estratégias de combate simples, como demonstra o estudo de Ferreira (2020) que afirma que o maior receio dos abusadores é que as crianças gritem e outros descubram a tentativa de abuso.

Tabela 2: gráfico relação entre vítima e autor



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN;

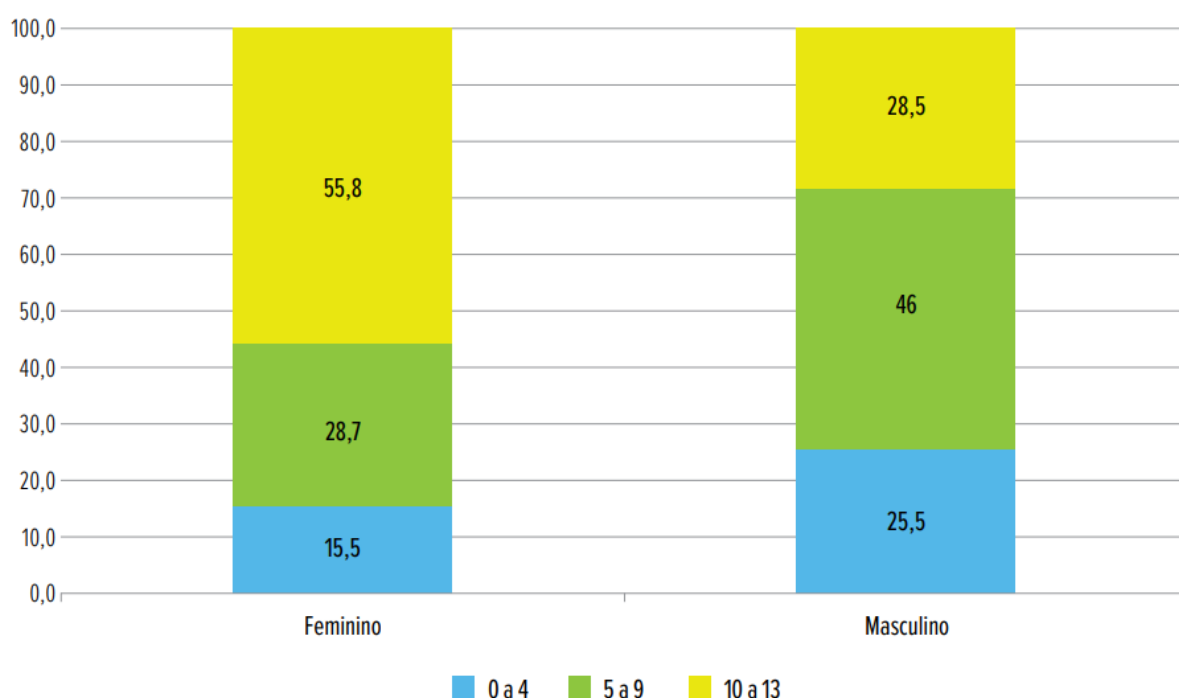
Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Diante disso, a escola é o lugar que precisa se posicionar para educar sexualmente as crianças para reconhecerem violências. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022, p. 5) destaca esse potencial preventivo na escola:

Aqui chamo a atenção para algo que temos defendido constantemente, que é a escola como elemento estratégico fundamental para o enfrentamento do estupro de vulnerável. Isso nos parece muito claro diante da informação que essa violência é preponderantemente intrafamiliar e ocorre dentro de casa. Sabemos que o enfrentamento de violências não se dá apenas no âmbito da segurança pública e acreditamos que este é um exemplo típico disso. A escola pode ajudar (e já ajuda) no processo de identificação e denúncia, mas, sobretudo, no processo de prevenção. Muitas vezes o abusador se aproveita da ignorância da criança e, se ela tiver consciência, dependendo da situação, pode mesmo evitar que o abuso ocorra.

Outro dado relevante que relaciona a temática à educação diz respeito a 83% das vítimas, conforme o Disk 100 (Brasil 2021), terem o fundamental incompleto. Na maioria dos casos, essas vítimas estão cursando o Ensino Fundamental. Ademais, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) demonstra que o menor número de crianças vítimas de estupro é representado pelas crianças de zero a quatro anos, conforme a tabela 3.

Tabela 3: gráfico com faixa etária das crianças e adolescentes vítimas de estupro de vulnerável (até 13 anos), por sexo Brasil, 2021



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Logo, há a necessidade de os educadores, principalmente os da educação infantil, participarem ativamente da rede de proteção destes sujeitos, trabalhando com prevenção antes que as violências ocorram. É importante, portanto, dialogar com eles sobre sexualidade e autonomia, além de estarem preparados com escuta especializada e com domínio do Sistema de Garantia de Direitos, a fim de notificar quaisquer sinais de violação, como consta na Constituição Federal de 1988, no artigo 227 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90), no artigo 5.

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 5 Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

O ECA (Brasil,1990) além de considerar como punível qualquer sujeito que pratica ou omite violência contra crianças e adolescentes, apresenta diretrizes concretas de como a sociedade deve assumir o papel de protetora dos direitos desses sujeitos. Dentre essas diretrizes, destacam-se a formação de profissionais da educação e a pesquisa.

Art. 70 A- III formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente;

Art. 88 X realização e divulgação de pesquisas sobre desenvolvimento infantil e sobre prevenção da violência.

Para dar corporeidade aos dados estatísticos e leis apresentados até aqui, foram elencadas algumas reportagens recentes de grande repercussão a respeito da presença da violência sexual na sociedade, as quais dão rosto aos milhares de casos presentes nas estatísticas.

Durante o período de escrita da Tese, diversas notícias sobre violência sexual ganharam repercussão nacional, como está organizado na tabela 4, evidenciando que essa violência tem ferido a crianças ainda nascituras, durante a infância e

adolescência. Dentre as reportagens elencadas, há em comum a dificuldade vivida em denunciá-las, seja por não a reconhecerem como violência de imediato ou por medo do poder e credibilidade do agressor.

Tabela 4: Reportagens sobre violência sexual contra crianças e adolescentes

Reportagem	Fonte	Ano
'Equipe suspeitava', diz delegada sobre estupro cometido por anestesista	Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/07/11/equipe-suspeitou-dos-metodos-de-anestesista-presos-por-estupro-diz-delegada.htm? . Acesso em 11 de julho de 2022.	2022
Relato de Evelyn Regly sobre abuso sexual na infância é um alerta para todos os pais	Disponível em: https://www.mulher.com.br/empoderamento/relato-de-evelyn-regly-sobre-abuso-sexual-na-infancia-e-um-alerta-para-todos-os-pais . Acesso em 6 de novembro de 2020.	2020
Marcelo Adnet diz que sofreu abuso sexual duas vezes quando era criança	Disponível em: https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2020/04/10/marcelo-adnet-abuso-sexual.htm? Acesso em 24 de março de 2021.	2021
Xuxa relata abuso sexual na infância e adolescência e critica fala de Bolsonaro	Disponível em: https://timnews.com.br/en/media/news_stories/not%C3%ADcias/poder360/xuxa-relata-abuso-sexual-na-infancia-e-critica-fala-de-bolsonaro/42282518 . Acesso em 23 de outubro de 2022	2022
Ator José Dumont é preso no Rio, suspeito de estupro e pedofilia	Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/jose-dumont-e-presos-suspeito-de-estupro-e-pedofilia/ . Acesso em 16 de setembro de 2022	2022
Balenciaga é acusada de incitação à pedofilia e abuso infantil em nova campanha	Disponível em: https://www.folhape.com.br/noticias/balenciaga-e-acusada-de-incitar-pedofilia-apos-lancamento-de-campanha/248449/ . Acesso em 2 de dezembro de 2022	2023

Fonte: elaboração própria a partir de consulta virtual às reportagens, 2023

A primeira reportagem elencada narra um evento ocorrido na Baixada Fluminense, mostra que desde antes do nascimento, independente da roupa que usa ou da circunstância, já há possibilidade de violência. O momento de nascimento de uma criança é violado por um crime de estupro praticado pelo anestesista, alguém que deveria estar ali para dar suporte ao nascimento. Para agravar ainda mais a situação, a equipe de enfermagem relatou que já tinha suspeitas sobre o comportamento do criminoso Giovanni Bezerra, mas hesitou em agir, pois temia que suas denúncias não fossem levadas a sério sem provas mais concretas.

Além do medo de não ser escutado, é comum que vítimas nem sequer reconheçam o crime, devido a precária educação sexual desenvolvida no país. A influenciadora Evelyn Regly revelou que sofreu abuso sexual aos sete anos, cometido por um tio, um familiar, alguém de confiança. Narrou que não sabia o que estava acontecendo e nem a quem recorrer, mas tinha ciência dos traumas que os eventos de violência lhe causaram.

Quebrando o mito de que somente meninas são violentadas, o apresentador Marcelo Adnet também discorreu sobre violência sexual sofrida durante a infância. Relata que foi abusado aos sete anos e nem sabia o que era sexo, mas entendeu a dor, o constrangimento e ameaça de que, se contasse para alguém, o agressor se vingaria.

Somando a esse medo de realizar a denúncia, na quarta reportagem mencionada acima, a apresentadora Xuxa Meneguel discorreu sobre o quanto se sentiu mal com falas que normalizavam a pedofilia, como a do então presidente Jair Bolsonaro, que colocava a possibilidade de “rolar um clima” entre um adulto e uma adolescente. A apresentadora relembrou a violência sexual sofrida dos quatro aos treze anos de idade, período no qual não conseguiu realizar denúncias nem aos seus pais, pois acreditava que a culpa era sua. Essa infância e adolescência foi um período de: vergonha, culpa e silêncio.

Outra notícia que ganhou visibilidade e que ressalta o fato de a violência também acontecer com adolescentes do sexo masculino, foi a prisão do ator José Dumont, acusado de manter relacionamento com um fã de doze anos em troca de ajuda financeira e de armazenar pornografia infantojuvenil. O caso demonstra que, além da violência sexual, há a exploração sexual, ou seja, a mercantilização de seres humanos.

Por último, e não menos importante, destaca-se a reportagem sobre a marca de luxo Balenciaga. A marca foi acusada de realizar uma campanha publicitária de incitação ao abuso infantil e pedofilia, ao apresentar crianças segurando objetos sexuais. Campanhas como essas, que possuem visibilidade mundial, vão na contramão das ações de prevenção à violência sexual contra crianças que precisam de maior articulação e visibilidade. Pior do que ir contra estratégias de prevenção, campanhas como essas podem incitar a violência, de acordo com Kilbourn e Levin (2009, p. 7-8):

A sexualização incessante na infância promovida pela mídia pode contribuir para o comportamento sexual patológico, incluindo abuso sexual, pedofilia e prostituição. A sexualização da infância faz com que ver as crianças como objetos sexuais seja uma atitude normal.

Além das reportagens, é possível refletir sobre a problemática do abuso sexual contra crianças por meio da normalização da erotização infantil nas músicas popularizadas no Brasil, todas sexualizando as chamadas “novinhas”. Assim, o Brasil assume o quinto lugar no mundo e o primeiro na América Latina no *ranking* de meninas casadas ou em união estável, conforme Girls Not Brides (2023, p. 1), que é uma instituição sediada na Inglaterra, mas em rede com mais de 100 para combater o casamento infantil, “O casamento infantil é uma questão global. É alimentada pela desigualdade de gênero, pobreza, normas sociais e insegurança, e tem consequências devastadoras em todo o mundo”.

Essa normalização da erotização das crianças tem feito parte dos diálogos mais banais direcionados às crianças. Desde tenra idade já possuem aspectos dos seus corpos que são destacados nas conversas, os meninos recebem comentários sobre seus pênis e possuem o imaginário social de serem “pegadores”, de terem várias namoradinhas, de não poderem chorar, de serem agressivos. Para Kilbourn e Levin (2009, p.35): “A violência torna difícil levar os meninos a se desenvolverem como seres sexuais cuidadosos e capazes de manter relacionamentos satisfatórios e afetivos”.

Por outro lado, as meninas recebem comentários sobre pernas e sobre bumbum, possuem a necessidade de adereços para “embelezá-las”. Nesse sentido, das meninas é exigido e almejado padrão de beleza desde bebês. Com isso, “as meninas veem o envolvimento dos meninos com a violência, e os meninos veem o envolvimento das meninas com a sensualidade; assim, todos eles aprendem lições prejudiciais sobre o que valorizar em si mesmos e no próprio gênero, bem como no do outro” (Kilbourn; Levin, 2009, p. 35)

Podemos visualizar essas exigências em concursos de beleza para crianças, nos quais são selecionadas “as mais bonitas de acordo com os padrões de beleza exigidos às mulheres adultas, com crianças de roupa de banho e com o apresentador questionando quem possui as pernas e o colo mais bonito, como ocorreu no Programa Silvio Santos em setembro de 2019 ou o quadro “Funkeirinhos do Raul Gil”, também de 2019. Nas palavras de Margareth Oliveira (2017, p. 79)

A sociedade contemporânea tem o corpo exaustivamente exibido pelas mídias digitais, principalmente, corpos femininos que constroem estereótipos de perfeição e sensualidade, contribuindo massivamente para a objetificação da mulher, desde a sua infância, alimentando, dessa forma, uma espécie de cultura de estupro, que age de forma perversa diante da sexualidade.

Ainda conforme Kilbourn e Levin (2009), sexualização e erotização consiste na exposição a conteúdos inadequados para idade, acionam mecanismos na criança que não correspondem ao seu desenvolvimento. A sexualidade na infância deve trabalhar o desenvolvimento do afeto, das relações com o outro, o conhecimento do corpo, a construção de autoestima. Porém, quando a erotização atravessa a formação da criança ela não tem como lidar com esses sentimentos, o que resulta em *déficits* cognitivos e sociais, tais como dificuldade na resolução de problemas, insatisfação com seus corpos, problemas alimentares, entrar precocemente em relacionamentos, interesse por pornografia e tornar-se vulnerável ao abuso sexual.

Como combater a erotização infantil? é importante evitar as seguintes atitudes: expor a criança à carícia intensas entre adultos; piadas erotizadas; incentivar brincadeiras de namoro entre crianças; comprar roupas adultizadas; ouvir músicas e acesso à coreografias sexualizadas; bem como acesso à conteúdo sem supervisão dos pais, entre outros.

Esse acesso à conteúdo sem supervisão dos pais além deixar a criança vulnerável para abusos na internet possibilita que crianças tenham acesso à pornografia, a qual influenciará negativamente nas concepções que esse sujeito em formação tem de si, do outro e do sexo. Para Kilbourn e Levin (2009, p.50): "a pornografia objetifica as pessoas (principalmente as mulheres) e tira o sexo do contexto de um relacionamento afetivo. É difícil para as crianças desaprenderem essas atitudes".

Dados disponibilizados pelo Fundo Das Nações Unidas Para A Infância (UNICEF) Demonstram O Crescente Acesso À Pornografia, além de expor que o consumo de pornografia tem tido início na maioria das vezes aos onze anos de idade e que um terço das crianças entre dez e quatorze anos acessam esse tipo de conteúdo com frequência.

Baumel et al (2019) ao realizarem pesquisa com jovens sobre o acesso à pornografia chegaram à evidência de que esse acesso acontece por três principais finalidades: benefício ao relacionamento, satisfação pessoal e aprendizado, com isso,

a sexualidade tem sido construída por esses jovens desde a infância a partir dessa perspectiva colocado pelo mercado da pornografia

Fica evidente que na atualidade informações de todos os tipos, inclusive sobre sexualidade, circulam com grande velocidade, todavia, a sexualidade continua a ser tabu nas escolas e nas famílias, o que faz com que crianças e adolescentes sejam formados a partir do olhar sexualizado das mídias sociais e da pornografia, as quais raramente impõe limites ao acesso ao corpo e proteção à criança.

Diante disso, destacamos a necessidade de investigações ações de prevenção serem pensadas e conduzidas a partir de diversos profissionais, posto que não é possível contar somente com a proteção da família. Destaca-se o campo da pedagogia, pois os profissionais que passam mais tempo com as crianças são pedagogas e pedagogos. Esses profissionais podem tornar-se pessoas de referência para ensinar às crianças e adolescentes sobre a proteção do seu corpo e o fato de terem uma pessoa qualificada a quem recorrer.

O porquê **acadêmico** de propor e analisar uma pedagogia freireana da prevenção à violência sexual contra crianças é detalhado no estado do conhecimento na segunda seção. Esse levantamento de produções sobre a temática a partir do campo da educação demonstrou uma fragmentação entre teoria e prática, ou seja, os trabalhos encontrados são somente teóricos ou são somente guias práticos do que fazer. Existe a falta de uma práxis pedagógica da prevenção, ficando evidente que não conseguimos proteger as crianças devido os profissionais não possuírem conhecimentos básicos de prevenção.

Somente ações pontuais de prevenção não são suficientes para que ela ocorra, faz-se necessário dar atenção aos sinais cotidianos e possibilidades de educação sexual no dia a dia. Para Arroyo (2007, p. 14 e 18)

O que se espera das escolas, da docência e da pedagogia é muito mais do que ações preventivas pontuais. Nos cabe conhecer, assumir e acompanhar toda a infância e adolescência nos seus percursos reais [...] os tempos não são de dar remédios ou receitas fáceis, mas de aguçar o pensar, de ir a procura de densidade teórica.

Sendo assim, nessa Tese não se acredita que irá proteger por meio de ações pontuais, mas sim, em uma perspectiva freireana, visa-se formar docentes que estão todos os dias no chão da escola, para que eles criem ações de prevenção por meio de diferentes e cotidianos círculos de cultura com seus educandos.

Além disso, o estado do conhecimento apresentado na segunda seção mostra que nunca foi realizada uma proposta de prevenção à violência sexual contra crianças a partir de Paulo Freire. Considerando as experiências libertadoras da educação popular, optamos pelo mirante da educação freireana, a qual é potente em enfrentar opressões epistemológica e metodologicamente.

Esse levantamento de estado do conhecimento mostra que o campo de investigação sobre violência sexual contra crianças é vivo nos programas de Pós-Graduação em Educação, porém, tem se limitado a ver as fragilidades do trabalho docente e sido tímido em fazer contrapropostas, como a presente Tese se posiciona.

Cabe salientar que esse é o primeiro trabalho ¹do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará que aborda a temática, apesar de estar situado em um estado de destaque nos casos de violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.

1.2 Objeto e problemática de estudo

Diante do exposto, o objeto dessa pesquisa é uma pedagogia freireana de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes.–Nesse sentido, essa pesquisa propõe maior participação da educação por meio de uma pedagogia da prevenção fundamentada em Paulo Freire. Pensar a educação de prevenção à violência sexual contra crianças levanta a necessidade de uma proposta educativa crítica e dialógica, que construa a percepção de opressões no próprio sujeito, nas relações interculturais entre diferentes sujeitos e que cobre posicionamento/participação de pais, educadores, políticas públicas e de toda a sociedade.

O ineditismo dessa proposta de Tese consta em relacionar o pensamento de Paulo Freire a uma pedagogia da prevenção à violência sexual, defende que uma educação que forme crianças com autonomia também formará crianças protegidas. Para isso, é necessário que educadoras e educadores conheçam o potencial epistemológico e metodológico de Paulo Freire, relacionando-o com educação sexual, sistema de garantia de direitos e escuta especializada.

Mais importante do que o ineditismo e originalidade da Tese é a busca por conexões, compreensões e recriações a partir dela, Brandão (2003, p. 26) convida que: “desconfiemos sem medo algum de criadores de textos apenas brilhantes e

¹ O estado do conhecimento que detalha essa informação pode ser encontrado na seção 2.

originais [...]. Há momentos em que a maior mediocridade é o desejo incontrolável de ser apenas original". Buscamos o contrário, nos aproximar de gente para em coletividade traçar uma pedagogia da prevenção.

Tendo isso em vista, o problema/ curiosidade epistemológica que motiva esta Tese é: como o pensamento educacional de Paulo Freire contribui para reflexões-ações de educação infantil preventivas à violência sexual contra crianças?

O objetivo geral é desenvolver com educadoras e educadores da educação infantil uma práxis pedagógica freireana de prevenção à violência sexual contra crianças. Para alcançar esse objetivo geral, são traçados os seguintes objetivos específicos:

a) Analisar pressupostos teóricos sobre educação e violência sexual, tais como o papel da escola e os impactos no desenvolvimento da criança.

b) Identificar elementos de contribuição à prevenção à violência sexual nas obras de Paulo Freire;

c) Realizar diagnose e formação com professores da educação infantil da Rede Municipal de Belém sobre a temática de prevenção da educação sexual;

d) Elaborar nas formações projetos de ação de prevenção à violência sexual contra crianças a serem implementados por participantes da pesquisa em escolas de educação infantil.

e) Analisar e criar estratégias de acompanhamento dos projetos de ação de prevenção à violência sexual contra crianças a serem implementados em escolas de educação infantil.

Assim, propõe-se a **tese** de que o pensamento educacional de Paulo Freire é fundante para ações de prevenção à violência sexual contra crianças, pois enfrenta opressões, busca o desenvolvimento do ser mais de todos os indivíduos e possui potencial metodológico de autonomia, diálogo, criticidade, confiança e problematização. Logo, a partir de uma pedagogia da autonomia, é possível desenvolver uma pedagogia da prevenção e formar crianças protegidas. Essas características do pensamento educacional de Freire fornecem condições para que crianças aprendam que são sujeitos de direitos dignos de dizerem sua palavra, de dizerem não, de reagirem e de exigirem proteção da sociedade.

O texto da **tese está organizado** em seis seções. A primeira, intitulada inspirações e aspirações, apresenta nossas motivações, o objeto, o problema e o que esperamos da pesquisa: os objetivos.

Na segunda seção está a corporificação metodológica da tese: o escrito, que é o levantamento de estado do conhecimento, o qual versa sobre como a violência sexual contra crianças tem sido abordada pelo campo da educação, e o processo de escrita, no qual detalha a metodologia da pesquisa.

A terceira seção apresenta a relação entre infância e educação sexual, demonstra o quanto o conceito de infância é atravessado pela sexualidade, pela curiosidade, pela boniteza de viver; aponta também a educação sexual como uma necessidade ética e social.

A quarta seção, “violência sexual contra crianças: conhecer para combater”, aborda a perspectiva dos sujeitos da pesquisa e os pressupostos teóricos sobre violência sexual contra crianças, a discorrer sobre os tipos de violência, os sintomas de quem passou por ela, o perfil de possíveis abusadores, além disso, aponta o que a escola deve fazer em caso de suspeita, detalhando o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, o acolhimento do relato e escuta especializada e a notificação de suspeitas.

Já a quinta seção apresenta as contribuições epistemológicas e metodológicas de Paulo Freire ao tema de prevenção à violência sexual contra crianças e como os docentes da educação infantil compreendem a relação de Paulo Freire com uma pedagogia da prevenção.

Por fim, a sexta seção traz as ações colaborativas de educação sexual para a prevenção à violência sexual contra crianças desenvolvidas por escolas da rede municipal de educação de Belém. Após isso, são apresentadas as considerações finais e propostas futuras de pesquisa a partir do que foi elencado pela presente investigação.

2 CORPORIFICAÇÃO METODOLÓGICA DA TESE: O ESCRITO E O PROCESSO DE ESCRITA

Nesse momento, todas as inspirações, aspirações e porquês da pesquisa tomam corpo, passam a ter mãos e pés que andarilham pela cidade de Belém e que dão horizonte para pensarmos e desenvolvermos experiências de prevenção à violência sexual contra crianças.

Iniciamos a corporificação metodológica pelo estado do conhecimento, que detalha o que já foi escrito e de onde se deve partir para traçar uma pedagogia freireana da prevenção. Em seguida, apresentamos a caracterização da pesquisa, que detalha o processo de escrita da Tese, que se dá em contato com seus sujeitos.

2.1. Estado de conhecimento. O que as pesquisas dizem sobre violência sexual contra crianças?

O estado do conhecimento se deu pela escolha dos descritores e suas variações, que foram “Violência sexual” ou “violência” e “crianças e adolescentes”, “infantil” ou “infantojuvenil”. Os bancos de pesquisa escolhidos foram o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os critérios de seleção foram os últimos 10 anos, serem pesquisas de Programa de Pós-Graduação em Educação e terem a principal variável no título, como o disposto na tabela 5.

Tabela 5: chave de busca para o estado do conhecimento

Descritor 1	Descritor 2
Violência sexual	Criança e adolescente
Violência	Infantil
	Infantojuvenil
Equação de busca: “(Violência OR violência sexual) AND (Crianças e Adolescentes OR Infantojuvenil OR infantil)”	

Fonte: elaboração própria, 2022

A partir desse levantamento inicial, aplicando os filtros: últimos 10 (dez) anos, ser de um programa de pós-graduação em educação e ter a principal variável no título, obtivemos 26 trabalhos, como detalha a tabela 6 a seguir.

Tabela 6: diretórios e levantamentos

Diretório	Levantamento inicial	Total incluído – últimos 10 anos	Total incluído – nome do PPG em educação	Total incluído – principal variável no título
CAPES	1284	771	77	25

BDTD	227	152	8	5
				Total sem repetições: 26

Fonte: elaboração própria, 2022

2.1.1 Pesquisas encontradas

As 26 pesquisas encontradas são Teses (19%) e Dissertações (81%) de Programas de Pós-Graduação em Educação de todo o Brasil, dispostas na tabela 7 a seguir:

Tabela 7: Teses e Dissertações sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil

AUTOR	TÍTULO	TIPO	ANO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Adriana Costa de Miranda	Educadores/as em formação diante da violência sexual infanto-juvenil: um estudo exploratório do programa escola que protege à luz da psicodinâmica do trabalho	Tese	2017	Universidade Católica de Brasília (UNB)
Alci Marcus Ribeiro Borges	Direitos humanos e o silêncio da escola diante da violência sexual contra crianças e adolescentes	Dissertação	2011	Universidade Federal do Piauí
Alex Gomes Pessoa	O papel da escola na vida de adolescentes vítimas de violência sexual: risco e proteção	Dissertação	2016	Universidade Estadual Paulista
Ana Carla Vagliati	Gritos do silêncio: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar	Dissertação	2014	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Andreia Penco Faria	O projeto “escola que protege” em Dourados/MS: prevenção da violência sexual infantojuvenil no âmbito educacional	Dissertação	2015	Universidade Federal da Grande Dourados
Aricelma Costa Ibiapina	Violência sexual contra crianças e adolescentes: a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz do Maranhão na rede de enfrentamento	Dissertação	2013	Universidade Federal do Pará

Claudia Machado	Educação e direitos humanos - trajetória de Porto Alegre no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes	Tese	2014	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Cleumir Pereira Leal	Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado na escola Dom Rino Carlesi no município de São Raimundo das Mangabeiras-MA	Dissertação	2016	Universidade Federal do Pará
Edyane Silva de Lima	Violência sexual contra crianças: formação docente em discussão	Dissertação	2013	Universidade Estadual de Maringá,
Eliane Aparecida Faria de Paiva	A prevenção primária e secundária do abuso sexual na educação infantil: reflexões no âmbito das políticas públicas	Dissertação	2015	Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas
Evanildo Lopes Monteiro	Do poder pastoral à delinquência: o professor enquanto agente do abuso sexual de crianças e adolescentes	Tese	2017	Universidade Federal Do Pará
Evelyn Diconcili Caetano	Abuso sexual infantil: compreensões de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental	Dissertação	2017	Universidade do Planalto Catarinense
Fernanda Pimentel Faria de Miranda	O enfrentamento à violência sexual na escola: seus sentidos e significados para os educadores	Dissertação	2011	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Flavio Corsini Lirio	Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental do bairro do Guamá – Belém/PA	Tese	2013	Universidade Federal do Pará
Indianara dos Santos Meurer	Os direitos de crianças e adolescentes contra a violência sexual: um estudo dos documentos nacionais (2000-2013)	Dissertação	2017	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Marcio de Oliveira	Políticas públicas e violência sexual contra crianças e adolescentes: planos municipais de educação do estado do Paraná como documentos de (não) promoção da discussão	Tese	2017	Universidade Estadual de Maringá
Maria Candida Lima de Sousa	Rede de proteção social frente à violência contra crianças e adolescentes: um estudo a partir do conselho tutelar III de Ananindeua/PA	Dissertação	2018	Universidade Federal do Pará
Michelle Venâncio Ikefuti	Concepções de licenciandos sobre violência sexual e políticas educacionais	Dissertação	2012	Universidade Estadual Paulista
Patricia Carla Barazetti	O desenho revelando a violência sexual: da formação em serviço aos significados docentes	Dissertação	2016	Fundação Universidade de Passo Fundo
Priscila da Rocha Luiz Bueno	As políticas públicas na prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças no município de Maringá	Dissertação	2016	Universidade Estadual de Maringá
Quiteria Rodrigues Costa	As representações sociais das famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual: um estudo sobre os processos educativos no centro de referência especializado de assistência social de Teixeira de Freitas - Bahia	Dissertação	2014	Universidade Federal de Minas Gerais
Rita de Cássia Ferreira dos Santos	Violência sexual e a formação de educadores - uma proposta de intervenção	Dissertação	2011	Universidade Estadual Paulista
Rosana Trindade de Matos	Violência sexual contra crianças na idade pré-escolar: em foco, a percepção de nove gestoras dos centros municipais de educação	Dissertação	2020	Universidade Federal do Amazonas

	infantil da DDZ/Leste II da cidade de Manaus-AM			
Sabrina Silva	A educação sexual formal/informal dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: contribuições da teoria psicanalítica	Dissertação	2019	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Samuel da Silva Souza	Violência sexual contra meninos no município de Corumbá/MS (2006-2015)	Dissertação	2017	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Suelen Batista Freire	Abuso sexual na educação infantil: sentidos compartilhados por professores	Dissertação	2016	Universidade Federal de Pernambuco

Fonte: elaboração própria a partir do banco de Teses e Dissertações da CAPES, 2022

Foram encontradas 21 (vinte e uma) Dissertações e 5 (cinco) Teses, sendo um total de 26 (vinte e seis) trabalhos *stricto sensu* realizados no Brasil de 2011 a 2021, o que demonstra campo de estudo em crescimento até o ano de 2017 (com 6 trabalhos defendidos nesse ano), porém, a partir de 2018 houve uma estagnação no campo, como mostra a tabela 8 a seguir.

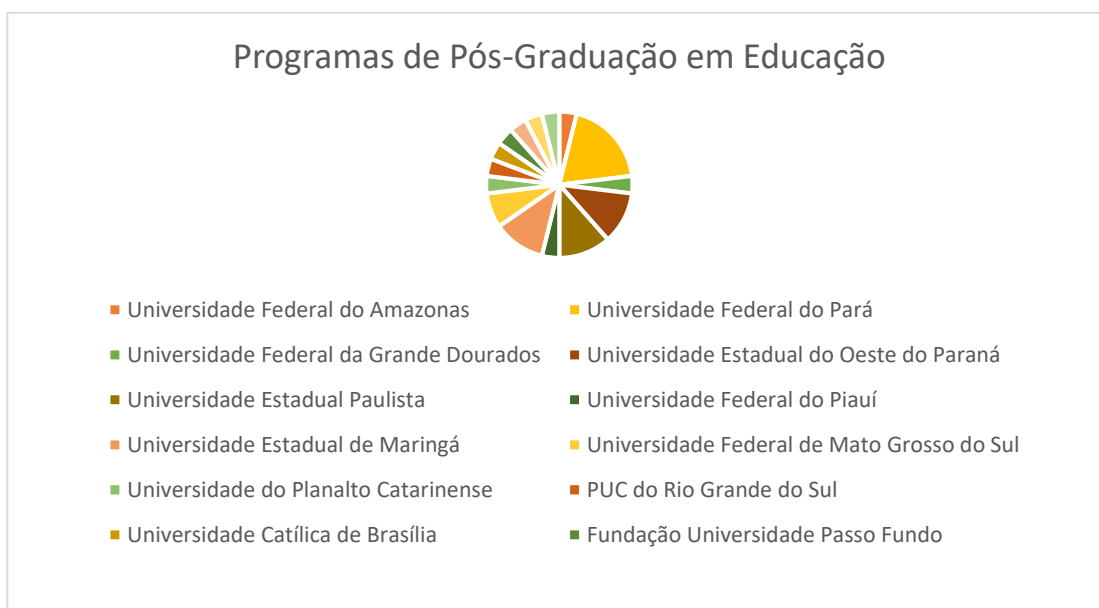
Tabela 8: ano de defesa das Teses e Dissertações



Fonte: elaboração própria com base no banco de dados da CAPES, 2022

A distribuição dos trabalhos por localidade de publicação se dá em 14 (catorze) diferentes Programas de Pós-Graduação em Educação em todas as regiões do Brasil. O programa com maior índice de Dissertações e Teses sobre a temática é o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED-UFPa), com 5 trabalhos defendidos na década, como é observável na tabela 9 a seguir.

Tabela 9: distribuição dos trabalhos por Programas de Pós-Graduação em Educação



Fonte: elaboração própria com base no banco de dados da CAPES, 2022

Consequentemente, o estado que possui mais produções na última década é o estado do Pará, com 5 (cinco) trabalhos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: Sousa (2018), Monteiro (2017), Leal (2016), Lírio (2013) e Ibiapina (2013). Esse número seria mais expressivo se também estivéssemos a considerar o descritor “exploração sexual”, tema que aparece com frequência nas produções de teses e dissertações da Universidade Federal do Pará, produções atentas à realidade de exploração sexual à margem dos rios da Amazônia.

Todavia, em toda a região Norte, somente os Programas da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal do Amazonas possuem Dissertações e/ou Teses sobre a temática. Então, no quesito regiões do Brasil, a que possui maior produção *stricto sensu* sobre violência sexual contra crianças e adolescente é o Sul do Brasil, com 9 (nove) produções sobre a temática dispostas nos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Silva (2019), Meurer (2017) e Vagliati (2014); Universidade Estadual de Maringá: Oliveira (2017) Bueno (2016) e Lima (2013); Universidade do Planalto Catarinense: Caetano (2017); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Machado (2014); e Fundação Universidade de Passo Fundo: Barazetti (2016).

2.1.2 Categorização das pesquisas

Os **problemas e objetivos** das pesquisas podem ser divididos nas categorias:

a) investigar saberes docentes sobre violência sexual contra crianças e adolescentes (6 trabalhos); b) analisar a rede de proteção (4 trabalhos); c) analisar o que tem sido realizado pelas escolas quanto ao enfrentamento à violência sexual (3 trabalhos); d) avaliar documentos oficiais de políticas públicas sobre violência sexual (3 trabalhos); e) analisar a relação entre escola e vítimas de violência sexual (2 trabalhos); f) investigar os saberes de futuros professores sobre violência sexual (2 trabalhos); g) analisar o Programa “Escola que Protege” (2 trabalhos); h) analisar a violência sexual por meio de mirante foucaultiano (2 trabalhos); i) compreender as representações sociais de famílias de vítimas de violência sexual (1 trabalho); e j) analisar a educação sexual vivenciada por autores de violência sexual (1 trabalho). Assim, é notório que a tendência dessas Teses e Dissertações é analisar os conhecimentos que professoras e professores possuem sobre violência sexual.

Os **resultados** apontam que os saberes de professoras e professores da educação básica sobre violência sexual contra crianças e adolescentes são saberes rasos e sem fundamentação; apontam também que as redes de proteção possuem pouca formação e pouca articulação entre seus órgãos; semelhantemente, o trabalho nas escolas também é insípido por falta de investimento em formações e políticas; os documentos oficiais não são vivenciados nas escolas; as vítimas não são atendidas com propriedade nas escolas, há um silenciamento sobre a temática; as licenciaturas não têm munido os futuros professores a trabalharem a temática ou a identificarem casos.

A seguir, detalhamos os objetivos por categoria e os resultados dessas pesquisas.

a) Os trabalhos que objetivam *investigar saberes docentes sobre violência sexual contra crianças e adolescentes* são: Caetano (2017) visa identificar o que professores sabem sobre prevenção à violência sexual; Barazetti (2016) enfatiza os conhecimentos relacionados ao desenho livre e as possibilidades de identificação de violência sexual por meio de eles; Freire (2016) trabalha especificamente a perspectiva de professoras da educação infantil; Vagliati (2014) analisa se professores sabem identificar sinais de violência sexual e se sabem a quem encaminhar; Lima (2013) indaga a concepção de professores sobre a temática e Miranda (2011) desenvolveu uma dissertação que enfatizou os significados atribuídos por esses profissionais à violência sexual e à prevenção.

Os resultados das pesquisas de *saberes docentes sobre violência sexual contra crianças e adolescentes* são: Caetano (2017) identificou que as professoras demonstraram despreparo em abordar a temática e carência de conhecimento, ao abordarem a metodologia utilizada foi a de valores morais e de aspectos biológicos. Barazetti (2016), ao realizar entrevista com professoras, afirmou que o desenho é um facilitador da educação de enfrentamento a violência sexual. Freire (2016) identificou que a perspectiva de professores da educação infantil sobre violência sexual é a de revolta e de que essa violência destrói a inocência. Na pesquisa de Vagliati (2014), dos 31 professores entrevistados, somente 1 teve formação na área da violência sexual em curso superior. Outros 22% desses sujeitos tiveram acesso a algum conhecimento da temática por meio de palestras e os demais não tiveram nenhuma formação a respeito. Lima (2013) também afirmou a falta de conhecimento e a necessidade de formação continuada. Miranda (2011) concluiu que professoras e professores entrevistados não possuem formação, mas possuem intenção de atuar de forma preventiva. Tendo isso em vista, a realidade do Brasil é de professores sem formação sobre violência sexual, que se limitam a exposições moralistas, biológicas ou de revolta silenciosa.

b) As pesquisas que buscaram *analisar a rede de proteção* foram: Sousa (2018) buscou compreender como ocorre a operacionalização dessa rede; Bueno (2016) analisou como a rede de proteção acompanha os casos de violência sexual; Machado (2014) analisou as ações da rede; e Ibiapina (2013) a participação da escola na rede de proteção da cidade.

Os resultados sobre as *redes de proteção* apontaram que elas atuam de forma pouco articulada entre si, de forma paliativa, com poucas condições estruturais e profissionais com baixa qualificação (Sousa, 2018). Na pesquisa de Bueno (2016), a fragilidade da formação (inicial e continuada) dos profissionais dessa rede também foi pauta e foi levantada a necessidade de políticas públicas voltadas a ela. Machado (2014) teve como resultado a falta de articulação na rede e a dificuldade de intervir nos casos. A pesquisa de Ibiapina (2013) concluiu que 3 escolas de Imperatriz-MA conseguem participar da rede de proteção contra violência sexual por meio de seus currículos que abordam abuso e exploração sexual. A formação dos profissionais ainda não chegou a todos, mas com o que possuem já conseguem lidar com situações de violência sexual.

c) As dissertações que tiveram o objetivo geral de *analisar o que tem sido realizado pelas escolas* quanto ao enfrentamento à violência sexual foram escritas por Matos (2020) que pesquisou sobre o que as gestoras apontam que tem sido feito ou deixado de ser feito para o enfrentamento da violência sexual; Leal (2016) quis compreender como uma escola como um todo tem desenvolvido ou não enfrentamentos; e Paiva (2015) abordou o que tem sido feito ao nível de prevenção da violência sexual em três escolas.

As pesquisas que abordaram *o que tem sido realizado pelas escolas* quanto ao enfrentamento à violência sexual chegaram ao resultado de que toda a escola deve estar preparada para trabalhar com nomenclaturas e denúncias de suspeitas, o que ainda não é realidade (Matos, 2020). Por não haver formação necessária, as ações das escolas limitam-se à campanha 18 de maio: dia da prevenção à violência sexual infantil (Leal, 2016), assim, há insuficiência de trabalho de prevenção à violência sexual, por falta de investimentos e políticas públicas exequíveis do Estado (Paiva, 2015).

d) Os trabalhos com o objetivo de *avaliar documentos oficiais de políticas públicas sobre violência sexual* deram ênfase à compreensão dos documentos nacionais para enfrentamento à violência sexual (Meurer, 2016); à avaliação da implantação das políticas públicas em escolas de Belém-PA (Lírio, 2013); e a criação de uma proposta de texto de documento oficial para escolas (Oliveira, 2016).

Os resultados das Dissertações e Teses sobre *documentos oficiais de políticas públicas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes* versam a respeito da elaboração desses documentos, os quais, conforme Meurer (2016) são baseados em tratados nacionais e internacionais, seus objetivos são divulgar conhecimentos e/ou intervenções. Lírio (2016) identificou que os documentos não são implementados nas 13 escolas investigadas, seja por não chegarem a elas ou por problemas pessoais ou de infraestrutura. Oliveira (2016) percebeu que mais da metade dos Planos Municipais de Educação do Paraná não menciona a violência sexual. Tendo isso em vista, elaborou uma proposta de texto a ser inserido nesses planos.

e) *Analisar a relação entre escola e vítimas de violência sexual* foi o objetivo do trabalho de Pessoa (2016), que indagou sobre vítimas de violência sexual atendidas pelo programa Sentinela sobre sua relação com a escola; foi objetivo também da dissertação de Borges (2011) que investigou a postura da escola em relação às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

As pesquisas que relacionaram *a escola e as vítimas de violência sexual* apresentaram como resultados o despreparo e silêncio da escola para lidar com essas vítimas, a ocorrência de relações conflituosas (Pessoa, 2016). Além disso, Borges (2011) destaca que a escola tem dificuldades de adentrar nesse tema que considera privado, o que reflete no baixo índice de denúncias da escola de suspeitas de violência sexual, ambiente o qual deveria ser o maior responsável por fazer esse encaminhamento, visto que a maioria dos casos ocorre em casa.

f) Com o intuito de *investigar os saberes de futuros professores sobre violência sexual* na Universidade Estadual Paulista (UNESP) Ikefuti (2012) buscou identificar se essa temática era trabalhada nas faculdades e Santos (2011) verificou o conhecimento que os alunos da referida universidade possuíam sobre a temática e buscou aplicar um programa de formação a esses estudantes.

Os resultados das pesquisas sobre *saberes de futuros professores sobre violência sexual* na UNESP, apontam que, em 2011, Santos identificou que os licenciandos tinham algum conhecimento sobre a temática, que precisava ser estruturado e fundamentado. Em 2012, Ikefuti realizou pesquisa com os licenciandos e concluiu que a universidade precisa reelaborar seu currículo para respaldar minimamente os profissionais da educação a identificarem essa violência e saberem encaminhar e dialogar, não precisaria, necessariamente, formar especialistas na temática, mas precisaria de uma estrutura comum mínima, não somente por meio de formações pontuais.

g) Miranda (2017) e Faria (2015) alcançaram o objetivo de *analisar o Programa “Escola que Protege”*, enfatizando a organização, teoria, metodologia, impacto do tema e aplicação do programa.

As pesquisas de Miranda (2017) e Faria (2015) referenciam ainda mais a importância da formação, ao analisarem o *Programa “Escola que Protege”*. Os resultados de Miranda (2017) afirmam que formações como essa se dão por meio de ensino, pesquisa e extensão, possibilitam a prevenção primária, o aumento de notificações de suspeitas e a acolhida, escuta e diálogo com a vítima. Faria (2017) endossa que a formação possibilitou aos participantes atenção à análise de dados de violência sexual, que podem ser convertidos em conhecimentos e possibilidades divulgadas.

h) Com um objetivo mais epistemológico, a Dissertação de Souza (2017) e a Tese de Monteiro (2017) objetivaram *analisar a violência sexual por meio de mirante*

foucaultiano. Analisar o professor como abusador a partir da genealogia de Michel Foucault (Monteiro, 2017) e analisar a violência sexual contra meninos a partir de pressupostos foucaultianos (Souza, 2017).

Os resultados das pesquisas sobre *violência sexual por meio de mirante foucaultiano* afirmam que o abuso sexual é um objeto de estudos que tem se tornado um “campo de investimento epistemológico” (Monteiro, 2017, p. 52) e abordar questões de gênero contribuem ao entendimento e enfrentamento da violência sexual (Souza, 2017).

i) Durante o presente estado do conhecimento, foram encontradas duas pesquisas com objetivos inéditos, uma delas buscou *compreender as representações sociais de famílias de vítimas de violência sexual* (Costa, 2014). A pesquisa chegou ao resultado de que o tipo de apoio predominante nessas representações sociais é o suporte emocional e os profissionais de psicologia.

j) A outra pesquisa de objetivo inédito buscou *analisar a educação sexual formal e/ou informal de condenados como autores de violência sexual* (Silva, 2019). A Dissertação apresentou como resultado o fato de somente 2 dos 31 condenados entrevistados afirmarem ter tido educação formal sobre sexualidade e sobre violência sexual, 13 deles tiveram essa educação por meio da televisão e conversas informais e 14 afirmaram não terem tido essa educação.

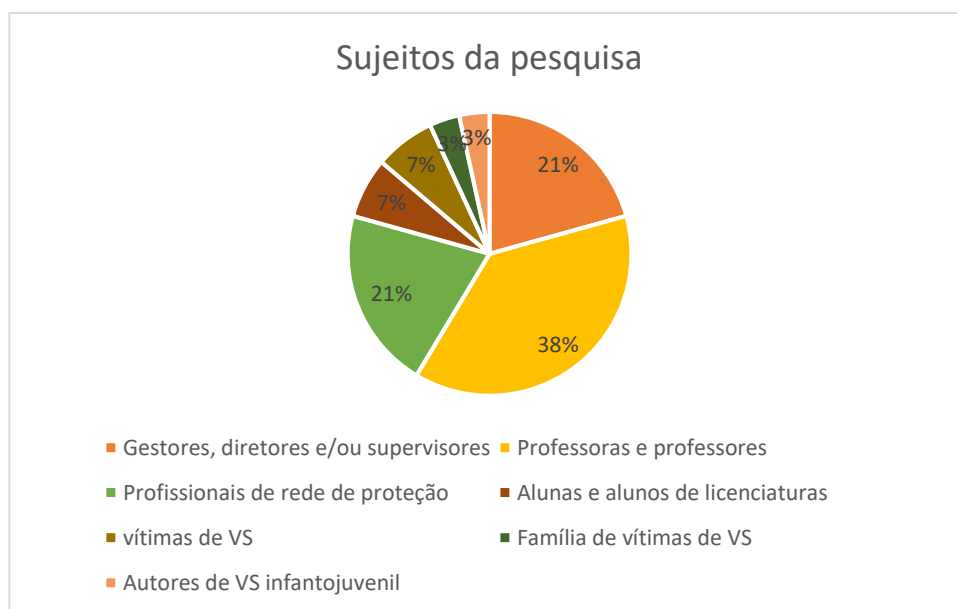
Diante do exposto, somente 2 dos 26 trabalhos analisados têm como objetivo a criação de algo que possa interferir na realidade concreta, todos os demais buscam analisar o saber, o documento, a rede de proteção, a prática que já existe. O trabalho que busca fazer uma intervenção na realidade é a tese de Oliveira (2017), que por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica objetiva e constrói uma proposta de texto para os documentos oficiais que organizam a educação no estado do Paraná. O segundo trabalho é uma Dissertação de Santos (2011) que criou e aplicou um programa de formação com alunos de diversas licenciaturas, capacitando-os a identificarem casos, conhecerem a rede de proteção da cidade e os encaminhamentos a serem tomados.

Ao analisar a **caracterização metodológica** das Teses e Dissertações foi evidente que a maioria das Teses e Dissertações foi de abordagem qualitativa (18 pesquisas qualitativas e 8 quantitativas) e tipo de campo (13 delas denominaram-se “pesquisa de campo”, 5 como “estudo de caso” e 2 como “empírico bibliográfica”) e as 6 restantes foram documentais bibliográficas.

As pesquisas de campo foram realizadas com diferentes e muitos *sujeitos*, variando de 6 a 441 participantes. A maioria (38%) das pesquisas ocorreu com professoras e professores da educação básica, atuantes no Ensino Fundamental: Caetano (2017), Miranda (2017), Barazetti (2016), Freire (2016), Leal (2016), Bueno (2016), Paiva (2015), Vagliati (2014), Lima (2013), Borges (2011) e Miranda (2011).

Além de professoras e professores, aparecem como sujeitos das pesquisas: gestores, diretores e/ou supervisores educacionais; profissionais de rede de proteção, como conselheiros tutelares, assistentes sociais e promotores de justiça; alunos de cursos de licenciatura; vítimas de violência sexual; famílias de vítimas de violência sexual e autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, como é observável na tabela a seguir.

Tabela 10: sujeitos das Teses e Dissertações



Fonte: elaboração própria com base no banco de dados da CAPES, 2021

Cabe questionar onde estão as crianças e adolescentes nessas pesquisas que as têm como descritores principais? Somente uma (Pessoa, 2016) das 26 pesquisas encontradas no Brasil teve um trabalho com adolescentes, os quais eram vítimas de violência sexual e participantes do Programa Sentinela. Nenhuma Dissertação ou Tese considerou as crianças ou os adolescentes de escolas.

Os *lôci* das pesquisas de campo também foram diversificados: Programa Sentinela, Programa Nacional Escola que Protege, penitenciária, sedes da rede de proteção e universidades públicas. Todavia, as escolas são o principal local de realização das investigações, presentes nos estudos de Matos (2020), Caetano

(2017), Barazetti (2016), Bueno (2016), Freire (2016), Leal (2016), Paiva (2015), Vagliati (2014), Lima (2013), Lírio (2013), Ibiapina (2013), Borges (2011) e Miranda (2011).

Essa variedade de ambientes em que as pesquisas de Programas de Pós-Graduação em Educação se deram demonstra a amplitude do campo e do conceito de educação, o qual está para além da escola e dos ambientes formais de ensino, conforme Brandão (2007).

Quanto aos procedimentos, todas as pesquisas realizaram levantamento e análise bibliográfica. Além disso, os questionários e as entrevistas semiestruturadas foram os mais utilizados, com o intuito de os autores alcançarem número abrangente de sujeitos.

2.1.3 Educação e prevenção à violência sexual: um campo em construção

Esse estado do conhecimento apresenta diversas possibilidades ao campo da educação de realizar prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes, pois demonstra que as pesquisas da última década tiveram êxito em mapear que em todo o Brasil há fragilidade ou inexistência de formação para profissionais da educação atuarem como linha de frente a esse problema social, que interfere no desenvolvimento educacional, cognitivo e emocional de crianças e adolescentes.

A maior fragilidade encontrada em todas as pesquisas dos Programas de Pós-Graduação em Educação sobre violência sexual contra crianças e adolescentes está na formação dos profissionais que irão lidar diretamente com elas.

Os professores não são preparados minimamente para dialogar sobre sexualidade, respeito e corpo, nem para identificar suspeitas de violência sexual ou para encaminhar essas suspeitas. As redes de proteção são desarticuladas e com baixa qualificação na formação dos profissionais; a realidade da maioria das escolas é não abordar o tema ou abordar somente no dia 18 de maio, porque os profissionais da educação não tiveram formação para compreender a sexualidade como uma dimensão humana, que pode ser debatida por meio de diversos temas. Os documentos oficiais não chegam às escolas e, quando chegam, não são utilizados. Além disso, são todos baseados em tratados internacionais que não conhecem as realidades do Brasil.

Uma forma de intervenção seria trabalhar com os profissionais da educação ainda em sua formação, como fizeram Santos (2011) e Ikefuti (2012). As dissertações

foram realizadas na mesma universidade, a primeira percebeu a fragilidade de conhecimentos que os licenciandos tinham sobre violência sexual, então aplicou um programa de formação. No ano seguinte, a segunda dissertação realizou uma investigação parecida, na mesma universidade, e já havia algum conhecimento circulando pelos cursos de licenciatura a respeito da violência sexual, conhecimento o qual carecia de melhor sistematização e vinculação aos currículos dos cursos.

As 26 Teses e Dissertações produzidas na última década pelos Programas de Pós-Graduação em Educação do Brasil evidenciam que há um campo de estudos que grita, que socializa conhecimentos sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. Todavia, o conteúdo desse grito é, por muitas vezes, o silêncio, é a falta de diálogo, de formação, de conhecimentos, de práticas, de denúncias e de acolhimento das crianças e adolescentes que podem ser vítimas dessa violência.

Esse grito mudo pode ser uma das possíveis causas da queda no interesse/ no número de produções defendidas desde o ano de 2017, pois a maioria das pesquisas teve o silêncio das escolas como resultado, assim, recorreu às políticas públicas/ documentos oficiais sobre a violência sexual, mas também encontraram distância da realidade, tal como aconteceu nas pesquisas de rede de proteção, que também não possuem investimentos e condições exequíveis de trabalho de qualidade.

Diante disso, cabe questionar se há possibilidade de novas investigações que utilizem todo esse levantamento nacional sobre as fragilidades da educação ao tratar da violência sexual contra crianças e adolescentes.

2.2. Caracterização da pesquisa

Gatti (2002) afirma que não basta ser uma pesquisa politicamente interessante se houver inconsistência metodológica, pois isso daria fôlego curto para a sua realização. Diante disso, a seguir é detalhada a abordagem, caracterização e procedimentos da pesquisa, a fim de que seja uma pesquisa politizada e embasada metodologicamente, a fim também de que outros pesquisadores da temática “violência sexual contra crianças” possam reinventar, criticar e recriar outras pesquisas de proteção da infância. Dando credibilidade a essa temática dentro das universidades, para em seguida alcançar outros ambientes:

Os impactos de pesquisa, na sua disseminação pelo social, parecem também ter alguma relação com os métodos de trabalho dos pesquisadores em sua possibilidade de gerar alguma credibilidade dentro e depois fora dos ambientes acadêmicos (Gatti, 2002, p. 37).

Porém, apesar da relevância em tecer uma metodologia da pesquisa com qualidade, a metodologia traçada aqui não é petrificada e nem almeja perfeição, pois espera ser revista e recriada em solidariedade com os seus participantes. Nas palavras de Brandão (2033, p. 11), “há mais a preocupação de pensar a dimensão social da pesquisa enquanto um dos instrumentos de criação solidária do conhecimento e possíveis ações de teor político, do que a intenção de propor teorias pós-modernas e métodos inovadores”.

A presente pesquisa, apesar de mirar em ter um impacto social, não está focada somente em um produto ou resultado. Pelo contrário, acredita-se que o ato investigativo por si já é potente para a temática da prevenção à violência sexual, pois durante a pesquisa colaborativa há a junção de diversas vozes em busca do ser mais de crianças e adolescentes. Por isso, optou-se por realizá-la com **abordagem qualitativa**, valorizando cada etapa e conexão da investigação.

A pesquisa qualitativa considera significados e características dos resultados, abarca complexidade de problemas, oferece contribuições e mudanças. A abordagem qualitativa ganhou espaço na educação principalmente a partir dos anos 1960 das lutas dos movimentos sociais, o que gerou uma aproximação entre educação e sociologia na busca por considerar os diferentes sujeitos. Nas pesquisas de abordagem qualitativa, todos os participantes têm voz, “mesmo os que não detinham poder ou privilégio, o que combinava muito bem com as ideias democráticas e com as causas sociais dos anos 1960” (André; Gatti, 2010, p.3).

Ainda conforme as autoras, na abordagem qualitativa, a pesquisa questiona a ruptura rígida entre pesquisador e pesquisado, todos passam a ser vistos como sujeitos detentores de conhecimento. Dessa forma, a abordagem qualitativa “ampliou o universo epistemológico da discussão dos fatos educacionais” (André; Gatti, 2010, p. 10). Devido à sua compreensão ampliada e contextualizada da educação, temas como a prevenção à violência sexual contra crianças são possíveis de serem trabalhados a partir do mirante epistemológico da educação em diálogo com outras áreas.

A abordagem qualitativa constata que, para abordar problemas educacionais, é necessário recorrer a enfoques multi, inter e transdisciplinares, convidar diversas áreas a somarem esforços para a construção de conhecimento. Esse enfoque diverso se dá pela realidade ser diversa e não segmentada. Para Ludke e André (1986), a

abordagem qualitativa não extrai os dados da realidade de forma isolada em laboratório, pois prioriza o contexto em que o objeto se manifesta.

Todos os dados da pesquisa qualitativa estão situados em um contexto macro e complexo, pois são dados concretos, situados em tempos e localidades, daí a necessidade de serem escolhidos métodos coerentes com a realidade e com as teorias de base para, por meio delas, serem analisadas as complexidades e as originalidades das relações e produções tecidas ao longo da pesquisa.

Essa abordagem não busca comprovar hipóteses definidas, as compreensões se consolidam a partir das inter-relações entre os dados. Além da pesquisa qualitativa considerar relevante a escolha de métodos e teóricos, ela também prioriza buscar a perspectiva dos participantes: como eles encaram a temática e qual o dinamismo interno (Ludke; André, 1986), aspectos que são caros à pesquisa colaborativa e à pesquisa participante.

Diante disso, há dificuldades e potencialidades em utilizar a abordagem qualitativa na presente investigação. Os problemas podem perpassar pela realização de observações óbvias e simplórias, sem parâmetros teóricos ou inferências consistentes, tal como pela necessidade de domínio teórico, interpretação complexa e construção de argumentos fundamentados (André; Gatti, 2010). Já as potencialidades dizem respeito ao maior interesse da pesquisa ser no processo e não no produto, ou seja, a ênfase está em analisar a complexidade da temática e não em gerar soluções prontas e únicas como receitas de bolo. Analisar a complexidade da prevenção à violência sexual contra crianças em relação à educação, sem pretensão de propor o fim total desse problema social.

Há ciência de que o impacto social almejado não é algo certo e definitivo, em um país de dimensões continentais, todavia, ainda assim, é importante que conhecimentos sejam construídos, divulgados e que metodologias sejam levadas a sério para que haja credibilidade nas ciências humanas. Além disso,

Para ser tomado como conhecimento relevante e penetrar no social, o conhecimento advindo das pesquisas parece necessitar também carregar em si um certo tipo de abrangência, nível de consistência e foco de impacto, aderência ao real, tocando em pontos críticos concretos (Gatti, 2002, p. 38).

A abrangência está no objeto desta pesquisa, pois a violência sexual pode acometer toda e qualquer criança, por isso, todas deveriam ter direito à proteção e à educação de prevenção.

O nível de consistência e foco de impacto está na área da educação, trazendo a essa área a responsabilidade de ter formação para contribuir à prevenção, visto que professores dos anos iniciais da educação básica passam no mínimo quatro horas com as mesmas crianças todos os dias.

A aderência ao real e o fato de ser um ponto crítico concreto referem-se aos inúmeros casos de denúncia de violência contra crianças e adolescentes, fora os casos que não são denunciados. Diante disso, essa Tese busca tornar-se relevante e penetrar o social por se tratar de uma pesquisa-ação e colaborativa, a qual busca em conjunto criar sensibilizações, reflexões, projetos e ações de prevenção.

Concordamos com o destaque de Brandão (2003) a respeito das pesquisas que buscam afirmar alguma neutralidade: ela não existe. Apesar de o autor ter se debruçado durante o ensino superior à pesquisa “neutra”, reconheceu o diálogo como outra e potente via de pesquisa e fundamento de toda interação humana. Para Brandão (2006, p. 41) “Deve-se reconhecer o caráter político e ideológico da atividade científica e pedagógica. A pesquisa participante deve ser praticada como um ato político claro e assumido”

Até os estudos mais científicistas, experimentais e distanciados da realidade, que negam o pessoal e banem o político, acabam impactando essa realidade de alguma forma, sendo intenção dos pesquisadores ou não. Tendo isso em vista, Brandão (2003, p. 35) sugere aos pesquisadores que: “poderiam partir de uma declaração clara e honesta de seus fundamentos e de seus propósitos, não apenas epistemológicos, mas políticos e sociais” e daí partimos: a presente Tese possui, além dos seus objetivos teóricos e investigativos, a intenção social de proteger crianças e para que isso ocorra, muito estudo teórico e muitas mãos são necessárias, “a educação não gera habilidades, ela cria conectividades” (Brandão, 2003, p. 21), assim, optamos por uma pesquisa participante, visto que é impossível realizar proteção de crianças sozinhos.

É crucial que uma pedagogia freireana da prevenção seja traçada com uma **pesquisa participante**, pois não buscamos esgotá-la, pelo contrário, buscamos diálogos férteis que criem e recriem essa pedagogia nos seus cotidianos. Concordamos com Brandão (2003, p. 23) ao afirmar que:

Não cabe à ciência dizer o que há e como é o que existe segundo versões únicas e autoproclamadas como definitivas, mesmo quando aperfeiçoáveis. Cabe a ela estabelecer diálogos de fertilidade e complexidade crescentes entre nós e as diferentes formas e alternativas de compreensão do que existe.

A pesquisa participante é compreendida aqui a partir da definição: “um momento de trabalho da educação popular realizados junto e a serviço de comunidades, grupos e movimentos populares” (Brandão, 2006, p. 42). Assim, o fim e o meio dessa investigação é a coletividade, pois é impossível proteger a infância, enquanto grupo vulnerável, sem colaboração intencional.

A pesquisa participante não diz respeito somente à inclusão numérica dos sujeitos, mas a uma participação inteira, na qual todos são convidados a tecê-la juntos a partir de quem são e de todas as suas experiências acadêmicas ou não na temática estudada para elaboração de conhecimento capaz de transformar a realidade.

Para Brandão (2003) a educação é um tecido no qual os fios são provenientes de diferentes cenários e trabalhados a partir de partilha intencional: “Toda a experiência de conviver e partilhar saberes para decifrar mistérios deve estar francamente aberta a campos conectivos, interativos e transformadores de busca e de criação de significados” (Brandão, 2003, p. 22)

Tendo isso em vista, a presente pesquisa se dá por meio do processo investigativo e de busca coletiva de compreensão e construção de uma pedagogia freireana da prevenção à violência sexual. O diálogo entre os participantes nessa tessitura é crucial,

Um diálogo aberto em todos os seus momentos e não apenas quando “concluída a pesquisa”, ela é vaidosamente levada à um congresso para ser ouvida, aplaudida e discutida entre pares. Um diálogo aberto a outras pessoas, realizado com outras pessoas e entre outras pessoas, como projeto, como processo, e como produto. (Brandão, 2003, p.25).

Para que a pesquisa seja participante e que esse diálogo esteja no processo com os seus sujeitos e não só nas apresentações finais da pesquisa, ela precisa de uma associação entre investigação científica e participação popular com um fim de transformação da realidade, não focando somente na elaboração de um texto final:

O compromisso político e ideológico do/da investigador (a) é com os setores populares e com as suas causas sociais. Mesmo em uma investigação ligada a um trabalho social provisório, o propósito de uma ação social de vocação popular é a autonomia de seus sujeitos na gestão do conhecimento e das ações sociais dele derivadas (Brandão, 2006, p. 41).

Tendo isso em vista, a pedagogia da prevenção baseada em Paulo Freire não será estritamente definida e vivenciada nessa Tese, mas, a partir do protagonismo dos participantes, ela será constantemente reinventada enquanto existirem casos dessa violência.

Apesar de a presente Tese ter como foco a formação de educadoras e educadores a partir de Paulo Freire, ao mesmo tempo, ela visa que esses sujeitos desenvolvam outras atividades com diferentes participantes da rede de proteção da infância, essa pesquisa se posiciona apenas como parte do começo de uma pedagogia da prevenção freireana nas escolas da cidade de Belém.

Na pesquisa participante sempre importa conhecer para formar pessoas populares motivadas a transformarem os cenários de suas próprias vidas e destinos e, não apenas, para resolverem alguns problemas locais restritos e isolados, ainda que o propósito mais imediato da ação social associado à pesquisa participante seja local e específico (Brandão, 2006, p. 44).

A pesquisa configura-se como **pesquisa-ação colaborativa** por buscar trabalhar com conhecimento, autoconhecimento e novas práticas em coletividade.

A pesquisa-ação é detalhada por Thiollent (2005) como uma pesquisa que visa à mudanças da realidade em todos os âmbitos: nos valores, nos discursos, nas ações e nas percepções. Ela tem início com a percepção dos sujeitos sobre a necessidade de problematizar algo, tal como a presente pesquisa. “Com a pesquisa-ação pretende-se alcançar realizações, ações efetivas, transformações ou mudanças no campo social” (Thiollent, 2005, p. 45).

A pesquisa-ação, ainda conforme o autor, possui dois principais objetivos: objetivo prático e de conhecimento. O objetivo prático é direcionado à propostas e soluções para o problema, que na Tese diz respeito à elaboração exequível de uma pedagogia de prevenção. Porém, o objetivo de conhecimento também é de suma importância pois busca aumentar o conhecimento sobre certa ação e/ou situação, na Tese ao elaborar uma pedagogia de prevenção fundamentada em Paulo Freire o conhecimento é reinventado e expandido. Diante disso,

Consideramos que a pesquisa-ação não é constituída apenas pela ação ou pela participação. Com ela é necessário produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas (Thiollent, 2005, p. 24).

Com isso, a pesquisa-ação é uma forma de engajamento político e social, que visa transformar determinada realidade. Entretanto, ainda de acordo com Thiollent (2005, p. 47), é necessário formular possibilidades de transformações pautadas na realidade concreta do *lôcus* de pesquisa, sem ideias inalcançáveis e generalizadoras. Esta pesquisa visa que as alterações na realidade ocorram por meio de debates, pois “o que é transformado são as representações acerca das situações em que atuam (...) e os seus sentimentos de hostilidade ou solidariedade”.

A pesquisa-ação é uma prática social que visa uma transformação social e é constituída de prática científica e pedagógica, científica por promover uma produção coletiva direcionada ao uso do coletivo e pedagógica por ser uma aprendizagem que integra, confronta e supera saberes, tendo assim um caráter transformador. Desta forma, a pesquisa-ação é uma prática política.

Destacamos agora os principais aspectos da pesquisa-ação, conforme Thiollent (2005, p. 18-9) que são:

a) Há uma ampla interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta; c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação; d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver, ou pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada; e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda atividade intencional dos atores da situação; f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou “o nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.

Tal como a pesquisa-ação, a partir das construções em grupo a pesquisa colaborativa relaciona saberes teóricos e práticos, busca diminuir a distância entre conhecimento elaborado no Ensino Superior e o que se vivencia na realidade da escola. Esse conhecimento é relacional, não somente entre teoria e prática, também é relacional por se dar entre diferentes sujeitos. A pesquisa colaborativa possui:

o senso “Ubuntu” do aprendizado partilhado, da troca, da construção de saberes e possibilidades em grupo, do aprender a ouvir o outro. Buscam-se nas manifestações das diferentes opiniões e tensões, inerentes a esse processo, novas perspectivas frente aos desafios cotidianos contrapondo-se ao isolamento das ações educativas e pesquisas acadêmicas. Dentro dessa proposta de inter-relação de saberes, a pesquisa colaborativa nasce a partir de demandas de maior interlocução entre os conhecimentos acadêmicos e a realidade do contexto educacional (Gava, 2018, p. 73).

Nessa perspectiva, assim como na realidade, não há conhecimento isolado, principalmente quando o problema de pesquisa também é um problema social, cheio de faces e complexidades, como a violência sexual contra crianças, que para ser abordado necessita de diferentes olhares e mãos. Diante disso, a pesquisa colaborativa é definida como um trabalho compartilhado capaz de intervir na realidade.

Gasparotto e Menegassi (2016, p. 950) afirmam que uma das principais características desse tipo de pesquisa é a “construção coletiva do conhecimento e intervenção sobre a realidade estudada”. Essa construção coletiva que se contrapõe ao isolamento é muito cara à presente investigação, pois, ela busca ir além das

atividades pontuais e isoladas de prevenção à violência sexual contra crianças. Essas atividades são importantes, porém, criar uma organização coletiva de prevenção na cidade de Belém, com um viés epistemológico e metodológico conhecido e vivenciado pela maioria, é prioridade para tornar a prevenção parte da agenda cotidiana da educação.

A pesquisa colaborativa não se trata somente da participação de todos, pois também possui aspectos metodológicos que implicam no decorrer de toda a pesquisa, os quais perpassam por seus integrantes, método, procedimentos e sua forma de produzir conhecimento.

Esse tipo de pesquisa ocorre com possibilidade de igual negociação, inclusive para a definição da organização da pesquisa. As divergências são possibilidades para a elaboração de conhecimento ainda mais crítico e próximo da realidade. A principal premissa para a exequibilidade da pesquisa colaborativa é a participação voluntária, com responsabilidade e autonomia de todos os participantes. Na pesquisa colaborativa, o fato de ser em cooperação é tão importante quanto ser em autonomia por cada um dos sujeitos.

Se a participação não for voluntária, torna-se impossível que ela seja de fato colaborativa, pois é crucial que os participantes estejam com o mesmo objetivo e com autonomia para a sua realização, considerando que o “processo colaborativo não significa que todos os participantes tenham a mesma ‘agenda’ ou o mesmo poder institucional ou de saber, mas que tenham possibilidades de apresentarem e negociarem representações e valores na compreensão da realidade” (Magalhães, 1998, p. 73).

Assim, cada participação, que é una e ao mesmo tempo múltipla – pela necessidade de agir com intenção individual e em colaboração – pode contribuir ao objeto de estudo, fazendo a pesquisa ocorrer por meio de aproximação, negociação e interação entre os diferentes. Necessita de responsabilidade e engajamento de cada um para elaboração contínua e conjunta da mesma, a criar conexão entre teoria, prática, sujeito e contexto; por meio de sessões reflexivas de estudo teórico, elaboração de atividades, acompanhamento e avaliação. A utilizar relatórios, observações, gravações, diários de campo, cronogramas e atividades (Gasparotto; Menegassi, 2016).

Outro fator importante para determinar a autonomia e voluntariado em participar da pesquisa diz respeito ao seu objeto ser extremamente sensível, assim, não há

como garantir que todas as educadoras e educadores de determinada escola consigam participar em todas as fases da pesquisa.

A pesquisa colaborativa contribui à presente Tese, pois ela busca ser transformadora da realidade, transformações as quais não podem ser realizadas em isolamento, somente a participação de diversos atores é capaz de gerar uma mobilização a respeito da prevenção à violência sexual contra crianças.

Por meio do trabalho concreto com professoras e professores será possível gerar impacto nas salas de aula e nas famílias, para além de somente teorizar a respeito. Um exemplo de uma pesquisa de práxis ocorreu na pesquisa de Gasparotto e Menegassi (2016), “a partir de trabalho de estudo teórico-metodológico desenvolvido entre pesquisador e docente, as práticas de sala de aula foram sendo produzidas e refletidas”.

Conforme foi detalhado no estado do conhecimento, as pesquisas de prevenção à violência sexual contra crianças no campo da educação que são realizadas a respeito de professores ou para professores têm sido unânimes em afirmar que há pouca ou nenhuma formação a respeito da prevenção à violência sexual, por isso, a presente pesquisa colaborativa almeja ser realizada com professores e não para eles.

É evidente que a pesquisa colaborativa também possui desafios e limitações. Ibiapina, destaca o desafio de responder às expectativas e necessidades de cada docente que se engaja no processo de construção da pesquisa, tal como de responder aos interesses específicos de cada um. Porém, esse desafio é trabalhado durante a própria pesquisa, durante a intenção de colaboração em prol de um tema ser maior do que os interesses pessoais. Para a autora:

quando o pesquisador aproxima suas preocupações das preocupações dos professores, compreendendo-as por meio da reflexividade crítica, e proporciona condições para que os professores revejam conceitos e práticas; e de outro lado, contempla o campo da prática, quando o pesquisador solicita a colaboração dos docentes para investigar certo objeto de pesquisa, investigando e fazendo avançar a formação docente, esse é um dos desafios colaborativos, responder às necessidades de docentes e os interesses de produção de conhecimentos. A pesquisa colaborativa, portanto, reconcilia duas dimensões da pesquisa em educação, a produção de saberes e a formação continuada de professores (Ibiapina, 2008, p. 114-115).

Outra limitação que pode acometer a essa pesquisa colaborativa é a possibilidade de a pesquisa não ter os resultados almejados. Apesar de essa ser uma dificuldade em qualquer pesquisa, quando se trata de um enfrentamento a um problema concreto, como a violência sexual contra crianças, a frustração pode ser

maior. Para Ibiapina (2008, p. 78), “nem sempre as expectativas das soluções e transformações almejadas se concretizam ou são perceptíveis devido às inúmeras variáveis que compõem o processo”. Porém, todo dado encontrado com rigor metodológico durante a realização poderá contribuir para pesquisas futuras.

Consiste, ainda, em uma pesquisa de investigação na perspectiva freireana, que segundo Saul e Saul (2017) apresentam três momentos: leitura da realidade, 2) análise crítica da realidade e 3) elaboração de propostas de ação.

Desta forma, consiste em uma pesquisa colaborativa, que parte da realidade concreta dos participantes, problematiza essa realidade, relacionando teoria e prática e aponta ações de transformação da realidade.

O **método** da pesquisa que corresponde ao nosso objeto de investigação se aproxima da dialética materialista em uma perspectiva histórico crítica, pois compreende que a história da humanidade é construída materialmente por homens e mulheres e pode por eles ser transformada, assim, a pesquisa busca intervir na realidade estudada, participando da construção da materialidade de uma pedagogia freireana de prevenção contra violência sexual sofrida por crianças na cidade de Belém-Pa.

Marx (2008) compreende que o fato da sociedade viver em mudança ratifica a transitoriedade da história da humanidade. Assim, há potencialidade em criar um novo real. Para isso, precisamos analisar a lei do movimento, ou seja, como as inter-relações criam transições históricas.

Na dialética, assim como na presente investigação, não partimos de uma abstração, uma ideia ou de um método, mas sim de um fenômeno externo que impacta a relação de crianças com o mundo, no caso: a violência sexual contra crianças. Nas palavras de Gadotti (1997, p. 19): “a dialética em Marx não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem-mundo”.

Ao superar o idealismo Hegeliano, Marx (2008) percebe como os sujeitos criam as diferentes dimensões da vida a perpassar pelo social, político e até mesmo pelo espiritual. Superar a dicotomia e hierarquização entre ideias e realidade faz parte do materialismo dialético, pois, ele “não considera a matéria e o pensamento como princípios isolados, sem ligações, mas com aspectos de uma mesma natureza que é indivisível” (Gadotti, 1997, p. 22), daí a potencialidade de uma pesquisa participante, não só teórica ou um guia prático sobre prevenção à violência sexual. Mas a

construção de uma práxis a partir do pensamento freireano e conduzida pelos corpos pensantes de educadoras e educadores.

Além disso, em uma perspectiva histórico crítica, Marx (1979) desenvolve uma noção de totalidade da realidade, assim, todas as relações ser humano-mundo estão relacionadas de alguma maneira na concretude da existência. Nesse sentido, uma pesquisa como essa, no campo da educação, tem propriedade para tratar de algo do âmbito privado, como a violência sexual contra crianças. A respeito dessa totalidade, Marx (1979, p. 23) afirma:

O essencial é que a análise dialética compreenda a maneira pela qual se relacionam, encadeiam e determinam reciprocamente, as relações da existência social e as distintas modalidades de consciência. Não se trata de conferir autonomia a uma ou a outra dimensão da realidade social. É evidente que as modalidades de consciência fazem parte das condições de existência social.

Em suma, com um método com princípios da dialética, partimos da compreensão exposta por Gadotti (1997) de que tudo se relaciona enquanto cria a si mesmo, assim, enquanto professoras e professores criam uma pedagogia da prevenção, estão criando crianças com maior autonomia e possibilidade de prevenção; nada é perene ou intransponível, tudo se transforma, até mesmo mazelas sociais tão enraizadas na sociedade como a violência sexual; e tudo é passível de mudança qualitativa, não acontece de repente, mas por meio da constância.

2.2.1 participantes da pesquisa

Tendo isso em vista, os **participantes** dessa pesquisa colaborativa são docentes da Secretária Municipal de Educação da cidade de Belém (SEMEC). O critério de participação foi serem pedagogos da Educação Infantil em escolas da SEMEC e se voluntariarem a participar da presente investigação.

Cabe justificar o porquê de uma pesquisa que se propõe a lutar pela proteção de crianças não se dar tendo as crianças como sujeitos. Essa escolha ocorre devido à possibilidade de maior alcance e à necessidade de aprender com os profissionais que fazem parte da rede de ensino e que já desenvolvem uma pedagogia de prevenção.

A respeito do alcance da pesquisa, caso ela fosse realizada com crianças, teríamos um número específico de crianças a serem alcançadas com qualidade, porém, com um trabalho realizado com profissionais da escola, cada um desses profissionais tem acesso a um maior número de crianças, fator tido como relevante devido às crianças suscetíveis à violência sexual não terem nenhum rótulo, pelo

contrário, infelizmente, todas as crianças podem ser vítimas e precisam de uma educação sexual protetiva.

Além disso, foi importante trabalhar em um formato da educação popular freireana com profissionais já atuantes pela partilha de saberes e de experiências que cada participante trouxe das suas vivências no chão da escola, nas dores coletivas de tantos casos já denunciados pelas escolas participantes e pelo anúncio de propostas possíveis para proteção.

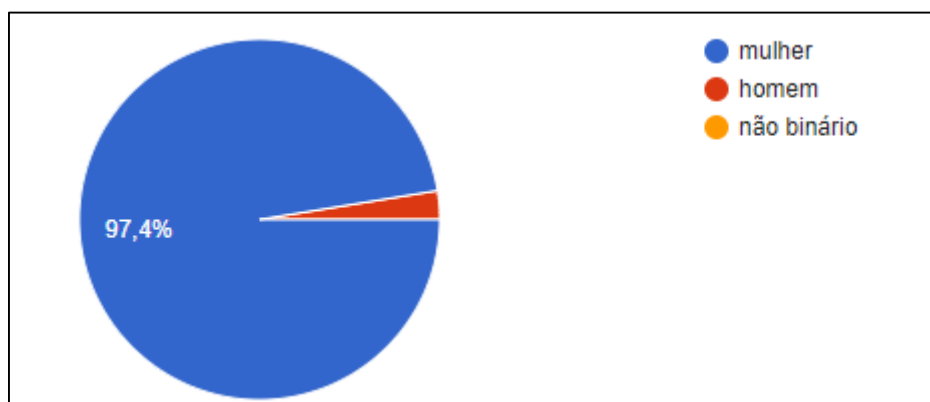
Cabe também mencionar o porquê do trabalho não ter sido realizado apenas com docentes: a coordenadoria de educação infantil da rede sugeriu que incluíssemos também gestores e equipe técnica, pedido que foi compreendido durante a pesquisa de campo, pois foi notório o trabalho e o potencial que diretoras e coordenadoras têm tido no enfrentamento à violência, pois, quando os professores recebem os relatos das crianças e não sabem como agir, a primeira pessoa a ser procurada é alguém da gestão, logo, é crucial que gestores e coordenadores tenham conhecimento sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Todas as 150 escolas municipais de educação infantil da cidade foram convidadas, por meio de memorando circular com ofício (Apêndice A), a enviar um representante, seja educadora, educador, gestora, gestor ou equipe técnica que desejasse participar da pesquisa, 60 sujeitos se inscreveram e 39 participaram efetivamente.

Quanto ao perfil dos participantes, destacamos que são em sua maioria mulheres, diretoras, na casa dos quarenta anos e entre onze a quinze anos de atuação na educação, conforme demonstramos a seguir.

A tabela 11 demonstra que a quase totalidade das pessoas que se voluntariaram para desenvolver uma pedagogia freireana da prevenção à violência sexual foram mulheres. Esse resultado era esperado, visto que a maioria dos sujeitos que atuam como educadores na educação infantil é do sexo feminino, porém temos diversos homens que atuam nesse cargo na Rede Municipal de Belém. Assim, é importante que passem a se posicionar na proteção de crianças, apenas um homem participou dos círculos dialógicos.

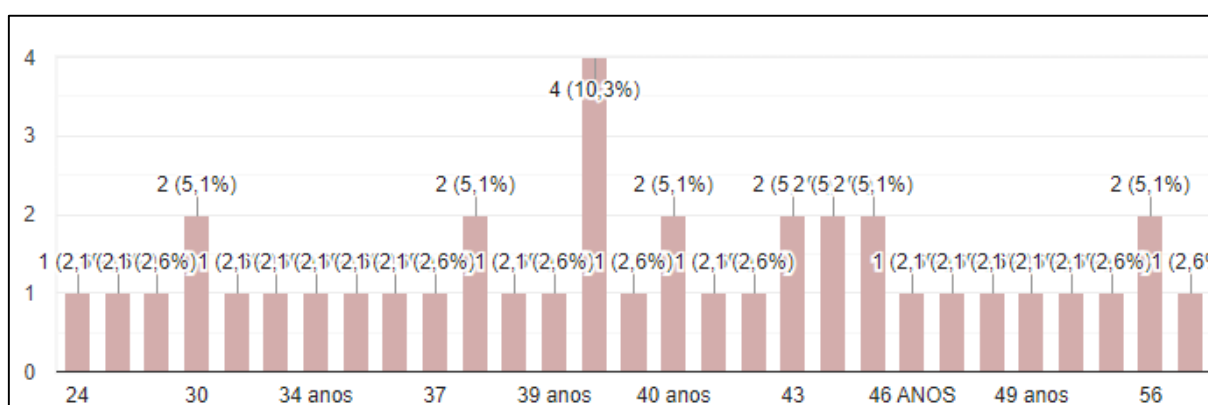
Tabela 11: sexo dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024

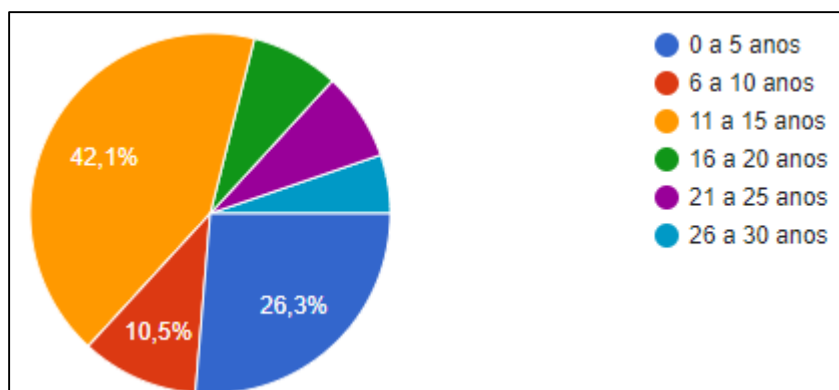
Já a idade desses profissionais participantes da pesquisa varia entre 24 e 59 anos, como pode ser observado da tabela 12, sendo a maioria (19 pessoas) na faixa etária dos quarenta anos (40 a 49 anos), o que reverbera também na tabela 13 que demonstra o tempo de atuação dessas educadoras e educadores, logo, a maioria possui vasta experiência no campo da educação.

Tabela 12: idades dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024

Tabela 13: tempo de atuação dos participantes da pesquisa



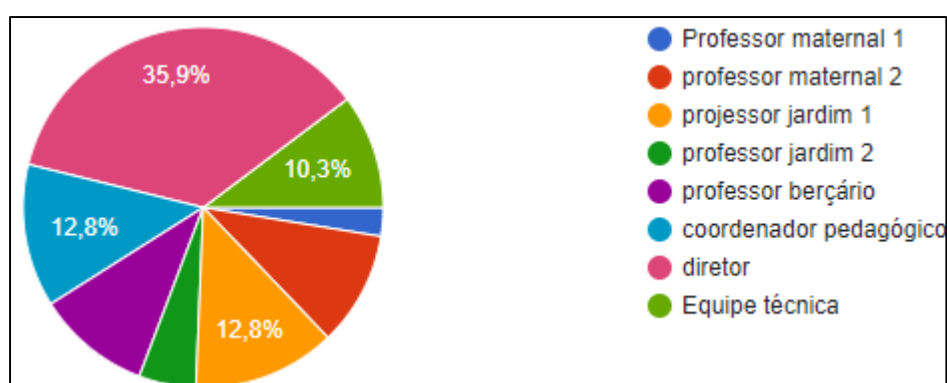
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024

Quanto à área de atuação, apesar de serem todos envolvidos com a educação infantil, temos as especificidades de funções e público de pessoas que possuem interesse em desenvolver essa pesquisa colaborativa. A totalidade dos participantes é dividida praticamente ao meio entre cargos de gestão ² (59%) e cargos de docentes em sala de aula (49%), o que enriquece as possibilidades de elaborações conjuntas no decorrer da investigação, com a totalidade do magistério e com grande possibilidade de impacto na educação infantil em Belém.

Como é possível inferir na tabela 14 a seguir, 14 participantes (35,9%) estão como diretores escolares na educação infantil, atuando com essa gestão administrativa e pedagógica das escolas. 5 (12,8% dos participantes) são coordenadores pedagógicos, que organizam o trabalho pedagógico nas escolas em contato direto com pais, alunos e formação de professores. 4 participantes (10,3%) são técnicas pedagógicas da coordenadoria de educação infantil, possuem uma visão de totalidade do trabalho desenvolvido pelos distritos na cidade de Belém.

Já as professoras e o professor são de toda a educação infantil, desde o berçário ao Jardim II. Temos 4 docentes do berçário, que atuam com bebês com idade de seis meses a 2 anos incompletos; 1 docente do maternal I, com crianças pequenas de 2 anos; 4 docentes do maternal II, com crianças pequenas de 3 anos; 5 docentes do jardim I, com crianças pequenas de 4 anos e 2 docentes do jardim II, que atendem crianças de 5 anos.

Tabela 14: área de atuação dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024

Em síntese, os participantes da pesquisa estão organizados na tabela 15 a seguir, com dados que os apresentam e nos ajudam a compreender a partir de onde

² Gestão: diretoras e coordenadoras.

falam e contribuem com ações de prevenção à violência sexual. Cabe adiantar que os nomes foram escolhidos por eles, podendo ser reais ou fictícios.

Tabela 15: dados dos participantes da pesquisa

Nome	Idade	Tempo de experiência	Cargo	Distrito de atuação
Drica	39	6-10 anos	Professora do Jardim 1	DAICO
Alê	52	21-25 anos	Diretora	DAGUA
Amanda	36	11-15 anos		DABEL
Ana	59	16-20 anos	Equipe técnica	
Andreia	43	1-5 anos	Coordenadora Pedagógica	DAGUA
Lua	24	1-5 anos	Professora do Jardim 1	DAOUT
Cristiane	40	1-5 anos	Coordenadora pedagógica	DABEN
Débora	40	6-10 anos	Diretora	DABEN
Eliana	51	26-30	Diretora	DAMOS
Fátima	56	11-15 anos	Professora do Jardim 1	DABEL
Flor	40	11-15 anos	Diretora	DAICO
Gilvana	36	11-15 anos	Professora do Jardim 1	DAICO
Giselle	40	16-20 anos	Diretora	DABEN
Leide	38	1-5 anos	Professora maternal 2	DAGUA
Joseane Do Vale	49		Professora berçário	DAICO
Josi	42	11-15 anos	Diretora	DASAC
JMSC	48	21-26 anos	Diretora	DAGUA
Ju	40	11-15 anos	Equipe técnica	
Nayara	34	11-15 anos	Equipe técnica	
Lilian	28	1-5 anos	Professora do Jardim 2	DABEN
Liliane	36	11-15 anos	Coordenadora Pedagógica	DAGUA
Lucelina	46	11-15 anos	Diretora	DAGUA
Luci	45	21-25 anos	Diretora	DAGUA
Mércia	46	11-15 anos	Professora do Jardim 1	DABEN
Betânia	33	11-15 anos	Diretora	DAICO
MM	30	1-5 anos	Coordenadora pedagógica	DASAC
Marta	43	1-5 anos	Coordenadora pedagógica	DABEN
Michelle	39 anos	11-15 anos	Professora maternal 1	DAGUA
Michelle Maria	43	11-15 anos	Diretora	DABEN
Nilcilene	34	11-15 anos	Equipe técnica	
Priscila	40	6-10 anos	Professora berçário	DAICO
Rái	29	1-5 anos	Professora maternal 2	DASAC
Bela	47	16-20 anos	Professora berçário	DAICO
Roseli	46	11-15 anos	Professora maternal 2	DAMOS
Maria T.	37	11-15 anos	Professora maternal 2	DAGUA
Thays	45	1-5 anos	Diretora	DABEN
Vera	56	26-30 anos	Diretora	DAGUA
Willames	30	1-5 anos	Professor do Jardim 2	DAMOS

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa, 2024

Desses 38 participantes, foram elaboradas 10 ações de prevenção, pois no decorrer dos círculos dialógicos muitos participantes foram desenvolvendo afinidades e trabalhos coletivos, que, apesar de serem voltados à realidade das suas escolas, em muito se aproximavam pelo perfil dos educandos, perfil dos bairros e das temáticas.

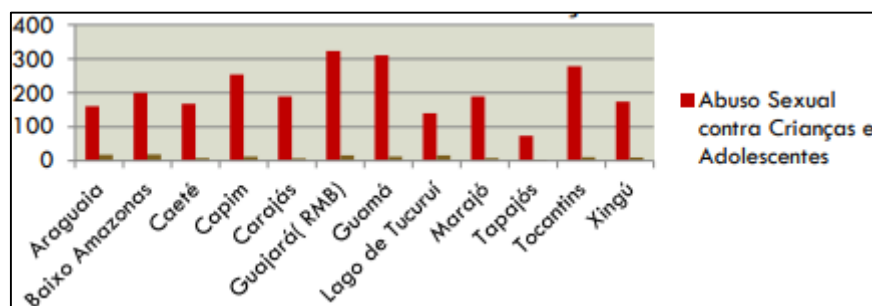
2.2.2. O lócus da investigação

Os **lóci** da investigação são escolas da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) da cidade de Belém-Pará. O motivo de optar por esta Secretaria foi a necessidade de se iniciar ações de prevenção na educação infantil, para que haja redução dos casos, que ocorrem, em sua maioria, no ensino fundamental. De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, os municípios é que estão incumbidos dessa etapa da educação.

O estado do Pará registrou, no ano de 2019, 633 casos de violência sexual (Brasil, 2020). A Organização Mundial da Saúde afirma a estimativa de que apenas dez por cento dos casos são notificados, assim, temos uma possibilidade de 6.330 casos de violência sexual no estado somente no ano de 2019, significa que poderíamos lotar mais de 200 salas de aula somente com crianças que foram violentadas sexualmente no Pará.

Diante da imensidão de casos que assolam o Norte e o Pará, essa investigação optou por se deter na cidade de Belém, pois é o município com maior índice de casos no estado. A partir dos dados do Registro Mensal de Atendimento – RMA realizados pelos/as profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social - CREAS e sistematizados pela equipe da Vigilância Socioassistencial, da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER é possível identificar o número de casos por região do estado do Pará, expostos na tabela 16 a seguir:

Tabela 16: regiões do estado e os dados referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes



Fonte: Rede SUAS/MC. Dados da Vigilância Socioassistencial SEASTER -2020

Ao analisarmos a região Guajará, que apresenta o maior número de registros de casos e é composta pelos municípios Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, identificamos que o município de Belém representa 42,77% dos casos da região. Cabe pensar em como a cidade tem lidado com a sexualidade, a educação sexual e a prevenção ao abuso sexual a fim de diminuir esses dados alarmantes.

Bassalo (2015), ao estudar a cidade de Belém no início do século XX e sua relação com a educação sexual, afirma que nessa época o corpo teve destaque nas discussões e ações da saúde e da educação, porém, com o objetivo de desenvolver modelos de comportamento. A autora aponta que os estudos voltados à educação sexual tinham a

noção de corpo: saudável e virtuoso. O ‘sistema nervoso’ manter-se-ia equilibrado quanto mais concentrado em atividades consideradas virtuosas e mais afastado do exercício da sexualidade [...] conhecimento sobre o corpo e sua fisiologia sexual, potencializa-se no sentido de ser uma estratégia de controle e torna-se a forma de impedir práticas anti-higiênicas e amorais.” (Bassalo, 2015, p. 23).

Tendo isso em vista, a gênese da educação sexual no Brasil se deu com uma separação entre virtude moral e sexualidade, assim, uma educação sexual para o controle do corpo e da sexualidade, não para o desenvolvimento integral do ser humano. Cabe questionar no decorrer da pesquisa o quanto essa perspectiva tem tido (ou não) mudanças ou avanços.

A SEMEC, lócus da pesquisa, surge em 1964 como Fundação Educacional do Município de Belém (FEMB), em 1968 torna-se Secretaria Municipal de Educação e Cultura e em 1989 passa a ter a denominação e função atual: Secretaria Municipal de Educação. Seu funcionamento se dá a partir de unidades de ensino organizadas por distritos.

A secretaria possui desde 2007 em seu Projeto Político Pedagógico a intenção de realizar prevenção às violências contra crianças e adolescentes. Com o mandato do governo PSOL, iniciado em 2021, o projeto passa a se denominar “Projeto Ser Criança e Adolescente na Belém da nossa gente”, o qual possui o objetivo de:

Potencializar a educação preventiva por meio de orientações e formações envolvendo a comunidade escolar, orientando-a para que reconheça os indícios de violência sexual no espaço educativo e fora dele, coletivamente construa encaminhamentos de intervenções (Belém, 2023, p. 4).

Diante disso, a presente Tese identifica e partilha do interesse e posicionamento social, educacional e político da SEMEC em desenvolver a proteção de crianças na cidade, porém, apesar da aproximação da problemática do projeto da SEMEC com o projeto de Tese eles não são o mesmo, pois a Tese propõe uma pedagogia da prevenção a partir de Paulo Freire, com outra agenda e formato de ações.

Apesar de se tratar de projetos diferentes, eles não se anulam, pelo contrário: se enriquecem e potencializam a prevenção à violência sexual contra crianças na cidade de Belém. As ações traçadas pelo projeto de prevenção da SEMEC são:

18 de maio [dia nacional de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes]: ações desenvolvidas pelas escolas nos territórios; atividades permanentes com as crianças sobre o tema; rodas de conversa nos territórios; orientação ao Correio das Esperanças e Belezas; Correio das Esperanças e Belezas; Culminância Expoarte Ser Criança e Adolescente; temática para o diálogo de Saberes (Belém, 2023, p. 6).

Já as nossas ações são especificamente direcionadas à formação de professores e à elaboração de uma pedagogia freireana da prevenção na cidade de Belém, detalhadas na página 47, com os procedimentos da pesquisa.

Essa pesquisa colaborativa é realizada na Educação Infantil em Belém, que tem sua coordenadoria situada na Avenida Governador José Malcher, no centro de Belém, porém possui escolas em toda extensão e, principalmente, nas periferias da cidade.

Dentre as 150 escolas de educação infantil que foram convidadas a participar da pesquisa, voluntariaram-se apenas 27 escolas, algumas solicitaram que mais de um participante da sua escola pudesse participar, devido ao interesse. Com isso, temos 39 sujeitos e 27 instituições de ensino. As Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), Unidades de Educação Infantil (UEI) e Unidades Pedagógicas (UP) que se voluntariaram a participar foram:

Tabela 17: escolas participantes

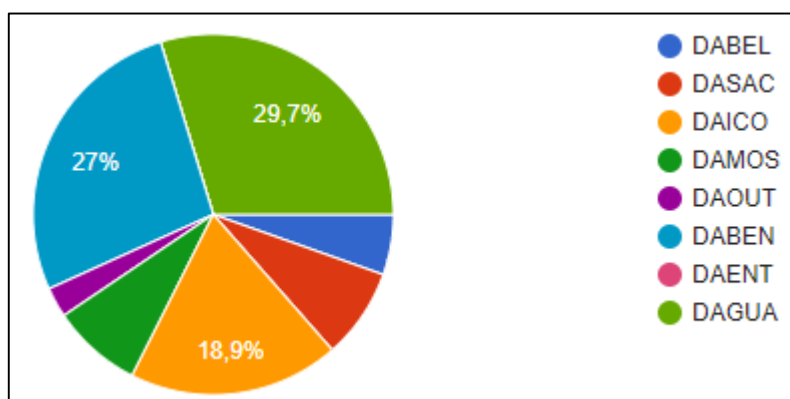
1. Coordenação Da Educação Infantil
2. EMEI Círia De Nazaré Tulosa Dos Santos
3. EMEI Elvira Sacramento De Quadros
4. EMEI Luzmarina De Melo Muniz
5. EMEI Nosso Lar
6. EMEI Pratinha
7. EMEI Prof Luiz Carlos Acácio Barbosa
8. EMEI Prof. Jaime Da Costa Teixeira
9. EMEI Prof. Raimunda Lúcia Guerreiro
10. EMEI Profa Rosenil Cordeiro Da Silva
11. EMEI Venuzina Marinho De Souza
12. EMEIF Edson Luís
13. EMEIF Helder Fialho Dias
14. EMEIF Satélite
15. Escola Anexa Profa. Suzete Peres Maxwell
16. Escola Anexa Betinho

17. Escola Anexo Sta Isabel
18. UEI Catalina I
19. UEI Catalina III
20. UEI Encanto Do Saber
21. UEI Guamá
22. UEI Iza Cunha
23. UEI Panapaná
24. UEI Rotary Clube De Belém Nazaré
25. UEI Terra Firme
26. UP Barão De Mamoré
27. UP Cristo Redentor

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024

As escolas da SEMEC são conhecidas por não estarem nas grandes avenidas e somente nos centros, elas estão espalhadas por todas as periferias. As escolas da SEMEC são organizadas em 8 Distritos, dos quais todos tiveram voluntários para participarem da pesquisa, com exceção do DAENT, o qual não participou da pesquisa, como verificamos no gráfico a seguir:

Tabela 18: gráfico com distritos das escolas participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024

Os Distritos de Belém são: Distrito Administrativo do Benguí – DABEN; Distrito Administrativo do Guamá – DAGUA; Distrito Administrativo de Belém – DABEL; Distrito Administrativo de Icoaraci – DAICO; Distrito Administrativo da Sacramenta – DASAC; Distrito Administrativo de Outeiro – DAOUT; Distrito Administrativo do Entroncamento – DAENT; Distrito Administrativos de Mosqueiro – DAMOS.

Tal como os dados de violência sexual em Belém são mais notificados no DAGUA, a maior inscrição dos participantes (11 educadoras= 29,7%) também foi desse distrito, revelando a vontade que os sujeitos desses bairros possuem em mudar essa realidade.

A diversidade de Distritos mostra a importância que os profissionais da educação infantil de Belém dão à temática, pois, mesmo os Distritos mais afastados do centro, como DAMOS e DAOUT, até mesmo com horas de deslocamento para a sede onde a pesquisa é realizada, se voluntariaram para participar dos momentos de colaboração para a elaboração de uma pedagogia freireana de prevenção à violência sexual contra crianças.

Para o leitor de fora da cidade de Belém, é importante frisar a grandiosidade da capital do Pará. Quando mencionamos que as educadoras e o educador participaram da colaboração da pesquisa, mesmo vindo de Mosqueiro e Icoaraci em todos os encontros, é motivo de enaltecimento a esses profissionais e ao quanto se dedicam à causa de proteção da infância. É evidente que todos os participantes investiram tempo, recurso e estudos, porém mencionamos com destaque os profissionais de Mosqueiro e Icoaraci por sua distância do centro da metrópole e por enriquecerem a pesquisa com territórios outros.

A Ilha de Mosqueiro, por exemplo, é um distrito localizado na costa oriental do Rio Pará, há setenta e cinco quilômetros do centro de Belém, caracterizado por belas praias de rio, experiência presente nos relatos encontrados no decorrer da pesquisa, com experiências de prevenção nas praias e nos igarapés. Icoaraci é um distrito de duzentos anos, localizado há, aproximadamente, vinte quilômetros da capital e, também, atende crianças cidadinas e ribeirinhas.

2.2.3. Os procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos que dão exequibilidade à pesquisa são: levantamento documental; levantamento bibliográfico; diagnose sobre a prevenção de violência sexual contra criança nas escolas pesquisadas; círculos dialógicos formativos com os docentes; acompanhamento das ações de proteção dos participantes e sistematização e análise dos dados levantados na pesquisa.

2.2.3.1. Levantamento documental

O levantamento documental foi feito com documentos que ainda não foram tratados e, durante a pesquisa, o acesso ocorreu principalmente por via *internet*. Esses documentos são diretrizes e projetos, entre os quais: Plano Nacional, Estadual e Municipal de enfrentamento à violência sexual contra crianças; dados estatísticos como os do DISK 100; e dispositivos legais como o ECA. Documentos dispostos na tabela 19 a seguir:

Tabela 19: Dados do levantamento documental

Documentos	Ano
Relatório 2019 Disk Direitos Humanos	2020
Anuário Brasileiro de Segurança Pública	2022
Lei 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente	1990
Relatório sobre acesso de crianças à pornografia: Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF)	2022
Projeto Ser Criança e Adolescente na Belém da nossa gente	2023
Decreto Federal 9.603: sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência	2018
Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Pará	2021
Lei 13.431/2017: sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência	2017
Lei 13.010/14: lei do Menino Bernardo	2014

Fonte: elaboração própria a partir de pesquisa virtual, 2023

2.2.3.2 Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico se deu a partir de obras freireanas e de obras que tratam sobre a **sexualidade** e a infância, tal como sobre a problematização da erotização infantil; também perpassa pela **educação**, tanto a educação sexual quanto o caráter ético da educação; aborda também autores sobre a **violência** e a especificidade da violência sexual; e por fim, o papel da **escola** na prevenção e no Sistema de Garantia de Direitos.

Na temática sexualidade e infância, damos destaque à problematização da erotização infantil, trabalhada por Kilbourn e Levin (2009). Para pensar o ser, o sujeito criança, que se desenvolve a partir da sua inteireza, inclusive da sua sexualidade e de seus traumas, traçamos reflexões a partir de Arroyo (2007), o qual discorre sobre não termos imagens únicas e perfeitas da infância, Ramos (2000) que traça o histórico da infância no Brasil, e Sarmento (2004;2009), o qual aponta a importância de olhar para as crianças como atores sociais.

Na bibliografia sobre educação, damos ênfase ao caráter ético e libertador dela (Oliveira, 2006) e à potencialidade em desenvolver uma educação sexual. A respeito da educação sexual, Figueiró (2018, 2010) nos auxilia a compreender o lugar da

afetividade e da importância de se desenvolver uma educação em sexualidade e uma formação crítica aos professores e professoras.

Sobre a violência, Dussel (1993) e Chauí (2003) refletem sobre o caráter desumanizador dela. Já Sanderson (2005) acrescenta a esses saberes detalhando a definição, os sintomas, as suspeitas, as consequências etc. da violência sexual.

A escola aparece na bibliografia da Tese a partir do papel da escola no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (Rovinski; Pelisoli, 2019); já o papel da escola no enfrentamento à violência sexual, é apresentado por Campos (2019) e Figueiró (2018) em uma perspectiva geral e Rocha et al (2011), Lirio (2013) e Machado (2014) apresentam perspectivas a partir do Pará.

Paulo Freire de forma transversal tem contribuições à temática da infância, sexualidade, violência e escola, com destaque às obras *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 2015a), que apresenta uma educação dialógica como possibilidade de transformação e libertação; *pedagogia da autonomia* (Freire, 2016c), na qual os saberes necessários à prática docente também são necessários à uma educação sexual protetora e preventiva e *pedagogia da indignação* (Freire, 2016d) onde o autor evidencia a necessidade de educadores e educadoras posicionarem-se eticamente contra as mazelas que afligem a sociedade, entre as quais: formas de opressão, de desigualdades sociais, preconceitos, abusos sexuais e diferentes violências.

2.2.3.3 Pesquisa de campo

Já a pesquisa de campo ocorreu em três momentos com o coletivo de docentes da educação infantil da cidade de Belém em um auditório da Universidade do Estado do Pará: o primeiro, a **diagnose**, por meio de rodas de conversas; o segundo, através dos **círculos de cultura de formação freireana** para prevenção, envolvendo estudos sobre o tema e a elaboração dos projetos; o terceiro, acompanhamento da implantação dos projetos e o quarto, a **partilha dos relatórios** das experiências desenvolvidas por cada escola participante.

O registro dos dados da pesquisa não se deu por meio de entrevistas ou questionários, mas sim por meio da observação participante, com todas as falas registradas em diário de campo, além da gravação de áudio e transcrição de todos os encontros, além da análise dos projetos e relatórios de aplicação deles.

Essa escolha se deu pois na observação participante o observador passa a ser integrante da estrutura na qual atuará, sendo um processo que “modifica o contexto e

é por ele modificado” (Lintz; Martins, 2009, p. 33), assim, possibilita profundidade e singularidade quanto aos dados obtidos.

Neste momento da pesquisa, “os dados serão construídos sobre o mundo cotidiano e natural dos indivíduos com a participação do pesquisador na situação, inclusive intervindo; mudando, propondo” (Teixeira, 2005, p. 59). A partir disso, nota-se a necessidade da observação ser “controlada e sistemática”, conforme Lüdke e André (1986, p. 25), a fim de captar de forma mais clara na realidade o foco da pesquisa. A observação, enquanto método de coleta de dados, ainda de acordo com Lüdke e André (1986, p. 26), é:

usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens. Em primeiro lugar, a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno.

Com isso, a observação participante é importante para a pesquisa-ação, a qual parte da experiência dos sujeitos, seus saberes e conhecimentos de mundo. Importante para acompanhar e analisar o processo de elaboração de uma pedagogia de prevenção à violência sexual contra crianças, pedagogia de proteção elaborada a partir de educadoras e educadores da educação infantil da cidade de Belém-Pa. Com o intuito de aprender com todo esse processo, foi utilizado o roteiro de observação e de diário de campo presente no Apêndice B.

Para Cachado (2021) um diário de campo de qualidade contribuiu para que a pesquisa qualitativa enfrente críticas quanto à subjetividade. Para além da etnografia malinoviskiana, não há uma única forma de realizar um diário, contanto que registre uma compreensão da realidade sem falseá-la. Nesse sentido, foram registradas no diário: a sequência da atividade, os materiais utilizados, as percepções dos participantes expressas em palavras, gestos e olhares.

O levantamento da realidade se deu a partir das falas dos docentes, por meio de rodas de conversas, foi um momento crucial para a pesquisa colaborativa, pois durante esse momento foram verificadas as primeiras impressões que os sujeitos possuíam a respeito da temática, como já foram atravessados ou não por ela, as dificuldades de enfrentamento e o que gostariam de saber sobre a prevenção à violência sexual contra crianças da educação infantil e quais propostas sugerem para a prevenção no ambiente escolar.

Em seguida, os **círculos de cultura de formação freireana** ocorreram em formato de oficinas (figura 3): as oficinas dialógicas para estudo e debate sobre o tema e as oficinas de criação de prevenção, para que os próprios profissionais criassem atividades de prevenção a serem vivenciadas nas escolas.

Figura 3: círculo de cultura da pesquisa de campo



Fonte: registro da pesquisa de campo, 2024

Partimos dos questionamentos de Brandão (2003, p. 16): “por que não aprender a viver pesquisa com elas, em vez de apenas realizar investigações experimentais sobre elas?”, será que as próprias professoras e professores não têm aprendido a pesquisar e escrever sobre suas próprias experiências?

Os círculos dialógicos em oficinas ocorreram em torno das temáticas a seguir:

- 1) Sexualidade: Educação sexual; educação emocional; desenvolvimento infantil; responsáveis pela proteção; e fatores de risco.
- 2) Violência sexual: dados do Brasil e do Pará; erotização infantil; tipos de violência sexual; consequências; suspeita de abuso sexual; escuta especializada; como realizar uma notificação; e sistema de garantia de direitos.
- 3) Escola, Freire e prevenção: educação libertadora; tema gerador; situação limite; ação-reflexão; e autonomia.

A escolha por essas temáticas se deu a partir da pesquisa bibliográfica e documental mencionada anteriormente, a qual demonstrou a necessidade dos profissionais da educação conhecerem a sexualidade em sua amplitude e perceberem as potencialidades na educação sexual para a prevenção de violência contra crianças. Além disso, há importância em conhecer os dados reais sobre violência sexual a partir do Anuário de Segurança Pública (Brasil, 2023), que ajudam a identificar possíveis casos. Também foi importante trabalhar uma pedagogia freireana por toda sua

potencialidade metodológica e epistemológica de enfrentamento e pela partilha dos participantes a respeito.

Os círculos dialógicos ocorreram por meio de encontros semanais com a seguinte organização e metodologia, durando um ou dois dias cada tema. Inicialmente, os professores receberam um kit de participantes que nos auxiliou em todos os encontros e temas.

Esse kit, conforme figura 4, continha um crachá, pela importância de todos se conhecerem pelo nome durante os diálogos; o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias; um livro infantil intitulado Pipo e Fifi, de Arcari (2018), livro de prevenção à violência sexual em duas versões: uma para bebês e outra para crianças pequenas; além de caneta e caderno, para anotações pessoais e às vezes desenhos ou imagens compartilhadas com o grupo.

Figura 4: kit de participantes colaboradores



Fonte: registro de pesquisa de campo, 2024

Em seguida, detalhamos como se deu a abordagem de cada temática. Entretanto, cabe destacar que as temáticas estão divididas em momentos somente com fins de organização didática, porém, a partir da colaboração e da necessidade do grupo, alguns momentos foram retomados e vivenciados mais de uma vez. Os momentos planejados não foram enrijecidos e seguidos obrigatoriamente na organização apresentada.

É importante salientar também os recursos utilizados no decorrer desses círculos dialógicos e de criação. Como recursos humanos, destacamos, além dos participantes que se voluntariaram para serem colaboradores da pesquisa e da pesquisadora que propõe a tese, seis auxiliares de pesquisa: Amanda Guedes, Camila Santa Brígida, Emily dos Santos, Flávia Araújo, Inezita Silva e Welton Bandeira, todos pedagogos ou estudantes do curso de pedagogia, os quais foram essenciais para a gravação, transcrição, registros e afetos durante todos os encontros.

Como recursos materiais, foram utilizados, além dos kits já mencionados, gravador de voz, diário de campo, projetor multimídia, computador, caixa de som, microfone, cartolinas, caneta hidrocor, barbante, impressões e livros infantis de educação emocional e/ou sexual, os quais ficavam sempre expostos para utilização e consulta, conforme fotografia a seguir (figura 5):

Figura 5: livros utilizados como recursos durante os círculos



Fonte: registro de pesquisa de campo, 2024

A seguir, apresentamos todos os temas trabalhados nos círculos dialógicos, tal como sua metodologia, a fim de que essa pesquisa possa ser reinventada em diferentes contextos e de situar o leitor a respeito de como se deu o processo de produção simbólica dos dados da pesquisa.

Tema 1: sexualidade

1º momento: exposição dos dados que justificam o círculo dialógico com a temática de prevenção à violência sexual.

Foram demonstrados os dados ³referentes ao alto investimento no mercado da pedofilia, que no ano de 2000 girava em torno de 3 bilhões de reais investidos em sites (Sanderson, 2005), o que evidencia que os abusadores têm sido intencionais em investir na violência, logo, a sociedade também precisa de agentes intencionais em investir tempo, recursos e energia na proteção de crianças.

Além disso, apresentamos um gráfico ⁴demonstrando o número de notificações de casos nos últimos anos e pedimos para os participantes analisarem, os quais perceberam que em 2019 e 2020 o número diminuiu consideravelmente, interpretaram que não foram os casos que diminuiriam durante a pandemia, mas o contato das crianças com outras pessoas que poderiam atuar como rede de proteção para realizar essas notificações, tal como a escola.

Apresentamos também a imagem de um bolo com uma vela de 5 e uma vela de 12 em cima. Os participantes compreenderam como a principal faixa etária em que os abusos acontecem. Esse dado justifica a importância da educação infantil se posicionar enquanto prevenção, visto que a maioria dos casos ocorre quando a criança está no Ensino Fundamental.

2ª momento: Informes sobre os círculos dialógicos

Defendemos que uma forma de superar esses dados é sermos intencionais em pensar e agir a respeito, por isso esses círculos dialógicos formativos foram idealizados como trabalho coletivo, coparticipado, lugar de compartilhar conhecimento, realidades, experiências e esperanças sobre a prevenção à violência sexual contra crianças.

Cada sujeito envolvido na pesquisa ocupa um papel único e singular e, por isso, tem a possibilidade de dizer a sua palavra, compartilhando saberes e construindo em colaboração uma pedagogia de prevenção. Realizamos orientação sobre a dinâmica dos círculos de cultura como espaço de troca de sentimentos, de percepções, de crenças, de opiniões, de saberes e de conhecimentos. Destacamos que todos precisam estar atentos à fala de cada um dos interlocutores e são livres para dizer a sua palavra, conforme forem se sentindo desafiados ao debate.

3º momento: Diálogo-problematizador

O tema sexualidade foi introduzido com a pergunta: “Com quem e com quantos anos você descobriu o que é sexo?” Houve o debate da diferença entre sexo

³ Dados apresentados na introdução da pesquisa.

⁴ Presente na página 31.

e sexualidade; como a sexualidade se manifesta de forma diferente em adultos e em crianças; a educação sexual se dá com preparo, intencionalidade, parceria e utilização de recursos lúdicos; o sujeito criança foi apresentado como curioso e há um desenvolvimento sexual infantil: comportamentos sexuais típicos e atípicos; além disso, abordamos a educação emocional como crucial para que nossas crianças aprendam a dizer a sua palavra e tê-la respeitada, além de reconhecer e lidar com as emoções, conhecer formas saudáveis de se relacionar, saber o que é consentimento, empoderamento infantil, partes íntimas, partes privadas e identificar situações de violência.

4º momento: Registro e debate

Registro individual com desenho ou palavra-chave do que entendem por educação sexual. Em seguida, ao som de uma música, todos os participantes circularam pela sala em busca de temáticas semelhantes às suas a fim de montarem grupos de debate. Com os grupos formados, os participantes socializaram suas produções individuais e elaboraram uma produção coletiva sobre a temática cara ao grupo; em seguida, apresentaram e debateram as produções no coletivo.

Essa primeira temática ocorreu em dois dias de encontros presenciais e debates via grupos por meio do celular.

Tema 2: Violência sexual contra crianças

1º momento:

A cada tema apresentado a seguir, os participantes responderam se já tinham conhecimento ou não sobre esse tema, em seguida relataram onde tiveram acesso e o que entendem sobre; após a fala dos participantes, a pesquisadora apresentou os dados ⁵científicos e retornamos à fala dos participantes para discutirmos se e como o tema pode contribuir para uma pedagogia de prevenção.

Os temas foram:

-violência; violência sexual X exploração sexual; tipos de violência: com contato físico, sem contato físico e por meio digital.

-impactos sobre a vítima criança: medo, vergonha, culpa, ansiedade, solidão, depressão, podendo chegar à morte. Fatores que interferem: idade da vítima, duração e frequência, tipo de atividade sexual não é o maior determinante do quanto o abuso

⁵ Dados detalhados na seção 4, a partir da página 122.

afetará a criança. Freire (2015a) destaca que a opressão altera a formação do indivíduo e principalmente sua formação de ser mais humano.

-sinais de alerta e suspeita de abuso sexual: As crianças mais demonstram do que relatam abusos, tendo isso em vista, debatemos sobre os efeitos emocionais, interpessoais, sexuais, cognitivos e físicos, que podem ser consultados a partir da página 99.

-características de possíveis abusadores: Sanderson (2005, p. 53): “Se pudermos entrar na mente de um pedófilo [...] seremos capazes de identificar como os pedófilos escolhem as crianças, como a aliciam para aceitar o abuso e que estratégias utilizam para impedir que ela revele o abuso para outras pessoas. Quando se está munido de informações detalhadas, há possibilidade de proteger as crianças de serem abusadas sexualmente”. Não parecem suspeitas, aliciam primeiramente os pais, responsáveis e professores para então aliciar as crianças; são adultos que apresentam atitudes exageradas de afeto e presentes; ou predileção exagerada por uma criança, o contrário também se aplica.

- Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente: O sistema de garantias só possui sucesso se ocorrer de forma integrada, pois todos possuem responsabilidades em proteger a infância. Debate sobre o encaminhamento correto a partir do artigo 11 do decreto 9603/18 e sobre o papel das redes de ensino.

-Escuta especializada: a partir do exposto, a partir da página 100 discutimos o quadro 20 a seguir:

Tabela 20: infográfico da escuta especializada



Fonte: elaboração própria, 2024

- Notificação de suspeita é diferente de denúncia, se houver suspeita ou relato pela vítima deve obrigatoriamente haver a notificação no Disque 100, aplicativo

Proteja Brasil, ligar para o promotor de justiça da cidade, na SEMEC deve ser realizada a notificação no aplicativo guardiões, e encaminhamento a um dos órgãos competentes: rede de saúde, caso haja necessidade; rede de assistência social (Centro de Referência de Assistência Social/CRAS ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social/CREAS); conselho tutelar; Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente.

Esse primeiro momento foi de muita partilha com os participantes, os quais, em todos os temas, trouxeram relatos de como tem sido a vivência nas suas escolas, as fragilidades e os avanços.

2º momento

Nos pequenos grupos formados na temática anterior, os participantes se reuniram para dialogar sobre a presença ou não da violência sexual, discutindo se na sua vivência na área da educação já tiveram contato ou não com algum caso de violência sexual contra crianças.

3º momento

Ainda em grupos, os participantes debateram com maiores detalhes sobre a escuta especializada e organizaram duas dramatizações demonstrando como reagir ou não em casos de acolhimento de um relato de uma possível vítima ou caso se deparassem com sinais que indiquem um possível abuso.

4º momento

Cada grupo apresentou duas dramatizações e o grupo maior identificava qual delas era a forma esperada de escuta especializada e qual não deveria ser realizada, apontavam o que poderia ser corrigido para que a criança fosse melhor acolhida e encaminhada.

Essa temática também teve duração de dois dias presenciais e conversas semanais de debate entre os grupos por meio de e-mail ou telefones.

Tema 3: escola, Freire e prevenção

1º momento

O encontro teve início com a apresentação de dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) que demonstram a importância do professor se posicionar como agente de proteção da infância. Após isso, os colaboradores foram instigados a pensar e dialogar sobre o que têm se mostrado como desafiador em realizar essa proteção nas escolas, perpassando pela formação dos profissionais, pelas fragilidades de ações isoladas e pelo medo em se posicionar.

2º momento

A partir das dificuldades mencionadas pelos pedagogos presentes, afirmamos que uma forma de superá-las é desenvolvendo uma pedagogia de constante intencionalidade em formar crianças autônomas e partilhar experiências exitosas do nosso cotidiano em formar crianças preparadas para se protegerem e/ou capazes de identificarem situações de opressão e saberem dizer a sua palavra. Diante disso, apresentamos um varal de palavras caras à proteção à violência sexual contra crianças e orientamos que cada participante escolhesse uma palavra ou um dos papéis em branco para escrever uma palavra que considerasse chave na prevenção ao abuso e que tem tido vivência com essa palavra.

As palavras escolhidas para já estarem nos papéis foram termos presentes no pensamento freiriano a partir da questão problema da presente investigação, de como Paulo Freire contribui para prevenção. As palavras foram: silêncio, diálogo, pergunta, dizer a sua palavra, temas geradores, situação limite, empoderamento, confiança, corpo, autonomia, liberdade, ser mais, consciência, esperança, indignação, medo/ousadia e opressão. Cada uma delas foi impressa duas vezes e tivemos dez papéis em branco.

3º momento

Após cada participante olhar as palavras do varal e fazer a sua escolha, ou escrever uma palavra nova, voltamos ao círculo dialógico onde cada um expôs a palavra escolhida e o porquê. Somente duas participantes escolheram escrever as suas palavras, porém, também as expuseram com um viés freireano, as palavras extras foram: escutar e aprender.

Tema 4: círculos de criação

A elaboração das propostas de práticas de prevenção aconteceu de forma concomitante aos círculos dialógicos. Além das reflexões sobre os temas e sobre as práticas, eram constantemente compartilhadas estratégias, recursos, temas, abordagens e materiais que poderiam ser utilizados nos projetos de prevenção. Assim, durante os momentos de debate com o coletivo, nas conversas em grupos menores e/ou nas falas exclusivamente com a pesquisadora pessoalmente, via e-mail e via WhatsApp, ideias eram ventiladas e reelaboradas a partir da realidade de cada escola ali representada.

Já o acompanhamento das implementações nas escolas também foi feito por meio de conversas presenciais, via e-mail e via WhatsApp, com o compartilhamento

e diálogo sobre esboços de relatórios, vídeos, fotos e transcrições das ações freireanas desenvolvidas.

Por fim, houve a **partilha da sistematização das práticas de prevenção**, que se efetivou por meio dos relatórios compartilhados e discutidos com o grupo. Ao fim dos círculos dialógicos e de criação, tivemos uma pausa de um mês nos encontros presenciais e mantivemos contato por e-mail para diálogo sobre as ações e o registro delas. Alguns participantes realizaram o planejamento em grupo e outros de forma individual por escola.

Após as práticas vivenciadas e registradas nas escolas pelos colaboradores da pesquisa, houve o compartilhamento por meio de relatório de sistematização das práticas e houve o debate em círculo dialógico. Os relatórios foram debatidos por meio de exposição em conversa, em fotos, em compartilhamento de materiais utilizados e por meio de encenação da prática, de marcha/caminhada em prol da infância.

Durante o círculo dialógico de partilha de práticas, houve relato de casos descobertos a partir dos dados discutidos na pesquisa, houve reflexão sobre fragilidades/erros cometidos pelas escolas em casos anteriores de notificação e encaminhamento de dados e houve o relato de práticas com crianças, com professores, com servidores, com pais, com a comunidade e com a rede de proteção, como detalharemos a seguir nas seções de análise da pesquisa.

2.2.3.4 Análise e cuidados éticos da pesquisa.

A sistematização dos dados foi efetivada tendo por base os registros do levantamento documental; das rodas de conversas, do levantamento da realidade; dos círculos dialógicos formativos freireanos, da observação participante e dos diários de campo; além da sistematização das ações de prevenção nas escolas.

Para analisar esses dados, foi utilizada a lógica da tematização freireana que, segundo Oliveira (2024, p.17-18):

Parte de temáticas significativas levantadas por meio de categorias teóricas ou de categorias emergentes das falas dos sujeitos. Posteriormente, realiza o que Freire denomina de “redução temática”, retirar das temáticas, palavras geradoras ou problemáticas expressas nas narrativas, textos, imagens ou outras estratégias realizadas com e produzidas pelos sujeitos, buscando analisar as suas codificações, cujas representações possibilitam compreender e ampliar a realidade percebida pelos participantes da investigação, bem como a sua situação de sujeitos de conhecimentos. Efetiva um processo de decodificação, que consiste na leitura e compreensão crítica da realidade codificada, descrevendo a situação e estabelecendo a relação entre as partes e o todo. Deste movimento emerge o que Freire (1987) denomina de “tema dobradiça”, isto é a identificação de novos temas, que contribuem para a organização e análise do texto da pesquisa.

As categorias de análise foram traçadas no decorrer da pesquisa, a partir do contato com a realidade, todavia, partimos o estudo das categorias analíticas: educação sexual; educação freireana e prevenção à violência sexual.

Essas categorias analíticas foram trabalhadas como temáticas de debates nos círculos dialógicos com os participantes da pesquisa, das quais foram retiradas palavras geradoras, que após serem agrupadas ampliaram as discussões e possibilitaram a criação de temas dobradiças, isto é, novos temas para reflexão sobre o tema.

Exemplo

Temática significativa

Educação sexual

Palavras geradoras

Conhecimento/ cuidar/rede de proteção/ alerta/segurança

Temas dobradiças

Educação sexual é conhecimento

Educação sexual é cuidar

Educação sexual é rede de proteção

Educação sexual é alerta

Educação sexual é segurança

Assim, foram também utilizadas categorias analíticas e categorias temáticas definidas por Oliveira e Mota Neto (2011) respectivamente como retiradas do referencial teórico e como oriundas dos dados coletados na concretude da pesquisa. Todo esse processo de categorização possibilita que a temática seja estudada como um todo e nas suas particularidades ao mesmo tempo, a partir da organização dos dados, a qual permite que pesquisadores se apropriem do fenômeno em análise e criem novas possibilidades.

Cuidados éticos da pesquisa foram tomados, como o envio do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), aprovado pelo parecer de número 6.943.053 (anexo 1), e a assinatura dos professores e gestores do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme as Resoluções 510/2016 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Quanto aos riscos, a exposição do participante sobre o que pensa acerca de determinados temas; permitir que o pesquisador acompanhe suas práticas, seja como observador participante ou seja, com intervenções planejadas; significa já

um risco na pesquisa. Em face desta situação, este estudo se preocupa e se compromete a manter o sigilo ético de todas as pessoas que o integrarem.

No que se refere aos benefícios do estudo, compreende-se que profissionais que se voluntariarem à construção dessa pesquisa, que visa à proteção de crianças, poderão ter estratégias e conhecimentos capazes de identificar sujeitos que passaram por situações de abuso e educar crianças para a prevenção desse tipo de violência.

O tipo deste estudo envolve uma dinâmica colaborativa, desta maneira, se propõe a elaborar em coletividade uma pedagogia de prevenção à violência sexual contra crianças, por meio da formação permanente. Os dados coletados serão digitados e armazenados em nuvem de forma virtual por tempo indeterminado.

3 INFÂNCIA E EDUCAÇÃO SEXUAL

Como uma espécie de convite a pensar uma educação sexual outra, uma educação protetora que parta das características dos sujeitos da educação infantil, a presente seção traz a necessidade de partir da noção de infância. Para isso, utilizamos uma compreensão não cronológica da infância, mas compreendemos, assim como Freire (2003) a infância como uma qualidade de vida.

A educação freireana nunca acontece para os sujeitos, nunca ocorre somente a depositar informações em recipientes vazios, ela ocorre *com* as pessoas, a considerar as suas especificidades, isso se aplica também a uma pedagogia freireana de prevenção. Por isso, cabe discutir e refletir a respeito de quem é o alvo dessa proteção. Nessa seção, abordamos o ser criança em sua inteireza, como sujeito de direitos, a evidenciar como a história da infância no Brasil tem sido de negação; abordamos também o que é infância e educação infantil a partir de um viés que valoriza a infância como educadora da sociedade.

Além disso, discorreremos detalhadamente sobre educação sexual, para fugir do esvaziamento ideológico ultraconservador de que a educação sexual erotiza as crianças e as ensina a praticar ato sexual. Logo, apresentamos a educação sexual como uma necessidade ética, que faz parte do desenvolvimento infantil, atrelada à boniteza do ser criança, ser cheio de curiosidade e potencialidade para aprender.

3.1 Ser criança: um sujeito que tem direito à proteção integral

A infância no Brasil não teve e nem tem uma perspectiva única, mas sim diversas infâncias. O problema está no fato de que, em vários momentos da história, a criança e o adolescente foram vistos como objetos. Ramos (2000) afirma que desde a origem do Brasil havia desprezo e desvalorização pelas crianças. Durante as grandes navegações para o Brasil não vinham crianças abastadas, pelo contrário, vinham inúmeros homens, pouquíssimas mulheres e crianças pobres ou órfãs.

Os meninos, durante essas viagens, faziam trabalho pesado e padeciam de diversos abusos sexuais cometidos pelos marujos. Já os meninos pajens realizavam tarefas mais leves de conforto aos oficiais, porém, também eram submetidos aos mesmos abusos sexuais. As meninas que também eram pobres vinham com o objetivo de serem esposas dos homens solteiros que começavam a se instalar nessas terras, todavia, durante as viagens, também passavam por violência sexual e sem poder denunciar para não prejudicar seus futuros casamentos em solo.

A violência não se limitava às crianças e adolescentes pobres portuguesas, ela se alastrava às crianças negras que desempenhavam todas as funções e humilhações de serem escravizadas, tornando-se adultas por meio das suas atividades. As crianças indígenas também eram submetidas a adestramento físico e mental.

No Brasil do século XIX, a infância seguia objetificada e sem valor, as instituições de ensino não tinham como principal preocupação a formação desses seres, mas sim a assistência a essas crianças para que as mães pudessem estabelecer atividades econômicas.

A partir do século XX, ainda conforme Ramos (2000), a criança passa a ser vista por diversos campos da ciência, como a psicologia, a medicina e a pedagogia, além de ocorrerem convenções e declarações internacionais sobre a infância. Porém, no privado, a cultura da violência seguia orientando os pais, que entendiam os filhos como propriedades que poderiam ser tratadas da maneira que entendessem como melhor.

Já no século XXI é proposta a indissociabilidade entre educar e cuidar, crianças e adolescentes passam a ser vistos como ativos e criativos. Na passagem do século XX, para o XXI passam a vigorar leis que pensam na proteção integral e na prioridade absoluta da infância, a considerar também a temática da violência sexual contra crianças, como a Constituição Federal (1988) e ECA (1990):

Art. 227. “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Parágrafo 4o. – “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”. (Constituição Federal).

Art. 13 – “Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças ou adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”. (ECA)

Art. 245 – “Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança e adolescente”. Pena: multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (ECA).

Mesmo com esse caminhar legal, a infância não pode ser vista como homogênea e nem em uma história linear ou periódica. Para Oliveira e Santos (2011, p. 33) “educar a criança significa ter clareza do contexto cultural e social em que ela

está inserida, respeitando as suas características peculiares, suas experiências de vida e, sobretudo, compreendendo quem é essa criança”.

Sarmiento (2004) aponta crianças como atores sociais marcados por condições estruturais, assim, a individualidade desses sujeitos também perpassa por diversos outros fatores. As crianças, como atores sociais, têm sido ativas em elaborar a infância enquanto fenômeno social.

Apesar de toda potencialidade das crianças e da enorme importância que há em pesquisá-las devido à sua presença demográfica, transformações de gerações para gerações, contextos de exclusão, miserabilidade e violência aos quais muitas crianças são submetidas, a infância ainda vem se firmando enquanto área de referência, conforme Sarmiento (2009).

Isso se dá devido à história ocidental e à ciência moderna subalternizarem e invisibilizarem determinados sujeitos. As crianças não têm sido consideradas como sujeitos de direitos e responsabilidades de todos, elas ainda se encontram submissas ao espaço privado, que é a família, o controle absoluto dos adultos sobre as crianças.

Porém, a sociologia da infância apresenta-se em uma contrapartida, demonstrando que a infância é relevante e tem impacto em toda a sociedade, nas palavras do autor: “ao estudar a infância, não é apenas com as crianças que a disciplina se ocupa: é, com efeito, a totalidade da realidade social o que ocupa a Sociologia da Infância” (Sarmiento, 2009, p.3).

Nesse sentido, elaborar uma pedagogia de proteção das crianças não pode ocorrer somente com uma abordagem biológica, pois a infância enquanto construção social é marcada por aspectos estruturais, culturais e afetivos. Não há uma essência única do ser criança, a infância é traçada na história e na cultura, as quais têm tido registros de violência contra crianças. Na história, como já mencionado: desde a colonização do Brasil, corpos infantis têm sido utilizados como objetos para os adultos. Na cultura, como já destacado também, temos forte naturalização da erotização da criança.

Elaborar, em conformidade com a sociologia da infância, uma pedagogia de prevenção à violência sexual contra crianças perpassa pela superação do adultocentrismo, ou seja, não analisar a infância a partir da experiência ou expectativa do adulto sobre a criança, mas utilizar estratégias, como a etnografia, para compreender e aprender com crianças. O que muito se aproxima de uma pedagogia freireana, pois necessita partir do sujeito, não do que eu espero dele. Exige também

compreender a importância da criança como sujeito que carece de proteção, proteção essa responsabilidade de todos. O adulto não é o mais importante na educação sexual de prevenção a violências, conforme afirma a pedagoga Taís, colaboradora da pesquisa:

Uma mãe me perguntou “como é que eu vou falar pro meu irmão que não gosto e não é para ele ficar embalando na rede com a minha filha?” eu acho incrível que a preocupação sempre é com o adulto, “quem tem que ser protegido não é o teu irmão, ele já é adulto, quem carece da tua proteção é a criança, ele gostando ou não (Taís, Relatório 2, 2024, p. 3).

Esse adultocentrismo tem sido um aliado da falta de educação em sexualidade, pois os adultos partem das suas expectativas de que as crianças não tenham acesso à sexualidade e acabam por deixá-las mais vulneráveis, ao invés de partir das suas curiosidades para uma educação segura.

Uma maneira de enfrentar essa perspectiva é contrapô-la com o convite que Freire nos faz a olhar a criança e a infância a partir de um olhar utópico e esperançoso, a partir da importância que suas vozes e existências possuem, para Silva (2021, p. 1015):

renunciar o adultocentrismo que ainda impera em nossas instituições implica desconstruir a cultura do silêncio que se impôs sobre as vozes infantis, legitimando seu lugar na sociedade como cidadãs, atores sociais e políticos com direito à participação.

Superar o silêncio o qual a sociedade tenta impor às crianças é uma missão da educadora e do educador freireano, tendo em vista que Freire (2015a) coloca como necessidade conhecer o seu mundo a partir do diálogo com elas, não somente para educá-las, mas para educarmos a nós mesmos.

Aprender com a infância e estar conectado à nossa meninice é crucial para nos mantermos esperançosos e críticos. Silva (2021, p. 1009) aproxima a infância do pensamento freireano ao afirmar que ambos são baseados em um esperar e sonhar, ambos questionam a maneira rígida de ver o mundo: “Com sua potência, a infância nos desenfeitiça, dando a ver um mundo de abertura e possibilidades onde até então era apenas reprodução, padronização, homogeneidade. Questiona nossas supostas certezas”.

Já Kohan (2020, p. 10) faz essa aproximação observando como as características potentes e criadoras de Freire são características da infância. Além disso, discorre sobre como Freire ter recebido o título de menino permanente (pela Biblioteca Comunale de Ponsacco, na província de Pisa, Itália) evidencia que a

infância não é um atributo cronológico, mas algo potente e decisivo para o pensamento freireano. Para o autor, Freire se parece com a infância, pois

inventa palavras, sentidos outros para palavras já existentes ou recria palavras que caíram no abandono adulto; teima em questionar-se a si mesmo e aos outros, lançando perguntas insólitas, inesperadas, insensatas, mostrando-se curioso e inquieto com a vida individual e comum. E teima em sonhar e lutar pelos seus sonhos.

Nesse aprendizado, podemos arriscar definir a infância não como um tempo cronológico e nem como uma, mas como potência vital, como qualidade, que em sua multiplicidade e alteridade nos leva a ser mais. Para Kohan (2020, p. 11) “a meninice ou infância não é a atribuição de um tempo quantitativo, da (pouca) quantidade de tempo vivido, mas um atributo da qualidade de uma vida” e “a meninice, está em questionar, sonhar e lutar por um mundo de alegria, beleza e justiça para todos os seres humanos” (Kohan, 2020, p. 12).

Luta muito presente nas minhas memórias de atuação na educação infantil, consigo lembrar de infinitos exemplos das crianças lutando no seu cotidiano pela alegria e justiça para todos: as crianças só estavam à vontade o suficiente para viver a alegria do parquinho se todas estavam, se uma estivesse chorando, sempre havia outra para vir me avisar e pedir ajuda para que aquela criança se alegrasse; se uma estivesse sem merenda, sempre havia outra para reivindicar por ela.

Daí a importância de conhecermos e dialogarmos com a infância. Freire, em cartas enviadas à sua prima Natercia, destaca a necessidade de valorizarmos a infância e com ela aprendermos constantemente, a fim de que a nossa infância nos acompanhe e oriente sempre:

É uma coisa boa, Natercinha, que a gente nunca deixe de ser menino. Os homens atrapalham as coisas, complicam tudo. Não sei se você vai entender isso que vou lhe dizer. Mamãe e papai lhe explicam melhor. Cresça, mas nunca deixe morrer em você a Natercinha de hoje, que começa a descobrir o mundo, cheia de curiosidade. Se os homens não deixassem morrer dentro deles o menino que eles foram, se compreenderiam melhor (Lacerda, 2016, p. 50).

Diante desse convite de olhar para as infâncias com maior atenção, cabe refletirmos sobre as muitas infâncias. Uma infância em particular a ser olhada aqui é a de Freire (2003), a qual aparece em Cartas à Cristina e revela o quanto sua infância cronológica o forjou como um adulto crítico, curioso e utópico em mudar o mundo tal qual uma criança (2003, p. 37-8):

As dificuldades que enfrentei, com minha família na infância e na adolescência, forjaram em mim, ao contrário de uma postura acomodada diante do desafio, uma abertura curiosa e esperançosa diante do mundo.

Jamais me senti inclinado, mesmo quando me era impossível compreender a origem de nossas dificuldades, a pensar que a vida era assim mesma, que o melhor a fazer diante dos obstáculos seriam simplesmente aceita-los como eram. Pelo contrário, em tenra idade, já pensava que o mundo teria de ser mudado. Que havia algo errado no mundo que não podia nem devia continuar.

Freire (2003) afirma que seu primeiro curso de realidade brasileira ocorreu ainda na infância, ao presenciar debates entre o pai Joaquim Freire e o tio João Monteiro, o que evidencia como as crianças ao nosso entorno são atentas e marcadas pelos diálogos e experiências que as cercam.

Me lembro como o desrespeito às liberdades, o abuso do poder, a arrogância dos dominantes, o silêncio a que se submetia o povo, o desrespeito a coisa pública, a corrupção que ele [o pai] chamava de 'ladroeira desenfreada', eram referidos em suas conversas, em seus comentários. Ele nos ensinava democracia não apenas através do testemunho que ele nos dava – o do respeito a nós, a nossos direitos, o da forma como estabelecia limites necessários a nossa liberdade tanto quanto a sua autoridade – mas também pela crítica sensata e justa que fazia aos desmandos dos poderosos (Freire, 2003, p. 71-2).

Assim, além da vertente crítica, Freire rememora que desde a infância aprendeu sobre afeto, ternura, respeito e tolerância na convivência com seus pais e com a natureza: “mas que compreensão minha mãe e meu pai tinham da formação, da educação, do uso da liberdade, da criatividade, do respeito, da tolerância!” (Freire; Guimarães, 2011, p. 33).

Todavia, nem todas as infâncias são marcadas por afeto, criticidade e proteção, como foi a infância de Freire, muitas são marcadas por rupturas com a infância, o próprio Freire (2003) se apresenta como uma menino conectivo com essas diferentes infâncias, pois, após a morte do seu pai Paulo Freire passa a conviver e viver realidades distintas, passa a ter pausas no brincar para preocupar-se com o sustento e com o trabalho, dialogando com diferentes crianças, algumas filhas de operários, também envolvidas com o trabalho, outras filhas da classe média, entre outras. De acordo com Kohan (2020, p. 12):

Paulo Freire também ajuda a pensar que a infância não é uma questão limitada à própria biografia; ao contrário, ela extrapola a particularidade de uma vida; ela diz respeito a todas as infâncias, a qualquer vida, a todas as vidas concebidas como uma com-unidade e, também, às possibilidades da infância e da vida serem de outra maneira do que elas são.

Olhar essa alteridade e multiplicidade de infância é necessário para que uma pedagogia de prevenção seja analisada, pois, apesar do senso comum afirmar que a violência sexual pode ocorrer com qualquer um, afirmamos que as crianças em maior vulnerabilidade estão mais sujeitas a sofrer essa violência.

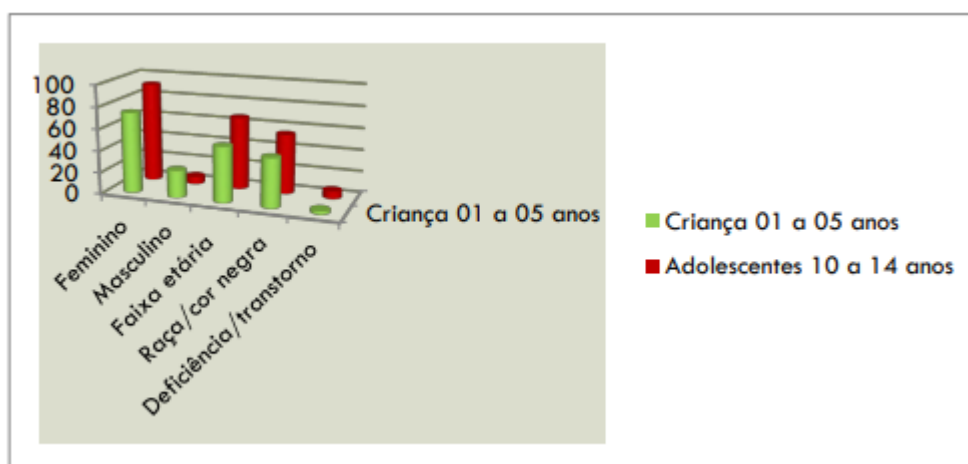
A classe social tem um impacto relevante, pois as crianças passam mais tempo sem supervisão de responsáveis, passando mais tempo nas ruas, nas casas de vizinhos e parentes enquanto seus pais trabalham por horas e turnos a fim. Além disso, a estrutura das casas com somente um quarto ou até mesmo somente um cômodo para toda a família expõe as crianças a verem situações que podem ser consideradas como violência sexual.

Sem adentrar de fato na questão da exploração sexual, na qual crianças trocam seus corpos por alimentos, roupas, brinquedos e condições básicas de existência, crianças as quais muitas vezes são negociadas por seus próprios familiares em contextos em que a comunidade normalizou esse crime.

Além da questão de classe, damos destaque à questão de gênero. Conforme a tabela 21 a seguir, a maioria exorbitante dos casos de violência sexual ocorre contra meninas, evidenciando que o corpo da mulher é objetificado, erotizado e subjugado desde a infância, demonstrando a pior vertente da violência de gênero. Essa violência “se fará presente em qualquer contexto patriarcal no qual a imagem da mulher está associada à subordinação aos homens” (Tilio, 2021, p.11). Logo, enfrentar a violência sexual perpassa por questionar a forma como a sociedade tem se organizado historicamente.

A negação e subalternização da mulher é responsável pela instauração da cultura do estupro, a qual “é uma consequência da naturalização de atos e comportamentos machistas, sexistas e misóginos típicos de uma sociedade patriarcal” (Tilio, 2021, p. 8).

Tabela 21: dados do boletim de análise do Ministério da Saúde baseado no Sistema Nacional de Agravos e Notificações – SINAN sobre violência sexual contra crianças e adolescentes de 2011 a 2017



Fonte: Ministério da Saúde/ SINAN, 2018

Os dados do SINAN de 2018 no que diz respeito às crianças demonstram 74,2% das crianças vítimas de violência sexual eram do sexo feminino e 25,8% eram do sexo masculino. Além disso, afirma que 45,5%, das vítimas eram da raça/cor da pele negra e 3,3% possuíam alguma deficiência ou transtorno.

Assim, é evidente que violência sexual contra crianças é um problema marcado por interseccionalidade de gênero, raça, classe e condição social, como corrobora Silva (2021, p. 1013) e nos questiona a proteger toda a diversidade das nossas infâncias:

[Toda criança] deve ter assegurados os seus direitos de participação, provisão e proteção. Pensando nesse contexto de barbárie em que vivemos, onde estão as crianças? Como estão vivendo suas infâncias nesse contexto pandêmico? Estão elas protegidas não apenas do vírus, mas das inúmeras violências sofridas em função de sua classe social, idade, gênero, raça, etnia, orientação sexual e outros tantos marcadores sociais?

Diante disso, para que crianças sejam protegidas, é necessário que toda a sociedade seja repensada e se posicione em defesa das crianças, como já dito anteriormente, porém, retomamos a afirmar: para que a infância seja desenvolvida em sua integralidade e protegida, precisamos que, além da família, a escola se posicione como um local de proteção, e mais do que isso, de prevenção para que casos não ocorram.

Nesse sentido, para aprendermos e protegermos a infância, é importante pensar na educação infantil, que recebe essa multiplicidade de sujeitos, independente de raça, etnia, gênero e classe social. Como esse espaço estará preparado para lidar com essa diversidade? Como esse espaço poderá ser protetor? Que educação infantil vivemos? As crianças têm tido voz nesse espaço que deveria ser protagonizado por elas?

Kohan (2020, p. 9) afirma a necessidade de “educar as infâncias ou, talvez melhor, infanciar a educação [...] uma educação infantil propriamente dita, uma infantilidade da educação que aprende com a infância e carrega a infância sempre, por toda vida”, corroboramos que a única maneira de haver uma pedagogia de prevenção na educação infantil é deixando/estimulando que a infância seja prioridade. Prioridade nas ações pedagógicas, no ouvir as crianças, do ato de educar, sem silenciá-las ou podá-las aos padrões dos adultos.

Essa prioridade à infância deve perpassar inclusive educadoras e educadores infantis, os quais devem buscar serem infantis em sua potencialidade. Kohan (2020, p. 11) anuncia que: “Paulo Freire quer, para educar meninos e meninas de todas as

idades, educadores e educadoras meninas, infantis, de vida curiosa, inquieta, com gosto de perguntar e de querer crescer, criar, transformar e sem medo de sonhar”. Essa infantilidade cara aos profissionais das infâncias é a fim de manterem-se esperançosos em compreender que toda sua cotidianidade é capaz de mudar o mundo de cada criança que os atravessa.

Um educador ou educadora nunca pode deixar de ser menino ou menina, e uma vida educadora nunca pode deixar de ser uma vida menina ou infantil. Porque, se o deixasse, seria uma vida sem curiosidade, sem sonhos, sem luta, ou seja, uma vida não educativa. Assim, a vida de um educador ou educadora curiosa, incansável, insatisfeita, mobilizada, vivaz, esperançosa é infantil, sem importar a idade cronológica de quem a vive. Uma vida educadora infantil é uma vida que não se cansa de perguntar, sonhar e criar, que vive cada presente como se fosse a primeira vez que o vive, que está sempre começando a viver, e pensa que sempre é tempo para começar. Uma vida educadora infantil é uma vida de inquietação e mudança (Kohan, 2020, p.12).

Diante disso, esperançosos em uma educação infantil que desenvolva uma educação sexual protetora a partir das próprias características da infância, alegamos a seguir a educação sexual como uma necessidade ética e social das crianças, cara ao desenvolvimento desses seres, que enaltece a boniteza da vida e se dá por meio do diálogo.

3.2 Educação sexual/ educação em sexualidade com crianças: necessidade ética e social

Esse estudo, cujo objeto de foco é a prevenção à violência sexual contra crianças, se situa no campo da educação sexual, a qual está situada no caráter ético da educação, na necessidade de olhar para a realidade e perceber a potencialidade em transformar a realidade, em não estar atônito nem inerte frente às opressões e violências. Teles (1999, p. 11) ao analisar a sociedade, questiona

O que assistimos na atualidade? A predominância da violência, da indiferença, da hostilidade, do desamor, do individualismo, a ausência de colaboração, de ordem, de respeito, de diálogo, de confiança, de sinceridade, de responsabilidade, de gratidão, de paz [...]. O ser humano tem desenvolvido muito a ciência e a tecnologia, mas pouco a moral, a ética e as relações humanas. Temos que buscar novas diretrizes que possam reverter esse quadro. É papel das instituições educativas, pois, e principalmente da escola, ensinar nossos educandos a pensar e a refletir.

A educação em sexualidade possui um caráter ético por buscar tornar a sociedade mais humana. Por buscar formação integral, afetiva e ética das crianças, a combater desamor, violência e silêncio.

Oliveira (2006) aponta a ética como imprescindível para a convivência humana, pois os princípios éticos não podem se limitar à teoria, eles se dão como reflexão, mas se fazem presentes na realidade práxis.

É indispensável que se estabeleçam novos referenciais éticos, tendo como suporte a sensibilidade e a criticidade humana e como critério a vida e a pessoa humana. É preciso que se lute contra as injustiças sociais que transgridem a ética, contra o desrespeito à vida e à pessoa humana e contra qualquer tipo de violência. Luta fundada em uma ética crítica e material (Oliveira, 2006, p. 184).

Assim, a educação sexual não se encontra no campo da moralidade, em ensinar o que é certo ou errado, esperado ou inaceitável. A educação sexual é uma urgência ética de reflexão e ação de transformação da realidade contra toda forma de violência e negligência. De forma que viabilize novas possibilidades de a criança ver, compreender, amar e proteger a si e ao outro.

A ética crítica e material se contrapõem a uma educação moralista, conforme Oliveira (2006). Tem a vida como princípio fundamental, a ser exercida com dignidade e liberdade. Diante disso, afirmamos que uma educação para a sexualidade não deveria estar focada somente em amedrontar as crianças quanto às infecções sexualmente transmissíveis, enquanto existem crianças que nem sabem o que é um abuso sexual, às vezes não sabem que estão sofrendo e sabem menos ainda a quem recorrer para obter ajuda para preservar sua vida.

Nessa Tese, entendemos que a **educação sexual** contribui para uma educação emocional, para compreensão do que são relacionamentos, partes íntimas do corpo, partes privadas do corpo, limite corporal, consentimento, respeito, compreensão da existência de outros sujeitos diferentes de mim, autonomia para se manifestar e expressar. Com isso, é uma educação que ajuda a prevenir abusos sexuais, além de formar a pessoa com o intuito de ser mais.

Figueiró (2018) discorre sobre a inevitabilidade da educação sexual, ela é tão formativa das nossas identidades que, estando no planejamento ou não dos professores, ela estará no chão da escola e de qualquer outro ambiente constituído por seres humanos. O autor define Educação sexual como:

Toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja ao nível de conhecimentos de informações básicas, seja ao nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual (Figueiró, 2010, p.3).

Logo, ela pode ser formal ou informal, assim como a educação. O formal abarcaria situações intencionais de círculos dialógicos, oficinas, palestras, aulas sobre

algum tema específico da sexualidade, já o informal se dá ao abordarem sobre as formas de ser, agir, pensar, sobre tratar o outro e/ou sobre família.

Assim, escolher não falar sobre sexualidade é tão falacioso quanto falar em uma educação neutra. Não falar sobre sexualidade já é uma forma de educação sexual, que apresenta a temática como um tabu e que os educandos devem aprender por si só. “O não falar de sexo, seja em casa ou na escola, leva o educando a considerar que este é um assunto que se deve comentar, possivelmente, por vergonha” (Figueiró, 2018, p. 37).

A esse respeito, Freire (2000) contribui para pensarmos os impactos de escolher não trabalhar uma temática necessária ao ser humano, se eximir não é uma postura ética. Optar por não opinar já é uma escolha de impacto para nossas crianças, que estão em processo de formação. É responsabilidade do educador trabalhar com a verdade.

Para Freire (2000, p. 37), “não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre em si mesma e a perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite a neutralidade”. Desta forma, a neutralidade é uma farsa, que também forma ou deforma os educandos. Toda prática educativa tem um fim, é movida por algo, o que não implica em impor algo aos educandos, mas sim abordar a realidade em sua totalidade e deixar transparecer a intencionalidade de toda escolha pedagógica.

A educação sexual deve ocorrer de forma intencional, não somente quando a criança perguntar especificamente a respeito, diversas outras perguntas e curiosidades podem ser basilares para a introdução de temáticas pertinentes à educação em sexualidade, pois a sexualidade faz parte da constituição do ser humano.

Michele, uma das colaboradoras da pesquisa, traz um relato que demonstra o potencial que a intencionalidade tem na educação sexual de filhos e de educandos, um potencial protetor e que dá subsídios à criança reconhecer experiências de violência, à criança saber que tem voz, à criança ter a quem recorrer:

Quando a gente fala de intencionalidade eu vivi uma experiência muito interessante com a minha filha, ela tem doze anos e faz parte do público da educação especial. Eu me formei muito cedo como pedagoga, na época a minha monografia foi sobre educação sexual. Quando a minha filha nasceu eu tinha uma preocupação muito grande, pelas minhas vivências de adolescência, eu sempre tive esse cuidado de prepará-la para essas temáticas. Desde pequena sempre tive uma

linguagem clara com ela, que ninguém pode tocar, sempre sem apelidos das partes íntimas da nossa época. Ela me trouxe uma vivência dela na escola. Eu estava no trabalho quando ela me mandou uma mensagem que precisava falar comigo e era urgente. Ao chegar em casa ela me falou que sabia que uma colega dela estava sendo vítima de violência sexual e que eu podia socorrê-la. Eu me senti na obrigação de ir à escola, pedi uma fala com a gestão e a colega foi encaminhada e hoje está sendo atendida pelo Para Paz. A intencionalidade pode ter esses resultados (Michele, relatório 2, 2024, p. 2).

Assim, uma educação sexual é capaz de proteger não só quem a recebe, mas também quem está ao seu redor, por isso é uma educação crucial que exige preparo. Para Figueiró (2018, p. 68): “Cabe ao educador planejar e desenvolver atividades de ensino-aprendizagem que promovam o desenvolvimento intelectual, emocional e moral do educando, em vez de aguardar passivamente um amadurecimento espontâneo”.

Tendo isso em vista, a educação sexual não é voltada somente para determinada faixa etária, deve ser trabalhada desde o início da vida da criança, estabelecendo relações de afeto, de respeito e de autonomia, pois na primeira infância é o momento em que as crianças estão criando maiores conexões cerebrais para aprender.

Todavia, no decorrer da pesquisa de campo, ficou evidente que sexo e sexualidade não foram uma pauta vivenciada de forma intencional, nem mesmo natural a todos os participantes da pesquisa em casa. Dos 39 colaboradores da pesquisa, somente 4 afirmaram que souberam o que era sexo a partir de conversa com a família, pois era um tema proibido. Mesmo que levassem a curiosidade, o tema não era acolhido, como observamos na fala da professora Bela (relatório 2, 2024, p. 1):

A questão do sexo não era permitido falar dentro de casa, porque tudo era pecado, então a gente só tinha a visão da igreja, de que o nosso corpo era um templo sagrado, que a gente não podia deixar ninguém tocar, então na adolescência, na escola foi que eu fui começar a ouvir sobre, foi onde tive os primeiro ensinamentos. Quando as minhas colegas falavam alguma coisa eu ficava admirada com o que elas já sabiam. Eu chegava em casa e até tentava conversar sobre saliência, que era essa a palavra que a gente usava, e já fiquei de castigo várias vezes por compartilhar essa curiosidade em casa. Já o meu filho, com oito anos me perguntou “como eu nasci?” e antes de eu responder ele disse que eu não precisava mais falar porque ele já viu na internet, olha a diferença não é? Hoje em dia as informações estão todas aí. Fui conversar com ele e ele disse: mamãe é tão nojento!

É curioso observarmos nessa fala como o silêncio sobre questões da sexualidade se perpetuou de mãe para filho e provavelmente de escola para escola, pois a mãe relata que foi aprender sobre sexualidade a partir de fala de colegas na escola, não de maneira intencional pelo sistema educativo, o mesmo aconteceu com o filho, que não teve a informação em casa e nem de maneira adequada pela escola, as crianças de hoje em dia, tal qual a do relato, estão sendo educadas a partir da visão erótica e sem filtro da internet, das mídias e das redes sociais, enquanto a família e a escola não assumem seus papéis de educadoras sexuais de forma coerente com a idade e fase do desenvolvimento de cada criança.

Por outro lado, dentre as quatro pessoas que tiveram conversas em casa sobre sexualidade, destacamos a fala de Thays Souza (relatório 2, 2024, p. 1), a qual teve uma informação tardia, também não fornecida pela escola, porém, quando a conversa aconteceu, a pauta sexualidade tornou-se comum em sua casa da infância e em sua casa e exercício já como adulta:

Eu descobri o que era sexo com oito anos, quando eu bati em um coleguinha, porque eu disse que tinha nascido na cegonha e ele ficou rindo de mim. Eu fiquei muito aborrecida e a gente acabou brigando. Quando eu cheguei em casa a mamãe foi me explicar, foi quando ela sentou para conversar. A partir daí o negócio em casa foi muito aberto em conversa diária. Isso há muito tempo atrás, quando a gente não tinha essa enxurrada de informações, hoje não dá pra gente criar nossos filhos, netos e educar nossos alunos com essa ideia de que a gente nasce da cegonha, porque a mídia tá aí, o coleguinha tá aí. Hoje, mãe de duas mulheres eu sigo muito o que a minha mãe passou, já sou avó e hoje tudo flui muito sobre o tema em casa.

Como a sexualidade faz parte de toda a vida da humanidade, desde a concepção do ser humano, a educação sexual também deveria se fazer presente, pois cada fase do desenvolvimento da criança possui um desenvolvimento sexual e comportamentos sexuais típicos a elas, tal como as indicações de desenvolvimento humano que são disponibilizadas nas carteiras de vacinação de todos os bebês, as informações sobre sexualidade deveriam ser de acesso de toda a população para proteção de crianças.

Porém, educadores, tanto mães/pais quanto professoras/professores têm fugido dessa temática, vista como tabu, enquanto é na infância que a maioria dos abusos sexuais ocorre. A respeito disso, cabe destacar que as crianças têm sido protegidas das suas próprias características:

as crianças em diversas situações do cotidiano são protegidas de sua própria subjetividade, por serem consideradas “imaturas”. Até que cheguem

à fase adulta, portanto, evita-se falar sobre determinadas questões, inclusive pronunciar as palavras, mantendo-as sob a ilusão da inexistência da sexualidade na infância e, principalmente, tratando como patologias qualquer manifestação que evidencie inadequação entre as identidades de gênero e sexualidade tidas como legítimas e que as induzem a concepções equivocada, mas que podem ser problematizadas e reconstruídas por meio de práticas pedagógicas críticas. Por isso, aponta-se a importância em se tratar a educação sexual desde a infância, pois esta fase é base das relações interpessoais e interculturais, sendo assim, uma “porta” facilitadora para relações de respeito. (Oliveira, et al, 2018, p. 11)

Essa proteção silenciosa é equivocada e pouco eficaz, a pedagogia do medo é facilitadora para que abusadores usem o medo ao seu favor e para que crianças tenham dificuldade em fugir e em denunciar para que a violência não ocorra ou não ocorra repetidamente, como é a realidade da maioria dos abusos sexuais no Brasil e no Pará (Pará, 2021) que não ocorrem em casos únicos, mas permanecem a acontecer enquanto a vítima tiver contato com o abusador.

Um exemplo problemático da falta de educação sexual, da tentativa de proteção silenciosa e que demonstra a importância da escola realizar essa educação está na fala da educadora Flor (relatório 2, 2024, p. 2), pois demonstra que na intenção dos pais em fazer com que a criança não tenha acesso algum a nada de educação sexual, inclusive aos nomes das partes do corpo, acabam por expô-las ao perigo.

Tinha uma aluna na escola que a mãe ensinou que o nome da vulva era “segredo”, Mas, mesmo eles com três anos a professora falava durante o banho na creche que era para lavar o pênis, lavar a vulva e a mãe ficou horrorizada e falou para a professora não usar esse nome, que em casa o nome era “segredo” e a professora falou que negativo, que usaria o nome correto. Porque olha o perigo dela chamar de segredo, já é um chamativo para uma pessoa que tem intenção de fazer um abuso porque sabe que a criança foi educada para não falar, já que é um segredo (Maria, relatório 2, p. 3).

A fim de que a criança seja protegida, ela precisa desenvolver compreensão, criticidade e autonomia, o silêncio não educa, pelo contrário, pode ser utilizado como estratégia de abusadores. Afirma Sanderson (2005, p. 27):

Para que fiquem protegidos de abuso sexual eles precisam conhecer a sexualidade e entendê-la em uma linguagem adequada à idade e de acordo com o desenvolvimento deles [...]. Para permitir que a criança tenha um entendimento saudável do mundo e possa participar dele, é necessário fornecer informações adequadas. Os adultos precisam evitar projetar seus próprios medos, ansiedades e inibições em relação à sexualidade nas crianças, pois elas precisam adquirir confiança em seus corpos e em sua sexualidade para poder aceitá-los. Essa confiança é o que vai protegê-las de serem exploradas e abusadas sexualmente.

A autora afirma que esse medo e silêncio que os adultos apresentam em relação à sexualidade se dá pela falta de conhecimento, logo, não são capacitados

para abordar sexualidade de maneira natural ou reconhecer comportamentos típicos do desenvolvimento infantil e comportamentos que poderiam indicar abuso sexual.

Tendo isso em vista, destacamos a seguir como a **sexualidade se desenvolve em cada faixa etária** a partir da psicóloga de Sanderson (2005) com seus 15 anos de experiência de trabalho no campo do abuso sexual em crianças. A autora afirma que a sexualidade é construída social e biologicamente nos indivíduos, assim, a educação sexual não deveria envergonhá-las ou constrangê-las. A partir de cada idade, a criança terá características comportamentais e biológicas que terão impacto na sexualidade. A respeito disso, a colaboradora Michele (relatório 2, 2024, p. 3) pontua:

Esse conhecimento é primordial nas escolas, a gente precisa reconhecer o que é normal e o que não é nos comportamentos sexuais das crianças e dos bebês, porque o bebê não vai nos falar, ele vai demonstrar, ele vai gritar pra gente das formas que ele conseguir.

Kanner (1996) realizou pesquisas que demonstram que a excitação pode surgir na criança desde o útero, porém, não é uma excitação erótica, é uma excitação que é mais um estado emocional generalizado. Os bebês meninos possuem ereções como uma reação fisiológica desde o útero, comportamento que não deveria gerar estranheza em cuidadores, mas deveria ser uma forma de ensinar sobre o corpo da criança. Entretanto, pela falta de conhecimento, é uma temática que choca e preocupa até as recentes mães, como ocorreu com a participante Andréia (relatório 2, 2024, p. 3)

Eu tive dois filhos meninos e quando ele ia mamar o bebê ficava com o pênis ereto, quando eu fui com a pediatra ela explicou que era normal. Mas no início eu fiquei: “por quê? Por que isso tá acontecendo comigo?” fiquei desesperada até conseguir a consulta pelo SUS, quando a pediatra me explicou que essa era uma reação natural de sangue e de afeto.

Considerando as características das crianças pequenas de zero a quatro anos, Sanderson (2005) discorre sobre comportamentos sexuais que podem vir a ocorrer e que geralmente não indicam abuso sexual. Nessa idade, os comportamentos sexuais assumem forma de brincadeiras até os dois anos, com brincadeiras mais solitárias, características da idade, e após isso, brincadeiras de curiosidade com o outro. Por exemplo, a autoexploração em crianças pequenas que sempre estão de fralda e, quando despidas, tocam as genitálias.

Ou a exploração mútua em crianças a partir de dois anos, que não possui intenção erótica, acontece por curiosidade natural sobre semelhanças e diferenças

que as crianças observam nos corpos, interesse rápido e superficial. Não são raras brincadeiras de imitações, inclusive de carícias entre mãe e pai, porém, raramente despidas, e quando despidas, os comportamentos limitam-se à exibição. “Portanto, essa exploração homossexual exibicionista é própria do voyeurismo. Ela é inocente e baseada em descobertas, e não consiste no tipo de atividade sexual adulta” (Sanderson, 2005, p. 40).

A seguir a tabela 22 apresenta um resumo da característica da idade e dos comportamentos sexuais típicos ou atípicos, os quais podem indicar abuso sexual.

Tabela 22: Resumo do Desenvolvimento e do comportamento sexual em crianças em idade pré-escolar (0-4 anos)

Característica	Comportamento sexual típico	Comportamento sexual atípico
Contato limitado com colegas; Curiosidade sobre seus corpos; Todos os bebês e crianças pequenas tocam os genitais; Todos sentem prazer genital; O toque dos genitais aumenta, em especial quando a criança está cansada ou vai dormir; Aumento da percepção dos sexos; Aumento do interesse pelas diferenças anatômicas Aumento do interesse pelas diferenças entre o corpo de crianças e o de adultos; Curiosidade sobre como os bebês são feitos ou de onde eles vêm; Associação dos genitais com a eliminação (urina, fezes); Próximo ao fim do estágio o senso de recato se desenvolve- privado/público.	Auto exploração; Auto estimulação; Toca os genitais, esfrega-os (aleatório); Observa os corpos de outras pessoas; Apalpa o seio de mulheres; Olha para os genitais; Tem interesse em atividades no banheiro; Usa linguagem infantil para falar de partes do corpo; Usa linguagem relacionada ao banheiro; Brincadeiras de faz de conta: mamãe e papai, médico; Insere objetos em aberturas, mas para se é doloroso.	Discute atos sexuais; Usa linguagem sexualmente explícita; Tem contato sexual físico com outras crianças; Mostra comportamento sexual ou conhecimento semelhante ao de um adulto; Relaciona-se com outros adultos e crianças de maneira sexual; Esfrega-se sexualmente em outras pessoas; Toca os genitais de maneira compulsiva; Força o contato sexual com outras crianças; Não para de se masturbar ou não para com brincadeiras sexuais mesmo quando lhe é solicitado; Insere objetos em aberturas mesmo quando doloroso; Preocupa-se com comportamentos e atividades sexuais; Representa comportamento sexual do tipo do adulto com brinquedos ou objetos;

		Conhece o sabor, a textura e o cheiro do semêm.
--	--	---

Fonte: Sanderson (2005)

A participante da pesquisa Taís (relatório 2, 2024, p.3) traz um relato cuidadoso quanto à necessidade de conhecermos esses comportamentos para desenvolvermos um trabalho de qualidade, que não rotule crianças ou famílias, mas que as ações sejam de acordo com a necessidade e problemas reais das crianças:

Quando a gente pensa em intencionalidade a gente vê muito a falta desse conhecimento nos professores. No ano passado eu era coordenadora técnica em uma escola e por várias vezes no maternal os professores me chamavam para que eu chamasse a família para atendimento porque a criança estava com saliência, estava sempre com a mão no “pinto”, “pinto” que eles chamavam, falavam: “está esfregando a mão no ‘pinto’ e fica duro, ele é muito saliente”. Eu sempre falava: “professor, isso é natural. Ele está descobrindo essa parte do corpo que vivia coberta, agora a partir do desfralde é o momento que ele passa a ter mais contato com essa parte do corpo, começa a vê-la mais, isso não é saliência. “Há, é porque ele tá vendo alguma coisa em casa dos pais”, eles diziam e eu insistia que provavelmente não, que era algo esperado para a idade. Mas a falta de conhecimento rotula a criança, rotula a família, poderia gerar um problema pra mim, pra família, pra criança e pra escola. Pena que conhecer essas fases do desenvolvimento é muito raro, é um número reduzido de pessoas que têm esse conhecimento.

Dando sequência ao desenvolvimento infantil, a partir dos cinco anos até a puberdade, as brincadeiras sexuais seguem ocorrendo de forma espontânea e conduzida pela curiosidade de conhecer a si e ao outro por meio da comparação visual e tátil. Aumenta também o contato com os colegas, com maior troca de informações e de afeto. Além disso, cresce a noção de privacidade e do constrangimento de situações em público. Não iremos nos ater muito a essa faixa etária, pois ela extrapola o público-alvo dessa investigação, mas deixamos exposto para uma comparação entre crianças pequenas e maiores, conforme a tabela 23.

Tabela 23: Resumo do Desenvolvimento e do comportamento sexual em crianças em idade escolar (5-12 anos)

Característica	Comportamento sexual típico	Comportamento sexual atípico
Aumento de contato com colegas;	Aumento de interações experimentais consensuais;	Masturba-se em público;
Outras crianças podem trazer à	Toca a si mesma;	Masturba-se de maneira compulsiva;
	Masturba-se em particular- esporádico;	

tona novas ideias sobre sexo;	Aumento das brincadeiras de faz de conta: mamãe e papai;	Força atividade sexual com outras crianças;
Aumento da necessidade de privacidade enquanto toma banho ou se despe;	Beijo, toque, exibição, andar de mãos dadas;	Experimentação não consensual;
	Enjoada/atraída pelo sexo oposto;	Mostra comportamento sexual semelhante ao de um adulto;
	Faz perguntas sobre menstruação, gravidez. Comportamento sexual;	
Mais inibida;	Fala mais sobre sexo;	Conhece a textura, o sabor e o cheiro do semem;
Mais recatada quanto ao corpo;	Aumento da linguagem sexual ou obscena;	
Mais constrangida quanto ao corpo.	Conta piadas sujas;	Relaciona-se com adultos e crianças de forma sexual;
	Exibe as nádegas;	
	Exibicionista;	Não interrompe o comportamento sexual quando lhe é solicitado que o faça
	Namora;	
	Carícias;	
	Simula relações sexuais;	

Fonte: Sanderson (2005)

Todos esses comportamentos causam agitação em uma rotina escolar que às vezes não sabe lidar com eles ou não sabe o que faz parte ou não do desenvolvimento infantil. Destacamos que as reações dos adultos ensinam mais do que a própria brincadeira: podem ensinar a criança a se proteger e a ter com quem contar ou podem ensinar que a sexualidade não pode ser mencionada. Os adultos são os que devem ensinar sobre:

limites e orientações sobre o que é apropriado em termos de espaço pessoal, de proximidade, de nudez e no que se refere à criança tocar a si mesma [...] cuidado para não fazer com que a criança se sinta culpada por uma curiosidade sexual normal, exploração sexual e interação sociossexual (Sanderson, 2005, p. 45).

Porém, quem já vivenciou o chão escolar sabe que a criança que expressa sua sexualidade é vista como se estivesse cometendo algum erro, o que esvazia a pauta tão relevante que é o enfrentamento à violência sexual e responsabiliza a criança por estar agindo de forma natural ou dando algum indício de que passou por situação de abuso.

Sem a pretensão de receitas prontas, apresentamos sugestões de algumas reações importantes aos responsáveis e educadores de crianças diante de comportamentos sexuais, com o intuito de uma introdução à temática, porém a

prevenção será detalhada na seção 6, a partir das experiências dos profissionais colaboradores da pesquisa.

Dentre as sugestões, é de suma importância dar colo e acariciar a criança, a fim de que ela tenha experiências afetuosas; é importante fazer com que a criança ame a sua inteireza, sem demonizar nenhuma parte do seu corpo; além de usar palavras corretas para todas as parte do corpo; não assustar a criança; é necessário demonstrar respeito pelo corpo e pelos sentimentos das crianças; não envergonhar a criança por tocar suas parte íntimas; ter ciência de que auto exploração dos genitais é normal; não punir a criança por sua expressão sexual; ensinar a criança a reconhecer toques bons e ruins; explicar a diferença entre público privado; dialogar com a criança; perguntar o que a criança já sabe e pensa a respeito; aceitar e estimular que diga “não”; responder às perguntas da criança de forma adequada à idade, inclusive sobre sexo e de onde vêm os bebês (Sanderson, 2005).

Daí a importância de existirem educadoras e educadores qualificados para lidar com as crianças, formar outros profissionais e ensinar também às mães, pais e responsáveis das crianças sobre educação sexual.

A educação sexual pode ser realizada em diversos contextos, principalmente no ambiente familiar, onde estão os maiores responsáveis pelas crianças e onde surgem as primeiras dúvidas sobre o corpo, sobre a existência, sobre o outro; onde situações cotidianas educam mais do que discursos.

As crianças, para satisfazer sua curiosidade em relação ao conhecimento do mundo, perguntam.

Os/as educadores/as e pais devem considerar importante para as crianças as perguntas que elas fazem. Assim, desde tenra idade e em situações corriqueiras da vida, os responsáveis podem educar as crianças sobre limite corporal, ao sempre pedir licença para trocar suas roupas, ao informar que em partes íntimas ninguém deve tocar a não ser para limpar e cuidar da criança, dentre tantos outros ensinamentos possíveis.

As crianças são naturalmente filósofas e questionadoras, basta conviver minimamente com elas para se deparar com infinitas perguntas a todo momento. Isso faz parte de quem elas são e de como são movidas pela curiosidade e pela busca do conhecimento. Com isso, cabe aprender com a naturalidade da criança e com a afirmativa de Freire (2015a) de que a origem do conhecimento é a pergunta.

Freire (2015a) propõe uma pedagogia da pergunta que possui extrema riqueza para traçarmos uma educação de prevenção na educação infantil, pois ela considera a ontologia das crianças serem curiosas e movidas pelo ato de perguntar. Rejeita toda educação que silencia a criança.

A curiosidade é vista aqui como potencialidade e não como problema para o desenvolvimento da criança e do ser humano, embora a educação formal e informal tenha uma perspectiva histórica de ver a curiosidade e a dúvida como perigosas. Porém, estimulá-las é estimular o filosofar intrínseco às crianças.

A criança, o adolescente e o jovem têm, pois, a natureza do filósofo e esta natureza, ao longo do tempo, tem sido sufocada exatamente pelas instituições educativas que já lhe entregam “respostas”, “verdades prontas”, “leis”, “normas”, “regulamentos”, “caminhos” que necessitam apenas ser decorados e introjetados. Assim, a natureza do filosofar, que se manifesta na criança pequena com os seus “por quês?” é multilada já na infância (Teles, 1999, p. 11).

Quando se trata de curiosidade a respeito da sexualidade, ela é constituída por dúvidas sobre si, sobre o outro, sobre o corpo, sobre as relações e sobre a existência. Logo, é importante considerar essas curiosidades para um desenvolvimento saudável e integral da criança, para Sanderson (2005, p. 33):

as crianças são naturalmente curiosas e, em relação à evolução, essa curiosidade é essencial para que possam conhecer o mundo, aprender sobre ele, identificar seus limites, descobrir o que é seguro e o que é perigoso. A criança demonstra a mesma curiosidade em relação a si mesma e ao seu corpo e, desse modo, para que ela possa descobrir seu mundo e seu lugar nele, ela precisa explorar.

Nesse sentido de ser intencional e de partir da curiosidade das crianças, as instituições de ensino também podem ser um lugar privilegiado de educação sexual, seja de maneira informal no cotidiano, tal como geralmente ocorre na família, ou de maneira sistematizada: construindo programações, atividades, trabalhando com materiais e com a formação de pais e de todo o corpo escolar. A participação da escola pode ser efetiva quando ela compreender e realizar educação sexual, temática que já assusta alguns pais desde o nome, mas que também pode ser chamada de “educação para sexualidade”. Todavia, cabe perguntar: o que se entende por sexualidade?

Sexualidade, conforme a Organização Mundial da Saúde, é uma necessidade básica das relações humanas, não é sinônimo de sexo/relação sexual. Sexualidade é para além do biológico, perpassa por sentimentos, por afetividade, por relação consigo e com o outro, por formação da personalidade de cada indivíduo, para Eisenstein (2013, p.62) e Freire (1993, p.12):

Sexualidade é o processo evolutivo que dura toda a vida, pelo qual nascemos e nos reproduzimos e está intimamente associado ao desenvolvimento biológico, psicológico e social, contribuindo para a formação da personalidade e da realização pessoal.

A sexualidade, enquanto possibilidade e caminho de alongamento de nós mesmos, de produção de vida e de existência, de gozo e de boniteza, exige de nós esta volta crítico-amorosa, essa busca de saber de nosso corpo. Não podemos estar sendo, autenticamente no mundo e com o mundo se nos fechamos medrosos e hipócritas aos mistérios de nosso corpo ou se os tratamos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente.

Assim, a sexualidade é crucial para o desenvolvimento da integralidade de cada ser humano, é pulsão de vida, energia vital que nos leva à busca pelo prazer nas situações mais cotidianas da vida. A sexualidade existe no ser humano desde sua concepção e “continua ao longo da vida, pois estamos sempre imersos num processo ininterrupto de remodelação dos nossos valores e atitudes ligados à sexualidade” (Figueiró, 2018, p. 60). Desta forma, onde há seres humanos, onde há boniteza, onde há personalidade, amor, afetividade, há sexualidade. A sexualidade é vista no trabalho de Freire (2015, p. 89) nos detalhes da vida:

Há ainda uma forma curiosa de olhar, de nos entregar ao desafio gostosamente, a curiosidade estética. É esta que me faz parar e admirar o “pôr do sol” em Brasília, por exemplo. É a que me detém como se me perdesse na contemplação, observando a rapidez e elegância com que se movem as nuvens no fundo azul do céu. É a que me emociona em face da obra de arte que me centra na boniteza.

A boniteza presente na obra de Freire (2015a) e que nos ensina sobre sexualidade não é uma boniteza de padrões e estereótipos, é uma boniteza do ser mais gente, mais humano, a beleza das relações, das lutas e da prática pedagógica. Para Cabral (2020, p.20):

a boniteza observada por Freire distancia-se de concepções clássicas, como qualidades inatas e com padrões preestabelecidos, como é possível perceber em narrativas cotidianas (como os padrões de beleza que são utilizados em propagandas de “corpo ideal” e “artes superiores”). Em outra perspectiva, a boniteza percebida na humanidade pode ser enfatizada como qualidade de “ser ético”, isto é, está relacionada com a plasticidade das vivências e experiências de estar no mundo.

Essa vivência de estar no mundo e contemplar sua boniteza revela que há sexualidade em tudo e em todas as relações humanas, fator que deve ser levado em consideração inclusive pela educação. Ainda de acordo com Cabral (2020, p. 76): “Compondo uma rede de subjetividades, a boniteza é marcada por sentimentos prazerosos. O movimento da vida humana orientada pela beleza é apresentado pelos sentimentos da esperança, amor, alegria, o querer bem, atenção e companheirismo”.

A sexualidade, enquanto força de vida, caso seja nutrida de maneira intencional, levará o ser humano a viver em sua integralidade. A educação em sexualidade não define padrões, não deposita conteúdos e regras na cabeça dos educandos, pelo contrário, os compreende como sujeitos do seu processo formativo. Para Figueiró (2018, p. 43):

No campo da sexualidade, os educadores, de forma geral, incluindo pais e mães, devem educar e não determinar o rumo padrão para crianças e jovens. É fundamental educá-los quanto aos valores básicos: integralidade, respeito por si e pelo outro, justiça e igualdade, porém, formando-os com espaço para liberdade [...] Assim, estarão reconhecendo as crianças e os jovens como sujeitos do seu próprio desenvolvimento.

É importante frisar que sexo faz parte da sexualidade, mas não a resume. A sexualidade, diferente do sexo, pode ser e é vivenciada pelas crianças para que elas sejam formadas enquanto indivíduos integrais, seres de afetos, sentimentos, sonhos, prazeres, respeito e de compreensões. A sexualidade abordada e vivenciada de acordo com a sua faixa etária não as viola.

Essa compreensão de educação em sexualidade voltada para o desenvolvimento integral da criança em muito se relaciona com uma educação dialógica apresentada por Freire (2015a), em contrapartida, a uma pedagogia do oprimido, compreendida como uma concepção bancária de educação, pois acredita que terá êxito no simples fato de depositar conhecimentos nos cérebros das crianças que são vistas como contas vazias que aguardam esse depósito.

Uma educação sexual bancária vai somente depositar proibições ou liberações na cabeça das crianças, sem as fazer refletir sobre a sua sexualidade, sobre seus relacionamentos, sobre seu corpo. A educação bancária se dá pela narração de conteúdo, como se a realidade fosse parada, Freire (2015a, p. 80) a denomina de “verbosidade alienada e alienante”, pois, ao invés de formar o educando, o aliena das questões reais, criativas, transformadoras e complexas da vida, nas palavras do autor.

Não é de estranhar, pois, que nesta visão “bancária” da educação, os seres humanos sejam vistos como seres de adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhe são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele, como sujeitos (Freire, 2015a).

Por outro lado, a educação dialógica, problematizadora e libertadora está focada na formação integral desse sujeito. Toda ação dessa educação é no anseio de humanização e precisa ocorrer com outras pedagogias. O depósito de informações

pertence à pedagogia bancária, aqui precisamos de diálogo e protagonismos dos sujeitos da educação.

A educação dialógica só ocorre por meio da sexualidade, por meio da vitalidade das relações, pois, “se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. Não há, por outro lado, diálogo, se não há humildade” (Freire, 2015a, p. 111). O diálogo que forma o nosso interior mais humano só é possível ao nos relacionarmos com outros.

Eu continuo sendo um homem para quem a sexualidade não apenas existe, mas é importante, fundamental. A minha sexualidade tem a ver com os livros que eu escrevo, com o amor que eu tenho à vida [...]. É que no fundo a sexualidade, sem querer chegar a nenhum reducionismo, tem muito do centro de nós mesmos [...]. Não podemos assumir com êxito pelo menos relativo, a paternidade, a maternidade, o professorado, a política, sem que estejamos mais ou menos em paz com a sexualidade (Freire, 1992, p. 6).

Assim, a educação dialógica é uma via transformadora de educação em sexualidade, não busca ensinar a metafísica de certo e errado, busca a humanização que só encontros proporcionam. Busca o desenvolvimento da individualidade, do encantamento com o existir, da potência em partilhar.

Essas divisões de tipos de educação podem ser relacionadas com as elencadas por Figueiró (2018, p. 47), pois a autora aponta que há três principais formas da educação falar sobre sexo: a) uma repressora, que opta por não falar ou associá-lo a perigos, b) um vulgar, que também não educa e c) outra que compreende a “sexualidade como um bem na vida do indivíduo e do relacionamento interpessoal”. Essa terceira abordagem perpassa por relacionamentos de qualidade em micro e macro instâncias, pois possibilita:

O desenvolvimento do ser humano, individualmente falando, e o aperfeiçoamento das relações em grupos pequenos, seja em família, na vida a dois, ou nos grupos de amizade e trabalho, mas deve ter, também, como meta maior, a construção de relações democráticas mais amplas. (Figueiró, 2018, p. 82).

Obviamente, a primeira abordagem tem tido um êxito histórico nos currículos brasileiros que só falam de sexualidade para relacioná-la com Infecções Sexualmente Transmissíveis, gravidez na adolescência ou qualquer outra temática demasiadamente voltada à área da saúde.

Essa compreensão, que resume a sexualidade e a educação sexual à questão de saúde e moral, é discutida por Bassalo (2015), ao abordar sobre a educação sexual, que ocorria na primeira metade do século XX no Brasil. A autora destaca que

ela foi construída historicamente voltada para o controle do corpo e com protagonismo da área médica higienista. Em suas palavras:

Demarcando o que era necessário saber sobre sexo, especialmente, e tendo em vista o futuro do país, para os higienistas era necessário que os jovens tivessem acesso às novas recomendações médicas. A educação deveria ajustar os comportamentos, que conduzissem as novas gerações à saúde. Assim, era necessário pautar os princípios higiênicos e eugênicos na educação da sexualidade (Bassalo, 2015, p. 121).

Ainda que a pesquisa de Bassalo (2015) se refira ao século passado, algumas compreensões e dúvidas da época permanecem no senso comum da sociedade e em alguns discursos de professores, como o resultado da pesquisa de Oliveira, Teixeira e Santos (2018) já mencionado na página 14, quando a professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental afirma que não é possível ensinar educação sexual para crianças. Há dúvidas que têm se cristalizado nessa temática ao longo do tempo, como as destacadas a seguir:

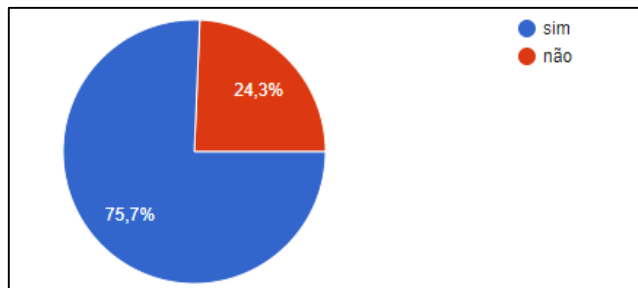
entre os educadores higienistas, não havia consenso quanto ao lugar em que este tipo de educação deveria ser realizado, se na casa, na escola ou na igreja, nem quanto a quem deveria realizá-la, se a família, os professores ou religiosos e, por fim, quanto a quem deveria receber este tipo de formação, se só os meninos, se ambos, meninas e meninos, além de, ao se considerar os dois, se as meninas deveriam saber tanto quanto os meninos (Bassalo, 2015, p. 121).

Nesse sentido, uma visão higienista de sexualidade não tem sido eficaz em proteger crianças de violências e abusos sexuais, pois enquanto há dúvidas a respeito de quem irá ensinar e a quem ensinar, elas não têm acesso real às compreensões sobre afeto, sobre seus corpos, seus limites, suas figuras de proteção. É importante que a educação sexual, seja a oferecida pela família ou pela escola, seja capaz de fornecer elementos protetivos às crianças e adequados às suas idades.

A abordagem da sexualidade como um bem na vida do indivíduo e do relacionamento interpessoal, como boniteza, como diálogo, é a que se aproxima da perspectiva dos colaboradores participantes da pesquisa, tanto na diagnose realizada antes dos círculos culturais quanto em dinâmica utilizando a técnica do desenho realizada em um dos círculos dialógicos da pesquisa (detalhado na metodologia, página 68). Cabe refletirmos que a técnica do desenho também permite a classificação dos mesmos em prol de uma categorização temática, a partir da representação dos participantes e das explicações por eles concedidas a respeito desses desenhos (Oliveira; Oliveira; Lobato, 2018).

Durante a diagnose, ao serem questionados se a temática sexualidade já havia chegado à sua sala de aula, a maioria (28 participantes, 75,7%) afirmou que sim, outros nove (9) participantes afirmaram que não e uma não respondeu, o que demonstra que a maioria compreende a sexualidade de forma abrangente, conforme a tabela 24:

Tabela 24: gráfico a temática sexualidade já chegou a sua sala de aula?



Fonte: dados da pesquisa de campo, 2024

Desses vinte e oito (28) participantes que reconhecem que a sexualidade se faz presente nas suas salas de aula, vinte e dois (22) afirmaram que trabalham de maneira intencional com a temática, principalmente com o objetivo de prevenção à violência sexual contra crianças, participando efetivamente do projeto “Direito de ser criança e adolescente na Belém da nossa gente” da SEMEC, como destacam a educadora Betânia e o educador Willames:

Através do projeto direito de ser criança. Durante os dozes anos que atuo na rede municipal tenho o privilégio de ser agente multiplicador das ações de combate ao abuso infantil e adolescente, projeto este que já chega a sua decima sétima edição, e alinhado à política educacional e social, o projeto Ser Criança e Adolescente na Belém da Nossa Gente. Tendo como objetivo geral, potencializar a educação preventiva por meio de orientações e formações envolvendo a comunidade escolar, orientando-a para que reconheça os indícios da violência sexual no espaço educativo e fora deles, coletivamente construindo os encaminhamentos de intervenções (Betânia, relatório1, 2024, p. 1).

Trabalhamos os procedimentos de conhecimento e auto cuidado como forma de empoderamento das crianças reforçando a lei 9.970/2000 de Combate ao Abuso e Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Culminando as práxis e dinâmicas em uma caminhada em uma rede colaborativa com os órgãos de segurança e assistencial social e escolas parceiras do Distrito de Mosqueiro (Willames, relatório1, 2024, p. 1).

Outros cinco (5) participantes disseram que a temática surge de forma natural por comportamentos sexuais, como aponta a educadora Juliana (relatório 1, p. 1): “Através de brincadeiras sexuais infantis” e os outros quatro (4) disseram que é pela

curiosidade da própria criança: “Nas UEI'S da rede, as crianças tomam banho e por vezes as mesmas veem os órgãos sexuais do outro e têm curiosidade em relação” (Roseli, relatório 1, 2024, p. 1).

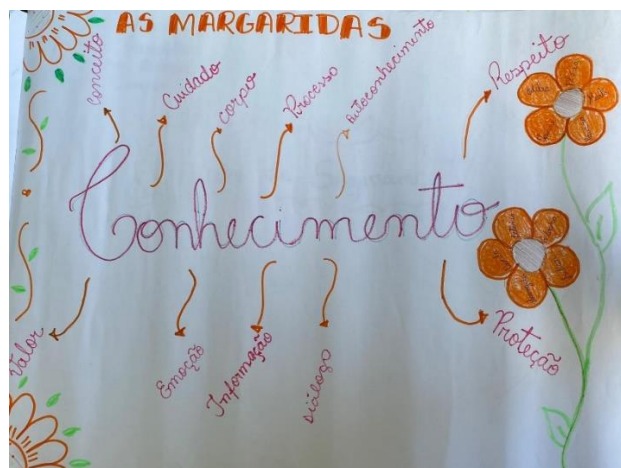
Assim, a sexualidade e a educação sexual são sempre compreendidas como parte da vida, do desenvolvimento infantil e da rotina da escola.

Já durante a dinâmica que ocorreu no círculo dialógico as educadoras e o educador definiram a educação sexual em palavras e em desenhos que depois foram categorizados e agrupados por eles mesmos a partir de temas gerais, que também podem ser temas geradores. Os temas dobradiços que surgiram foram: (a) educação sexual como conhecimento; (b) educação sexual como rede de proteção; (c) educação sexual como cuidar; (d) educação sexual como um alerta e (e) educação sexual como segurança.

a) Educação sexual como conhecimento

A educação sexual foi definida pela maioria dos participantes (14) como conhecimento, esse grupo se autodenominou como “Margaridas” em alusão ao símbolo do Maio Laranja, o mês de prevenção ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Como podemos observar na figura 6 a seguir:

Figura 6: Educação sexual é conhecimento



Fonte: acervo da pesquisa de campo, 2024

As colaboradoras afirmaram que, a partir da necessidade individual que possuem de ter conhecimento para que haja uma educação sexual, somaram-se enquanto coletivo em busca de conhecimento para uma pedagogia de prevenção.

Quando a gente colocou conhecimento foi uma escolha individual, mas nesse individual a gente se fez coletivo, porque realmente não adianta você apenas ter a vontade de combater, você precisa aprender quais as formas e quem pode te ajudar. Como sempre

estamos com os nossos educandos vamos sim muito além do profissional, nós queremos educar e proteger as nossas crianças. Eu trabalho em uma creche e eles são como meus filhos. Eu tenho uma certa proximidade com esse tema por viver situações no trabalho que me fizeram buscar o conhecimento. Somente a partir dele pude me preparar inclusive emocionalmente, porque não poderemos dar suporte se a gente não consegue entender, e é um suporte que a criança precisa, que a família precisa, que os outros servidores precisam. Então a gente precisa estar diariamente buscando conhecimento na literatura, nos órgãos de proteção (Batânia, relatório 1, 2024, p.7).

Nós nos conectamos pela palavra central que foi “conhecimento” ela esteve presente em todas as produções das participantes do grupo e decidimos fazer uma trama com as outras palavras que estavam nas nossas produções também. Escolhemos “conhecimento” porque ele liberta e precisamos estar empoderadas para que as nossas crianças se libertem também. Precisamos entender como funciona a rede de proteção, o que é autoconhecimento, o que é sexualidade, o que é ter um olhar e uma escuta sensível (MM, relatório 1, 2024, p.7).

Assim, o conhecimento é basilar para que haja uma educação sexual que não seja baseada em achismos, medos ou insegurança. O único caminho possível é reconhecer que estamos em constante desenvolvimento, inclusive enquanto profissionais, e a partir de novos conhecimentos poderemos desenvolver trabalhos exitosos na educação sexual com todos os sujeitos da educação e conectados a ela.

b) Educação sexual como rede de proteção

Outras sete educadoras entenderam a educação sexual como rede/equipe de proteção, partem da premissa de que a educação sexual não ocorre somente na família ou em casa, mas perpassam por todos os âmbitos em que a criança vive, todos são responsáveis por ensinar e proteger esses indivíduos, complementam definindo a educação sexual como uma rede de temas também, não sendo reduzida a ensinar o que é sexo para as crianças, mas perpassando por afeto e amor, conforme fala e figura 7 a seguir:

Essa rede de proteção tem que funcionar com todos, com a família, com a igreja, com a escola, com a assistência social. Esse sol mostra que também precisamos de uma rede temática, de forma que todos esses temas se articulem e alcancem as crianças como: família, cuidado, sexo, sexualidade, higiene, afeto, paz e amor (Liliane, relatório 1, 2024, p.6).

Figura 7: educação sexual e rede de proteção

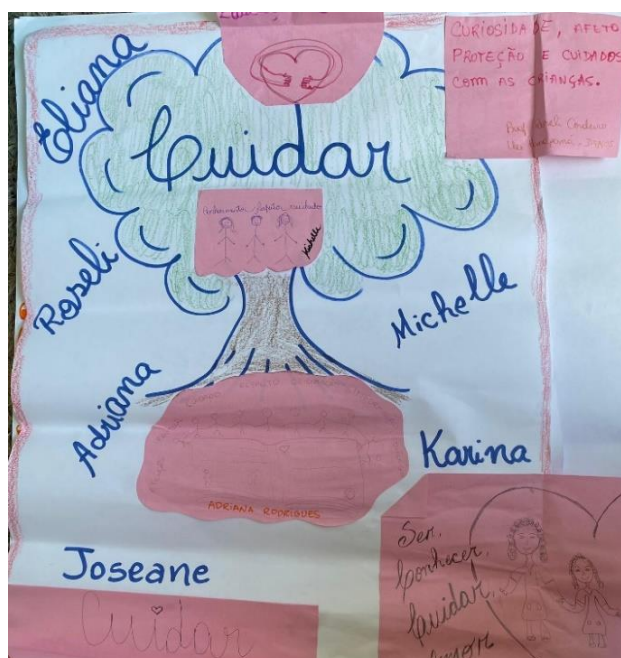


Fonte: acervo da pesquisa de campo, 2024

c) educação sexual como cuidar

A palavra e/ou imagem referente a “cuidar” surgiu na produção individual de seis educadoras, as quais, após se encontrarem, debaterem o porquê de terem o cuidado como basilar, sintetizaram a educação sexual com o cartaz a seguir (figura 8):

Figura 8: educação sexual é cuidar



Fonte: acervo da pesquisa de campo, 2024

Na produção, definem cuidar como uma educação que envolve mais do que as letras, pois envolve afeto no processo de desenvolvimento da infância, desenvolvimento assemelhado a uma árvore plantada e cuidada, como observamos no relato da colaboradora Eliana:

A árvore, porque assim como uma semente que a gente planta e vai cuidando ela pode dar bons frutos, comparamos isso justamente com as nossas crianças, que possamos cuidar das infâncias. Eu sempre

converso com a minha equipe que o ECA é claro, nós, adultos, somos totalmente responsáveis pelas crianças, se você ver uma criança em situação de risco, você tem que agir! Você tem que cuidar e proteger. Senão, você será conivente. Sempre oriento meus professores que temos que cuidar e educar as nossas crianças. Que elas precisam saber que tem direitos, que o corpo é delas e não pertence a mais ninguém. Precisamos orientá-las que elas mesmas cuidem desse corpo, onde nem o professor pode tocar. O professor está somente para mediar, para ensinar sobre as partes do corpo, sobre consentimento, sobre como se lavar, sobre descobertas da sexualidade, sem escândalos e sem medos da parte dos professores. Precisamos cuidar das nossas crianças de forma que elas cresçam como uma árvore (Eliana, relatório 1, 2024, p. 4).

Observamos que é um educar que não se distancia do cuidar, obrigação da educação infantil que tanto tem a contribuir às outras etapas e modalidades da educação, principalmente quando se trata de educação sexual, que exige que a escola seja mais do que um lugar de depósito de conhecimento, exige que seja um lugar que auxilie seus participantes a ser mais gente.

d) educação sexual como um alerta

O quarto tema que apareceu com bastante incidência foi a educação sexual como um alerta (figura 9), como necessidade para deixar educadores e educandos em alerta. Educadores atentos para identificar qualquer forma de violência e serem intencionais em proteger as crianças. E educandos alertar para compreenderem e analisarem os tipos de carinhos.

Figura 9: educação sexual como um alerta



Fonte: acervo da pesquisa de campo, 2024

Cinco educadoras e um educador haviam feito desenhos que indicavam essa necessidade de a educação sexual funcionar como um alerta, conforme a fala do professor Willames (relatório 1, 2024, p. 5):

Nós juntamos todas nossas ideias e as sintetizamos com o símbolo do alerta. Vou iniciar afirmando que trabalhar com educação sexual é um tema desafiador, porque primeiro compete a nós largarmos nossos rótulos, o que a gente tem convicção para finalmente trabalhar de forma exitosa, que é quando eu começo a identificar alguma forma de abuso ou quando eu consigo ensinar aquela criança sobre proteção: que o corpo é dela e que ela entenda que tem locais que podem ser tocados e locais que não. Eu trabalho com as minhas crianças sobre o carinho certo e o carinho errado, que elas precisam estar alertas em relação a isso. O carinho certo é aquele que na minha cabeça não passa para minha boca, que passa a ser um carinho errado. O mesmo acontece com o meu braço, esse carinho não pode passar para o meu peito. E essa mão se descer e for pra nossa parte íntima, pro nosso fazedor de xixi é um carinho errado. Quando que eu vou receber um carinho chamado cuidado? Quando eu estiver dodói e a mamãe, o papai ou o médico vierem passar um remédio, se não tiver dodói a gente não deve receber esse carinho, nem na hora do banho.

e) educação sexual como segurança

O quinto grupo, autointitulado “sinais de segurança”, foi formado por 4 docentes mulheres. Todas fizeram um desenho semelhante (figura 10): o do sinal de trânsito, tradicionalmente utilizado como recurso didático na abordagem sobre educação sexual; ainda que convencional, as professoras percorreram que o método continua sendo um importante instrumento de conscientização contra a violência sexual, ainda mais se for construído de maneira lúdica:

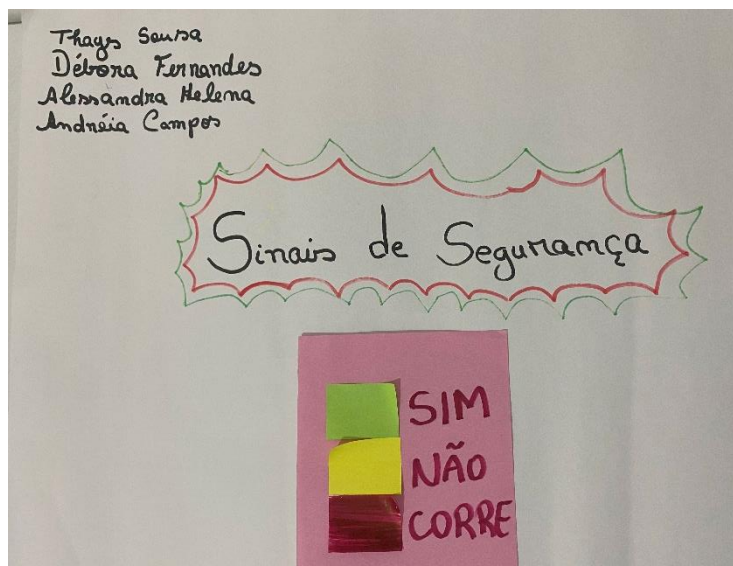
A nossa equipe agregou a partir da palavra “segurança”, isso é muito interessante: mesmo com uma sala cheia conseguimos encontrar esse tema em comum. Só a título de informação a palavra “segurança” tem como origem o latim, que significa viver sem medo. Pergunto a vocês, como vamos proporcionar segurança? (Alê, relatório 1, 2024, p.6)

Como uma nata educadora da educação infantil quando me questiono o que é a educação sexual com crianças logo penso no lúdico: de que forma posso ensinar a minha criança? Até onde o outro pode me tocar? E pensei no semáforo do toque, acho que a maioria aqui já viu e já fez, brincando com a criança ela consegue entender que o verde pode tocar, o amarelo ela tem que ter cuidado e o vermelho é proibido tocar e ela pode dizer isso, pois o corpo é dela. Então se tratando de educação infantil a gente tem que usar a criatividade, a criança vai colocando os círculos num boneco com as cores indicando se pode ser tocado ou não e narrando as suas experiências (Thays, relatório 1, 2024, p.6).

Um dos desenhos era o “sim, não e o corre”, relacionando as cores do sinal de trânsito com as atitudes que se espera que a criança tome diante de um possível caso de tentativa de abuso sexual. Segundo a docente Alê, o motivo pela escolha do

nome do grupo está relacionado com a “capacidade do nosso aluno de se sentir seguro de dizer não”, um exemplo do sinal está na figura 10 a seguir:

Figura 10: educação sexual e sinais de segurança



Fonte: acervo da pesquisa de campo, 2024

Uma das educadoras que participava do círculo dialógico compartilhou como entender esses sinais simples de proteção a livrou de passar por uma experiência de abuso, nas palavras dela:

Foi uma experiência que comigo deu certo, eu era criança, acho que uns seis anos, eu estava indo pra escola e sempre passava na casa de uma colega para pegar ela, nisso que eu cheguei lá o pai dela me puxou pra dentro da casa, ele ia me abusar. Foi a primeira vez na vida que eu vi um órgão masculino e fiquei assustada, mas o que me salvou foi o correr. Você tem que saber o que é o proibido e não aceitar que te toquem, saber que precisa correr (Débora, relatório 1, 2024, p.7).

Logo, atividades simples, ensinamentos básicos de educação sexual, são capazes sim de proteger as infâncias de violência sexual, a ludicidade aliada aos princípios freireanos de dizer sua palavra, o que sentem, de ter autonomia são potentes na educação sexual.

Diante disso, podemos sintetizar a educação sexual como uma necessidade ética de responsabilidade de todos a fim de assegurar o desenvolvimento integral da criança. Uma educação que compreenda a sexualidade como boniteza/ânimo/energia de viver e de dialogar, que parta e aprenda com a essência curiosa e perguntadora das infâncias.

Porém, uma pedagogia de prevenção não é constituída somente de estratégias e metodologias de educação sexual, ela também perpassa por conhecer aspectos da violência a fim de prevenir que ela ocorra. Tendo isso em vista, destacamos a necessidade da seção a seguir.

4 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: CONHECER PARA COMBATER

A fim de contextualizar esse estudo, é importante registrar que o objeto de investigação é a prevenção à violência sexual contra crianças. Cabe conceituar o que entendemos por violência e violência sexual, para isso também é crucial dialogar a respeito das consequências do abuso sexual à vítima, dos sinais de alerta que podem indicar abuso sexual, do que é o Sistema de Garantia de Direitos, de como proceder em uma escuta especializada e como realizar uma notificação de abuso sexual ou suspeita dele.

A **violência**, para Freire (2015a), proíbe os homens e mulheres de serem gente na sua integralidade. Violência é, para Michaud (1989), uma ação de alguém que causa danos a outro por meio de alguma força, seja física ou simbólica. Assim, “a violência fere a ontológica e histórica vocação dos homens – a do ser mais” (Freire, 2015a, p. 45). A violência impede o diálogo, impede a autonomia, impede a vida. Compreendemos a violência contra criança e adolescente como “todo ato/omissão cometido pelos pais, parentes, outras pessoas e instituições legitimadas capazes de causar danos físicos, sexuais e/ou psicológicos à pessoa” (Vieira, et al, 2015, p. 232).

A violência é apresentada por Minayo e Souza (1999) como uma construção, a qual da mesma forma em que foi estruturada, pode ser problematizada, assim, “por se tratar de um fenômeno histórico-social, construído em sociedade, a violência pode ser desconstruída” (Minayo; Souza, 1999). As autoras compreendem que a violência está em diferentes dimensões na sociedade, logo intervenções que a combatem devem abranger essas diversas esferas, a atuar no âmbito estrutural, nas relações interpessoais e nas dimensões pessoais.

Para desconstruir a violência é necessário enfrentá-la, principalmente por meio de prevenção, “cada um dos acidentes e violências, em maior ou menor grau, é prevenível [...] a prevenção deve ser entendida em seu conceito mais amplo, abrangendo a antecipação do evento, das sequelas e das mortes” (Minayo; Souza, 1999, p. 20).

O tema violência é recorrente nas pesquisas no campo da educação, podendo referir-se à violência étnico racial, de gênero, social, digital, entre tantas outras vertentes. Isso se dá devido a definição de violência ser ampla e ao mesmo tempo que é antiga é reinventada de acordo com as características da atualidade. Chauí

(2003) discorre que a etimologia da palavra “violência” vem do latim, tratando-se de força que vai contra, nas palavras da filósofa:

1) tudo que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, à vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (Chauí, 2003, p. 41-42).

Assim, a violência ocorre quando alguém se sente em situação de poder ao ponto de submeter o outro à sua vontade, ferindo a possibilidade de exercer sua existência por inteiro, tendo seu direito à vida violado por alguém que obtém qualquer vantagem a partir disso.

A violência não ocorre somente ao nível físico corpóreo, mas também possui dimensões que impactam a vulnerabilidade em subjetividade de forma simbólica. Diante de todas as múltiplas formas que a violência possui de prejudicar a vida do outro, tem sido impossível enfrentá-la como algo abstrato. Cabe compreender que a violência é algo que se materializa nas sociedades em diferentes tempos.

Ao analisarmos a América Latina, fica evidente que sua história é registrada a partir da violência, a partir da negação de povos originários, logo, violência e modernidade mostram-se como dois lados da mesma moeda. A violência exercida na colonização não é uma coincidência, pois é o *modus operandi* dela. Dussel (1993) detalha que o encobrimento do outro ocorreu a partir de diversas violências, sejam elas físicas ou simbólicas, ao negarem a vida, os saberes, as línguas, os costumes e as religiões dos povos.

A colonização da América Latina é tratada no âmbito escolar muitas vezes como se os povos indígenas fossem ingênuos e subservientes, porém, nossa história é um registro de extrema violência que é apresentado de maneira natural em muitos currículos escolares.

Essa naturalização da violência na história acaba por naturalizar a violência em outras dimensões, ensinando às crianças desde tenra idade que para que o mundo seja mundo sempre há vencedores e perdedores, ensinando também que em casos de extremo exercício de poder a única opção é render-se, como retratam de maneira errônea a história de povos indígenas e africanos no continente latino-americano.

A irracionalidade da violência na origem do mundo moderno colocou os povos tradicionais como objetos, matérias a serem dominadas. Dussel (1993) detalha que, além do domínio geográfico, a Europa passa a buscar o controle das pessoas e de seus corpos. O homem moderno é violento, prático, ativo e impõe sua vontade ao outro. Esse processo histórico de violência é encoberto com o argumento de que foi o custo para o desenvolvimento da modernidade.

Cabe destacar que as características da colonização europeia não acabaram definitivamente com o fim do colonialismo, o domínio dos corpos e a hierarquização étnico-racial, de gênero e de faixa etária só se transformaram. Assim, a sociedade continua a ocultar processos de dominação e violência e a justificar sofrimentos causados por alguém que violenta e, ao mesmo tempo, é visto como o salvador.

Diante disso, a violência possui raízes históricas na formação da sociedade brasileira e continua a se desdobrar em diferentes formas de opressão. Esta investigação de Tese situada no campo da Educação dá centralidade à violência sexual praticada contra crianças, uma forma de violência que tem ferido o desenvolvimento de inúmeros sujeitos. Cabe agora discorrer detalhadamente a respeito do que é a violência sexual, seus conceitos, consequências, sistema de garantia de direitos, escuta especializada.

A **violência sexual** é definida pela Organização Mundial da Saúde como toda tentativa ou ato sexual indesejado, que se dá por meio de coerção, ameaça ou força física e independe de qualquer relação prévia com a vítima. O abuso sexual pode ser classificado como agudo ou crônico. O agudo refere-se a um único episódio e o crônico a atos frequentes. O abuso sexual pode ocorrer com ou sem contato físico, seja por abuso verbal, visual, coito, oral, prostituição e assassinato.

A **Violência sexual contra crianças e adolescentes** é um crime que se dá quando um adulto ou um adolescente utiliza uma criança ou adolescente para prazer sexual. A violência sexual pode ser classificada como abuso sexual ou como exploração sexual (Azambuja, 2004). O abuso sexual é todo ato de natureza sexual que envolva crianças e adolescentes, podendo ser por abuso de autoridade de pessoas adultas ou adolescentes.

Já a exploração sexual se caracteriza por alguma mercantilização, troca e/ou benefícios por atos sexuais de menores. Ferrari (2002) salienta que esses atos podem ocorrer sem contato físico, com contato físico e com contato físico acrescido de violência.

A presente Tese não aborda a exploração, porém, esta é uma temática extremamente pertinente e necessária para futuros trabalhos, de preferência em rede devido à complexidade do tema e o quanto ele se faz presente nas entranhas da cultura amazônica, carecendo de maior atenção das políticas públicas, dos três poderes e da sociedade como um todo. Destacamos a fala da educadora Maria (relatório 3, p. 1), na qual podemos introduzir o quão complexa é a exploração sexual:

A gente fez um trabalho na Ilha do Combu, lá encontramos uma criança de cinco anos acorrentada. Fomos conversar com a família e a mãe relatou pra gente que passavam uns barqueiros e davam bombom e qualquer besteirinha para as crianças irem para o barco e lá violentavam crianças de cinco, seis, sete anos. Então as crianças já estavam tão acostumadas que no horário que eles passavam as crianças fugiam de casa e só voltavam no final da tarde, os pais procuravam mas não as encontravam. Então viram como única alternativa acorrentá-la no horário que os barqueiros passavam.

Aqui consideramos somente o âmbito do abuso, porém, a nomenclatura violência sexual também é utilizada, pois abuso passa a impressão de algo usado para além do previsto e crianças não deveriam ser usadas em nenhuma medida.

Para Faleiros e Faleiros (2008, p. 39), “o abuso sexual contra crianças e adolescentes é um relacionamento interpessoal sexualizado, privado, de dominação perversa, geralmente mantido em silêncio e segredo”. Apesar dessa definição, os autores salientam que os casos são diferentes entre si, ou seja, não há uma única forma de acontecerem, modificam-se de acordo com cada vítima, cada abusador, frequência, relação de dependência que a vítima possui com esse abusador, dentre outros aspectos. Em síntese, essa violência ocorre a partir de uma situação de um poder que viola a existência de crianças e adolescentes.

III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda: a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro; b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico; c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação. (Brasil, 2017, p. 2)

O abuso sexual contra crianças e adolescentes ocorre de diversos tipos, conforme Anciães e Agulhas (2004): intrafamiliar, onde o abusador faz parte da família da vítima; extrafamiliar, quando é uma pessoa de confiança da família e da criança. O abuso extrafamiliar pode ser institucional, quando os abusadores são agressores em funções profissionais; comunitário, onde os abusadores são vizinhos, amigos ou desconhecidos na comunidade; e cibernético, que se dá por meio digital.

Sanderson (2005) classifica os tipos de abuso em contato físico ou sem contato físico. Os abusos com contato físico abarcam qualquer toque com fim de satisfação sexual, tais como tocar em partes íntimas; beijar a boca da criança; pedir ou forçar que a vítima toque nos genitais; usar toque físico para fazer com que a criança pratique atividades sexuais com outras pessoas; dentre outros. A colaboradora da pesquisa, Eliana (relatório 1, 2024, p.4), destaca a necessidade de a criança reconhecer qualquer forma de abuso ao afirmar que:

a violência sexual ao nosso ver não é somente o toque físico, mas é uma palavra, um gesto e a gente educa nossas crianças a saberem disso, para que não ocorra como aconteceu com a nossa colega, que só soube que tinha sido abusada depois de adulta.

Exatamente como Sanderson (2005) define o abuso sexual sem contato físico, o qual pode ser a incitação à criança praticar atividades sexuais com qualquer outra pessoa; expor a sua nudez e ver a nudez da criança com fim sexual; verbalizar conteúdo de cunho erótico à criança; ter e/ou expor atitudes sexuais na frente da criança; e aliciar a criança. Em suma, o abuso sexual contra crianças pode ser definido como:

O envolvimento de crianças e adolescentes dependentes em atividade sexuais com um adulto ou com qualquer pessoa um pouco mais velha, em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz de dar um consentimento consciente (Sanderson, 2005, p. 17).

No contexto da presente pesquisa cabe um destaque para a violência que é ter e/ou demonstrações sexuais na frente da criança, pois pais praticarem ato sexual na frente das crianças, no mesmo cômodo, mesmo a considerar que eles estejam dormindo se configura como violência sexual, visto que sexo tem cheiro, som, hormônios que chegam até as crianças e elas não estão preparadas psicologicamente para lidar com isso, como afirmaram as educadoras Nilcilene (relatório 3, p. 1) e Ana (relatório 3, p. 1):

Nilcilene: é interessante a gente pontuar que as crianças verem os pais tendo relações sexuais também é uma violência. A gente que trabalha com as nossas crianças nas escolas públicas municipais, têm se deparado com diferentes realidades sócio econômicas. E quantas crianças nessas famílias compartilham o mesmo quarto com os pais? E por falta de conhecimento esses pais nem conseguem compreender que isso também é violência sexual. Aí está o nosso papel, às vezes em uma roda de conversa, de uma orientação é que eles vão se atentar.

Ana: Chegava na hora da higiene corporal tinha uma criança que sempre ficava agitada/excitada de estar perto dos meninos e quando ela voltava para a sala ela ia para debaixo da mesa ficar se masturbando. Chamamos a família e eles disseram que ela não via nada sexual em casa, que apesar de morarem em um único cômodo ela não via nada pois sempre estava dormindo enquanto eles tinham relações. Passou um tempo e ela saiu da UEI (Unidade de Educação Infantil) e foi para a escola, lá a professora ficou com ela na escola também trabalhava UEI e comentou que uma aluna chegou com ela e disse assim: “tia, tu sabia que eu vi o vovô [... palavras obscenas] da vovó? Eles pensam que eu tô dormindo, mas eu sou esperta, eu vejo tudo, até os filmes de saliência que eles veem” a professora ficou sem reação. Diante disso chamou-se a família e descobriram que ela via tudo o que eles faziam.

Logo, expor a criança ao sexo, seja presencial ou midiático, altera os seus comportamentos, sua percepção de si, de intimidade, de privacidade, de limite corporal e faz com que a curiosidade da criança, que era algo positivo para o seu desenvolvimento, fique comprometida com temas que a violam e a estimulam a tentar reproduzir com outras crianças.

Também é relevante mencionar a violência sexual por meios digitais, ramo da violência sexual que movimenta de 2 a 3 bilhões de dólares por anos, conforme a autora, pelos sites de pornografia infantil. Terminologia que pode ser questionada e substituída por imagem de abuso sexual de crianças. Esse registro na internet de abuso infantil é utilizado por abusadores com diferentes objetivos, dentre eles: ser colecionado por abusadores; estimular sexualmente abusadores; criar rede de contato entre abusadores; chantagear e silenciar a criança.

A violência sexual por meio digital geralmente ocorre com o intuito de gerar material pornográfico ou de chegar à violência sexual física. O aliciamento de crianças ocorre por meio de sites e redes sociais abertas e sem supervisão dos responsáveis das crianças. A educadora Michelle (relatório 3, p. 1) detalha como esse acesso pode ser perigoso a partir de um relato que presenciou na escola:

Uma mãe veio até mim destruída na escola e contou que ela trabalhava o dia inteiro e a filha ficava muito tempo nos jogos no celular. A mãe sempre dizia a si mesma que a filha estava apenas

jogando, assistindo vídeos no TikTok, quando ela descobriu que na verdade a filha estava sendo aliciada pelas redes sociais, já havia visto e feito de tudo de teor sexual possível. Foi uma situação muito delicada e desde então fiquei com as orelhas completamente em pé para crianças e adolescente com acesso sem supervisão à internet.

O'Connell (2003) detalha os estágios pelos quais os abusadores passam para ganhar a confiança das crianças: iniciando pela formação de amizade e relacionamento, para estabelecer vínculo e confiança com a criança, com solicitação de fotos não sexuais, tornando-se uma falso melhor amigo; já no estágio de avaliação de risco o abusador verifica as chances de ser descoberto, a perguntar sobre a relação com os pais, quem acessa o computador ou o celular da criança; o estágio de exclusividade é quando o abusador expressa à criança amor e confiança mútuos, construindo com ela uma relação de intimidade e de segredo; por fim, o estágio sexual se dá na medida em que a criança se sente amada, apaixonada e chantageada pelo abusador, o qual a conduz a enviar fotos e vídeos seus de teor sexual, pode avançar para um encontro presencial.

A base da violência sexual por meio digital é fazer com que a criança confie e se sinta vista, amada pelo abusador, o que, infelizmente, pode ter muita eficácia nos tempos atuais, em que as crianças possuem acesso gigantesco ao celular e os pais também são muito ocupados e desconectados dos filhos, os quais estão à espera de criar vínculos e serem amados,

O aliciamento sexual pela internet consiste primeiramente no uso de web sites pessoais por pedófilos para chegar às crianças que reúnem as predileções específicas deles em relação à idade, sexo e aparência. Em particular, os pedófilos buscam web sites que fornecem informações públicas sobre o perfil das crianças. O objetivo do pedófilo é tornar-se amigo de uma criança pela internet, para mais tarde abusar sexualmente dela fora da web (Sanderson, 2005, p. 129).

Assim, os meios digitais, quando não supervisionados, podem ser um *portfólio* para os abusadores escolherem e aliciarem suas possíveis vítimas, daí a necessidade de cuidado em expor fotos e intimidades de crianças em redes sociais e o grande perigo em permitir acesso irrestrito aos *smartphones*.

4.1. Como a vítima criança pode ser afetada

Também é importante mencionar o quanto a violência afeta quem a sofre, impactos tão relevantes que a violência sexual contra crianças é considerada um problema de saúde pública, sendo eles: medo, vergonha, culpa, ansiedade, solidão, depressão, podendo chegar à morte.

Além dos graves efeitos nas vítimas, os autores apontam que essa violência altera toda a sociedade, modificando as relações, as representações sociais e a existência como um todo:

- a) deturpa as relações socioafetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas; b) confunde, nas crianças e adolescentes violentadas, os papéis, dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais, perde-se a legitimidade da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais; c) inverte a natureza das relações entre adultos e crianças/adolescentes definidas socialmente, tornando-as; agressivas em lugar de humanas; negligentes em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas e narcisistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas; controladoras em lugar de libertadoras; perversas em lugar amorosas; desestruturadoras em lugar de socializadoras; d) estabelece, no ser violentado, estruturas psíquicas, morais e sociais deturpadas e desestruturantes, principalmente nos abusos sexuais de longa duração e na exploração sexual comercial (Faleiros; Faleiros, 2008, p. 39).

Dúvida e incerteza, medo e embaraço, culpa e vergonha são coisas que impedem a criança de ir em busca daqueles que poderiam protegê-la. Para encobrir a vergonha e a culpa, ela se esconde, se afasta dos companheiros e evita intimidades com outros adultos por medo de que o “segredo” lhe escape. A solidão e o isolamento reforçam o terror, tornando-a mais dependente do abusador. A criança se sente em uma armadilha sem escapatória, condenada a suportar o abuso sexual até ser grande o suficiente para escapar (Sanderson, 2005, p. 170).

Destacamos o caráter antiético da violência e como ele impede o ser mais gente de cada indivíduo que a sofre. A violência impacta a ética material de ter condições e o direito de ser e viver. A violência torna o sujeito vítima do sistema mundo e excluído do seu direito à vida. É o ser negado, oprimido, afetado e excluído. É um “não-poder-ser-vivente” (Dussel, 1993), que se corporifica com as inúmeras consequências que o abuso sexual causa à vítima, consequências emocionais, psicológicas e sexuais.

Sanderson (2005) afirma que as possíveis consequências do abuso sexual podem variar de acordo com os fatores de impacto vivenciados no abuso. A idade em que o abuso ocorre é um fator que implica nas consequências deixadas na vítima. A autora afirma que quanto mais nova a criança, maiores os traumas: “o estresse na infância precoce, um fator do abuso sexual, pode causar dano permanente à estrutura neural e à função do cérebro em desenvolvimento, deixando uma marca indeletável” (Sanderson, 2005, p. 171). Assim, mesmo que a criança não lembre do episódio, ela estará marcada por ele.

Outro fator que pode influenciar nas consequências é a duração e frequência do abuso sexual. A autora verificou que abusos repetidos afetam o funcionamento da memória da vítima pela necessidade constante da criança desassociar-se do episódio traumático.

O tipo de atividade sexual não é o maior determinante do quanto o abuso afetará a criança, porém, estudos demonstram que “a penetração peniana é um poderoso fator em termos de impacto de abuso sexual” (Sanderson, 2005, p. 177), tal como o uso de força física e violência, que geram diversos distúrbios na criança e a busca por sobreviver à violência. Por outro lado, a força física “facilita à criança reconhecer que o abuso sexual não foi desejado e que ela foi obrigada a aceitá-lo. Dessa forma, é mais fácil para ela culpar o abusador em vez de culpar a si própria” (Sanderson, 2005, p. 178).

Como resultado desse impacto na constituição desses seres, as consequências mais comuns são o “transtorno de estresse pós-traumático, a depressão, o suicídio, a promiscuidade sexual e o prejuízo no desempenho acadêmico” (Rovinski; Pelisoli, 2019, p. 23).

No decorrer da pesquisa de campo, as educadoras Nilcilene, Michelly e Andreia trazem exemplos de como as crianças podem ser afetadas, respectivamente: autodestruição, paixão pelo abusador e culpa por ter reação biológica de prazer com o ato sexual:

*As meninas passam a querer não se arrumar mais, a questão **autodestrutiva** é muito forte, ela passa a fazer escolhas com a intenção de que não olhem mais pra ela, passa a ter a intenção de ser menos bonita, de chamar menos atenção. É alarmante como desde pequenas as mulheres são responsabilizadas pelas violências que sofrem, tentando justificar para si mesmas que a sua beleza ou a sua roupa tiveram relação com a violência sofrida (Nilcilene, relatório 3, p. 2)*

Eu trabalhei numa escola bem dentro da periferia, bem pertinho de um canal. A gente atendia somente crianças de três anos e um dia chegou uma criança de cinco, como a escola era integral, o conselho tutelar pediu que nós acolhêssemos porque ela estava em situação de vulnerabilidade e violência. Ela morava umas duas ruas depois da escola, era violentada pelo padrasto e a notificação foi feita pela vizinhança. A mãe saía para trabalhar e deixava ela e a irmã, uma bebezinha, com ele. Os vizinhos começaram a observar a rotina daquela casa e percebiam que era frequente ele bater muito na criança e depois começar a fazer carinho para acalmá-la e se recolhiam na casa, que era quando acontecia a violência sexual, mas até a denúncia ser feita a criança já tinha passado por isso tantas vezes que essa era a única forma de afeto que ela conhecia, ela

*acabou se **apaixonando** pelo agressor. Quando ela chegou na escola ela já estava com uma família extensa, mas ainda sentia falta do padrasto. (Michelle, relatório 3, p. 2)*

*Tenho um amigo que foi levado à prostituição porque com oito anos, ele era abusado constantemente nos intervalos da escola e se sentia muito **culpado** por **ter tido prazer** com a experiência e assim que cresceu foi embora para São Paulo fazer a vida (Andréia, relatório 3, p. 3)*

Rovinski e Pelisoli (2019, p. 23) dão ênfase também para as alterações causadas nos cérebros que ainda estão em formação. Nesse sentido, de acordo com cada criança e com os fatores do abuso sexual, essa violência pode alterar principalmente o desenvolvimento do cérebro desse indivíduo, o que impacta em toda sua existência, como detalha Sanderson (2005, p. 184-5). Essas alterações podem deixar a criança em estado de extremo alerta, com falhas na memória e fragilidades emocionais, na aprendizagem, nos relacionamentos, na compreensão do que é sexo, na estigmatização resultante da culpa, a sensação de traição e quebra de confiança, de impotência em proteger a si e aos outros, e fragilidade na própria compreensão de si:

Acredita-se que o abuso na infância precoce, incluindo o abuso sexual, pode perturbar a maturação saudável do cérebro e, em particular, o sistema límbico, em razão dos níveis de estresse associados à sexualização prematura. O estresse leva à secreção de hormônios esteroides supra-renais, que incluem glicorticóides humanos necessários para a resposta do tipo lutar, fugir ou paralisar. [...] Além disso, a ativação repetida do eixo hipotálamo-pituitária-supra-renal pode estressar outras funções orgânicas e corporais, o que se manifesta eventualmente em doenças relacionadas com estresse. O impacto das respostas de estresse cria problemas na regulação e na modulação da emoção, afetando a interação da criança com os outros. Além dos efeitos cognitivos, o desenvolvimento psicológico da criança também pode ser afetado em termos de formação, armazenamento, consolidação e recuperação de memória. Sem dúvida, a criança experimenta um grande quantidade de ansiedade, que pode ser reencenada. Quando ansiedades internas estão combinadas com interrupções no funcionamento cognitivo, a criança é impedida de desenvolver um sentido organizado do eu.

Freire (2015a) destaca que a opressão altera a formação do indivíduo e principalmente sua formação de ser mais humano, de ser mais gente. O autor nos convida a reconhecer a violência como desumanização, pois quem é violado tem sua humanidade roubada, fica impedido de exercer sua totalidade devido aos efeitos da negação do seu ser.

A violência não pode ser naturalizada e banalizada, pois “a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores e está, o ser menos”

(Freire, 2015a, p. 41). Apesar de a violência ser frequente na nossa sociedade, ela é histórica, é praticada na materialidade da vida de homens e mulheres, logo, pode ser combatida na materialidade da vida de homens e mulheres.

Tendo isso em vista, a violência sexual contra crianças está presente em toda a história, tornando oprimidos e opressores menos gente no sentido freireano, de quem vive em integralidade do ser, podendo desenvolver generosidade, sensibilidade, amorosidade, tolerância, diálogo e libertação (Freire, 2015a).

4.2. Sinais de alerta e suspeita de abuso sexual

Diante da definição de violência sexual, das graves consequências às vítimas e dos dados estatísticos de que a maioria dos casos ocorre na família, a escola precisa estar atenta aos possíveis sinais de que a criança passou ou está passando por esse abuso.

Sinais os quais muitas vezes não são ditos, principalmente quando se trata de educação infantil ou educação especial, então há a necessidade de conhecê-los para prestar atendimento de imediato às crianças, como menciona a educadora Drica (relatório 1, 2024, p. 5):

O que me trouxe até aqui foi a necessidade de conhecimento, nós não somos formados para lidar com isso, eu atuo na sala de recursos, então trabalhar com a criança que não é oralizada, que não tem a comunicação funcional pode ser mais um agravante, porque para qualquer criança expressar um abuso já é difícil, imagina para uma que você mal tem contato com os olhos?! Então precisamos conhecer as crianças e conhecer sinais de alerta.

Com educadores, coordenadores e todos os profissionais da educação atentos e sem se eximir do seu papel enquanto sociedade de protetores da infância. Sanderson (2005, p. 201) traz um relato de pesquisa que demonstra o quão devastador é não estar atento a esses sintomas:

Olhando pra trás, sou capaz de ver que todos os sinais [de abuso sexual] estavam ali, apenas não podia vê-los. Se ao menos eu tivesse tido a chance de perceber o que meu filho estava tentando me mostrar, teria impedido aquilo antes... e ele ainda estaria vivo – mãe de uma criança vítima de abuso sexual que cometeu suicídio.

Esse pesar não recai somente sobre a mãe de uma vítima, mas sobre toda a sociedade que deveria tê-la protegido ou atendido em situação de sofrimento. Para que situações extremas como essa não assolem nossas escolas, precisamos que todos estejam atentos aos sinais e como proceder diante deles.

As crianças mais demonstram do que relatam abusos. Cabe destacar que cada criança é única e os sintomas podem variar entre elas. Ademais, esses alertas podem

indicar outros problemas sofridos pela criança, mas a possibilidade de abuso deve ser considerada. Sanderson (2005, p. 201 e 203) sistematizou esses sinais como emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos, físicos e sexuais:

Nem todas as crianças são capazes de revelar o abuso por temerem as consequências, mas podem encontrar múltiplas maneiras de comunicar seus medos e ansiedades aos adultos. Esses meios, de tão sutis, podem passar despercebidos ou serem muito evidente e, ainda assim, ignorados. (p. 201)

Os fatos mais preocupantes a que se deve atentar são as mudanças no comportamento, especialmente as listadas a seguir: tem comportamento sexual inadequado com brinquedos e objetos. Tem pesadelos e distúrbio do sono. Torna-se isolada e retraída. Passa por mudanças de personalidade, sente-se insegura. Retoma comportamentos de quando tinha menos idade, como, por exemplo, fazer xixi na cama. Tem medos inexplicáveis de lugares e pessoas em particular. Tem ataques de raiva. Apresenta mudança nos hábitos alimentares. Apresenta sinais físicos, como dor e feridas sem explicações nos genitais ou doenças sexualmente transmissíveis. Torna-se cheia de segredos. Recebe presentes e dinheiro sem motivo. (p. 203).

Ainda conforme a autora, dentre as pistas que as crianças podem deixar do abuso que estão sofrendo, os efeitos **emocionais** são uns dos mais evidentes, com destaque para a vergonha. Essa vergonha se dá pela compreensão que algumas crianças já possuem de que partes íntimas são privadas, então não deveriam ter brincado com elas; ou pelo abusador pedir segredo, o que passa para a vítima a noção de algo errado que não deveria ter acontecido; ou a dupla vergonha da criança cujo corpo, ao ser estimulado, responde com prazer. Esse efeito emocional se desdobra em muitos outros, como diminuição da autoestima, inferioridade, culpa, falta de confiança, ansiedade, impotência, hostilidade, raiva, criança com mudanças repentinas sem causa aparente, regressão em situações em que a criança já havia se desenvolvido; pesadelos constantes; comportamento autodestrutivo/autolesivo. Esses efeitos podem ser manifestados em diferentes situações associadas pela criança ao abuso sexual.

Já os efeitos **interpessoais** são detalhados por Sanderson (2005) no que tange aos relacionamentos travados pelas crianças vítimas, os quais são caracterizados por evitar ou erotizar a proximidade; falta de confiança; isolamento e timidez extrema; diminuição da comunicação e da espontaneidade; dentre outros. Nesse sentido, a criança que passou por abuso quer buscar estratégias para evitar que seu corpo, que sua vida seja tocada novamente.

Sanderson (2005, p. 209) ao discorrer sobre os sintomas **comportamentais**, dá evidência à importância da brincadeira como manifestação nata das crianças.

Jogos sexuais são esperados em diferentes faixas etárias, porém, as brincadeiras que retratam algum abuso sofrido podem ser verificadas quando a criança insiste em trazer elementos sexuais ou com repertórios sexuais adultizados para a brincadeira; o mesmo se aplica aos desenhos que dão ênfase às partes privadas do corpo, à linguagem de cunho sexual; a atos sádicos com brinquedos ou animais. Nas palavras da autora:

Brincar também é um modo de a criança reencenar a própria existência, compreendê-la e obter uma sensação de domínio. Brincar ainda pode ser uma expressão purificadora e um alívio para a perturbação, a confusão e as ansiedades internas. Além disso, brincar pode revelar muito sobre o mundo interno e as experiências de uma criança sexualmente abusada. A criança pode reencenar seu abuso sexual por meio de uma brincadeira tanto com outras pessoas quanto com brinquedos.

Sanderson (2005, p. 218) também destaca a importância da atenção aos sinais **cognitivos**: a baixa concentração não deve ser associada unicamente ao Transtorno do Déficit de Atenção, ela pode ser uma consequência, um sinal de que a criança sofreu abuso sexual; oscilação de aproveitamento escolar (sub/super aproveitamento); fuga para fantasia, hipervigilância e esquecimento frequente. Esses impactos no cognitivo das crianças são tão evidentes porque o abuso distorce a sua noção de realidade:

Uma criança que ainda não domina o conhecimento do mundo baseia-se nos adultos para guiá-las e ensinar-lhe os comportamentos adequados acreditará no que os adultos lhe disserem. Além disso, se uma criança com menos de 5 anos, que tem pouco ou nenhum conhecimento do comportamento sexual, ela creditará nisso [...] mesmo que isso contraste com o que ela realmente sente.

Esses indícios cognitivos podem ser observados com maior clareza no contexto escolar, pois a criança com extrema dor e fuga da realidade será quase incapaz de se concentrar e construir conhecimento enquanto está com medo e preocupação em como evitar o próximo abuso.

Os indícios **físicos** são mais raros, pois os abusadores raramente deixam marcas aparentes, porém, principalmente os casos que ocorrem com frequência, podem deixar evidências. Os sintomas que merecem atenção e que podem estar relacionados à violência sexual são: lesões nos genitais tais como vermelhidões, arranhões, manchas rochas ou fissuras; odores nos genitais, pois alguns abusadores podem passar bactérias ou Infecções Sexualmente Transmissíveis; infecção urinária recorrente; dor no baixo ventre; crianças com hematomas em outras partes do corpo também podem levantar a suspeita de abuso, todavia, a maioria dos casos não deixa

sintomas físicos, por isso os profissionais devem estar atentos à criança como um todo.

Os sintomas **sexuais** podem ser: desenhos com repertório sexual, ou seja, comportamento sexualizado para além da curiosidade comum na infância; criança reproduzindo cenas de abuso e outras atitudes que são atípicas para aquela fase do desenvolvimento da infância -esses jogos sexuais típicos de cada idade são detalhados na quarta seção dessa pesquisa-; exibicionismo e masturbação compulsiva. Em crianças maiores: promiscuidade precoce, prostituição, problemas menstruais e gravidez na adolescência.

Apontamos a seguir um relato na íntegra de como estar atento a esses sinais pode fazer com que a criança saia de uma situação de abuso. A educadora Eliana (relatório 3, p. 2) narra como sinais emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos, físicos e sexuais podem ser observados e mudar a realidade da criança, ao abordar uma situação que ocorreu com uma criança de 4 anos na UEI.

A gente precisa conhecer nossa criança e ver os sinais que elas estão dando pra gente. Veja bem, você tem uma criança que chega feliz todos os dias, alegre, vem pra escola sem choro, fica com as outras crianças e de repente a percebe mudada. Agora ela vai se fechando, ficando agressiva e é mais fácil a gente dizer que a criança é emburrada, que está com birra. Na unidade nós já tivemos várias situações assim. Um dia, percebendo esse comportamento de uma das crianças no espaço a professora me chamou e disse que a criança estava com muita birra, chateada com os colegas, não queria fazer atividade, estava mais retraída eu a orientei a observar melhor a criança e deixar acontecer. Um dia ela chegou na sala e foi rasgando tudo o que tinha na parede, jogando as cadeiras no chão. A professora me olhou desesperada na porta e eu disse: “calma, vamos levar as outras crianças para outro espaço enquanto a Fulana extravasa”, e assim ela o fez, a criança jogou todas as mesas, todas as coisas ficaram de pernas pra cima até que ela se acalmou e respirou fundo, perguntei a ela se estava bem e ela disse que agora sim, daí solicitei que ela arrumasse a sala e pedisse desculpa ao colegas quando eles retornassem, ela fez exatamente assim. Após isso pedi para a professora dar uma volta com ela enquanto eu ficava com a turma, pois a criança tem confiança na professora e vai contar de alguma forma pra ela o que aconteceu: “não pergunte nada, só passeiem”. Enquanto elas andavam próximo ao muro da escola viram dois alunos jovens da escola ao lado passeando também e, por ironia do destino esses dois se beijaram na boa. Quando ela perguntou: “tia, o seu namorado beija você?”, a professora respondeu: “beija, ele é o meu marido. Quando você tiver idade também você vai ter um marido que vai beijar você se você quiser, mas você precisa crescer pra isso”, a criança disse: “não, tia. O meu vô não deixa nem eu olhar a televisão, ele fica o tempo todo me beijando. Ele beija aqui (apontando para as partes íntimas) muito forte. Não é só o meu vô Sassá, é o vô Sissi

também e ontem ele colocou um negócio lá dentro, que agora não pode nem tocar que tá doendo, tá vermelho, tá machucado”.

A partir disso, a escola pôde fazer o encaminhamento e a notificação devida, de forma que a criança, desde aquele momento, não voltou mais para a situação de abuso em que vivia de maneira duradoura.

Também podemos pensar nas **características de possíveis abusadores** e pedófilos. Sanderson (2005, p. 53) alerta para o potencial que há em conhecer essas características e, assim, participar efetivamente da proteção e prevenção de abusos contra crianças. A autora afirma:

Se pudermos entrar na mente de um pedófilo [...] seremos capazes de identificar como os pedófilos escolhem as crianças, como a aliciam para aceitar o abuso e que estratégias utilizam para impedir que ela revele o abuso para outras pessoas. Quando se está munido de informações detalhadas, há possibilidade de proteger as crianças de serem abusadas sexualmente.

A premissa básica destacada por Sanderson (2005) é que os abusadores são pessoas que não parecem suspeitas, são as feições mais dentro dos padrões de normalidade possíveis. Antigamente, a fala principal de pais e responsáveis era “cuidado com estranhos”, porém, hoje ela precisa evoluir para “cuidado com todos”, não para gerar temor em pais e crianças, mas para ter a compreensão de que qualquer pessoa, apesar de estereótipos, pode ser um abusador.

Hoje, a maioria dos casos ocorre no âmbito de convivência das crianças (não mais por casos isolados de sequestro e morte), seja por familiares ou vizinhos, os quais aliciam primeiramente os pais, responsáveis e professores para então aliciar as crianças, ou seja, são adultos que ganham a confiança para estarem mais próximos às suas possíveis vítimas e que podem ser qualquer pessoa. A respeito desse perfil, a participante Leide (relatório 1, 2024, p. 4) traz um relato pertinente:

*A gente sabe que a maioria dessas coisas acontecem dentro de casa, é uma coisa muito próxima a nós. Começo a minha fala afirmando que faço parte dessas estatísticas (crianças que sofreram abuso), é algo que trabalho com a minha psicóloga e vou falar até onde eu dou conta. Eu fui **abusada** sexualmente e nunca falei sobre isso nem com os meus pais. O nosso círculo dialógico passado foi um desafio pra mim, a vontade que eu tive foi de sair daqui correndo. Ouvir sobre essa temática é algo que me faz sentir no lugar de cada uma dessas crianças porque é algo que eu vivi. Eu tenho 38 anos e agora eu consigo falar sobre isso, porque agora eu faço tratamento na psicoterapia. Eu não estou totalmente curada, é algo que vou tratando e vou levar pro resto da vida. Eu não tive só um abusador, eram pessoas que meus pais confiavam, que estavam dentro da minha casa, que são meus parentes. Eu fui perceber que fui violentada depois de grande, depois de saber o que era uma relação sexual, mas*

tinha no meu subconsciente que era algo ruim, que não queria e não conseguia falar sobre. Então, esses encontros agora foram um gatilho pra mim, de falar sobre isso e não levar isso pro tumulto. Eu saí daqui e falei pro meu marido que não saberia se voltaria, mas eu, como professora das infâncias eu quero identificar uma criança que pode estar sendo violentada, porque não conseguiram me identificar e o abuso só perdurou e continuou acontecendo com diferentes abusadores (Leide, relatório 1, 2024, p. 4)

Assim, é de suma importância estar atento a todos que possuem alguma proximidade com a criança, pois todos podem ser possíveis abusadores, não há um rótulo escancarado nessas pessoas. Rovinski e Pelisoli (2019, p. 33) destacam a:

Impossibilidade de se traçar um perfil único de agressor sexual. Homens e mulheres de qualquer classe socioeconômica, etnia, grupo étnico ou religião podem abusar sexualmente de crianças e adolescentes. A maioria dos abusadores não tem comportamento criminal específico e apenas 4% sofrem de doença mental severa.

Tendo isso em vista, não há um perfil único e todos são passíveis de observação atenta dos responsáveis das crianças. O que as autoras apontam que há em comum nos abusadores é a motivação, a superação de inibições internas, a superação de barreiras externas e a superação de quaisquer resistências da criança.

Nesse intuito, que os abusadores têm de romper barreiras. Devemos estar vigilantes com adultos que apresentam atitudes exageradas de afeto e presentes para as crianças que são seus alvos. Os abusadores criam vínculo com a criança a fim de não ter nenhuma barreira de acesso a elas, com isso a criança passa a não conseguir distinguir carinho de abuso. Além disso, pode ser um adulto com predileção exagerada por uma criança, fazendo de tudo para ganhar a confiança integral dessa criança, tal como o caso mencionado pela educadora Eliana (relatório 3, p. 3):

A gente via a relação do padrasto exagerada com uma menina e ficava se preocupando com esse excesso, enquanto o filho biológico menino não recebia a menor atenção do pai, ao investigarmos a fundo descobrimos e notificamos que ele abusava da menina, ao ser denunciado ele fugiu com ela.

O contrário também se aplica: adultos com brincadeiras de gerar desconforto e irritação com determinada criança também pode ser um sinal de alerta, pois a criança percebe que os pais aceitam esse adulto causar esse desconforto a ela e o abusador usa essa situação para convencer a criança de que os adultos nunca irão defendê-las.

Outra característica alarmante são adultos mais próximos das crianças do que de outras pessoas da sua idade em eventos. Ademais, adultos que encontram formas

de ficar a sós com a criança, distante do olhar de todos, também se configuram como um alerta.

Durante a pesquisa de campo, um outro sinal de alerta surgiu quanto a possíveis abusadores: as pessoas que normalizam e defendem outros abusadores. Logo, mesmo falas corriqueiras e comentários inofensivos que coloquem a segurança das crianças em segundo plano devem ser repreendidos e problematizados, como afirmou a educadora Eliana (relatório 1, 2024, p. 5):

Ano passado eu tive uma triste realidade onde eu trabalho, saiu inclusive em todos os jornais, que um motorista de transporte escolar abusou sexualmente de uma aluna e um dos servidores que trabalha na nossa unidade disse assim: “mas ele era tão bonzinho, professora! Era responsável, era pastor”. Essa fala da funcionária foi recorrente, até o momento que a questioneei perguntando por que ela estava o defendendo, sendo que quem precisa de defesa é sempre a criança. E para minha surpresa ela me respondeu o seguinte: “professora, o meu pai fazia isso comigo e minha mãe me dizia que isso era normal, que era besteira, hoje em dia tem muita frescura”. Então, imediatamente, eu a encaminhei para atendimento com psicólogo, porque a gente precisa detectar falas preocupantes até no meio dos nossos colegas.

Reiteramos, todos esses sinais e sintomas manifestados pelas crianças podem indicar diversas outras situações problemáticas ou não, mas também não podem excluir a possibilidade de abuso sexual. Com a criança apresentando algum desses sinais, fica evidente que ela precisa da ajuda da escola, sem que a escola ignore. Destacamos também que adultos com os comportamentos mencionados acima não são necessariamente abusadores, mas devem ativar alerta aos protetores das crianças.

Estar atento a esses sinais e sintomas nos auxilia a compreender as diferentes comunicações das crianças, elas buscam dizer a sua palavra, ainda que, muitas vezes, paralisadas por opressões.

Freire (2015a) afirma que dizer a sua palavra é uma forma de transformar o mundo, toda palavra deve ser ouvida, a credibilidade não pode ser privilégio só de alguns; dizer a sua palavra é uma forma de romper com a cultura do silêncio e com diversos ciclos de opressão. Diante disso, precisamos estar capacitados, sensíveis e participantes da rede de proteção para acolher crianças que nos julgam de confiança para dizer sua palavra.

4.3 Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

O atual sistema de garantia de direitos à criança e ao adolescente tem como origem a Constituição Federal de 1988, considerada um verdadeiro marco na

construção dos direitos humanos em nosso país. Essa constituição trouxe contribuições não somente para o reconhecimento de direitos, como também estabeleceu as diretrizes de políticas públicas que garantissem a proteção e o atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência (Rovinski; Pelisoli, 2019, p. 55).

A partir da premissa da Constituição Federal, a Lei 13.431 de 4 de abril de 2017, estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, vítima ou testemunha de violência, além de abordar sobre prevenção e redução da violência, ressaltando que crianças e adolescentes necessitam de proteção integral, de responsabilidade da família, do Estado e de toda a sociedade.

O sistema de garantias só possui sucesso se ocorrer de forma integrada, pois todos possuem responsabilidades em proteger a infância. O documento destaca o papel da saúde, com atendimento acolhedor e perícia imediata; da assistência social, com a elaboração de plano individual ou familiar e atenção à vulnerabilidade; da segurança pública, com delegacias especializadas, depoimento especial e responsabilização dos suspeitos; e da justiça, com juizados ou varas especializadas em violência doméstica e temas afins. Além dessas instâncias, o sistema de garantia exige que toda a sociedade se organize para conscientização, identificação e divulgação do fluxo de proteção:

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão promover, periodicamente, campanhas de conscientização da sociedade, promovendo a identificação das violações de direitos e garantias de crianças e adolescentes e a divulgação dos serviços de proteção e dos fluxos de atendimento, como forma de evitar a violência institucional. (Brasil, 2017, p.5).

Nesse âmbito, a educação tem potencial de conscientizar crianças sobre seus direitos, violências e limites corporais; potencial também para identificar sinais de violência sofridos pelas crianças, pois, principalmente na educação infantil, educadoras e educadores têm extrema convivência com as crianças e têm a obrigação de registro diário; além disso, a educação possui potencial de divulgação de fluxo de proteção de forma adequada a cada faixa etária e aos responsáveis pelas crianças.

O Decreto Federal 9.603 de dezembro de 2018 regulamenta a lei do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente e detalha os procedimentos que devem ser adotados pelos profissionais da educação:

Art. 11. Na hipótese de o profissional da educação identificar ou a criança ou adolescente revelar atos de violência, inclusive no ambiente escolar, ele deverá: I - acolher a criança ou o adolescente; II - informar à criança ou ao adolescente, ou ao responsável ou à pessoa de referência, sobre direitos,

procedimentos de comunicação à autoridade policial e ao conselho tutelar; III - encaminhar a criança ou o adolescente, quando couber, para atendimento emergencial em órgão do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e IV - comunicar o Conselho Tutelar. Parágrafo único. As redes de ensino deverão contribuir para o enfrentamento das vulnerabilidades que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar de crianças e adolescentes por meio da implementação de programas de prevenção à violência (Brasil, 2018, p. 4).

Com isso, o decreto compreende que a escola é um lugar que possui pessoas de confiança para a criança e que estão constantemente com elas, logo, são capazes de reconhecer mudanças e os sinais precoces de abuso sexual.

Todavia, durante a pesquisa, o SGDCA em Belém mostrou-se como um ponto de atenção por ser fragilizado em algumas esferas, como o conselho tutelar, e ter muito sucesso em outras, como as delegacias especializadas, trazendo a necessidade de melhorias, pois o sistema precisa ser articulado para que haja proteção da infância. A educadora Taís (relatório 3, p. 3) nos apresenta dois relatos de situações em que o sistema não atendeu à altura a necessidade da escola de proteção da infância.

O entrave está aí: na rede de apoio, no Sistema de garantia da Criança e do Adolescente (SGD). Eu já atuei nos dois lados, antes no SGD e hoje na escola. Ano passado foi um ano bem emblemático pra gente na escola porque tivemos três casos. Uma criança se sentiu à vontade exclusivamente para contar para a professora, ela não confiou na mãe, na irmã em ninguém além da professora no momento do banho. A professora me procurou enquanto coordenadora e imediatamente a gente se trancou na sala para fazer e enviar o relatório ao conselho tutelar e até hoje não tivemos nenhuma resposta. A família precisou se mudar do bairro, porque o abusador era um primo mais velho da criança, de 16 anos, que começou a ameaçar a família e por essa ameaça ele foi denunciado diretamente na delegacia e está cumprindo medida socioeducativa. Mas o retorno do SGD para a criança foi zero, até hoje ela não está tendo nenhum atendimento. Tivemos situações de pegar a criança toda rocha de apanhar e precisar levá-la à delegacia no nosso carro particular porque a gente liga pro conselho e eles dizem que não tem carro, que a conselheira saiu para almoçar com ele e não voltou, chegamos no conselho e ouvimos a frase: “daqui pra frente é com a gente, vocês podem ir embora” enquanto sabemos que aquela criança agora que o abusador foi exposto está mais vulnerável ainda. Não só a criança como a gente também: a mãe ficou com ódio da gente e ficamos vulneráveis porque também temos família, a gente sai de casa pra trabalhar e não sabe se eles estão protegidos quanto à essas pessoas que denunciamos, a gente não tem o apoio do conselho tutelar. É complicado a gente conseguir acionar o conselho tutelar até para uma palestra, quem dirá para uma situação dessa, eles são bem omissos.

De acordo com as educadoras e educador participantes da pesquisa, grande parte dessa fragilidade está no processo de eleição desses atores sociais tão

necessários no SGDCS, os conselheiros tutelares. Processo o qual ainda não possui a visibilidade que deveria nas comunidades e nas escolas, fazendo com que sejam eleitas pessoas sem acesso aos conhecimentos que a atividade exige, eleitos principalmente a partir do fundamentalismo neopentecostal:

Em relação ao conselho tutelar nós temos um processo de eleição pra ele, nós enquanto sociedade mais esclarecida, a escola com toda essa compreensão da relevância que é ter um conselho tutelar atuante, também somos pouco atuantes no processo de eleição, pouco educamos a nossa comunidade escolar ao processo de escolha de conselheiros. Assim, convido vocês a olharem para os nossos territórios de atuação e analisar quem foram esses conselheiros eleitos?! Em sua maioria os conselheiros tutelares eleitos são de base neopentecostal. Quem são essas pessoas a partir da sua fundamentação ideológica e social? Em sua maioria conservadores, machistas, extremistas, que vão dizer que “você vai estragar a vida daquela família caso faça a notificação, a criança está mentindo e você vai fazer a mãe se separar desse pai. Então são processos que a gente precisa maturar e enfrentar. Passamos por um extremo no bairro que residio na eleição passada, que foi eleito um puxador de quadrilha, falo sem preconceito à cultura, mas preocupada com a atuação, porque você chega para fazer uma pergunta sobre fluxo de atendimento, sobre registrar uma escuta, sobre denúncia e a pessoa não sabe te informar. Porém, sabe expor a criança e a família na comunidade. Daqui há mais um tempo teremos um novo processo de eleição de conselheiros tutelares e é necessário que a gente esteja mais ativo no processo formativo da nossa comunidade escolar, para tentar conseguir uma outra pessoa, com outra fundamentação para assumir esse cargo (Nilcilene, relatório 3, p 4).

Em Icoaraci também foram eleitos candidatos de base neopentecostal, enquanto a gente não se articula, lá o pastor fez com que toda a igreja votasse. O problema não é a pessoa ser de uma religião ou outra, mas o preparo que a pessoa tem ou não para exercer essa função. Isso já vem de alguns anos. A gente leva um caso e a pessoa não sabe nos orientar. Eu tenho que ser tudo para essa criança, tenho que ser diretor, conselheiro e todo o resto para proteger a criança (MM, relatório 3, p 4).

Porém, durante os debates, também surgiu uma experiência exitosa em Mosqueiro, um dos distritos de atuação da SEMEC. A educadora Eliana (relatório 3, p. 4) discorreu sobre como foi o processo ao longo dos seus trinta anos de experiência e articulação com o SGD do distrito, afirmando que hoje ele se encontra atuante em cooperação, a qual não surgiu de forma natural, mas de forma intencional da escola e dos demais seguimentos estarem cobrando e formando/informando a comunidade sobre a importância desses sujeitos e dos momentos de eleição:

nós mobilizamos a comunidade escolar em Mosqueiro para esse processo de eleição e elegemos a conselheira que sempre está no nosso espaço. Em Mosqueiro o conselho está atuante, quando não

tem o veículo deles a polícia leva, quando não tem a viatura da polícia a guarda municipal leva, a rede está atuante. É feita essa cobrança da comunidade. Se eu notificar uma situação para o conselho tutelar eu vou atrás da resposta eu não vou ficar só esperando. Educação não se faz só na escola, se você tentar algo sozinho não adianta que você não vai conseguir.

Outro aspecto importante que ajuda o SGDCA a funcionar de forma fluída e eficaz é o acolhimento do relato da criança vítima de violência sexual, pois, apesar de todo o sistema precisar proteger a criança, não são todos que precisam escutá-la, tendo que repetir infinitas vezes a violência sofrida. Assim, conhecer a escuta especializada se faz necessário.

4.4 Escuta especializada

Para a escuta especializada ter êxito, é crucial que haja uma rede de proteção interinstitucional da infância no município e no estado; também é necessário que haja decreto estadual e municipal que regule a lei 13.431/2017 e, por fim, é primordial que esses documentos sejam amplamente divulgados e conhecidos por todos os integrantes da rede de proteção, inclusive, todos os profissionais da educação. A escuta especializada é definida pela lei 13.431/2017 como:

Art. 7º Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade. Art. 8º Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária. § 2º Não será admitida a tomada de novo depoimento especial, salvo quando justificada a sua imprescindibilidade pela autoridade competente e houver a concordância da vítima ou da testemunha, ou de seu representante legal. (Brasil, 2017, p.3).

Aqui fica evidente a diferença entre escuta especializada e depoimento especial, ou seja, todos os participantes da rede de proteção podem ser capacitados para uma escuta de acolhimento de relatos espontâneos que possam surgir, não é necessária alguma graduação específica, enquanto o depoimento especial se dá com autoridade policial, logo, a escuta do relato das crianças em escola não tem a função de garantir provas policiais, mas sim garantir uma oitiva livre e registrada da criança. A esse respeito, o decreto federal 9.603/18 detalha que:

Art. 19. A escuta especializada é o procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima ou da testemunha de violência, para a superação das consequências da violação sofrida, limitado ao estritamente necessário para o cumprimento da finalidade de proteção social e de provimento de cuidados. § 1º A criança ou o adolescente deve ser informado em linguagem compatível com o seu desenvolvimento acerca dos procedimentos formais

pelos quais terá que passar e sobre a existência de serviços específicos da rede de proteção, de acordo com as demandas de cada situação. § 2º A busca de informações para o acompanhamento da criança e do adolescente deverá ser priorizada com os profissionais envolvidos no atendimento, com seus familiares ou acompanhantes. § 3º O profissional envolvido no atendimento primará pela liberdade de expressão da criança ou do adolescente e sua família e evitará questionamentos que fujam aos objetivos da escuta especializada. § 4º A escuta especializada não tem o escopo de produzir prova para o processo de investigação e de responsabilização, e fica limitada estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade de proteção social e de provimento de cuidados. (Brasil, 2018, p. 6).

Assim, o papel do profissional que realiza escuta especializada é ouvir e acompanhar a vítima, buscando sua proteção e, em seguida, estar apto a orientar/direcionar a vítima. A escuta especializada pode ocorrer como acolhimento da revelação que a criança narra de forma espontânea ao participar de uma atividade em sala, ou ao chegar à escola e ver na professora ou professor um adulto de confiança. Também é importante que exista uma escuta estimulada, agendada com o profissional de referência do município, quando o profissional possui alguma suspeita de violência sofrida pela criança.

A escuta especializada, ainda de acordo com o decreto (Brasil, 2018), preza por intervenção mínima; ou seja, com questionamentos mínimos e necessários, a fim de que a vítima possa narrar com fluidez e sem as suposições de quem a ouve. Para isso, o profissional deve dominar técnicas de entrevistas. Na educação, é importante ouvir a criança sem realizar suposições, tentar finalizar as falas das crianças ou fazer afirmativas que não daremos conta de cumprir, como destaca a educadora Maria:

Falar à criança que isso não acontecerá novamente é uma afirmativa preocupante, a gente não tem como dar essa garantia pra ela. Caso ela volte para casa e aconteça novamente a violência irá zerar a confiança que ela tem na gente de fazer um novo relato (relatório 3, p; 5).

Além disso, a escuta deve ser precoce: relato da vítima acolhido com prontidão em ambiente adequado, sem postergar para ouvir em outro momento. Missão um pouco mais árdua aos profissionais da educação infantil. Durante os círculos dialógicos os profissionais foram unânimes em afirmar que existe muito apego à rotina, ou seja, em muitas vezes a criança chega eufórica para narrar uma situação, mas somos prontos em pedir que ela conte depois porque agora é a hora da rodinha, ou da história, entre outros.

A notificação também deve ser feita com prontidão, não é responsabilidade do educador ou educadora encontrar pistas forenses para realizar a notificação, sua

responsabilidade é dar vida ao fluxo de proteção, ainda que seja somente uma suspeita, mesmo sem a certeza, mesmo sem provas, o relato da criança tem que ser levado em consideração.

Outro critério importante na escuta especializada é a não revitimização, ou seja, não fazer a criança ter que passar pela dor de narrar o fato inúmeras vezes, para diversos profissionais. Para que isso não ocorra, a pessoa que realiza a escuta deve prestar atenção aos detalhes trazidos pela vítima, fazer perguntas somente quando necessárias e elaborar registro com qualidade dessa escuta especializada. Esse registro poderá ser compartilhado com os demais órgãos de competência, se somar a eles, fazendo com que a criança não precise ser revitimizada diversas vezes. O decreto 9.603 (Brasil, 2018) detalha a revitimização da seguinte maneira:

II - revitimização - discurso ou prática institucional que submeta crianças e adolescentes a procedimentos desnecessários, repetitivos, invasivos, que levem as vítimas ou testemunhas a reviver a situação de violência ou outras situações que gerem sofrimento, estigmatização ou exposição de sua imagem; (Brasil, 2018, p. 2)

Art. 15. Os profissionais envolvidos no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência primarão pela não revitimização da criança ou adolescente e darão preferência à abordagem de questionamentos mínimos e estritamente necessários ao atendimento. (Brasil, 2018, p. 5).

Assim, sem intervenções desnecessárias, sem julgamentos corporais ou verbais, sem insinuações de descrédito das crianças, sem fazer sugestões, sem completar as falas, mas sim uma escuta atenta e acolhedora que compreenda o relato da criança nos seguintes aspectos: qual situação ela quer compartilhar, quando, em que lugar, como aconteceu e quantas vezes. A fim de reduzir a revitimização o relatório do profissional deve ser fidedigno aos detalhes trazidos pelas vítimas e conter, no mínimo, os dados a seguir:

Art. 28. Será adotado modelo de registro de informações para compartilhamento do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, que conterá, no mínimo: I - os dados pessoais da criança ou do adolescente; II - a descrição do atendimento; III - o relato espontâneo da criança ou do adolescente, quando houver; e IV - os encaminhamentos efetuados (Brasil, 2018, p. 8).

Rovinski e Pelisoli (2019) apontam que existem alguns fatores que tornam a escuta especializada um desafio, tais como o lugar de fala da criança, o qual geralmente é menos valorizado do que o de um adulto; outro desafio é a memória da criança, a qual ainda está em desenvolvimento, por isso é crucial deixar a criança falar sem fazer sugestões e interferir nessas memórias; as questões emocionais também

trazem dificuldade, daí a necessidade de se colocar como um adulto de confiança e equilíbrio, como o adulto de que a criança precisa naquele momento delicado.

O depoimento especial segue um documento oficial de entrevista forense, já a escuta especializada não tem um documento oficial que a rege. Toda pessoa que busca capacitação pode realizá-la. Sugerimos para quem deseja aprofundamento sobre estratégias de entrevista para escuta especializada o protocolo *National Institute of Child Health and Human Development*.

Cabe destacar que a escuta especializada com crianças pequenas possui dificuldade ainda maior, porém, é importante dominar essa prática, apresentar linguagem adequada à faixa etária para o caso de relatos espontâneos no contexto escolar.

Em suma, a escuta especializada, apesar de ser uma prerrogativa legal, é uma prática que pode ter muitos êxitos para a criança se for desenvolvida com a amorosidade freireana, pois é uma escuta para além da cordialidade e da pressa em falar algo. Escutar “significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro” (Freire, 2015c, p. 117). Na pedagogia da autonomia, o autor destaca a escuta como uma exigência ao educador e à educadora, logo, a docência não é somente transferir conhecimentos, mas participar ativamente da formação de sujeitos.

4.5 Notificação de suspeita de violência sexual

A escola possui protagonismo no processo de receber relatos de abuso sexual, por isso precisa estar atenta ao processo de notificação destes casos e ao fluxo de proteção das crianças, mantendo sigilo quanto a expor a criança, mas realizando as notificações necessárias. Esses relatos espontâneos ocorrem bastante em escolas devido ao contato cotidiano e, também, às atividades de educação emocional, sexual e de prevenção ao abuso sexual. A respeito da notificação, a lei do Sistema de Garantia de Direitos aponta que:

Art. 13. Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público. (Brasil, 2017, p. 5).

Todas as leis sobre infância no Brasil apontam que qualquer suspeita de violência deve ser notificada, não cabendo ao informante o levantamento de provas

ou quaisquer dados criminais, se houver suspeita ou relato pela vítima deve obrigatoriamente haver a notificação no Disque 100, aplicativo Proteja Brasil, ligar para promotor de justiça da cidade, e encaminhamento a um dos órgãos competentes: rede de saúde, caso haja necessidade; rede de assistência social (Centro de Referência de Assistência Social/CRAS ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social/CREAS); conselho tutelar; Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente, como pontua a educadora Betânia (relatório 3, p. 5) no relato a seguir:

Nós tivemos dois casos recentemente, o primeiro foi de uma criança de dois anos com suspeita de violência sexual e foi necessário muita coragem sabe? De acompanhar o conselheiro, a família, levar e trazer. E confesso, é um movimento muito desgastante a gente se colocar nesse ponto de apoio. Agora, essa semana, foi de violência física, uma menina de dois anos que já falava, já acusava e a gente fez todo o relato e registros das agressões. Fizemos a notificação no aplicativo Guardião, informamos nossa chefia imediata, depois protocolei via secretaria e para o conselho tutelar, tudo com prontidão pelo e-mail, esse foi o passo a passo.

No decorrer das reflexões com as educadoras e o educador da educação infantil, surgiu a pauta sobre o medo e a coragem em realizar uma notificação e se expor ao perigo. Muitas das participantes da pesquisa relataram que já sofreram ameaças por realizar notificações de violência e precisaram ser trocadas de escolas e/ou função, porém, muitas residem nos bairros da escola de atuação e preocupam-se também com seus familiares. Uma fala recorrente foi “nós protegemos as crianças e quem nos protege?” (Thaís, relatório 3, p. 4). O que suscita a necessidade de políticas públicas, de leis e de estratégias que, além de capacitar os educadores, garantam sua integridade também. Esse medo faz com que alguns tenham receio em realizar a notificação:

Tem muitas pessoas que não querem se comprometer com a situação [fazer uma notificação]. Com medo da família, da retaliação. Fica muito difícil, porque ainda temos professor com esse medo, finda não protegendo essa criança. Então a gente precisa que alguém tome a frente. Eu costumo assumir muito esse papel na unidade, eu notifico o conselho tutelar, eu tenho um RG e CPF que sempre estão por lá. À vezes as pessoas mandam eu fazer de forma anônima, mas eu não faço porque quero mostrar à comunidade que a escola está atenta. Já no início do ano todas as famílias são informadas que a escola atua em rede de parceria com o conselho tutelar, com a delegacia da criança e tudo mais. Já digo que se houver violência contra as crianças da nossa escola eu vou denunciar. Mas é uma coisa que a gente ainda precisa trabalhar muito com nossos professores, para perderem esse

medo e verem que a criança precisa de proteção (Eliana, relatório 3, 2024, p. 5).

Porém, no avançar do diálogo, chegou-se à conclusão de que não se trata somente de medo e de coragem, mas sim de responsabilidade e dever enquanto cidadão e enquanto profissional da educação, participante do Sistema de Garantia do Direito e da Proteção da Criança e do Adolescente, como podemos observar na sequência de falas a seguir:

A gente sabe que as escolas da SEMEC estão na periferia, nem todos têm carro para chegar e sair da escola, a violência hoje é sim muito grande e quando você faz uma denúncia dessa você se expõe, mas a gente tem que cumprir o nosso papel. Vai chegar um momento que a própria comunidade escolar te tem como referência no enfrentamento. Faz parte do combo da nossa profissão, somos educadores, policiais, médicos, bombeiros... É cada desengasgo que já fiz, cada incêndio que eu já apaguei! (Thaís, relatório 3, 2024, p. 5).

Eu trabalho muito com os meus professores, não é um RG e um CPF, mas é a instituição. Hoje eu estou dentro da gestão, quando acontece de algum professor nos procurar dizendo que está com uma suspeita, eu tento fazer todo o passo a passo para não expor o professor. Sempre segundo as orientações legais, porque enquanto escola é nossa responsabilidade. Se a gente não faz a notificação somos coautores da violência. Não existe a possibilidade de dizer: “não vou fazer porque não cabe a mim, a família que tem que garantir por conta da minha integridade física”. Eu nem falo muito da questão de coragem, é uma questão legal, é um dever da nossa profissão. Inclusive, se um professor procurar a gestão e a gestão optar por se eximir, existem profissionais acima da gestão que devem ser acionados também (Betânia, relatório 3, 2024, p. 5).

Nesse sentido, Freire (1986) ao refletir sobre os medos presentes na carreira docente, afirma que o medo não é abstrato, é algo concreto que nos toca e que devemos aceitá-lo. Essa aceitação é na perspectiva de reconhecê-lo e saber que ele faz parte de todo sonho transformador. Se temos a intenção de mudar realidades opressoras, iremos nos deparar muitas vezes com situações de medo, porém, não pode ser um medo paralisante, é um medo que simplesmente nos relembra nossa humanidade.

Com isso, nos solidarizamos com os profissionais que estão diariamente na linha de frente do enfrentamento à violência sexual contra crianças. Receber esses relatos já se trata de uma árdua missão e prosseguir com o processo de notificação também é de extrema complexidade e toca o mais íntimo das fragilidades, dos traumas e dos medos de quem escuta, porém a notificação de relatos de casos é um

processo necessário. Freire (2015b) nos ajuda a pensar nessa responsabilidade enquanto uma esperança que nos empurra à luta, a não ceder à inércia da realidade.

Freire (2015c) também corrobora com essa perspectiva de responsabilidade social do trabalho docente e de todo profissional progressista, ao afirmar que sempre estaremos a correr riscos, faz parte do processo de mudança da realidade e de tessitura da mesma, a história e a cultura estão sendo escritas por mulheres e homens que se posicionaram, assumiram riscos e garantiram mudanças.

Posso não saber agora que riscos corro, mas sei que, como presença no mundo, corro risco. É que o risco é um ingrediente necessário à mobilidade se a qual não há cultura nem história. Daí a importância de uma educação que, em lugar de procurar negar o risco, estimule mulheres e homens à assumi-lo. É assumindo o risco, sua inevitabilidade que me deparo ou me torno apto a assumir este risco que me desafia agora e a que devo responder. É fundamental que eu saiba não haver existência humana se risco, de menor ou maior perigo (Freire, 2015c, p. 33).

De acordo com Rovinski e Pelisoli (2019, p. 60), essa notificação pode ser feita por todo profissional, mas não é somente sua responsabilidade proteger essa criança. Para que haja proteção, todo o fluxo protetivo deve funcionar. Ninguém protege uma criança sozinho: “Essa obrigação de notificar recai sobre todos os cidadãos e profissionais, incluindo os psicólogos clínicos, da educação, da saúde e de outras áreas que, em seu cotidiano, mantém contato com crianças e adolescentes”. O fluxo perpassa pela suspeita, notificação ao conselho tutelar e/ou disque 100, notificação à delegacia, denúncia do Ministério Público e ações do poder judiciário.

Ainda conforme as autoras, após a notificação chegar à delegacia, é aberto o inquérito e são tomados depoimentos, exames médicos e depoimento especial. Na justiça ocorre o momento processual, considerando o direito de todos os envolvidos, podendo exigir perícia médica e psicológica, ao fim, julga a pena.

Caso haja escuta especializada do relato espontâneo da criança o profissional deve estar atento aos trâmites que devem ser realizados de acordo com as informações que obtiver da criança no momento da escuta, pois a partir da informação do que ocorreu e onde, a criança irá apontar o suspeito de abuso sexual, o que direcionará a educadora ou educador a qual responsável procurar ou não, além de direcionar para onde essa criança irá após essa escuta, se já irá para o conselho tutelar para buscar a família extensa; ou a partir da resposta da criança sobre quando o abuso aconteceu, se o profissional recomendará para coleta de vestígios no Instituto Médico Legal, que dependendo da distância temporal não se fará mais necessário.

É importante obter o nome completo da possível vítima, tal como de seus responsáveis, sua idade, endereço detalhado, contato, nome da escola que frequenta e nome completo do suspeito de abuso e seu vínculo com a criança. Com essas informações, o serviço do Conselho Tutelar será mais eficaz.

Além da notificação, é crucial que haja o preenchimento da ficha (anexo 2) do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) a fim de diminuir a grandiosidade que é a subnotificação e fornecer dados para que as autoridades e a sociedade civil percebam a existência e os números de determinadas violências, inclusive da violência sexual contra crianças. Esse preenchimento não é obrigatório nos sistemas de ensino no Pará, porém contribui para a elaboração de políticas públicas. Ao término do documento, há o espaço para a assinatura e dados da pessoa que realizou a notificação, porém, após a lei do Menino Bernardo (Lei 13.010/14), não é mais necessário que haja essa identificação caso a pessoa não queira se identificar. O Ministério Público será o autor do ato do processo.

O preenchimento da ficha pode ser feito de forma física por qualquer participante da rede de proteção, mas o seu preenchimento no sistema deve ser realizado pelo profissional vinculado à regional de saúde no município, ou seja, após preencher a ficha física, é necessário passar para a pessoa responsável pela epidemiologia para obter o código da ficha. Com o código em mãos, a ficha pode ser encaminhada para os órgãos necessários.

Diante do exposto, a educação sexual é *sine qua non* para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável e de crianças propensas ao ser mais, que não têm sua humanidade limitada por meio dos traumas gerados por qualquer forma de abuso sexual. Todavia, quando alguma criança passa por uma violência, é crucial que ela encontre profissionais de confiança e capacitados para ouvi-la, direcioná-la e participar da sua rede de proteção.

Como temos recorrido no decorrer da Tese, a violência sexual contra crianças viola sua possibilidade de ser mais, viola sua infância e seu desenvolvimento. Todavia, após apontarmos o que é essa violência, cabe uma contra proposta, cabe pensarmos em como atuar diante desses dados. Na seção a seguir, analisamos como educadoras e educador atuantes na educação infantil afirmam que Paulo Freire pode contribuir para uma educação de prevenção à violência sexual.

5 PAULO FREIRE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

Cientes de que a maioria dos casos ocorre nas casas das crianças, é urgente que a escola se posicione enquanto protetora. Precisamos estar ávidos não somente a identificar e notificar casos, mas a preveni-los. Nesse ímpeto, trazemos contribuições de Paulo Freire para pensarmos em uma educação sexual preventiva que não se limite a ações isoladas, mas que seja uma proteção na cotidianidade da educação infantil, envolvendo a escola e a sociedade.

Nesta seção, educadoras, educador e gestoras colaboradoras da pesquisa apontam como categorias freireanas podem ser fundantes para ações de proteção das crianças da educação infantil.

Assim, tal qual a rede de proteção formada por todos os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, na qual cada participante é necessário, propomos as redes temáticas de proteção, a demonstrar que assim como em uma rede, cada fio, cada categoria é necessária para que a prevenção aconteça.

5.1 Papel da escola freireana: educadoras e educadores na prevenção e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

O tema educação sexual é visto como tabu nas escolas e, quando há ações de prevenção, são momentâneas, não atendendo de forma satisfatória o enfrentamento da violência sexual com crianças.

Vieira *et al* (2015) criticam o fato de as intervenções de **prevenção na escola** serem momentâneas e se limitarem a ações isoladas, em datas únicas. Essas ações pontuais podem ocorrer como educação bancária (Freire, 2015), pois somente depositam informações nos educandos, sem construir reflexões e conhecimento juntamente com eles, sem a oportunidade de haver diálogo, construção de confiança e percepção das violências sofridas.

Sánchez (2001) critica o foco dos programas de prevenção, os quais são direcionados somente às crianças e adolescentes, quando na realidade elas não devem ser responsabilizadas pela violência e nem por evitá-la:

Os programas de prevenção do abuso sexual infantil têm-se focalizado tradicionalmente nos menores ensinando-os a protegerem-se dos abusos. Mas o abuso sexual é um problema social, logo as campanhas de prevenção devem ser dirigidas à população em geral, especialmente aos pais e professores e não exclusivamente aos menores. Os programas devem descentralizar das crianças a função de autoproteção como se fossem elas as únicas responsáveis por evitar o abuso. (Sánchez, 2001, p. 253)

Obviamente, o trabalho diretamente com crianças e adolescentes é crucial para que elas aprendam a identificar violências e a ter a quem recorrer para além dos pais, visto que grande parte dos casos registrados em 2019 ocorreram no ambiente intrafamiliar (Brasil, 2020), mas esse trabalho com os menores não deve ser isolado, precisa fazer parte de um projeto coletivo da escola.

Também é importante que haja formação com pais para orientá-los a respeito da rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes e de como devem agir em casos de suspeita ou descoberta de violência sexual; além de auxiliá-los na superação dos tabus sobre educação sexual.

Vieira *et al* (2015) apontam que para haver enfrentamento eficiente à violência, é necessário que haja – e seja divulgado à comunidade – apoio social intersetorial, com protagonismo da educação, assistência social e segurança pública.

Diante do exposto, é possível observar que todos são (ou deveriam ser) agentes de proteção da infância. Todavia, na presente investigação, damos ênfase ao potencial da educação no enfrentamento, na educação freireana como formadora de educadoras e educadores para que esses profissionais, sejam agentes de formação de crianças e pais.

Há diversas políticas públicas que presam pela escola enquanto espaço de enfrentamento à violência sexual contra menores, como apontam Rocha *et al* (2011, p. 259), entretanto, “a participação da escola neste contexto ainda é incipiente, o que demanda ações mais consistentes de envolvimento destas instituições na rede de enfrentamento deste tipo de violência”.

Campos (2019) traz luz à importância da **formação de professores** para uma educação sexual de qualidade. O autor destaca que a profissão docente é caracterizada por constante qualificação. Reiteramos que é uma formação que se dá na academia e fora dela. Nos tornamos professoras a partir dos nossos saberes, mas também das nossas vivências, experiências e humanidades antes e depois das nossas formações iniciais na graduação.

Ainda assim, cabe dar a devida importância ao processo vivenciado na graduação, local específico de formação de professoras e professores, onde geralmente são traçados os temas de grande pertinência à futura carreira do docente. Porém, a sexualidade raramente se faz presente nos currículos dos cursos de pedagogia, quando ofertada geralmente tem uma perspectiva eletiva ou somente biológica.

A educação sexual vem sendo reconhecida, pela maioria dos professores, como necessária e importante no processo formativo dos alunos, muitos deles se preocupam e sentem-se, em vários momentos, inseguros e até temerosos dessa tarefa. Sabemos que todo processo formativo dos professores, tanto nos magistérios, quanto nas licenciaturas, não os tem preparado para abordar a questão da sexualidade no espaço da escola. Portanto, é compreensível o sentimento de insegurança e a preocupação (Figueiró, 2018, p. 87).

A autora chega a essa conclusão, após décadas de atuação no seu Grupo de Estudos sobre Educação Sexual da Universidade Estadual de Londrina. Durante a trajetória do Grupo, tiveram diversas atividades com docentes de quase todos os anos da educação básica, que apesar de demonstrarem interesse, apresentaram muita insegurança ou pouco conhecimento sobre sexualidade.

Além dessa falta de formação no Ensino Superior, a nossa própria vivência enquanto discente na Educação Básica também não foi muito marcada pela sexualidade, sendo abordada de maneira intencional.

A temática da sexualidade, embora esteja presente no currículo oculto das escolas, tem sido pouco ou nada abordada pelos professores por acreditarem que é um tema que não faz parte de tenra idade, como é o caso da educação infantil, e pelos demais professores terem tido uma formação pessoal e religiosa que associa a sexualidade ao pecado. Campos (2019, p. 77) afirma que:

na atualidade, em sua grande maioria, os professores são frutos de uma educação sexual que não era abordada no ambiente escolar. A sexualidade era proibida, reprimida e repudiada pela sociedade e pela igreja, as manifestações sexuais na escola eram motivos de escândalos.

Repúdio que ainda pode ser verificado na nossa dificuldade em inserir a temática ou em lidar com uma criança tocando nos órgãos geniais em sala de aula. Essa dificuldade procede de questões formativas, por nunca terem sido introduzidos a reflexões e debates sobre a temática; por questões técnicas e pedagógicas, de não terem conhecimentos científicos e didáticas adequadas para a educação sexual; ou por questões pessoais, como traumas, bloqueios e costumes, principalmente de caráter religioso.

Com a formação específica sobre educação sexual, docentes podem estar mais preparados para lidar com imprevistos na temática e para elaborar uma pedagogia de prevenção, superando essas dificuldades com conhecimento científico e transformador da realidade e de si, pois, “quando investem em Educação Sexual, os professores crescem como pessoas e como profissionais” (Figueiró, 2018, p. 82), além disso, “a participação em cursos sobre a sexualidade infantil se torna

indispensável para que os(as) professores(ras) saibam que diante de uma manifestação sexual, por exemplo, estão agindo profissionalmente e não estão se deixando levar por valores e costumes” (Campos, 2019, p. 77).

Cabe refletir também sobre a formação específica de profissionais das infâncias. É importante levar em consideração que, não raro, esses profissionais chegam para atuar na educação infantil por questões socioeconômicas ou de convivência com outros professores (Brito; Souza, 2021), cabendo refletirmos mais sobre a grande potencialidade que essa etapa da educação possui em ser transformadora, inclusive para a educação sexual.

As autoras apontam o lúdico como formador, como construtor de referencial teórico, como basilar para a reflexão sobre a ação e, sobretudo, como sensibilizador: “Dimensão lúdica em sua prática, deve sensibilizá-lo sobre sua relevância para a formação integral do ser (em qualquer idade, mais especialmente nas crianças), evidenciando o quanto é imperioso que o professor da infância seja capaz de brincar” (Brito; Souza, 2021, p.245).

Assim, o papel do professor é de formador, inclusive na educação infantil, não apenas de formador das letras por meio do lúdico, mas de uma formação integral, sendo proposital ou não, a educadora e o educador realizam uma educação em sexualidade, pois,

Todos educamos sexualmente nossos alunos, mesmo que não tenhamos consciência, por meio da forma que lidamos com as situações do dia a dia. Com a nossa postura, contribuímos para que o aluno forme uma imagem positiva ou negativa do corpo, as sexualidades e do relacionamento (Figueiró, 2018, p. 94).

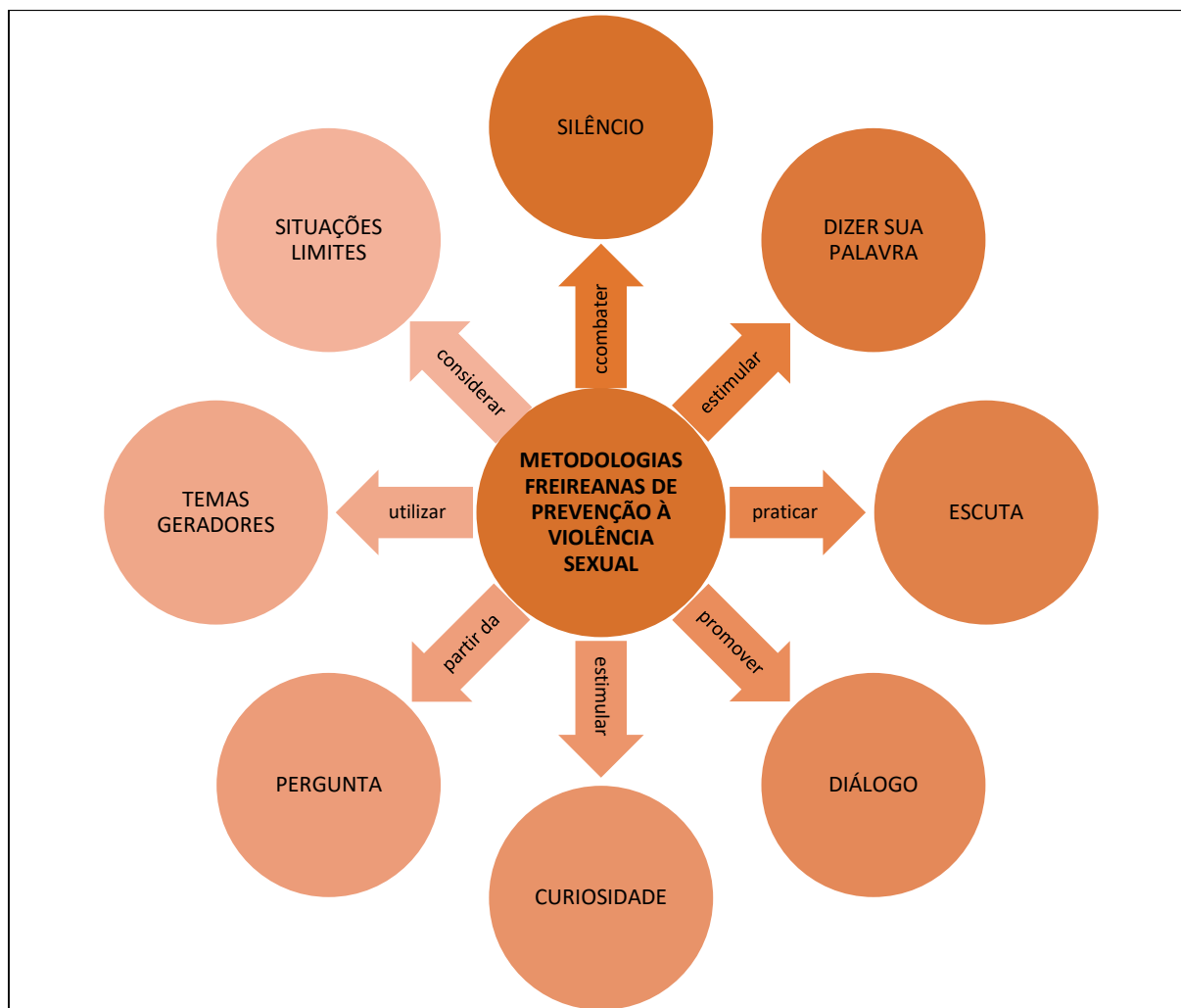
Apesar de Freire não ter escrito especificamente sobre a temática, a sua vida e obra apresentam indícios que auxiliam no desenvolvimento de processos de prevenção que não se limitam a ações isoladas, mas possibilitam uma pedagogia da prevenção, formada por aspectos epistemológicos e metodológicos que perpassam a integralidade de educadores e educandos, possibilitando uma educação sexual transformadora e não somente depositária de regras e medos.

5.2 Contribuições metodológicas freireanas

Conforme já discutido no decorrer da pesquisa, intelectuais do combate à violência sexual têm apontado a necessidade de ações intencionais em educação sexual, com metodologias transformadoras. Nessa mesma motivação, destacamos

algumas categorias metodológicas freireanas, que formam redes temáticas de proteção para uma educação sexual intencional, como expomos na tabela 25 a seguir:

Tabela 25: rede metodológica freireana de prevenção à violência sexual



Fonte: elaboração própria, 2024

Esse entrelaçar de categorias metodológicas forma uma rede de proteção, pois estimula combater o silêncio na educação, possibilitando à criança dizer sua palavra, por meio do diálogo, da pergunta, da curiosidade, desenvolvendo também a nossa escuta e a possibilidade de trabalhar com situações limites, temas geradores para alcançarmos uma criança empoderada e com confiança para proteger seu corpo.

A fragilidade da educação sexual hoje muito se dá pela cultura do **silêncio**. Em temas complexos, ainda há a ideia de que é perigoso falar, pensar e agir, como aponta Freire. O silêncio tem sido utilizado como estratégia de opressores e abusadores para manter suas posições sem riscos de denúncias ou de liberdade dos oprimidos. Quando optamos por não falar e silenciar a curiosidade das crianças, estamos sendo partícipes da pedagogia do silêncio e da opressão.

De acordo com Freire (1981), o silêncio épositor à transformação e à libertação. A cultura do silêncio é “gerada nas condições objetivas de uma realidade” (Freire, 1981, p. 27), a partir de detalhes no dia a dia, o silêncio se instaura como uma cultura que emudece os oprimidos e os impede de ser: “o que vimos chamando de cultura do silêncio, em que as classes dominadas se acham semimudas ou mudas, proibidas de expressar-se autenticamente, proibidas de ser” (Freire, 1981, p.40).

É recorrente que, em temas da sexualidade, as crianças sejam silenciadas e não tenham a quem recorrer; essa impossibilidade de dizer a sua palavra só é benéfica aos opressores e abusadores. Além disso, os abusadores também ameaçam para as vítimas se manterem em silêncio.

A prevenção ao abuso sexual é realizada a partir da orientação para que as crianças confiem em contar quando se sentirem ameaçadas, porém, no dia a dia da escola, as crianças são fadadas ao silêncio. Essa situação precisa ser mudada. Conforme Freire (2015a, p. 80):

a existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo [...] Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2015a) aponta que para superar o silêncio é necessário aprender a **dizer a sua palavra**, tal como na educação sexual. A forma de educar crianças a não serem silenciadas ou coagidas em caso de violência é educá-las a saber dizer a sua palavra em qualquer situação, saber que por meio da sua palavra podem ser ouvidas e modificar a situação de opressão.

Freire (1981, p.104) afirma que “dizer sua palavra, por isso mesmo, não é apenas dizer ‘bom-dia’ ou seguir as prescrições dos que, com seu poder, comandam e exploram. Dizer a palavra é fazer história e por ela ser feito e refeito”, logo, não basta que crianças sejam educadas somente a repetirem ou verbalizarem informações, mas a entender o potencial das suas vozes em intervirem no mundo, compreendendo serem sujeitos de sua história.

Em uma sociedade que supervaloriza crianças obedientes, que sempre seguem regras e são silenciosas, plena de proibições, inclusive das crianças falarem em sala de aula, em conversas de adultos etc., cabe reiterar que dizer a palavra não é privilégio de alguns, mas direito de todos os seres humanos (Freire, 2015a). Assim, independente de faixa etária, nos fazemos mulheres e homens a partir da nossa

palavra no mundo. Além disso, as crianças podem contar com rede de proteção a partir do exercício de dizerem sua palavra.

A colaboradora da pesquisa, Thays, afirma a casualidade em não permitir que crianças digam sua palavra desde o cotidiano da educação infantil e denuncia o quanto o não dizer a sua palavra é contrastante com uma pedagogia de prevenção:

É muito difícil a criança enfrentar um adulto e dizer “não me toca”, se a gente fosse levantar exemplos todos nós teríamos da nossa própria vida em que vimos uma criança não poder falar. Mas enfim, o que sempre combato é a história do trenzinho e obrigar todas as crianças a participarem, até as que não se sentem bem em ser tocadas, mas chega em maio todo mundo vai falar do maio laranja e do combate e prevenção ao abuso sexual (Thays, relatório 1, 2024, p. 3).

Para que o ato de dizer a palavra supra efeito, há a necessidade da **escuta**. Freire, na Pedagogia da Autonomia, destaca que ensinar exige saber escutar. Para ele, escutar:

é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro (Freire, 2015c, p.45).

Nesse sentido, a escuta atenta à toda forma de discurso trazida pelas crianças é importante para entendê-las e para ensiná-las, de forma que elas saibam que são sujeitos dignos de serem escutados. Para Freire (2015c, p. 77):

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a ferir com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele. Mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele.

Acrescentamos que, se o sonho que nos anima é proteger crianças e prevenir a violência sexual contra elas, é urgente aprender a escutá-las, independente do quanto a dúvida das crianças possa ser constrangedora, independente da nossa falta de saberes, independente de quem a criança se refira ou denuncie. Ela deve ser escutada sem críticas e nem nos apresentarmos como julgadores. Quando se trata da educação infantil, essa escuta precisa ser mais ainda sensível para atentar às diferentes linguagens das crianças e dos bebês, como aponta a professora Thays (relatório 4, 2024, p. 1):

a escuta é muito importante para a educação infantil, porque às vezes a gente não considera e não acolhe a fala da criança, então eu penso que uma escuta significativa precisa nos ajudar a compreender que a criança fala não só através de palavras, mas também através do choro, dos gestos. Então enquanto profissionais a gente precisa ver

significado em cada fala das crianças. Saber ouvir e acolher o que a criança tem a dizer. Essa ideia de que a criança não sabe o que diz nos faz perder muita coisa.

Além da criança dizer a sua palavra e de termos condições de escutá-la, na educação sexual preventiva o **diálogo** se apresenta como essencial. Educar sexualmente é criar condições para o educando saber ouvir, se expressar, construir conhecimento. É muito mais do que disfarçar e fugir de temas difíceis, mais do que decorar e reproduzir questões moralistas e de fisiologia. O diálogo é relação, é encontro, é construção, é oportunidade.

Figueiró (2018, p. 92) aponta a conversa, o diálogo, como algo que não tem a função de encerrar uma dúvida, mas de gerar novos debates na educação sexual:

Diante da instrução de alguns estudiosos da educação sexual de que só se deve responder ao que a criança pergunta, satisfazendo a curiosidade do momento, eu refuto, afirmando que, não basta responder, é preciso conversar. Portanto, uma pergunta feita por uma criança pode ser uma 'porta' para um bom e proveitoso bate-papo sobre sexualidade.

O diálogo ocorre como possibilidade, pois é mais que uma metodologia, é um encontro. Freire (2015a, p. 80) afirma que “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”, o diálogo é a forma de homens e mulheres falarem sobre o mundo a partir do seu ponto de vista e das suas esperanças em modificar e recriar a realidade.

O diálogo abre possibilidades de mudança a partir da interação com o outro. Interação que pressupõe que todos, inclusive crianças pequenas, tenham o direito de dizer a sua palavra e de ouvir a nossa palavra, logo, nos coloca na posição de gente, sem possibilidade de hierarquização de sujeitos. A educadora Flor (relatório 4, 2024, p. 4) ratifica o poder que o diálogo possui:

há quem diga que a educação sexual não deve ser feita na escola. Falar sobre educação sexual, igual há tempos atrás, ainda é um tabu. Mas o diálogo nos ajuda a enfrentar esse silêncio, ao falar e escutar as crianças sobre isso percebemos que o diálogo é necessário e pode salvar vidas.

Na educação infantil, o diálogo tem condições de ter sucesso devido à **curiosidade** nata das crianças pequenas e da humanidade. Freire (2003) aponta que somos homens e mulheres transformadores e pensadores sobre a realidade por causa da curiosidade, por ela não somente armazenamos o que acontece ao nosso entorno, mas modificamos a partir da curiosidade que, se estimulada, pode avançar para uma curiosidade epistemológica e sistematizadora da realidade.

Assim, a curiosidade é inversamente proporcional a uma educação bancária, só de respostas e depósitos, ela se dá pelo distanciamento da realidade e por compreender que há desconhecidos a serem desbravados, logo, é fundamental a uma pedagogia de prevenção à violência sexual, pois possibilita uma educação sexual a partir do que as crianças já sabem e do que buscam saber, dos temas que as instigam.

Para Freire (2015c, p. 106):

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante, repitamos, do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos.

A **pergunta**, para além de um recurso didático, parte da curiosidade real de conhecer o mundo, chegar a novos conhecimentos e chegar a novas formas de ser gente e não fazer que a educação sexual seja um depósito de informações. A esse respeito, Figueiró (2018, p. 95) destaca a importância de “o professor estimular a espontaneidade da garotada e, antes de iniciar, ou mesmo aprofundar o assunto e dar todas as respostas, começar com as dúvidas que o grupo tem”.

Partir da educação sexual pela pergunta tem dupla potencialidade, pois permite que a educanda e o educando se expressem e permite que os colegas aprendam que o ambiente educativo é um ambiente seguro de partilha de dúvidas e conhecimentos. Além de permitir que a educadora e o educador estejam em permanente formação a partir das suas próprias inquietudes, como mencionou a participante Mércia (relatório 4, 2024, p. 5):

a gente não pode se sentir totalmente preparado, quando a gente se sente assim é perigoso para nossa vida e para nossa profissão. Sejam inquietos mesmo, questionem, perguntem, busquem! Também é importante estar aberto às perguntas das crianças, porque a partir do momento que a gente começa a trabalhar a sexualidade seja dentro do tema da proteção, da afetividade, do corpo, as crianças também vão fazer muitas perguntas e a gente precisa estar preparada e forte para lidar com esses temas geradores que surgirão.

É fato que as perguntas vão surgir e serão as mais “cabulosas” possíveis, a partir da ingenuidade e curiosidade natas das crianças. Todavia, Freire (1985) nos lembra que sem curiosidade e sem pergunta não se pode construir conhecimento. De fato, o conhecimento tem como ponto de partida o que a criança precisa saber, o que desperta suas dúvidas.

No ensino esqueceram-se das perguntas, tanto o professor como o aluno, esqueceram-nas, e no meu entender, todo conhecimento começa pela

pergunta. Creio que, na tenra idade, começamos a negação autoritária da curiosidade com os ‘mas que tanta pergunta, menino’, “cale-se, seu pai está ocupado” (Freire, 1985, p.24).

Educar sem pergunta faz parte de processos autoritários e opressores, que silenciam os sujeitos, não lhe dão a possibilidade de questionar ou de mudar a realidade, daí a importância de uma educação sexual de prevenção à violência, que concede espaço e centralidade para a pergunta, construindo pensamento crítico com seus educandos a respeito da vida.

As participantes da pesquisa mencionaram várias perguntas as que já se depararam no campo da sexualidade na sua vivência na educação e destacamos o quanto lidar com uma pergunta pode ser formador ou deformador.

Eu penso que segundo Paulo Freire a gente quer formar sujeitos perguntadores, questionadores, que gostam de saber mais. Porém, quando a gente se depara com esse tipo de pergunta o nosso primeiro impulso é dizer “ah não, agora não, depois”, é um depois que nunca chega e deixamos a se perguntando ainda mais. Uma das primeiras perguntas que a gente que trabalha no turno integral na educação infantil se depara é quando as crianças veem o órgão sexual do outro e já perguntam sobre, de maneira automática nós só desconversamos, mandamos enrolar na toalha, ajeitar a fraudar. Enquanto tudo isso era uma oportunidade de educação sexual, era um tema gerador. A partir de agora nós temos um outro olhar, agora quando eu for abordada por uma pergunta dessas vou utilizar uma linguagem mais natural e informativa (Maria, relatório 4, 2024, p. 4).

Quando a gente lida com a pergunta, na educação sexual, estamos ajudando no desenvolvimento da criança. Quando a ignoramos, estamos dando margem para a criança tentar aprender sozinha a partir do olhar erotizado da internet, de forma incorreta e distorcida. Dentre as perguntas, destacamos duas a seguir:

uma mãe me contou que o filho perguntou: “mãe, como o espermatozoide foi pra sua barriga?” a mãe disse que não estava preparada para essa pergunta e a criança, autista, a interpelou ainda mais perguntando: “a senhora vai me falar ou eu vou pesquisar?” (Betânia, relatório 4, 2024, p. 5).

a criança perguntou pra mim com oito anos: “o que é bissexual? Porque o meu colega disse que é bissexual”, eu falei “filha, tu me dá um tempinho? Ai te respondo dá já”, então ela disse: “eu já pesquisei, eu já sei, só queria ouvir da senhora também” (Thays, relatório 4, 2024, p. 5).

A professora Thays demonstra a atitude mais acertada quando nos deparamos com perguntas que nos surpreendem, pois somente silenciar a criança ou tentar abafar a dúvida não educa. Em casos de perguntas assim, o essencial é a honestidade com a criança e a adequação à sua faixa etária, e reconhecer caso precise de um

tempo para pensar e/ou pesquisar sobre. A nossa postura deve partir da própria pergunta da criança, devolvendo perguntas à criança para sabermos o que ela já sabe a respeito, como, onde e com quem teve acesso a essa informação.

Reiteramos também que partir da pergunta, do diálogo e da curiosidade em Freire é a única forma de chegarmos aos conteúdos programáticos por meio dos **temas geradores**. O processo de escolha se dá a partir da observação das necessidades do grupo e de cada um e dos temas de interesse presentes na sala de aula, ou seja, que despertam maior curiosidade, bem como dos temas que são uma situação limite, algo que precisa urgentemente ser superado.

Conforme Freire (2015a, p. 120), “será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo da educação”. A educadora Nayara (relatório 4, 2024, p. 1) demonstra também como situações limites podem ser formativas para nós, profissionais:

foi vivendo uma situação limite com relação à violência sexual, às falhas do sistema, que entendi que eu não estava preparada para lidar com o que eu passei em um caso de denúncia. Eu fiz tudo o que o coração mandou, mas a razão e o emocional foram à zero. Então eu vi o quanto eu fiquei vulnerável à esse tema e o quanto ele me impacta e me choca muito. Então eu vi que minha situação limite é lidar com a violência contra crianças e adolescentes, é o que me faz estudar mais, me preparar mais, é o que me traz até aqui hoje, sem faltar nenhum dia dos nossos círculos, então penso também na minha prática partir de situações limites em sala de aula.

A situação limite não nos impede de agir. Ao contrário, em Freire (2015a), é um propulsor, é algo que nos faz agir e pensar em novas estratégias. Metodologicamente, a situação limite é um tema que surge em sala que não temos como deixar passar, é uma situação que exige que repensemos em estratégias, ações e reflexões. Em educação sexual, podem surgir inúmeras situações limites, tais como um colega insistindo em beijar o outro, em tocar o outro; situações de desrespeito; crianças afirmando que namoram; entre outros.

Utilizar temas geradores na educação sexual a partir de situações limites não impõem conteúdos de fora para dentro, mas partem de problemas reais a serem superados na sala de aula, podendo ser temáticas de educação e prevenção, de educação emocional, de relato de abuso, de educação de gênero etc.

Na educação infantil o tema gerador vem da escuta sensível do que a criança tem a dizer. Tal como na perspectiva da educação antirracista, que tudo pode ser racializado, na educação sexual tudo pode ser para

prevenção dela, desde o banho, a troca da fralda, os limites, os sentimentos, o respeito. Tudo pode ser tema gerador na sexualidade, mas a partir da perspectiva da criança, não da nossa (Nilcilene, relatório 4, 2024, p. 4).

Os temas geradores na educação infantil não são trabalhados de forma única, principalmente porque a linguagem ainda está sendo desenvolvida, daí a importância de outras linguagens e outras atividades. Figueiró (2018, p. 99) aponta que:

dinâmicas são recursos para facilitar a construção de conhecimentos e elaboração de sentimentos e precisam estar integradas a um objetivo maior, o que significa que devem ser usadas como meio e não com um fim em si mesmas.

Ou seja, a partir de temas geradores necessários à realidade das crianças, precisamos de criatividade e utilizar o protagonismo das crianças com temas sensíveis. Dentre as possibilidades na educação sexual com crianças, podemos utilizar: dinâmicas de grupo, recorte e colagem, jogos, desenhos, escultura, filmes, músicas, vídeos, poesias, entrevistar pessoas, dramatização; entre outras.

O importante é que a atividade não tenha um fim em si mesma, mas que ela possibilite uma educação crítica e transformadora, com “métodos que revalorizem o diálogo, o autoconhecimento e a integração entre pensar, sentir e agir e que, também, criem um ambiente de confiança e de reflexão” (Figueiró, 2018, p. 98).

5.3 Contribuições epistemológicas, ético e políticas freireanas

A educação sexual não é uma receita de bolo com dicas do que fazer ou não fazer, apesar da importância em partilharmos estratégias e metodologias exitosas, ela precisa ser reinventada em diferentes contextos. Uma pedagogia freireana de prevenção vai além, ela precisa trabalhar a complexidade que existe na temática e na potencialidade de libertação presente nela.

Até este momento, apresentamos o que fazer para desenvolver uma pedagogia freireana de prevenção, como o diálogo, os temas geradores, agora aprofundaremos o porquê dessa pedagogia, ao refletirmos sobre categorias caras ao pensamento freireano e a uma educação sexual de prevenção. O porquê está na politicidade freireana, ou seja, uma educação engajada politicamente em ser ética. Toda a epistemologia de Freire nos dá fundamento para uma educação sexual crítica e transformadora.

Utilizar os aspectos metodológicos supracitados não tem finalidade em si mesmo, mas possui o objetivo de desenvolver uma educação ético-política: a autonomia, o ser mais, a consciência, a esperança, a amorosidade, e a libertação, a

partir de indignação, para enfrentar toda forma de opressão. As intitulamos como “categorias epistemológicas, éticas e políticas”, por serem responsáveis pela validação do saber freireano como um saber protetor e preventivo à violência sexual.

Freire (2015c) nos impulsiona a uma pedagogia da **Indignação** no viés de não conformidade às atrocidades banalizadas pela sociedade, e nos convida a estarmos em constante reflexão sobre a acomodação e a utopia, compreendendo que o mundo está em processo de vir-a-ser, de transformação a partir da práxis de homens e mulheres.

O filósofo nos convida a pensar enquanto educadoras, educadores, mães e pais o quanto nossas atitudes frente a diferentes situações são formadoras das crianças ao nosso redor, principalmente para serem éticas e exercerem a cidadania. Não basta ter um discurso transformador e progressista se, no nosso cotidiano, ignoramos o sofrimento do outro ou banalizamos o mal. “Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbitrário [...] não temos outro caminho senão viver plenamente nossa opção” (Freire, 2015c, p. 77).

Nesse sentido, cruzar os braços diante da violência ou da possibilidade dela não é uma opção para um profissional freireano, a realidade nos impulsiona à luta inquieta contra toda forma de negação de sujeitos. É necessário estarmos tocados pela realidade, não no sentido de somente nos amedrontarmos, mas de buscarmos a transformação dessa realidade:

não há possibilidade de pensarmos o amanhã, mais próximo ou mais remoto, sem que nos achemos em processo permanente de “emersão” do hoje, molhados do tempo que vivemos, tocados por seus desafios, instigados por seus problemas, inseguros ante a insensatez que anuncia desastres, tomados de justa raiva em face das injustiças profundas que expressam, em níveis que causam assombro, a capacidade humana de transgressão da ética (Freire, 2015c, p. 134).

No campo da educação sexual e, mais especificamente, da prevenção à violência sexual, a indignação é quase inerente, porém, como dito na introdução da Tese, não pode ser uma indignação paralisante, mas que nos empurre à luta. Além da indignação com a violência em si, cabe refletir sobre a Indignação com a falta de recursos, de políticas públicas, de proteção, de acolhimento tanto para as crianças, como para os professores.

Conforme afirmou a educadora Betânia (relatório 4, 2024, p. 3):

falar de Paulo Freire é falar de emancipação, de libertação e a indignação é buscar o que fazer para conseguir essa libertação. Uma

indignação que nos faz voltar para si, para tentar entender o que eu, enquanto sujeito que está em uma instituição de ensino, posso fazer para combater a violência sexual. É minha responsabilidade estar indignada independente se o conselho vai fazer, se a família vai fazer, mas ir atrás do que eu vou fazer.

A indignação enquanto propulsora de luta é algo que ultrapassa as limitações do cotidiano e não é determinada pelas ações do outro, mas flui das nossas escolhas de enfrentar toda forma de opressão.

A **opressão** no pensamento freireano é uma categoria fundante que não se limita à classe, mas a qualquer sujeito subjugado, proibido de *ser mais*, tal qual o sujeito vítima de violência sexual. Para Freire (2015a), opressão é a proibição de ser gente em sua integralidade. É o sujeito que foi submetido à violência, logo, impactado por desamor e terror. Em suas palavras, a situação de opressão se dá pela violência:

Violência real, não importa que muitas vezes adocicada pela falsa generosidade, porque fere a ontológica e histórica vocação dos homens – a do ser mais. Daí que, estabelecida a relação opressora, esteja inaugurada a violência, que jamais foi até hoje, na história deflagrada pelos oprimidos. Como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são o resultado de uma violência? (Freire, 2015 a, p. 58).

Quem diz que esse trecho não se refere especificamente à questão da violência sexual? Somente se for lido por alguém que conhece a obra de Freire e sabe que ele não falou especificamente de tal tema, porque em uma leitura isolada esse trecho sobre violência é tão rico que pode ser aplicado de maneira detalhada a tantas formas de violência! Inclusive à violência sexual, visto que é uma violência muitas das vezes adocicada por falsa amorosidade, por falsa generosidade a ponto da vítima nem reconhecer que se trata de uma violência e confundi-la com afeto e com culpa.

Além disso, conforme já destacamos, a opressão realizada pela violência sexual fere a vocação ontológica, a natureza do ser, tal como fere toda sua vocação histórica. As vítimas passam a se ver a partir da negação, da baixa autoestima, tendo impactos cognitivos, emocionais, psicológicos, dentre outros.

Outra aproximação com o texto da pedagogia do oprimido é a afirmação de que a opressão jamais foi deflagrada, iniciada, promovida pela vítima. Os únicos responsáveis são os opressores, os abusadores. Não há comportamento, roupa, aparência ou circunstância que justifique alguma violência.

A opressão causa impactos severos ao estabelecer um “destino” estabelecido pelas próprias vítimas, ao serem vistas como causas de sua própria opressão. Porém, Freire refuta este argumento, considera que “a desumanização, mesmo que um fato

concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos" (Freire, 2015a, p. 41). Assim, ela pode ser enfrentada, pois “transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa de homens [e mulheres]” (Freire, 2015 a, p. 51).

A história de vítimas de violência sexual não está fadada a continuar sendo vítimas e vendo a si como *ser menos*, é uma história que também pode ser reescrita a partir da libertação. Se profissionais e responsáveis conseguirem perceber que a criança está em risco ou perceber os primeiros sinais de que a criança pode estar passando por uma situação de violência, ela pode ser interrompida desde o começo.

Os profissionais da educação infantil que colaboraram com a pesquisa afirmam o quanto são capazes e sensíveis em perceber qualquer mudança na criança. Explicam que faz parte da rotina na educação infantil observar e registrar como a criança chegou à escola naquele dia, observação que vai além das questões físicas, pois tamanha convivência e troca faz as educadoras e educadores conhecerem os comportamentos, as expressões, o jeito de cada criança. Quando se trata da educação em tempo integral, esse conhecimento sobre as crianças é maior ainda. A educadora Roseli menciona como é crucial estar atento às formas que a criança utiliza para relatar situações de opressão:

opressão é uma palavra-chave em Paulo Freire e diante de toda reflexão que tivemos até aqui fica evidente que as crianças gritam, clamam, pedem socorro a nós que estamos ali na linha de frente, lidando com ela todos os dias. Nós conhecemos cada criança: como ela chega, se ela está bem ou não a gente já sabe. Então nós percebemos como as nossas crianças podem se sentir oprimidas por violências. Sonho que com os nossos conhecimentos façamos a diferença na vida dessas crianças para que elas sejam livres (Roseli cordeiro, relatório 4, 2024, p. 3).

É importante também pensarmos em outras formas de opressão para termos condições de ajudar nossas crianças. É necessário compreendermos que também fomos/somos vítimas de processos de opressão, que também já fomos opressores na nossa profissão e na nossa vida. A partir de uma visão não romantizada da realidade, poderemos mudar nossa práxis e intervir na realidade com maior utopia e potencialidade.

Cada experiência compartilhada pelos colegas enriquece as nossas experiências. Me solidarizo com a dor de cada um aqui. Sei que vivemos em uma sociedade que infelizmente quase todas nós passamos por algum processo de violência, de opressão. Fico reflexiva sobre a minha prática pensando quantas vezes fui opressora quando uma criança tentou me falar algo. Minha intenção é que a

gente não seja opressor, mas que a gente forme essas crianças para autonomia. Eu nunca tinha relacionado Paulo Freire à uma educação de prevenção, mas hoje pensando com vocês: tem todo sentido, mesmo que ele não tenha escrito especificamente sobre educação sexual todos os seus conceitos podem nos ajudar a viver uma educação de prevenção e combate à opressão, seja como professores ou gestores (Marta, relatório 4, 2024, p. 3).

Para atuarmos com uma pedagogia de prevenção à violência sexual, é significativo reconhecer o **medo** com ousadia, como já propôs Paulo Freire. Medo é algo concreto e normal na carreira docente, o medo de ser aceito, o medo de trabalhar diferente da maioria, o medo de transformar a realidade.

Quando se trata da temática da violência sexual, os medos têm ainda maior evidência, tememos pelos nossos educandos e por nós. Como mandaremos essa criança para casa novamente? Ela estará segura? Haverá uma figura de proteção para ela na família? Essa criança retornará à escola? Será atendida com qualidade pelos órgãos de proteção?

É importante destacar que não faltaram durante a pesquisa relatos de profissionais, que apesar do medo, foram movidos a agir impulsivamente com a intenção de proteger essas crianças; profissionais que invadiram locais de tráfico, que se jogaram na frente de carro de polícia, e que chegaram a levar a criança para sua casa. Profissionais também temeram pela sua vida, pela segurança dos seus familiares, como já discutimos na quarta seção.

Essas experiências de medo dão vida à obra de Freire, que nos provoca a aceitar o medo, porém não sermos imobilizados por ele:

Antes de mais nada, reconheçamos que é normal sentir medo. Sentir medo é uma manifestação de que estamos vivos. Não tenho que esconder meus temores. Mas, o que não posso permitir é que meu medo seja injustificado, e que me imobilize. Se estou seguro do meu sonho político, então uma das condições para continuar a ter esse sonho é não me imobilizar enquanto caminho para sua realização. E o medo pode ser paralisante. (Freire, 1986, p. 70).

Assim, temos o direito de sentir medo. Sentimento esse que revela a nossa humanidade. Não somos menores ou menos utópicos por lidarmos com medos reais, somos gente. Não há pretensão de que o educador e a educadora freireanos sejam super-heróis, que combatem e rejeitam o medo. Rejeitamos a opressão e, com ou sem medo, agimos em prol da libertação e da transformação da realidade.

O relato da educadora Josi demonstra a dialética em se posicionar nessa temática, ao afirmar que o medo, mesmo que não completamente neutralizado, não é algo que deve parar um educador que assume o papel de protetor da infância:

nessa temática de educação sexual a gente precisa ter ousadia em lidar com o medo, há 30 anos eu vivencio esse medo. A minha mãe foi ameaçada de morte a nossa vida toda porque ela teve a ousadia em denunciar quem abusou de uma sobrinha dela. Em momento algum eu a vi fraquejar ou voltar atrás. Eu me espelho nela e estou sempre atenta aos sinais de violência e pronta para denunciá-los (JMSC, relatório 4, 2024, p. 4).

Assim, mesmo com medo justificado de temer pela vida, o medo não foi paralisante, não a fez retroceder e, embora presente no decorrer de toda a vida da educadora, não comandou as suas ações. Para Freire (1986, p. 76), “se você não comanda seu medo, você deixa de arriscar, você não cria nada. Sem arriscar, para mim, não há possibilidade de existir”.

Essa coragem em mudar a realidade, enfrentar as opressões, proteger a infância mesmo com medo. Esse não parar, apesar dos percalços que surgem no caminho, tem muito a dizer sobre o **esperançar** freireano, que ao mesmo tempo que é utópico, é verbo, é ação. “A esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã” (Freire, 2015b, p. 15).

Percebemos no decorrer da pesquisa essa esperança que se move no meio dos participantes. As falas sempre dialéticas com um entrelaçar de dor, de luta e de possibilidade de prevenção. Na mesma sala que de fora podíamos presenciar um silêncio ensurdecador, quando nos deparávamos com algum relato de violência sexual que chegou às nossas escolas, ouvíamos também muito riso partilhado quando alguma ideia ou experiência de prevenção era narrada, quando ouvíamos alguma experiência exitosa de uma criança, que ainda pequena, aprendeu a dizer “não”, aprendeu sobre o que é íntimo, privado.

Assim, nessa práxis de prevenção à violência sexual, a desesperança não tinha vez. Para Freire (2015b, p. 14), “a desesperança nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo em que não é possível juntar as forças indispensáveis ao embate recriador do mundo”. Pelo contrário, todos os relatos nos empurraram a uma luta esperançosa, em busca de conseguir criar condições de recriar o mundo, como observamos nas falas a seguir:

Eu não sei vocês, mas quando eu falo “esperança” o meu coração se enche de um sentimento de busca. Somente pela esperança a gente se reúne aqui em torno de um tema tão difícil, mas sempre com esperança de fazer mais, saber mais, ser mais, buscar o melhor para as nossas crianças. Por amar a educação infantil eu tenho esperança e não posso deixar o Paulo Freire numa gaveta (Andréia, relatório 4, 2024, p. 2).

Tenho esperança de compartilhar conhecimento; de reconhecer e superar os desafios; de identificar situações. Apesar das minhas dificuldades em perceber esses sinais eu tenho esperança na minha formação me capacitar para ser mais protetora. Eu prestei atenção ao máximo nas experiências de cada um de vocês, cada uma foi muito importante e fiz reflexões sobre tudo isso. Esperança que a coletividade nos trará um novo e fortalecido grupo, para que cada um de nós faça essa transformação social e busque novas aprendizagens referentes à proteção das crianças e garantia dos seus direitos, porque se a gente se unir com a esperança que age, que sabe que pode fazer a diferença eu creio que a gente vai contribuir muito com a proteção das crianças (Lucelina, relatório 4, 2024, p. 2).

Um elemento basilar para a esperança ser mantida em uma práxis de prevenção à violência sexual é a **amorosidade**. Em Freire não se trata de um amor piegas, de apenas sentimentalismo abstrato, a amorosidade freireana é ação, é o verbo amar com objetivos claros de libertação de qualquer opressão. É um amor que tem mãos, pés, corpo que caminha para luta e que é direcionado a sujeitos concretos com a intenção e potência de alterar a concretude da vida do educando. Nas palavras do autor: “o amor é um ato de coragem, pois está em comprometer-se com a sua causa. A causa da libertação” (Freire, 2015 a, p. 50).

Eliana, participante da pesquisa, reitera a afirmativa de Freire a respeito desse ato de coragem e discorre sobre como a amorosidade move a sua prática pedagógica. No mesmo sentido de um amor que tem corpo, que tem pés, ela afirma que é possível vivenciar alternativas aos problemas e não ficar com esse amor e com essas alternativas para si, mas é um amor que só existe porque existe o outro, porque pode ser partilhado, direcionado:

amar é um ato de coragem. Quando a gente tem amor pelo que faz conseguimos achar caminhos, conseguimos ajudar e partilhar com os outros. Se você não tiver amor você não conseguirá proteger ninguém. Eu digo e repito: sou uma eterna apaixonada pela educação infantil. A educação infantil é para quem gosta, cada olhar, gesto e brincadeira te diz alguma coisa, a criança nos transmite tanto conhecimento! Sem amor à profissão você vai estagnar como pessoa e vai estagnar também o desenvolvimento da criança com quem está trabalhando (Eliana, relatório 4, 2024, p. 8).

Além disso, a educadora compreende o quanto o amor é necessário ao desenvolvimento profissional, a estar em permanente processo formativo. Da mesma forma, é necessário para o desenvolvimento de toda criança, o afeto abre possibilidades de aprendizado cognitivo, emocional e social.

Quando se trata de crianças que passaram por processos de violência, a amorosidade torna-se ainda mais necessária enquanto solidariedade para esse sujeito lidar com os efeitos da violência e continuar o desenvolvimento do seu *ser mais*. “Só na plenitude deste ato de amar, na sua existencição, na sua práxis, se constitui a solidariedade verdadeira” (Freire, 2015 a, p. 50).

A amorosidade, tanto em Freire quanto na educação sexual, é para além da técnica e dos conteúdos na educação, mas compreende o papel da educação em perspectiva humanista, ética e existencialista, como formativa do sujeito enquanto gente.

Ademais, cabe refletirmos que a educação sexual ocorre por meio de uma educação emocional, assim, a amorosidade é crucial para que o educando reconheça e vivencie amor saudável, amor que não viola, não obriga, não chantageia, não barganha. Mas amor como afeto que cuida e liberta a si e ao outro. Tanto ao receber esse amor quanto ao dialogar sobre ele, a criança será formada para sentir. Para isso, é de suma importância que o educando tenha autonomia para refletir sobre a sua vida e sobre as relações das quais participa.

Freire (2015c, p. 19) afirma que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos conceder uns aos outros”, logo, é necessário que todo fazer pedagógico seja para a autonomia, principalmente quando se trata de uma educação de prevenção à violência sexual. Durante a pesquisa, a **autonomia** aparece enquanto autonomia para conhecer e autonomia do ser:

Autonomia: eu gosto dessa palavra, eu conheço um pouco do Paulo Freire, mas reconheço que não sei tudo sobre ele, todos os métodos, as práticas, as ideias. Mas a autonomia é algo que tem muito da minha atenção, porque a educação de prevenção tem que ter autonomia do aluno, o que eu conheço eu não tenho como enfiar na cabeça de alguém. Eu preciso entender que esse alguém é um sujeito histórico, político, que vive experiências e quando eu coloco na sala de aula um tema que a gente vai discutir eu preciso que a criança construa qual o sentido dele para aquele tema, ele deve ter experiências com aquilo. Quando a criança cria autonomia ela movimenta o conhecimento, ela consegue se relacionar com esse conhecimento que é um

conhecimento que transforma pessoas (Fátima, relatório 4, 2024, p. 1).

Essa autonomia em conhecer é a base da pedagogia dialógica freireana, em estimular que o educando construa conhecimento a partir de e para a sua realidade, não somente a depositar o que o professor considera importante, como ocorre na educação bancária.

A autonomia em conhecer também é um tema caro à educação sexual, visto que o educando tem que ter sua maturidade levada em consideração. Tudo o que for abordado na educação sexual deve ser coerente com a idade, curiosidade e desenvolvimento da criança, com temas e linguagem relacionados à sua vivência. Além disso, é importante ter cuidado para que a criança privada de informações adequadas por parte de educadores e responsáveis não venha ser educada a partir da perspectiva erótica das mídias sociais. A respeito da autonomia em conhecer, Figueiró (2018, p. 88) questiona:

teriam direitos, os professores, de influenciar seus alunos com valores pessoais sobre o que consideram certo ou errado? Certamente que não; cabe a eles criar várias oportunidades de reflexão, para que os alunos pensem e discutam com os colegas, a fim de que formem sua própria opinião.

Outra perspectiva de autonomia que surge é a do ser, a qual versa sobre uma necessidade histórica de dizer o óbvio: que criança também é gente, também tem direito de pensar, de dizer, de valorar, de opinar e de participar da vida da comunidade, seja ela escolar, familiar ou do bairro, da cidade, como apontam as educadoras:

muitas vezes a educação infantil privilegia a autonomia do fazer: a criança come sozinha, guarda o material, arruma o brinquedo e a autonomia do ser a gente não evidencia, que é: ela pode dizer, ela pode participar, ela pode escolher, essa autonomia precisa ser cada vez mais trabalhada na educação sexual (Nilcilene, relatório 4, 2024, p. 2).

Eu sou professora do maternal 1 e do jardim 1 e a gente precisa ensinar nossa criança a ter autonomia para dizer não; para saber acolher um abraço ou não; reconhecer seu corpo e seus limites; saber que a sua fala também é importante (Maria, relatório 4, 2024, p. 3).

Essa autonomia em muito se aproxima do objetivo da educação sexual: “A finalidade primária da educação sexual: não é a de ‘ensinar’ muita coisa, mas de permitir que se pense sobre o tema” (Gaiarsa, 1986, p. 207), ou seja, que o sujeito tenha autonomia para pensar e se expressar.

Outra finalidade basilar da educação sexual e da educação freireana é a **liberdade**. A liberdade, na perspectiva de Paulo Freire, não é algo que a gente dá

para os nossos alunos, mas é algo que as crianças e nós vamos construindo como uma prática, como um exercício cotidiano e consciente: “a liberdade, que é uma conquista e não uma doação, exige uma permanente busca” (Freire, 2015 a, p. 46).

Essa liberdade é necessária para se prevenirem de atos de violência sexual, é necessária também para que consigam contar para uma pessoa de confiança caso a violência tenha ocorrido, é necessária para viver a sexualidade em sua plenitude.

Essa liberdade conquistada apareceu na pesquisa de campo quando a educadora Lilian (relatório 4, 2024, p. 3) destacou a importância de as crianças aprenderem conosco o que é ter liberdade e não sentir medo. Nessa fala, podemos inferir que é impossível tornarmos uma criança livre, a liberdade é uma ação pessoal que pode ser aprendida na vivência, no cotidiano, não no depósito na cabeça das crianças:

todos os conceitos freirianos conduzem à liberdade, o conhecimento liberta e minha intenção é que as crianças aprendam isso conosco, que elas aprendam a felicidade que é a liberdade, que é não sentir medo, dizer a sua palavra (Lilian, relatório 4, 2024, p. 3).

Além disso, a liberdade é mencionada como transformação da realidade, com o se importar e se ver como responsável em intervir na realidade do educando, não se acostumando e aceitando crianças com as suas liberdades negadas.

na pedagogia freireana liberdade é quando eu, professora, percebo a realidade do meu aluno e não me acomodo à ela, é uma liberdade de transformação das realidades (Jesileidy, relatório 4, 2024, p. 3).

Em Freire (2015 a), a educação como prática de liberdade é contrária à prática da dominação, que implica na negação do ser humano, visto como abstrato, isolado, solto, desligado do mundo. Assim, não há como separar a vida dos nossos educandos da vida da escola, nos considerando responsáveis somente por ensiná-los sobre o mundo das ideias, dos conceitos e das letras. Faz parte do nosso fazer docente intervir na realidade concreta dos nossos educandos.

Por fim, damos destaque à categoria **ser mais**. Essa categoria apareceu recorrentemente na pesquisa de campo, quando as educadoras falavam da relação entre Freire e educação sexual, buscando uma educação formativa para a vida de educandos. Porém, destacamos agora o quanto a educação de prevenção contribuiu para o *ser mais* dos profissionais da educação. O quanto os faz repensarem suas práticas educativas; seu potencial em contribuir com a escola como um todo e com a

comunidade. Eles afirmam que essa perspectiva mudou a sua reflexão-ação nas escolas e na vida:

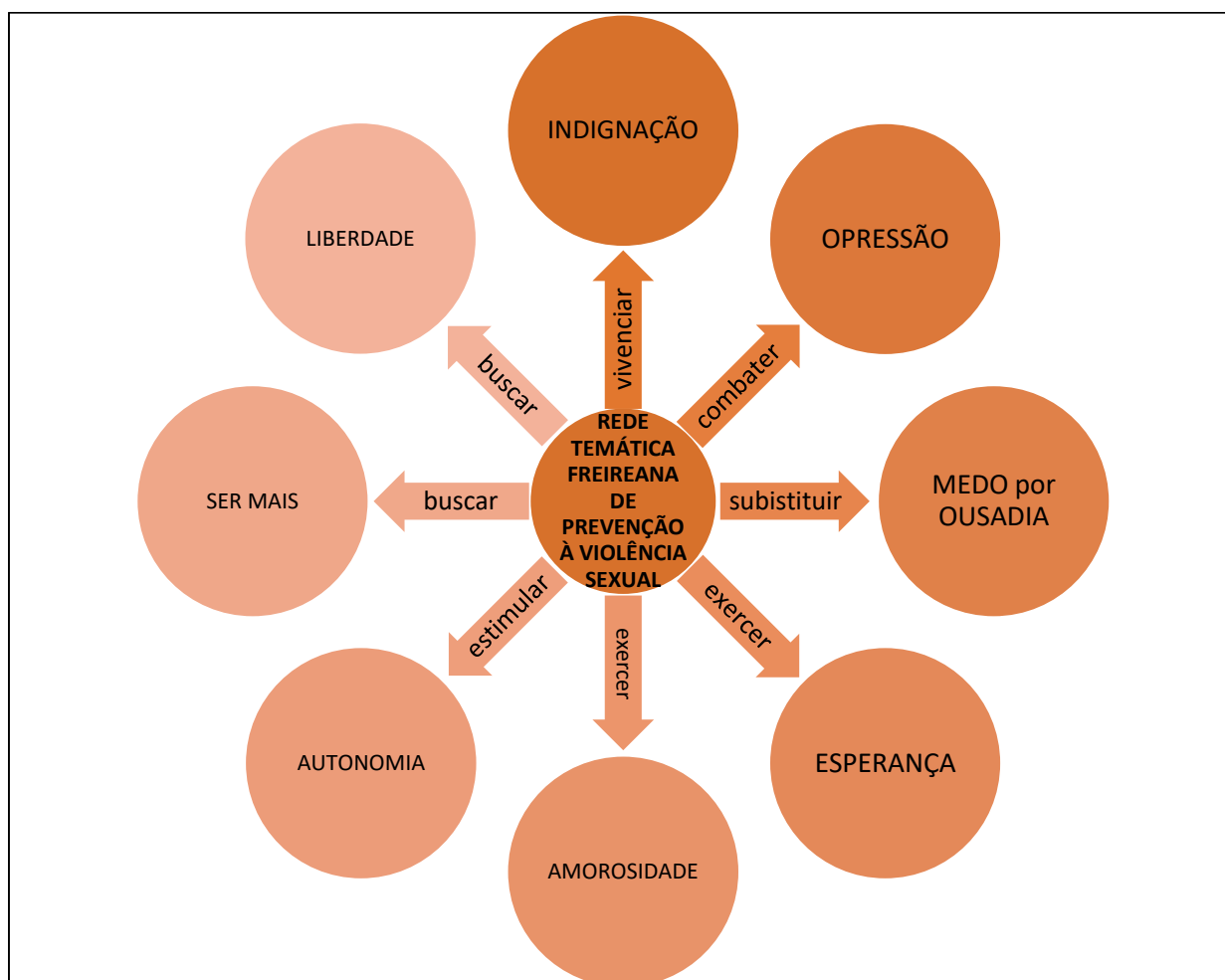
eu refleti que depois desses círculos dialógicos não sairemos os mesmos daqui, sairemos mais gente, mais preparados, eu nunca tinha pensado, escutado e estudado esse tema da maneira que estamos vivendo agora, então eu sei que quando eu voltar pra minha escola vou fazer a diferença. Não com a intenção de ser mais que ninguém, mas ser mais atuante e intencional em trabalhar também com os profissionais da minha escola. Eu imagino cada um de nós como um guardião em nossas escolas (Drica, relatório 4, 2024, p. 7).

ser mais dialógica, ser mais corajosa, ser mais hábil para observar, identificar e denunciar. Na escola eu estou gestora, mas a minha alma de professora está no meu dia a dia, eu sempre tenho alguma criança na minha sala, eu sempre gasto tempo ouvindo e assim aprendo a ser mais e posso intervir mais (Josi, relatório 7, 2024, p. 7).

Ser mais gente e ressignificar a nossa práxis, o nosso pessoal e o sistema. Quantas vezes na nossa práxis nós já fomos opressores das crianças em sala de aula. Quando eu falo de ressignificar na questão pessoal considero o quanto não estamos preparados para lidar com um tema desse, mas seguir em busca do nosso ser mais para proteger as crianças. Quando eu falo de sistema, muito foi debatido aqui que nem sempre temos apoio do órgão tal, mas temos que nos questionar o quanto estamos preocupados quando fazemos as eleições dos conselheiros tutelares, dos vereadores, deputados, quantos realmente buscam ser mais enquanto cidadão atento a quem colocará no poder (Willames, relatório 4, 2024, p. 7).

Nesse sentido, educadoras, educador e gestoras focadas em ser mais gente e mais preparadas para atuarem como protetoras da infância possuem maiores condições de não fazer uma educação somente técnica, mas com a possibilidade de formar alunos para a vida e para prevenção a toda forma de violência. Essas categorias estão expostas na tabela 26 a seguir:

Tabela 26: infográfico de rede temática freireana de prevenção à violência sexual



Fonte: elaboração própria, 2024

Em suma, as categorias de cunho epistemológico que demonstram como o pensamento freireano é fundante e basilar à práxis de prevenção à violência sexual formam uma rede temática de prevenção, pois são categorias interdependentes entre si. Só há autonomia, *ser mais* e liberdade, se toda forma de opressão e medo for enfrentada com indignação, esperança, ousadia e amorosidade, como expomos na tabela acima.

6 PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL: AÇÕES FORMATIVAS E COLABORATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE BELÉM

Aqui apresentaremos as práxis das educadoras e do educador das infâncias de Belém a respeito da prevenção à violência sexual, o que eles têm elaborado no chão da escola, quem têm sido os sujeitos, quais têm sido os temas geradores, as abordagens e os resultados. No decorrer da pesquisa, nos deparamos com educadoras com trabalhos já consolidados de educação sexual, que tiveram colaborações traçadas no decorrer da pesquisa, e outras educadoras que foram despertadas a desenvolver o trabalho a partir dos círculos dialógicos formativos desenvolvidos na pesquisa.

O desenvolvimento desta seção é crucial para não traçarmos uma educação sexual bancária, limitada a palestras e ações isoladas, mas atentar para como crianças podem ser protegidas no cotidiano da educação infantil e por toda a rede de proteção que faz parte da escola. Figueiró (2018, p. 38) destaca a necessidade:

de pesquisas que procurem estar mais próximas do cotidiano da escola, a fim de apreender como vêm sendo “construídas” a prática e as significações sobre a sexualidade e a Educação Sexual em processo de construção sócio-histórico-cultural, na realidade escolar.

Além dos trabalhos desenvolvidos pelas educadoras, destacamos as percepções delas sobre essa vivência desafiadora que é uma pedagogia de prevenção desde a educação infantil. Figueiró (2018, p. 76) salienta o poder formativo da partilha de experiências sobre trabalhos na educação sexual e sobre o quanto não estamos sozinhos nas dificuldades do campo da sexualidade:

Ao ensinar sobre sexualidade, o professor, a professora, podem vir a sentir medos, insegurança e vergonha e, se puderem falar sobre estes sentimentos, em situação de grupos de estudos, com seus colegas, por exemplo, certamente conseguirão superá-los mais facilmente e assim avançar melhor em seu trabalho como educador/a (Figueiró, 2018, p. 76).

Nesse sentido, consideramos pertinente destacar algumas das ações elaboradas e desenvolvidas pelos participantes da pesquisa em suas escolas de educação infantil, ações que foram com professores, servidores, responsáveis, comunidade e com as crianças das escolas. Detalhamos o que, como e o que foi feito não com a intenção de receitas prontas de prevenção, mas a fim de demonstrar como recursos simples, porém ricos em intencionalidade, possuem resultados protetivos das infâncias na educação infantil.

6.1 Ações de prevenção com educadores e servidores

As atividades com professores e servidores aconteceram em diversos formatos: com álbum seriado, palestra dialogada e roda de conversa. Dentre as atividades desenvolvidas com professores e servidores, destacamos a ação da professora do maternal II, Fátima, a qual reuniu sete professoras e duas servidoras para realizar formação de partilha dos dados e debates realizados nos círculos dialógicos da pesquisa. Para isso, utilizou o recurso do álbum seriado, o qual se trata dos dados apresentados por meio de várias folhas grandes dispostas em um cavalete, para garantir a visualização de todos os participantes, como observamos na figura 11 a seguir:

Figura 11: álbum seriado para formação de professores



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

Nesse álbum seriado, a professora organizou dados estatísticos, leis e textos que suscitasse o debate sobre a necessidade de prevenção e sobre o papel da escola nesta causa. Nas palavras da professora Fátima (relatório 11, 2024, p. 2,):

Como dizia Paulo Freire, o ato de educar é um ato político e, por isso mesmo, intencional. Nesse sentido, este encontro, com as professoras da escola, foi marcado por intencionalidades para que juntas pudéssemos refletir o mundo da infância na perspectiva da violência sexual e da vulnerabilidade que muitas vezes estão submersas, bem como qual o papel das Instituições, inclusive as instituições educacionais nesse cenário de horror contra crianças e adolescentes.

Para início de conversa, a professora trouxe dados estatísticos sobre pedofilia e sobre notificação e subnotificação dos casos de violência sexual. Casos os quais não representaram somente números para as professoras e servidoras que

participaram da formação, pois rememoraram de diversos casos que tiveram acesso nas suas experiências na escola e em outras escolas nas quais já trabalharam: “O que não faltou em nosso encontro foram relatos trazidos pelas professoras. Ou seja, os dados se justificavam concretamente naquele encontro” (Fátima, relatório 11, 2024, p. 2).

Além disso, ao apresentar os dados legais que orientam sobre a participação da escola e sobre como fazer uma escuta protegida, como o ECA e a Lei 13.431. A respeito dessa lei, a professora deu destaque à questão da ética, ao fato de precisarmos fazer essa escuta na escola sem expor a criança para toda a escola. As professoras foram unânimes em dizer que nunca ouviram falar desta oitiva, e consideraram muito importante que a sociedade possa dispor de mais essa ferramenta de proteção.

Ao conversarem sobre essa lei, as professoras mencionaram o quanto conseguiam perceber erros nas suas vivências de escutas de relatos sobre violência sexual por não conhecerem a respeito. Como exercício, as professoras dialogaram sobre como abordaram um caso real que ocorreu há anos na escola, onde cometeram equívocos, e como poderiam melhor fazer a escuta, o encaminhamento e a proteção da criança.

Assim, como resultado dessa ação com professoras e servidoras, tivemos a sensibilização ao tema; o reconhecimento da necessidade de mais estudos e formação a respeito; a reflexão sobre as práticas vivenciadas por cada uma e perspectivas futuras de como o seu trabalho da educação infantil pode ser protetivo quando cuidar e educar estão realmente alinhados de forma intencional.

Uma outra ação que ocorreu com formato íntimo de roda de conversa, durante a hora pedagógica com professoras, assistentes escolares e acompanhantes escolares especializadas foi realizada pela coordenadora pedagógica MM (relatório 15, 2024, p.2): “Realizou-se o diálogo formativo para trocas, estudo e pensar estratégias para combate e prevenção da violência sexual de crianças”, a partir de perguntas e partilhas como: o que é violência/abuso sexual? Quem faz parte da rede de apoio? O que toda criança precisa saber? Como se dá o abuso/violência sexual? Quem é esse possível abusador(a) e quais características ele(a) apresenta? Quais sinais as crianças podem apresentar? Tendo uma suspeita, como agir?

Por meio dessa metodologia (figura 12 a seguir), que não necessitou de grandes aparatos ou recursos, mas partiu dos saberes presentes na escola e do

processo de fazer saberes circularem, o resultado foi que, a partir desses dados, um caso de abuso sexual sofrido por uma criança de dois anos foi identificado e encaminhado para o SGD. Logo, o objetivo maior dessa Tese já foi alcançado durante a sua realização, que era que ao menos uma criança fosse protegida, isso já é mais importante do que qualquer produto final.

Figura 12: roda de conversa



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

A professora do Jardim II, Lílian, e a coordenadora Marta também desenvolveram uma formação com professores e servidores da educação infantil. Pontuaram que as atividades a respeito da temática ocorrem o ano todo, mas deram ênfase a uma palestra realizada por um profissional convidado, um psicólogo e pedagogo da Unidade Básica de Saúde do bairro da escola, a fim de proporcionar relação dos professores com esse outro órgão de rede de proteção, que é a saúde.

Essa ação ocorreu em formato de palestra dialogada, pois o profissional apresentou dados a respeito da “prevenção, reconhecimento de situações de risco, identificação da rede de apoio, alertou sobre o uso abusivo das redes sociais pelas crianças e adolescentes, além dos canais de denúncia de casos de violência” (Lílian; Marta, relatório 16, 2024, p. 2). Dialogada, pois a partir dessas falas os professores afirmaram que precisam saber mais sobre a temática e, como alternativa, houve muita partilha de material pedagógico e de atividades de prevenção.

Outra ação que convocou participantes da rede de proteção para estarem somando com a escola e com a formação de professores e servidores foi partilhada pela diretora Lucelina (relatório 19, 2024, p. 2): “recebemos o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) com o tema: Multiplicando

informações sobre o papel da escola na identificação e enfrentamento da violência”. A partir desse contato, professores e assistentes elaboraram planos de ação para a sala de aula e para a família sobre prevenção à violência.

Além do trabalho com profissionais da escola, os participantes da pesquisa consideraram de grande necessidade que ações fossem desenvolvidas também com pais e responsáveis das crianças, tal como com a comunidade que as cerca, com o intuito de que a proteção seja realizada por todos os que cercam as crianças e principalmente pelos sujeitos que residem com elas.

6.2 Ações de prevenção com a família e com a comunidade

A necessidade de participação de familiares no processo educativo é uma pauta recorrente e que todos sabem a necessidade dela, porém, falas a respeito da baixa participação ou devolutiva dos responsáveis também são recorrentes. Muitos dos participantes da pesquisa tiveram a intencionalidade e a organização de realizar uma atividade com esses sujeitos, porém, em muitos casos, eles não compareceram.

Assim, os professores utilizaram diversas estratégias para buscar maior participação da família, tais como o convite pessoal boca a boca na hora da entrada e da saída; organização de encontros próximos ao horário de entrada das crianças, assim os pais já ficavam para a reunião; e sorteio de sextas básicas. Todavia, em algumas escolas, o trabalho em parceria já está tão consolidado que simples informes são suficientes para que um número expressivo participe. A constância também foi um fator muito mencionado nesses relatos, pois tivemos escolas em que anteriormente dois pais participavam e o número cresceu com o continuar das reuniões e com o destaque para a importância das temáticas.

Dentre as experiências exitosas, ressaltamos o professor Willames e a diretora Eliana (relatório 12, 2024), que apontaram a importância de socializar com as famílias quais atividades serão e foram realizadas com as crianças, para que eles se somem ao processo de proteção. Além disso, compartilharam a experiência de enviar leitura dirigida de Pipo e Fifi, de Carolina Arcari, aos familiares para lerem e conversarem com as suas crianças em casa, somando aos trabalhos desenvolvidos em sala de aula.

Para essa atividade ser realizada, utilizaram o livro na versão para bebês e para crianças pequenas, o qual tem autorização para ser impresso e divulgado. Assim, todas as crianças puderam levar o livro para casa. Como resultado, tivemos crianças

mais interessadas na temática, que passaram a conversar sobre sexualidade de maneira lúdica em casa da mesma maneira que o fazem na escola.

Já na escola da professora Roseli, o trabalho com a família aconteceu por meio de reuniões e palestras sobre os direitos de proteção que a criança possui. O objetivo desses encontros foi conscientizar e orientar a respeito da necessidade e de como proteger as crianças.

A coordenadora pedagógica MM desenvolveu também reuniões de conversas por turma com os responsáveis pelos bebês do berçário onde atua, para abordar “informações sobre combate e prevenção ao abuso sexual infantil e a todos os tipos de violência, além das maneiras de prevenir e de denunciar” (MM, relatório 15, 2024, p. 4) e teve participação expressiva dos familiares na escola, como podemos observar cada responsável segurando o seu bebê na figura 13 a seguir, estimulando que participem desde o começo da vida escolar das crianças e, principalmente, da proteção delas.

Figura 13: reunião com responsáveis pelos bebês do berçário II



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

Já a ação desenvolvida com as famílias na escola da professora Drica (relatório 18, 2024) teve participação de um outro órgão de proteção, o conselho tutelar, o qual atuou por meio de roda de conversa orientando sobre proteção, cuidados e direitos das crianças e dos adolescentes (figura 14). Essa participação foi importante para enxergarem o conselho tutelar como parceiro na proteção das crianças, não como um órgão a ser temido. Nesse encontro, dúvidas sobre a atuação do conselho tutelar puderam ser tratadas.

Figura 14: roda de conversa de responsáveis com conselho tutelar



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

O nosso aparato legal no Brasil não responsabiliza unicamente as famílias como responsáveis por garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, mas toda a sociedade, logo, toda a comunidade deve ser protetora também. Uma ação foi recorrente em 80% da totalidade das escolas apresentadas pelos participantes da pesquisa: a caminhada de prevenção.

Essa caminhada faz parte do projeto da própria Secretaria Municipal de Educação, com o projeto “Direito de ser criança e adolescente na Belém da nossa gente”, mencionado anteriormente na segunda seção. Porém, cada distrito ou escola tem a sua forma de dar exequibilidade e foco a essa caminhada. Tivemos caminhadas que ocorreram exclusivamente com a comunidade escolar ao redor dos muros da escola e tivemos caminhadas com mais de 1500 pessoas a participar. Cada uma experiência dentro das suas possibilidades, porém, dotadas de intencionalidade.

A escola do professor Willame e da diretora Eliana (relatório 12, 2024, p. 2) realiza a caminhada de proteção da infância há 16 anos no distrito de Mosqueiro, a qual “tem em sua centralidade a sensibilização da sociedade local, socializar os trabalhos e práticas das escolas públicas e particulares, reivindicar políticas que fortaleçam a luta e o enfrentamento desta problemática Nacional”. Nessa caminhada, a escola tece parcerias com diversas outras escolas do Distrito e com representações do SGDCA, tais como o conselho tutelar, a guarda municipal, a polícia, as instituições de saúde, entre outros.

Durante essa caminhada, a comunidade escolar expõe as atividades de proteção que têm desenvolvido com as crianças por meio de banners e cartazes e, ao

mesmo tempo, apresenta, por meio de trio elétrico, músicas de prevenção e falas do SGDCA sobre a proteção dos direitos das crianças, sobre os canais e as formas de notificação de violências (figura 15):

Figura 15: caminhada 18 de maio do relatório 12



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

A caminhada realizada na escola da professora Roseli (relatório 13, 2024) acontece com outra escola nas ruas no entorno da Unidade de Educação Infantil em direção a uma praça do bairro e visa sensibilizar a comunidade adulta e infantil que é impactada pelas falas sobre o direito das crianças, por brincadeiras de prevenção, pinturas, contação de histórias, relatos de mães e pela exposição dos trabalhos feitos em sala. Essa caminhada possui o objetivo de ter linguagem acessível para que todas as crianças que a ouvirem ou dela participarem entendam que possuem direitos e que devem dizer não ao abuso sexual.

Na experiência da educadora MM (relatório 15, 2024), a caminhada ocorreu juntamente com as demais escolas do distrito em direção a uma praça, com cartazes, faixas e falas de proteção à infância. Ao chegarem à praça, houve apresentações, falas do SGDCA em defesa das crianças e de combate à violência sexual, tal como a exposição das produções das crianças sobre a temática. Juntamente com essas atividades, houve ação social, com emissão de documentos e consultas, a fim de que mais pessoas da comunidade se sentissem convidadas a estarem participando do evento e ouvindo e vendo sobre prevenção, conforme fotografia a seguir:

Figura 16: caminhada de prevenção e combate ao abuso e violência sexual contra crianças, relatório15



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

No relato da diretora Lucelina (relatório 19, 2024), a caminhada ocorreu utilizando como recurso além dos cartazes e banners, panfletos e caixas de som, para ir deixando os informes por todos da comunidade que cruzavam com a caminhada. Nas palavras da diretora:

[A caminhada] levou para as ruas seriedade, alegria e leveza nas informações importantes referente a temática, com músicas, panfletos e cartazes com as lindas atividades realizadas pelas crianças. Oportunidade ímpar em que falamos e mostramos para a sociedade sobre a atual estatística dos abusos sofridos por crianças e adolescentes, como denunciar, canais existentes, órgãos de proteção e a responsabilidade de toda sociedade na garantia do direito de proteger nossas crianças contra qualquer forma de violência. (Lucelina, relatório 19, 2024, p.1).

Por fim, destacamos a caminhada desenvolvida na escola da professora Drica (relatório 18, 2024 p.3), caminhada a qual muito se aproxima da educação popular pela diversidade de sujeitos que a conduzem: “igrejas, UBS (Unidade Básica de Saúde), Conselho Tutelar, Associação de Moradores, Núcleo de Referência em Inclusão, famílias, entre outros”. Essa ação é desenvolvida em parceria com diversas escolas da comunidade e há partilha das atividades desenvolvidas por essas escolas, além de panfletos e banners informativos sobre prevenção à violência sexual.

Em 17 de abril de 1997, Paulo Freire, ao conceder sua última entrevista, que foi concedida à jornalista Luciana Burlamaqui, da TV PUC-SP, fala da felicidade, a qual partilhamos, em ver a sociedade mobilizada em marchas e caminhadas, experiências que demonstram o poder da coletividade em busca de sonhos possíveis, no caso das marchas mencionadas acima: a proteção das infâncias.

Eu morreria feliz se eu visse o Brasil cheio em seu tempo histórico de marchas. [...] Eu acho que as marchas são andarilhagens históricas pelo mundo... O meu desejo, o meu sonho como eu disse antes é que outras marchas pela superação da sem-vergonhice que se democratizou terrivelmente nesse país. Essas marchas nos afirmam como gente, como sociedade, e querendo democratizar-se (Freire, 1997).

Assim, essas caminhadas detalhadas aqui não são vãs, constituem-se em estratégias e formas do entorno das escolas conhecerem sobre a rede de proteção, bem como são formas de as crianças em situação de abuso saberem que têm a quem recorrer. Os momentos das músicas de proteção ao corpo e à dignidade da criança precisam ser inúmeras vezes repetidos.

6.3 Ações de prevenção com as crianças

Apesar da inenarrável importância do trabalho em outras frentes, é inegável que o trabalho com as crianças tem o coração e as mãos dos professores participantes da pesquisa, por ser realizado cotidianamente, ao longo do ano todo, com atividades formais ou não formais, mas sempre intencionais em proteger cada criança.

Apresentamos a seguir 9 (nove) principais recursos utilizados pelos participantes da pesquisa para trabalhar a prevenção com as crianças da educação infantil da rede municipal de educação de Belém, com a intenção de que sejam recriados, repensados e utilizados com todas as crianças ao nosso redor, sendo eles: semáforo do toque; música “Nisso e naquilo”; livro “Pipo e Fifi”; casa como símbolo lúdico; momento de higiene; música “o meu corpo é um tesourinho”; história “Não me toca seu boboca” e “história da Lara”.

Cabe mencionar que esses recursos por si só não são protetores, mas todos os participantes da pesquisa mencionaram a possibilidade que eles possuem, para, por meio do diálogo, as crianças com autonomia serem mais protegidas. Por meio da ludicidade, elas possuem a possibilidade de aprender a se protegerem e terem a quem recorrer como pessoa de segurança.

a) Semáforo do toque

O semáforo do toque é um recurso que pode ser produzido de diferentes maneiras. Durante a pesquisa, ele foi produzido pelos participantes de diferentes formas, porém, todas com o mesmo objetivo de ensinar sobre partes do corpo, limite corporal e sobre a importância de a criança ter autonomia para dizer não e para fugir. Tendo em vista que as cores, assim como no semáforo de trânsito, representam movimento, o verde representa que toque ou carinho naquela parte do corpo pode

seguir, pode acontecer; o amarelo significa atenção, ou seja, não são partes íntimas, mas são partes privadas, as quais as crianças podem dizer que não se sentem confortáveis com o toque ou exposição; já a cor vermelha representa o “pare”, são partes íntimas que não devem ser tocadas em segredo, nem como brincadeira ou carinho, representa o “pare” para quem tenta tocar e o “fuja” para quem é tocado.

Nas ações dos participantes Willames e Eliana (Relatório 12, 2024, p. 6), o semáforo do toque foi desenvolvido com impressões coloridas, ao explicar sobre o semáforo e a relação dele com o corpo da criança. As impressões continham um semáforo com as cores e o significado delas; bonecos de menino e menina com o corpo todo e pequenos círculos verdes, amarelos e vermelhos para cada criança manusear e colocar as cores nas partes do corpo que consideram que podem ser tocadas, que merecem atenção e as que não podem ser tocadas, conforme figura 17 a seguir:

Figura 17: semáforo do corpo, relatório 12

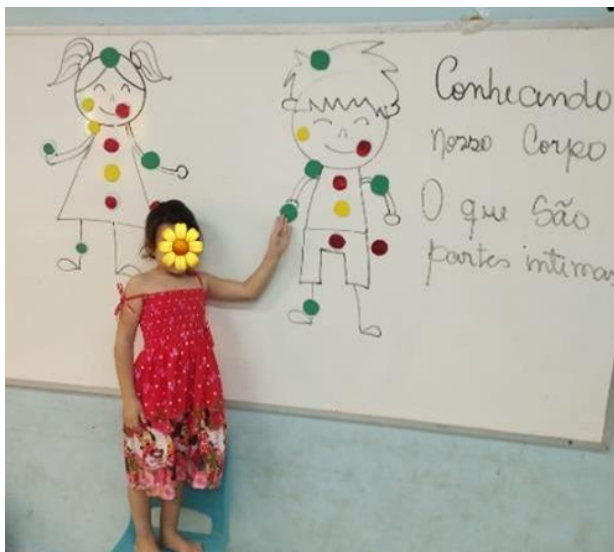


Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

Esses bonecos impressos foram utilizados para diálogo também como fantoches para conversar sobre a temática de forma lúdica com as crianças. A atividade foi desenvolvida na mesma turma em outro momento, utilizando o recurso do quadro branco com o desenho de um menino e de uma menina e círculos de papel colorido (figura 18) onde cada criança poderia ir ao quadro colar as cores do semáforo.

Como já era uma experiência que as crianças conheciam e que foi trabalhada de forma adequada e chamativa às suas idades (5 anos), as crianças pediram para serem professoras uma das outras e, uma a uma, foram ao quadro e fizeram perguntas aos colegas sobre as partes do corpo. A brincadeira permaneceu até o momento de intervalo.

Figura 18: semáforo do corpo, relatório 12



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

Em outra escola, o semáforo foi trabalhado por meio de impressões em preto e branco para cada uma das crianças em diferentes turmas e idades da educação infantil. Alguns realizaram sentados em rodinha no chão, outras turmas sentadas à mesa, porém, foi unânime que houvesse diálogo antes e depois da atividade. Após diálogo com as educadoras, as crianças, com o lápis de cor, pintaram as partes do corpo a partir das cores e do significado do semáforo no corpo.

Para as professoras que propuseram a atividade, ela é pertinente “para indicar as partes do corpo onde elas podem ou não ser tocadas por outras pessoas, e como reagir se isso acontecer. O objetivo é que as crianças aprendam a se proteger e a denunciar situações de violência” (Lilian; Marta, relatório 16, 2024, p.4).

O resultado dessa atividade foi atenção na escolha das cores e diálogo não somente sobre as suas atividades individuais, mas sobre as atividades dos colegas, pois foi realizado um mural (figura 19 a seguir) onde todas as pinturas ficaram expostas, permitindo que as crianças visualisassem quais eram os pontos em comum e diferentes, mas abordando que as partes íntimas não podem ser consideradas na cor verde ou amarela jamais.

Figura 19: semáforo do corpo, relatório 16



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

Já na escola da diretora Lucelina (relatório 19, 2024, p.3), além de ser utilizado em sala de aula com as crianças das turmas, o semáforo do toque foi às ruas durante a caminhada em formato de banner com a legenda nas cores representando onde pode, onde merece atenção e onde não pode tocar nas crianças. Demonstrando, assim, aos responsáveis e à comunidade que as crianças sabem quais são as partes do corpo, quais são as partes íntimas e que estão sendo educadas a dizer não.

Uma atividade como essa, simplesmente por estar exposta para a comunidade, já possui potencial protetivo, pois demonstra que a marcha em defesa das crianças não é somente a culminância de um evento, mas demonstra como a escola está trabalhando em prol da formação de prevenção das crianças.

Figura 20: semáforo do corpo, relatório 19



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

Já a professora Lua (relatório 18, 2024, p. 1) utilizou o semáforo juntamente com fantoches e realizou uma contação de história sobre o toque nas partes do corpo e como dizer não: “Trabalhamos com as crianças a história ‘Semáforo do corpo’ procurando que elas interagissem e partilhassem experiências. Após a história, as crianças foram convidadas para marcarem em um desenho as partes do corpo conforme a história”.

Assim, em um ambiente propício à contação de histórias e diferente da sala de aula, a atividade trabalhou de forma lúdica, na biblioteca, a escuta, a atenção, o diálogo, o relato de experiências, o conhecimento sobre as partes do corpo e a identificação de partes do corpo que não devem ser tocadas, a não ser que seja por questões de saúde ou higiene, conforme figura 21 a seguir:

Figura 21: semáforo do corpo, relatório 18



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

Além dos fantoches, a educadora utilizou cavalete e cartolinas para desenhar uma menina, na qual as crianças, uma a uma, pintaram as cores de acordo com o semáforo do toque no corpo do desenho com giz de cera.

Assim, a atividade do semáforo do toque foi realizada de diferentes formas e utilizando diferentes materiais, e demonstra que recursos extremamente caros não são cruciais para atividades de prevenção, a intencionalidade determina mais do que os recursos materiais.

b) Música “Nisso e naquilo”

Outra atividade que se repetiu nas escolas dos participantes da pesquisa foi a utilização da música “Nisso e naquilo” (Boneca Juju: Letícia Santos), a utilizar somente

a reprodução da música em caixa de som ou o recurso da luva musical. A letra da música:

Nisso e Naquilo

Várias partes o meu corpo tem
cabeça, boca, pé e pernas também
algumas partes ficam bem escondidinhas
e uma delas fica em baixo
da minha barriguinha.

Nelas ninguém pode tocar não
se não tiver a minha permissão.
Se desobedecer e nelas tocar
eu vou correndo pra mamãe contar.

Se não resolver eu tenho que pensar
quem é a pessoa que pode me ajudar
titia, vovó, professor, um irmão
um deles terá a solução.

Nisso e naquilo ninguém pode mexer
nisso e naquilo eu tenho que proteger
nisso e naquilo ninguém pode tocar não
porque eu sou corajoso e não aceito não.

As professoras Ana e Mércia (relatório 10, 2024, p. 3) optaram por tocar a música na caixa de som, cantar e fazer a coreografia com as crianças. A coreografia consiste em apontar para as partes do corpo, o que fez com que as crianças se mexessem bastante e ficassem animadas com a atividade. Para as professoras: “com a canção podemos explicar para as crianças como é importante cuidar e proteger as partes íntimas de seu corpo e que elas devem dizer NÃO e contar para uma pessoa que ela goste e confie quando alguma pessoa se aproxima com o intuito de tocar nela”.

Como resultado da utilização da música, as professoras afirmaram que o tema ficou leve para ser abordado e as crianças conseguiram participar ativamente, não somente recebendo um conteúdo. No começo, ficaram um pouco tímidas, mas no decorrer do diálogo, da coreografia e da música foram ficando mais seguras para falarem sobre seus corpos e seu direito de serem protegidas.

A música foi utilizada em outras escolas, tendo o recurso luva musical como seu complemento. As coordenadoras Lilian e Marta (relatório 16, 2024, p. 1) a incluíram “na rotina das turmas. As atividades lúdicas foram ajustadas para cada faixa etária e grau de maturidade da criança”. A luva musical foi impressa em papel laranja

(figura 22), cor da prevenção à violência sexual, contendo os personagens da música: titia, vovó, professor, irmão e contendo um espaço em branco para a criança incluir outra pessoa que pode ser considerada de confiança a quem possa recorrer. Após a professora cantar e demonstrar a luva, as crianças também a manusearam e falaram sobre as pessoas de confiança que as cercam.

Figura 22: luva musical, relatório 16



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

Já a versão utilizada pela professora Drica (relatório 18, 2024), além de apresentar as pessoas mencionadas pela música, contém as partes do corpo que aparecem na música e é disposta em formato de dedos, o que possibilita movimento dos personagens e o movimento de “não” com o dedo indicador

Figura 23: luva musical, relatório 18



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

c) Livro “Pipo e Fifi”

“Pipo e Fifi” é um livro de Carolina Arcari em que os personagens principais são monstros, que usam fralda e, quando crescem, usam calcinha e cueca. A obra mostra o que são partes íntimas e quem pode e em que circunstâncias tocar nelas, demonstrando o toque do sim e o toque do não.

A utilização do livro Pipo e Fifi também ocorreu em diferentes escolas dos participantes da pesquisa, seja na versão para bebês ou para crianças. Na escola do professor Willames e da diretora Eliana, além do livro ter sido enviado aos pais, foi lido em diferentes dias na rotina da escola em sala de aula (figura 24):

Figura 24: leitura Pipo e Fifi, relatório 12



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

A professora Lua, além de realizar a contação para as crianças, distribuiu impressões para que as crianças realizassem a pintura dos personagens da história. Além de pintar os personagens, o livro apresenta recursos interativos para serem realizados com os bebês, como colagens e atividades de pintura, jogos, desenhos e colagens para crianças.

Já as professoras Ana e Mércia (relatório, 10, 2024, p.2), após finalizarem a contação da história, trabalharam perguntas às turmas de bebês e crianças tais como: quais toques podem ser feitos? As crianças responderam:

- Pode pegar na mão para atravessar a rua.
- Pode fazer cafuné.
- Pode pegar na mão.
- Pode passear de mãos dadas com a mãe.
- Pode contar pra professora se o homem quiser pegar na gente.
- Pode brincar com os colegas.
- Se a gente quiser a gente abraça, se a gente não quiser a gente não abraça.

Quando foram questionadas sobre o que não pode, as crianças ainda que pequenas foram prontas em responder (Ana e Marcia, relatório, 10, 2024, p.2):

- Não pode tocar nas partes íntimas das crianças.
- Não pode aceitar brinquedos de pessoas na rua.
- Não pode brincar na piscina com estranhos.
- Não pode mexer com a gente dormindo.
- Não pode receber carinho em segredo.
- Pessoa tá mexendo nas partes íntimas da criança, depois a polícia chegou para prender a pessoa.

Por meio de livro adequado à faixa etária da criança e com a condução intencional dos adultos, que fazem a leitura, é possível ajudar as crianças a terem autonomia para saber e para dizer o que pode e o que não pode ser feito com elas.

d) Casa como símbolo lúdico

A atividade de elaboração de casas de papel ou de pintura de desenhos de casas ocorreu em diversas escolas dos participantes da pesquisa, pois se trata do símbolo lúdico do projeto “Direito de ser criança e adolescente na Belém da nossa gente”, da SEMEC.

A casa representa, ou deveria representar, aconchego e proteção. Na escola da diretora Lucelina (relatório 19, 2024), foi elaborada pelos professores para trabalhar com as crianças e pelas próprias crianças em sala de aula, demonstrado na figura 25 a seguir.

Figura 25: casa como símbolo lúdico, relatório 19



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

e) Momento de higiene

Uma outra atividade que foi realizada por escolas participantes da pesquisa diz respeito à compreensão de que cuidar do corpo também é uma dimensão da educação sexual, não a única, mas possui importância. A professora Lua utilizou os cuidados com a higiene como introdução à educação sexual, pois partiu dos cuidados que a criança deve ter com o corpo, para depois tratar sobre como a criança deve proteger o corpo dela de toques de outras pessoas:

foi dialogado com as crianças sobre a importância de cuidados com o corpo, apresentado a necessidade de tomar banho, escovar os dentes, pentear cabelos e mostrando que o corpo é muito importante e que devemos ter muito cuidado com ele. Neste dia foi levado elementos de cuidado com o corpo: pente, escova de dente, sabonete, tesoura, xampu (Lua, relatório 18, 2024, p. 1).

A atividade do professor Willames e da diretora Eliana acontece frequentemente de maneira informal durante o banho, prática necessária no ensino integral. Durante o momento do banho, as crianças vão perguntando e respondendo umas às outras onde as pessoas podem tocar ou não. Enquanto uma criança pergunta se pode tocar no bumbum, as outras, em coro, vão respondendo.

f) Música “o seu corpo é um tesourinho”

A música de Quelly Silva: “o seu corpo é um tesourinho” foi utilizada na escola das professoras Lílian e Marta (relatório 16, 2024) no formato história musicada. Ensinaram as crianças a cantarem a música e a dialogar sobre ela. Em outro momento, as crianças apresentaram a música à escola, conforme a figura 26 a seguir.

Figura 26: apresentação de música de proteção, relatório 16



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

A música, cantada originalmente por uma criança em conversa com o pai, apresenta o corpo como algo que precisa ser cuidado e valorizado, tal como um

tesouro. Aborda também a temática do segredo, o qual não pode existir quando se trata de alguém tocar o corpo da criança, assim, trata também da pessoa de confiança a quem a criança deve recorrer e contar e a respeito do medo, que a criança não precisa ter em compartilhar a situação com alguém que poderá ajudá-la. Assim, a música, com toda sua ludicidade, trabalha dois pilares utilizados pelos abusadores para continuarem a violentar, que são o segredo e o medo. A letra da música está disposta a seguir:

O seu corpo é um tesourinho

Filha, o papai tem um assunto muito importante pra conversar com você.
Ahram, sobre o que papai?

O seu corpo é um tesourinho, tão precioso você tem que guardar,
Se alguém tocar em você, você não pode esse segredo esconder.

Fale pra o papai, conte pra mamãe,
Fale com seu professor,
Se alguém tocou em você e você triste ficou,
Fale para alguém.

Não tenha medo, não guarde segredo, Conte pra alguém,
Não tenha medo, não guarde segredo.

Então você aprendeu filha?
Sim, papai aprendi.

g) Desenho de pessoa de confiança

Outra atividade desenvolvida sobre pessoa de confiança foi a do professor Willames e da diretora Eliana (relatório 12, 2024). Após outras atividades sobre prevenção já terem sido realizadas durante o ano letivo, as crianças foram convidadas a identificar e desenhar uma pessoa de confiança com quem contariam caso passassem por alguma situação de violência, uma pessoa a quem sabiam que poderiam recorrer.

O resultado foram desenhos de mães, pais, tias e de uma professora da escola (figura 27), o que demonstra que a escola tem se posicionado como protetora, ao ponto de as crianças contarem com o cuidado dos professores e não somente com o ensino.

Figura 27: atividade de pessoa de confiança, relatório 12



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

h) História “Não me toca, seu boboca”

A professora Lua (relatório 18, 2024) realizou a contação da história “Não me toca, seu boboca”, de Andrea Taubman. O livro conta a fábula de vários animais filhotes que brincavam na praça do bairro até que chegou o Tio Pipoca, um lobo mais velho que era muito bonzinho e fazia de tudo para conquistar a amizade das crianças, até que em certo momento ele tentou tocar no cabelo da coelha Ritoca, que conseguiu impedi-lo ao fugir e pedir ajuda.

A fábula, apesar de ser lúdica, colorida, com linguagem adequada para as crianças, retrata com precisão como se dá o processo de aliciamento, o perigo em ter segredo a esconder, em aceitar presentes e convites. Além da coragem e autonomia em dizer “não”.

i) “História da Lara”

A história da Lara foi utilizada pelas professoras Lilian e Marta (relatório 16, 2024), é uma adaptação da professora Rozilaine Pedroso Renato da história “não me toca, seu boboca”, porém ela acontece com personagens que são crianças. A protagonista é uma criança chamada Lara e o abusador se chama João. A história é

organizada no formato “história na lata”. A professora vai retirando as imagens da lata e no verso dela tem a história. As crianças ficaram atentas e ansiosas a cada imagem retirada da lata, conforme figura 28 a seguir:

Figura 28: história na lata



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

Em suma, além de teorizarmos e dialogarmos sobre a prevenção à violência sexual contra crianças, também é necessário que desenvolvamos ações de prevenção com as condições que temos e com as frentes em que atuamos, seja com crianças nas escolas, com pais e responsáveis, com a formação de professores, com trabalhos com a comunidade ou com as crianças que chegam até nós no nosso cotidiano. Cientes de que a proteção da infância é responsabilidade de todos. Nesta seção, pudemos demonstrar algumas ações que podem ser reinventadas por cada adulto protetor.

7 CONSIDERAÇÕES PARA NÃO FINALIZAR

Caso o título da tese fosse escrito por uma pessoa menos utópica e esperançosa, ele não seria “Criança com autonomia é mais protegida” e sim “Criança com autonomia é menos desprotegida”, porque ao olhar a realidade não há nada que proteja completamente as nossas crianças contra violência sexual por se tratar de algo que é de responsabilidade unicamente de abusadores, não das crianças, então desenvolver autonomia não garante 100% que elas sejam protegidas. Todavia, o decorrer do presente texto, em um viés freireano, não nos permite cruzar os braços e esperar na pura espera por uma sociedade mais protetora dos direitos das crianças. Escolhemos trabalhar e calejar as mãos no trabalho cotidiano com crianças, com famílias e com a sociedade como um todo.

Pensar em uma pedagogia freireana de prevenção à violência sexual tem sido de extrema potência ao destacar o poder transformador da educação de Paulo Freire, a qual tem sido reinventada em diferentes enfrentamentos a todo tipo de opressão. Somando-se a essa utopia freireana, contamos na pesquisa com a esperança de que só quem está em sala de aula com crianças tem! A esperança de educadoras e educadores das infâncias, regada a afeto, sinceridade, cansaço e muito trabalho.

Abrimos as seções da pesquisa com tudo que a inspirou e com as aspirações a partir dela. A inspiração, apesar de ser uma temática que vai muito além da pesquisadora, também foi construída no decorrer dos anos a partir das vivências familiares, comunitárias, escolares, acadêmicas e de trabalho. A sexualidade sempre parece ser transversal em todas as dimensões da vida e a importância/possibilidade de proteger crianças também se manifestou desde cedo.

Porém, ainda maior do que as inspirações pessoais, são as motivações sociais que urgem de uma sociedade que invisibiliza crianças e que as sexualiza com naturalidade, ou seja, pouco se fala em proteger as milhares de crianças que passam por violências, que ocorrem 80% nas suas casas, mas temos grande prontidão em dar mídia a crianças com comportamentos, roupas e falas adultizadas.

A partir dessas inspirações e desconfortos, traçamos aspirações, o que desejamos fazer a partir dessa realidade que banaliza a violência contra crianças. E a maior aspiração desse estudo é aprender com quem sabe proteger. Para registrarmos nesse texto o que temos aprendido com Freire e com os profissionais da

educação infantil de Belém, traçamos e vivenciamos o objetivo geral de desenvolver com educadores e educadoras da educação infantil uma práxis pedagógica freireana de prevenção à violência sexual contra crianças.

Esse objetivo surge alinhado ao estado do conhecimento, no qual encontramos 26 pesquisas, sendo a maioria de diagnoses que concluíram que professores têm pouca formação em relação à educação sexual.

Assim, a fim de dar corporeidade a essa aspiração, foi realizada uma metodologia de círculos de cultura com profissionais da educação infantil de Belém, a partir de convite destinado a todas as escolas de educação infantil da cidade para que enviassem um voluntário a cooperar nesses círculos de cultura. Considerando o pressuposto freireano de partir do que já se sabe e se pôr a andar em coletividade em prol de novos conhecimentos.

A pesquisa de campo foi de extrema colaboração, na qual educadoras, educadores e gestores da educação infantil rememoraram suas formas de lidar com casos de violência sexual contra crianças, além de partilhar e elaborar estratégias de prevenção vivenciadas no dia a dia da educação infantil.

Ainda na seção de metodologia, apontamos como os círculos de cultura foram organizados e desenvolvidos, tal como os materiais necessários, com o intuito de que metodologias dialógicas como essa sejam reinventadas. Nessa seção detalhamos como foi feita a diagnose e formação com professores da educação infantil da Rede Municipal de Belém sobre a temática de prevenção da educação sexual

Por meio da terceira seção, pudemos analisar pressupostos teóricos e a perspectiva dos participantes da pesquisa sobre infância e sobre educação sexual. Refletindo o quanto a infância é negada historicamente e cotidianamente, por meio dos autores e por falas que chegam ao chão da escola. Todavia, também analisamos as potencialidades éticas, curiosas e belas no ser criança.

Os resultados de refletirmos conjuntamente sobre educação sexual com crianças, a partir da visão de profissionais da educação infantil, desmistifica completamente a educação sexual como algo prejudicial e desnecessário às crianças. Vários relatos apontam para essa educação como uma necessidade ética e social de proteção desses sujeitos em formação, que se não forem educados de forma adequada por profissionais e responsáveis, acabarão sendo educados pelo olhar erotizado das mídias sociais. Nesse ponto da discussão, apresentamos como os educadores entendiam a educação sexual antes e depois dos círculos dialógicos.

Abordamos o que é sexo, sexualidade e seus impactos no desenvolvimento infantil, com exemplos reais de comportamentos sexuais típicos e atípicos em bebês e crianças, tal como as formas dos adultos reagirem a esses comportamentos, cientes de que as reações ensinam além mais do que as aulas formais.

Já na quarta seção, analisamos a violência sexual, que é uma opressão que atinge não somente o corpo das vítimas, mas toda sua possibilidade de ser gente, de ser mais. Nos debruçamos no decorrer do texto a apresentar como essa violência impacta o desenvolvimento da criança, quais sinais e sintomas podem apontar que a criança passou por essa violência; como possíveis abusadores podem ser identificados; como realizar o acolhimento de relatos a partir da escuta especializada; como realizar a notificação de suspeita de casos; além do papel protetivo da escola no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Além do que os intelectuais do campo da pedagogia, da psicologia forense, da assistência social e do judiciário têm apontado sobre a temática, detalhamos como os professores das infâncias da Secretaria Municipal de Educação têm se deparado com casos de violência sexual, e como tem sido a atuação da rede de proteção em Belém e o processo de notificação.

Tivemos o triste, porém, esperado resultado de que a maior parte dos profissionais participantes já se depararam com algum caso de violência sexual, todavia, temos experiências exitosas no processo de identificação e notificação de casos, o que impede que as vítimas continuem a sofrer.

Trazemos na quinta seção elementos de contribuição a prevenção à violência sexual nas obras de Paulo Freire, apontamentos metodológicos, epistemológicos, éticos e políticos para traçarmos uma pedagogia de prevenção. Reiteramos que essas contribuições foram elencadas em pesquisas e leituras individuais, mas também coletivas, a partir das falas e experiências dos sujeitos colaboradores da pesquisa com anos de atuação na educação infantil. Os resultados, ao mesmo passo em que reinventam Freire, são fiéis aos seus pressupostos e nos ajudam a criar, intencionalmente, formas de proteger nossas crianças.

Na sexta e última seção, sintetizamos os projetos de ação de prevenção à violência sexual contra crianças que foram implementados por participantes da pesquisa em escolas de educação infantil, analisados e acompanhados por meio de relatórios de acompanhamento e por círculos dialógicos de partilha de vivências.

Nesse momento, tivemos como resultados diversas ações de proteção com professores e servidores do campo da educação; além de atividades realizadas com os familiares, os principais responsáveis pela prevenção à violência sexual contra crianças; atividades também com a comunidade, entendida também como legalmente responsável pela proteção da infância e atividades com as próprias crianças.

Os resultados dessas ações desenvolvidas pelos educadores foram vários outros profissionais participando e desenvolvendo ações de prevenção com as crianças da educação infantil; além disso, o trabalho em parceria com a família fez com que os responsáveis que participaram atentassem à proteção das crianças desde pequenas, além de estarem a par do trabalho que a escola vem desenvolvendo.

Conhecer mais sobre o tema também é um resultado da pesquisa tanto para os participantes, quanto para os que foram impactados pelo trabalho deles, pois abordar a sexualidade é um tabu na sociedade, e sexualidade com crianças, um tabu ainda maior que vem acompanhado de desinformação.

Outro resultado que os participantes apontaram como relevante foi a identificação de sinais de abuso e rememoraram quantos sinais já haviam deixado passar despercebidos e somente tempos depois as crianças conseguiram fazer o relato, logo, conhecer esses sinais previamente ajudaria a reduzir o número de vezes que as crianças passariam por esse abuso e iriam ter maior suporte.

Outra questão importante no decorrer da pesquisa foi a criação de concepções e estratégias de prevenção a fim de evitar o abuso, pois melhor do que identificar quando já ocorreu é que não ocorra. Para isso, educadoras e educador da pesquisa dialogaram sobre a importância e necessidade de as próprias crianças conhecerem sobre o tema, a fim de terem condições de identificar, reagir e denunciar qualquer sinal de abuso sexual.

As atividades com as crianças não nos dão 100% de certeza de que elas não passarão por experiências de violência sexual, mas elas reduzem drasticamente as estatísticas das crianças nem se quer reconhecerem a violência e por isso permanecerem passando por ela por meses e anos. Nos nossos resultados, encontramos falas de bebês de dois anos de idade que já sabem dizer quais carinhos são aceitáveis ou não, que já aprenderam a dizer não, a dizer a sua palavra.

Assim, a partir dos objetivos específicos alcançados e da pesquisa de campo finalizada seguimos com a missão de nos aprofundarmos em pensar propostas de intervenção para uma pedagogia freireana de prevenção à violência sexual contra

crianças. E seguimos investigando, em colaboração, como o pensamento educacional de Paulo Freire contribui para elaboração de uma pedagogia da prevenção à violência sexual contra crianças.

Ademais, os resultados têm demonstrado que tal qual os altos índices de abuso no Pará e em Belém, também temos educadoras e educadores comprometidos em enfrentá-los, ou seja, na medida em que a opressão cresce, a resistência e o enfrentamento a ela tem crescido também. Destacamos que a cidade que sediará a Cop 30 de 2025 tem muito a mostrar não somente no campo da mudança climática, da sustentabilidade, dos pontos turísticos e da culinária, mas também enriquece o debate e as ações no campo da prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Em uma produção escrita durante a pandemia da COVID 19, evidenciamos maior potencialidade desses educadores e educadoras, pois durante o período em que as crianças estavam afastadas da escola, como medida de isolamento social, elas tornaram-se ainda mais vulneráveis a violências sofridas em casa, logo, nesse retorno ao presencial, educadoras e educadores desenvolveram novas formas de proteger essas crianças, como exposto no decorrer da tese. Salientamos também, que o desafio de desenvolver a pesquisa durante a pandemia, transformou-se em ânimo pelo potencial protetivo que há nela.

Nesse sentido, a pesquisa aprende com esses profissionais da infância e torna-se uma literatura que contribui para a formação de professores, principalmente da Educação Infantil, os quais possuem a responsabilidade de educar e cuidar. Contribuição que se estende a todos os profissionais da educação em todas as suas etapas, pois a responsabilidade pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes é de toda a comunidade. Além disso, como demonstrado na pesquisa, esse é um tema carente nos currículos da formação de professores.

A vivência da pesquisa e as seções resultantes dessa vivência contribuem também para pensarmos e reivindicarmos políticas públicas no campo da educação das infâncias e da educação sexual, a qual vem sendo continuamente atacada pela extrema direita no Brasil e esvaziada com discursos de teor religiosos. Todavia, a presente pesquisa demonstra, com dados levantados em campo, que a educação sexual é extremamente importante para a formação e proteção integral das crianças.

Posto isso, reafirmamos a tese de que o pensamento educacional de Paulo Freire é fundante para ações de prevenção à violência sexual contra crianças, pois

enfrenta opressões, busca o desenvolvimento do *ser mais* de todos os indivíduos e possui potencial metodológico de autonomia, diálogo, criticidade, confiança e problematização. Logo, a partir de uma pedagogia da autonomia é possível desenvolver uma pedagogia da prevenção e formar crianças protegidas. Essas características do pensamento educacional de Freire fornecem condições para que crianças aprendam que são sujeitos de direitos dignos de dizerem sua palavra, de dizerem não, de reagirem e de exigirem proteção da sociedade.

Referências

ARROYO, Miguel. **Imagens Quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2007.

AZAMBUJA, Maria. **Violência Sexual Intrafamiliar**: é possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

BARAZETTI, Patrícia Carla. **O desenho revelando a violência sexual**: da formação em serviço aos significados docentes. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARSIL, Decreto nº 9.603, de dezembro de 2018. Dispõe sobre a sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. Seção 1. 11/12/2018. p. 24.

BASSALO, Lucélia. Não há educação completa sem a sexual: o controle do corpo, em Belém, nos anos 30. **Nemosine Revista**. Programa de Pós-graduação em História/UFCG, Vol. 6, nº 2, p. 119-134, Abr/Jun 2015.

BAUMEL, C. P. C. et al.. Atitudes de Jovens frente à Pornografia e suas Consequências. **Psico-USF**, v. 24, n. 1, p. 131–144, jan. 2019.

BORGES, Alci Marcus Ribeiro. **Direitos humanos e o silêncio da escola diante da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Dissertação (Mestrado em Educação), 114f. Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de pós-Graduação em Educação, Teresina, 2011.

BRASIL, 2017: Lei 13.431 de 4 de abril de 2017. Sistema de garantia de direitos

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL, Relatório 2019 Disk Direitos Humanos. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, Brasília. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/junho/balanco-anual-disque-100-atendeu-2-7-milhoes-de-ligacoes-em-2019/copy_of_Relatorio_Disque_100_final.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. **Boletim epidemiológico**, Brasília, v.54, n.8, Mai. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>>. Acesso em: 24 jun. 2023

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRITO, Ângela do Céu Ubaíara; SOUZA, Adriana Machado de. Formação Docente: circunstância que influenciaram o ser professor da infância no início da carreira docente. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, [S. l.], v. 7, n. 22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3333>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BUENO, Priscila da Rocha Luiz. **As Políticas Públicas na Prevenção e Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças no Município de Maringá**. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Eliane Rose Maio. Maringá, 2016.

CABRAL, Fabíola Barroso. **A Boniteza em Paulo Freire e o Ensino de Filosofia com Crianças e Adolescentes em Escola Pública**. fl. 181. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade do Estado do Pará: Belém, 2022.

CACHADO, Rita. Diário de campo: um primo diferente na família das ciências sociais. **Sociologia & Antropologia** [online]. 2021, v. 11, n. 02 [Acessado 10 Novembro 2022], pp. 551-572. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11n28>>. Epub 22 Out 2021. ISSN 2238-3875. <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11n28>.

CAETANO, Evelyn Diconcili. **Abuso Sexual Infantil**: compreensões de docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. 2019. 144 f. Dissertação (mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense. Lages, 2019.

CAMPOS, Roger Henrique. **Infância e sexualidade**: desafios para a educação sexual infantil. Curitiba: Juruá, 2019.

CHAUI, Marilena. Ética, política e violência. In: Camacho, Thimoteo (Org.). **Ensaio sobre violência**. Vitória: EDUFES, 2003.

COSTA, Quitéria Rodrigues. **As Representações Sociais das Famílias de Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual**: um estudo sobre os processos educativos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de Teixeira de Freitas– BA. 2014. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

DUSSEL, Enrique. **1492 o encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

EISENSTEIN, Evelyn. Desenvolvimento da sexualidade da geração digital. **Adolesc. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, s Adolescência & Saúde upl, p. 61-71, abril, 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula e FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege**: enfrentando a violência sexual contra crianças e adolescentes. 2ª Ed. Brasília: Unesco/MEC, 2008.

FERRARI, Delka; VECINA, Tereza. **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. São Paulo: Editora Agora, 2002.

FIGUEIRÓ, Mary Neide. Sexualidade e afetividade. In. FIGUEIRÓ, Mary Neide. **Educação sexual**: saberes essenciais para quem educa. Curitiba: CRV, 2018.

FREIRE, PAULO, **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 22 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

FREIRE, Paulo. Apresentação. In. RIBEIRO, M. **Educação Sexual**: Novas Ideias, Novas Conquistas. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1993.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. Memória; Paulo Freire. **Teoria & Debate**, n.17, jan./mar.1992. Entrevista concedida a Mario Sergio Cortella e Paulo de Tarso Venceslau. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/td17/td17-memoria.htm>. Acesso em 25 jul.2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 52 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015 c.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015 c.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 59 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria; OLIVEIRA, Walter. **Pedagogia da Solidariedade**. 3 ed. Rio de Janeiro/ SÃO Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, S. B. **Abuso Sexual Infantil: Sentidos Compartilhados Por Professores**. 2016. 231f. Dissertação de Pós-Graduação - Universidade Federal De Pernambuco, Brasil, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GATTI, Bernardete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática[S.l: s.n.], 2010.

Girls Not Brides Org, 2013. Disponível em: < <https://www.girlsnotbrides.org/about-child-marriage/>>. Acesso em: 16, abril de 2023. Sem autor: **About child marriage**.

IBIAPINA, Aricelma Costa. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz do Maranhão na rede de enfrentamento**. 2013. 313 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Educação.

IKEFUTI, Michelle Venâncio. **Concepções de licenciandos sobre violência sexual e políticas educacionais**. 2012. 127 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012.

KANNER, Leo. Infantile sexuality. **Journal of Paediatrics**. v.4, 1996.

KILBOUME, Jean; LEVIN, Diane. **A infância perdida**: como orientar nossas crianças na era da sexualidade precoce. Boston: Gente, 2009.

KOHAN, Walter. Paulo Freire: Outras Infâncias Para A Infância. **Educação em Revista**, v. 34, p. e199059, 2018.

LACERDA, Nathércia. **A casa e o mundo lá fora**: cartas de Paulo Freire para Nathercinha. Rio de Janeiro: Zit, 2016.

LEAL, Cleumir Pereira. **Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado na Escola Dom Rino Carlesi no município de São Raimundo das Mangabeiras-MA**. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação.

LIMA, Edyane Silva de. **Violência Sexual Contra Crianças**: formação docente em discussão. 256 f. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Eliane Rose Maio. Maringá, 2013

LIRIO, Flavio Corsini. **Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental do bairro do Guamá – Belém-PA**. 2013. 231 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto Ciências da Educação, Belém, 2013. Programa de Pós-graduação em Educação.

MACHADO, Cláudia. **Educação e direitos humanos**: trajetórias de Porto Alegre no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. 2014. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **Sociologia**. IANNI. Octavio (org.). São Paulo: Ática, 1979.

MATOS, Rosana Trindade de. **Violência sexual contra crianças na idade pré-escolar**: em foco a percepção de nove gestoras dos Centros Municipais de Educação Infantil da DDZ/leste II da cidade de Manaus/AM. 2020. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2020.

MEURER, Indianara dos Santos. **Os direitos de crianças e adolescentes contra a violência sexual**: um estudo dos documentos nacionais (2000-2013). 2017. 219 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: ática, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-23, 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100002&lng=en&nrm=iso>. Access on 20 Set. 2020.

MIRANDA, Adriana Costa de. **Educadores/as em formação diante da violência sexual infanto-juvenil**: um estudo exploratório do Programa Escola que Protege à luz da psicodinâmica do trabalho. 2017. 210 f. Tese (Programa Stricto Sensu em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017.

MIRANDA, Fernanda Pimentel Faria. **O Enfrentamento à violência sexual na escola**: seus sentidos e significados para os educadores. 2011. 253 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2011.

MONTEIRO, Evanildo Lopes. **Do poder pastoral à delinquência**: o professor enquanto agente do abuso sexual de crianças e adolescentes. 2017. 416 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Educação.

O'CONNEL, Rachel. **A Typology Of Child Cyber Sexploitation Ando N-Line Grooming Practices**. Preston: University of Central Lancashire, 2003.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Pesquisas em educação na abordagem decolonial**: pressupostos epistemológicos e metodológicos. (mimeo). Belém: PPGED-UEPA, 2024.

OLIVEIRA, Ivanilde; MOTA NETO, João Colares. A construção de categorias de análise na pesquisa em educação. In: MARCONDES, M; OLIVEIRA, I; TEIXEIRA, E. **Abordagens Teóricas e Construções metodológicas na Pesquisa em Educação**. Belém: EDUEPA, 2011.

OLIVEIRA, Ivanilde; TEIXEIRA, Hanna; SANTOS, Tânia. Educação Popular Freireana e Práticas Educacionais Interculturais: sexualidade como tema gerador. **E-Curriculum**, São Paulo, v. 14, n.4, p. 1-25, dez. 2018. Disponível em: Educação Popular Freireana E Práticas Educacionais Interculturais: Sexualidade Como Tema Gerador | Revista E-Curriculum (Pucsp.Br). Acesso em: 26 mai. 2023.

OLIVEIRA, Ivanilde; SANTOS, Tânia. Educação Infantil: especificidades e concepções. In: OLIVEIRA, Ivanilde (org.). **Formação Pedagógica de Educadores Populares**: fundamentos teórico metodológicos freireanos. Belém: UEPA/CCSE/NEP, 2011.

OLIVEIRA, Ivanilde. **Filosofia da Educação**: reflexões e debates. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

OLIVEIRA, Ivanilde. A. de; OLIVEIRA, Waldma. M. M. de; LOBATO, Huber. K. G. (Orgs). **Pesquisa Educacional sobre Representações Sociais**: o uso da técnica do desenho e dos mapas conceituais. São Carlos. Pedro&João Editores. 2018. 89p. ISBN 978-85-7993- 480-3.

OLIVEIRA, Márcio de. **Políticas Públicas e Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Planos Municipais De Educação Do Estado Do Paraná Como Documentos De (Não) Promoção Da Discussão**. 136f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Eliane Rose Maio. Maringá, 2017.

OLIVEIRA, Margareth Laska de. **A leitura da erotização da infância e da cultura do estupro: denúncia social na obra Sapato de salto**, de Lygia Bojunga. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

PAIVA, Eliane Aparecida Faria de. **A prevenção primária e secundária do abuso sexual na educação infantil: reflexões no âmbito das políticas públicas**. 2015. 1 recurso online (250 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/254025>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

PARÁ. **Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Pará**, Belém: Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes- CEEVSCA –PARÁ, 2021.

PELISOLI, Cátula. **Psicologia e as relações com a justiça: práticas, conhecimento e tomada de decisão em situações de abuso sexual**. 242 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: Dra. Debora Dalbosco Dell'Aglio. Porto Alegre, 2013.

PENCO, Andreia. **O Projeto “Escola que Protege” em Dourados/MS: prevenção da violência sexual infantojuvenil no âmbito educacional**. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2015.

PESSOA, Alex Sandro Gomes. **O papel da escola na vida de adolescentes vítimas de violência sexual: risco e proteção**. 2011. 122 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

ROCHA, Genylton *et al.* Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola. **Cadernos de Educação FaE/PPGED/UFPel**. Pelotas, v. 38. P. 259-287. Jan-abril, 2011.

ROMANOWSKI, Joana; ENS, Romilda. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set-dez. 2006. Disponível em <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176>>. Acesso em 05 jul. 2021.

SALES, Juliana. NASCIMENTO, Maria, Perda Súbita. In. RAMOS, Elissélia (org.). **Prevenindo a violência contra crianças e adolescentes**. Nova Xavantina: Pantanal Editora, 2020.

SAMUEL, de Silva Souza. **Violência sexual contra meninos no município de Corumbá/MS no período de 2006 a 2015**. fl. 125. Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2017.

SANCHEZ, Amaia del Campo. Conhecimentos e atitudes dos pais, menores e professores em relação ao abuso sexual. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 19, n. 2, p. 253-259, abr. 2001. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312001000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 set. 2020.

SANTOS, Rita de Cássia Ferreira dos. **Violência sexual e a formação de educadores**: uma proposta de intervenção. 2011. 162 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceituais. **Revista O Social em Questão**. Revista da PUC-Rio de Janeiro, XX, nº21, p. 1-31, 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade. In: SARMENTO, Manuel. J.; CERISARA, A. B. **Crianças e Miúdos**: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto, Portugal: Asa Editores, 2004.

SAUL, Alexandre; SAUL, Ana Maria. A metodologia da investigação temática: elementos político-epistemológicos de uma práxis de pesquisa crítico-emancipatória. In. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.15, n.2, p. 429 – 454 abr./jun.2017.

SILVA, M. R. P. da. PAULO FREIRE E AS CRIANÇAS: um convite à infância. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. ed.especial, p. 1009–1019, 2021. DOI: 10.5216/ia.v46ied.especial.68463. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68463>. Acesso em: 2 jul. 2024

SOUSA, Maria Cândida Lima de. **Rede de proteção social frente à violência contra crianças e adolescentes**: um estudo a partir do Conselho Tutelar III de Ananindeua/PA. Orientadora: Lucia Isabel da Conceição Silva. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

TEIXEIRA, Hanna Tamires Gomes Corrêa Leão. **O outro na história do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire**: denúncia de opressões e anúncio de alteridade (1995-2019). 2020. 283 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2020.

TELES, Maria Luiza. **Filosofia para Crianças e Adolescentes**. 11ª ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 14e. São Paulo: Cortez, 2005.

TILIO, Rafael. D. et al.. Corpo feminino e violência de gênero: uma análise do documentário “chega de fiu fiu”. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, p. e228620, 2021.

VAGLIATI, Ana Carla. **Gritos do silêncio**: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Parana, Francisco Beltrão, 2014.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza *et al* . Relatos de gestores da Assistência Social, Educação e Segurança Pública sobre o enfrentamento da violência. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 3, p. 231-238, Sept. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000300231&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Set. 2020.

APÊNDICES

Apêndice A: Ofício de convite



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

MEMORANDO N° 042/2024

Belém, 21 de março de 2024.

Da: COEI

Para: DIED

Prezadas/os Gestoras/es da Educação Infantil,

Ao cumprimentá-los cordialmente, informamos que fomos honrosamente convidados pela Universidade do Estado do Pará para participar do Curso de Formação “Criança com autonomia é criança protegida: uma pedagogia freiriana de prevenção à violência sexual”, que acontecerá na Universidade do Estado do Pará, com certificação de 100 horas sob a orientação da Profª. Dra. Ivanilde Apoluceno de Oliveira, conforme detalhamentos no ofício anexo e no formulário de inscrição.

Cada escola onde há Educação Infantil da SEMEC está convidada a encaminhar via preenchimento no forms, até o dia 31 de março, o nome de 1 (um) representante docente ou gestor voluntário a participar da formação.

Esta COEI ratifica a importância para todos nós educadores e sociedade em geral quanto a formação acerca da temática.

Atenciosamente,

Coordenadora da Educação Infantil-COEI/DIED/SEMEC



SEMEC
Secretaria de
Educação



Universidade do Estado do Pará Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

À: COEI SEMEC/Belém

Assunto: Convite para participação em formação

Belém, 19 de março de 2024.

Ao cumprimentá-los cordialmente convidamos cada escola da Coordenadoria de Educação Infantil da SEMEC a encaminhar, até o dia 31 de março, 1 (um) representante docente ou gestor voluntário a participar da formação "Criança com autonomia é criança protegida: uma pedagogia freiriana de prevenção à violência sexual", que acontecerá na Universidade do Estado do Pará, com certificação de 100 horas sob a orientação da Profª. Dra. Ivanilde Apoluceno de Oliveira. A formação ocorrerá com 4 (quatro) encontros em formato de oficina e círculo de cultura presenciais, das 18h às 21h, com o objetivo de elaborar uma proposta de intervenção de prevenção à violência sexual contra crianças. Tendo em vista que durante a educação infantil é o melhor momento para realizar a prevenção à essa violência que na maioria dos casos ocorre quando a criança está no Ensino Fundamental.

O link de inscrição é <https://forms.gle/FgpS5sqfeyKkpGo4A> e pode ser acessado pelo QRcode abaixo.



Certa da atenção de V.Sa., subscrevo-me: Atenciosamente,

Ivanilde A. Oliveira

Profa. Dra. Ivanilde Apoluceno de Oliveira
Docente do PPGED-UEPA

Apêndice B: Roteiro de observação

- 1- O perfil de educadoras e educadores
- 2- A transcrição de diálogos
- 3- Descrição espacial dos locais e disposições dos círculos dialógicos
- 4- Metodologia utilizada e seus momentos
- 5- Recursos didáticos
- 6- Conteúdos trabalhados
- 7- Princípios freireanos
- 8- Experiências prévias quanto à sexualidade trabalhada em sala de aula
- 9- Desafios e medos
- 10- Propostas de epistemológicas de prevenção
- 11-Propostas de metodológicas de prevenção
- 12-Oportunidade de otimização da pedagogia de prevenção por meio de princípios freireanos.

ANEXOS

Anexo 1: aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa

UEPA - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ- CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CAMPUS II	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Criança com autonomia é criança protegida: uma pedagogia freiriana de prevenção à violência sexual

Pesquisador: HANNA TAMIRES GOMES CORREA LEO TEIXEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 78893524.9.0000.5174

Instituição Proponente: Campus I - Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.943.053

Apresentação do Projeto:

O projeto denominado de Criança com autonomia é criança protegida: uma pedagogia freiriana de prevenção à violência sexual "visa a elaboração, com educadoras e educadores da Educação Infantil, de uma pedagogia freireana da prevenção à violência sexual. Esse crime contra a infância é praticado principalmente em casa, logo é crucial que a escola assuma protagonismo em saber proteger crianças. Os dados revelam que a maioria dos casos acontecem enquanto as crianças e adolescentes estão no Ensino Fundamental. Assim, para haver uma efetiva prevenção a Educação Infantil é o contexto mais indicado. A metodologia da pesquisa se dá por ser uma pesquisa-ação colaborativa, com abordagem qualitativa. Os seus procedimentos são diagnose dos saberes prévios das professoras e professores a respeito do tema; e círculos de cultura em formato de oficinas dando condições para que os sujeitos possam identificar situações de risco, indícios de violência, estratégias de prevenção, tal como a criação de planos de ação a partir de Paulo Freire, que contribui com sua pedagogia da autonomia e diálogo".

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo geral da pesquisa é desenvolver uma pesquisa participante colaborativa com educadores da educação infantil visando a elaboração de

Endereço: Trav. Perebeui, n° 2623, 1º andar da biblioteca do Campus II da UEPA, Sala 01		
Bairro: Marco	CEP: 66.087-670	
UF: PA	Município: BELEM	
Telefone: (91)3131-1781	E-mail: cepccbs@uepa.br	

Anexo 2: Ficha do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)

República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde**SINAN**
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO
FICHA DE NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL

Nº

Caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar, sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal e violências homofóbicas contra mulheres e homens em todas as idades. No caso de violência extrafamiliar/comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoa com deficiência, indígenas e população LGBT.

Dados Gerais	1 Tipo de Notificação		2 - Individual		Código (CID10)		3 Data da notificação	
	2 Agravado/doença		VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA		Y09		Código (IBGE)	
	4 UF	5 Município de notificação						
	6 Unidade Notificadora		☐ 1- Unidade de Saúde ☐ 2- Unidade de Assistência Social ☐ 3- Estabelecimento de Ensino ☐ 4- Conselho Tutelar ☐ 5- Unidade de Saúde Indígena ☐ 6- Centro Especializado de Atendimento à Mulher ☐ 7- Outros		Código Unidade		9 Data da ocorrência da violência	
Notificação Individual	7 Nome da Unidade Notificadora		Código (CNES)					
	8 Unidade de Saúde							
	10 Nome do paciente						11 Data de nascimento	
	12 (ou) Idade		1- Hora 2- Dia 3- Mês 4- Ano ☐ 1- Hora ☐ 2- Dia ☐ 3- Mês ☐ 4- Ano		13 Sexo		14 Gestante	
Dados de Residência	15 Raça/Cor		1-Branca 2-Preta 3-Amarela 4-Parda 5-Indígena 9-Ignorado					
	16 Escolaridade		0-Analfabeto 1-1ª a 4ª série incompleta do EF (antigo primário ou 1º grau) 2-4ª série completa do EF (antigo primário ou 1º grau) 3-5ª a 8ª série incompleta do EF (antigo ginásio ou 1º grau) 4-E ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau) 5-E ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau) 6-E ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau) 7-Educação superior incompleta 8-Educação superior completa 9-Ignorado 10- Não se aplica					
	17 Número do Cartão SUS		18 Nome da mãe					
	19 UF		20 Município de Residência		Código (IBGE)		21 Distrito	
	22 Bairro		23 Logradouro (rua, avenida,...)		Código			
	24 Número		25 Complemento (apto., casa, ...)		26 Geo campo 1			
	27 Geo campo 2		28 Ponto de Referência		29 CEP			
	30 (DDD) Telefone		31 Zona		32 País (se residente fora do Brasil)			

Dados Complementares

Dados da Pessoa Atendida	33 Nome Social		34 Ocupação	
	35 Situação conjugal / Estado civil		1 - Solteiro 2 - Casado/união consensual 3 - Viúvo 4 - Separado 8 - Não se aplica 9 - Ignorado	
	36 Orientação Sexual		37 Identidade de gênero:	
	1-Heterossexual 2-Homossexual (gay/lésbica) 3-Bissexual 8-Não se aplica 9-Ignorado		3-Homem Transsexual 8-Não se aplica 9-Ignorado 1-Travesti 2-Mulher Transsexual	
Dados da Ocorrência	38 Possui algum tipo de deficiência/ transtorno?		39 Se sim, qual tipo de deficiência /transtorno?	
	1- Sim 2- Não 9- Ignorado		1- Sim 2- Não 8-Não se aplica 9- Ignorado ☐ Deficiência Física ☐ Deficiência visual ☐ Transtorno mental ☐ Outras ☐ Deficiência Intelectual ☐ Deficiência auditiva ☐ Transtorno de comportamento	
	40 UF		41 Município de ocorrência	
	42 Distrito		Código (IBGE)	
	43 Bairro		44 Logradouro (rua, avenida,...)	
	45 Número		46 Complemento (apto., casa, ...)	
	47 Geo campo 3		48 Geo campo 4	
	49 Ponto de Referência		50 Zona	
	51 Hora da ocorrência		52 Local de ocorrência	
	(00:00 - 23:59 horas)		01 - Residência 04 - Local de prática esportiva 08 - Indústrias/construção 02 - Habitação coletiva 05 - Bar ou similar 09 - Outro 03 - Escola 06 - Via pública 99 - Ignorado	
	53 Ocorreu outras vezes?		54 A lesão foi autoprovocada?	
	1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado		1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado	

Violência	55 Essa violência foi motivada por: 01-Sexismo 02-Homofobia/Lesbofobia/Bifobia/Transfobia 03-Racismo 04-Intolerância religiosa 05-Xenofobia 06-Conflito geracional 07-Situação de rua 08-Deficiência 09-Outros _____ 88-Não se aplica 99-Ignorado		
	56 Tipo de violência 1- Sim 2- Não 9- Ignorado ☐ Física ☐ Tráfico de seres humanos ☐ Psicológica/Moral ☐ Financeira/Econômica ☐ Intervenção legal ☐ Tortura ☐ Negligência/Abandono ☐ Outros _____ ☐ Sexual ☐ Trabalho infantil		
Violência Sexual	57 Meio de agressão 1- Sim 2- Não 9- Ignorado ☐ Força corporal/espandimento ☐ Obj. perfuro-cortante ☐ Arma de fogo ☐ Enforcamento ☐ Substância/Obj. quente ☐ Ameaça ☐ Obj. contundente ☐ Envenenamento, Intoxicação ☐ Outro _____		
	58 Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado ☐ Assédio sexual ☐ Estupro ☐ Pornografia infantil ☐ Exploração sexual ☐ Outros _____		
Violência Sexual	59 Procedimento realizado 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado ☐ Profilaxia DST ☐ Profilaxia Hepatite B ☐ Coleta de sêmen ☐ Contracepção de emergência ☐ Profilaxia HIV ☐ Coleta de sangue ☐ Coleta de secreção vaginal ☐ Aborto previsto em lei		
	60 Número de envolvidos 1- Um ☐ 2- Dois ou mais ☐ 9- Ignorado		
Dados do provável autor da violência	61 Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida 1-Sim 2-Não 9-Ignorado ☐ Pai ☐ Ex-Cônjuge ☐ Amigos/conhecidos ☐ Policial/agente da lei ☐ Mãe ☐ Namorado(a) ☐ Desconhecido(a) ☐ Própria pessoa ☐ Padrasto ☐ Ex-Namorado(a) ☐ Cuidador(a) ☐ Outros _____ ☐ Madrasta ☐ Filho(a) ☐ Patrão/chefe ☐ Pessoa com relação institucional ☐ Cônjuge ☐ Irmão(ã)		
	62 Sexo do provável autor da violência 1- Masculino ☐ 2- Feminino ☐ 3- Ambos os sexos ☐ 9- Ignorado		
Dados do provável autor da violência	63 Suspeita de uso de álcool 1- Sim ☐ 2- Não ☐ 9- Ignorado ☐		
	64 Ciclo de vida do provável autor da violência: ☐ 1-Criança (0 a 9 anos) 3-Jovem (20 a 24 anos) 5-Pessoa idosa (60 anos ou mais) 2-Adolescente (10 a 19 anos) 4-Pessoa adulta (25 a 59 anos) 9-Ignorado		
Encaminhamento	65 Encaminhamento: 1-Sim 2-Não 9-Ignorado ☐ Rede da Saúde (Unidade Básica de Saúde, hospital, outras) ☐ Conselho do Idoso ☐ Delegacia de Atendimento à Mulher ☐ Rede da Assistência Social (CRAS, CREAS, outras) ☐ Delegacia de Atendimento ao Idoso ☐ Outras delegacias ☐ Rede da Educação (Creche, escola, outras) ☐ Centro de Referência dos Direitos Humanos ☐ Justiça da Infância e da Juventude ☐ Rede de Atendimento à Mulher (Centro Especializado de Atendimento à Mulher, Casa da Mulher Brasileira, outras) ☐ Ministério Público ☐ Defensoria Pública ☐ Conselho Tutelar ☐ Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente		
	66 Violência Relacionada ao Trabalho ☐ 1- Sim 2- Não 9- Ignorado		
Dados finais	67 Se sim, foi emitida a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado		
	68 Circunstância da lesão CID 10 - Cap XX _____		
Dados finais	69 Data de encerramento _____		
	Informações complementares e observações		
Nome do acompanhante _____ Vínculo/grau de parentesco _____ (DDD) Telefone _____			
Observações Adicionais: _____ _____ _____ _____			
Disque Saúde - Ouvidoria Geral do SUS 136 TELEFONES ÚTEIS Central de Atendimento à Mulher 180 Disque Direitos Humanos 100			
Notificador	Município/Unidade de Saúde _____ Cód. da Unid. de Saúde/CNES _____		
	Nome _____ Função _____	Assinatura _____	
Violência interpessoal/autoprovocada Sinan SVS 15.06.2015			



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
TV. DJALMA DUTRA, S/N. – TELÉGRAFO
Email: ppged@uepa.br – Fone: (91)4009-9552